Conselho
da União Europeia

**Bruxelas, 7 de agosto de 2026**
**(OR. en)**

**12356/26**
**ADD 1**

**Dossiê interinstitucional:**
**2026/0238 (NLE)**

**ECOFIN 1088**
**UEM 395**
**FIN 1152**
***ECB***
***EIB***

**NOTA DE ENVIO**

| | |
|---|---|
| de: | Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora |
| data de receção: | 7 de agosto de 2026 |
| para: | Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia |
| n.° doc. Com.: | COM(2026) 434 annex |
| Assunto: | ANEXO<br>da<br>Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO<br>que altera a Decisão de Execução de 13 de julho de 2021 relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência de Itália |

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 434 annex.

Anexo: COM(2026) 434 annex

COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 7.8.2026
COM(2026) 434 final

ANNEX

**ANEXO**

***da***

**Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO**

**que altera a Decisão de Execução de 13 de julho de 2021 relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência de Itália**

{SWD(2026) 266 final}

# ANEXO

## 1. DESCRIÇÃO DAS REFORMAS E DOS INVESTIMENTOS

### A. MISSÃO 1, COMPONENTE 1

**Eixo 1 — Digitalização da administração pública**: O eixo 1 da componente M1C1 do plano de recuperação e resiliência italiano contém medidas que visam promover a digitalização da administração pública italiana, incluindo sete investimentos e três reformas. Os investimentos visam, em especial: I) racionalizar e consolidar as infraestruturas digitais existentes da administração pública; II) promovendo a adoção da computação em nuvem, iii) prestando especial atenção à harmonização e interoperabilidade das plataformas e dos serviços de dados, à aplicação do «princípio da declaração única» e à acessibilidade dos dados através de um catálogo de interfaces de programação de aplicações (IPA); IV) melhorar a disponibilidade, a eficiência e a acessibilidade de todos os serviços públicos digitais, com o objetivo de aumentar o nível de adoção e a satisfação dos utilizadores, v) reforçar as defesas da Itália contra os riscos colocados pela cibercriminalidade, vi) promover a transformação digital das grandes administrações centrais; VII) combater o fosso digital através do reforço das competências digitais dos cidadãos. As reformas no âmbito deste eixo visam, em especial, i) racionalizar e acelerar o processo de contratação pública de soluções no domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pela administração pública; II) apoiar a transformação digital da administração pública e iii) eliminar os obstáculos à adoção da computação em nuvem pelas administrações públicas e simplificar os processos de intercâmbio de dados entre as administrações públicas.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «melhorar a eficácia da administração pública, nomeadamente investindo nas competências dos funcionários públicos, acelerando a digitalização e aumentando a eficiência e a qualidade dos serviços públicos locais» (recomendação específica n.º 3 de 2019) e «centrar os investimentos na transição ecológica e digital, em especial no [...] reforço das infraestruturas digitais para garantir a provisão de serviços essenciais» (recomendação específica n.º 3 de 2020).

**Eixo 2 — Justiça**: O desempenho do sistema judicial italiano continua longe do de outros Estados-Membros em termos de duração dos processos, tal como indicado no último relatório da Comissão Europeia sobre a eficiência dos sistemas judiciais (CEPEJ). O eixo 2 da componente M1C1 do plano de recuperação e resiliência contém medidas que visam tornar o sistema judicial mais eficiente mediante a diminuição da duração dos processos, aproximando a Itália da mediana da UE. Esta componente dá resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a redução da duração dos processos cíveis e sobre a melhoria da eficácia da luta contra a corrupção (recomendação específica n.º 4 de 2019 e recomendação específica n.º 4 de 2020). Além disso, a digitalização do sistema judicial também é relevante para a transição digital.

**Eixo 3 — Administração pública**: O eixo 3 da componente M1C1 do plano de recuperação e resiliência contém medidas que visam reformar a administração pública italiana e melhorar a capacidade administrativa. A Itália está abaixo da média da UE-27, tanto no que diz respeito à eficácia da administração pública como à confiança nas instituições públicas. As reformas da administração pública italiana foram afetadas por graves lacunas na implementação das reformas do topo para a base e pelo escasso reconhecimento e difusão de importantes inovações da base para o topo. A capacidade administrativa é muito reduzida. Devem prosseguir os esforços para reforçar a capacidade de planeamento estratégico, os mecanismos de acompanhamento e avaliação e os instrumentos de elaboração de políticas, fundamentados em dados concretos. O principal objetivo desta componente é reforçar a capacidade administrativa das entidades da administração pública italiana a nível central e

local, tanto em termos de capital humano (seleção, competências e carreiras) como em termos de simplificação dos procedimentos administrativos. Esta secção apresenta a estratégia global e estrutural para os recursos humanos, abrangendo desde os processos de seleção até aos percursos profissionais. A reforma inclui igualmente ações para simplificar os procedimentos. Os investimentos em novos conjuntos de ferramentas digitais e as ações reforçadas no domínio da aprendizagem ao longo da vida estão incluídos na componente 1 da missão 1. Esta componente aborda as recomendações específicas dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a melhoria da eficácia da administração pública (recomendação específica n.º 3 de 2019 e recomendação específica n.º 4 de 2020).

**Eixo 4 — Contratos públicos e pagamentos pela administração** pública: O eixo 4 da componente M1C1 do plano de recuperação e resiliência contém medidas que visam reformar certos aspetos essenciais do quadro legislativo italiano em matéria de contratos públicos e reduzir os atrasos de pagamento por parte das administrações públicas a nível central, regional e local, bem como das autoridades regionais de saúde. O principal objetivo da reforma é simplificar as regras de contratação pública, aumentar a segurança jurídica para as empresas e acelerar a adjudicação de contratos públicos, mantendo simultaneamente as garantias processuais em termos de transparência e igualdade de tratamento. Estas reformas apoiam, por conseguinte, a concretização atempada das infraestruturas e dos projetos financiados pelo plano.

**Eixo 5 — Reformas orçamentais e estruturais (Fiscalidade e despesa pública)**: O eixo 5 da componente M1C1 do plano de recuperação e resiliência inclui várias reformas destinadas a apoiar a sustentabilidade das finanças públicas italianas (recomendação específica n.º 1 de 2019). Do lado da receita, as reformas visam melhorar o processo de cobrança de impostos, incentivar o cumprimento das obrigações fiscais e combater a evasão fiscal, a fim de reduzir os custos de conformidade para os contribuintes e aumentar as receitas para as administrações públicas, contribuindo para melhorar a sustentabilidade das finanças públicas. Do lado da despesa, as reformas visam melhorar a eficiência das despesas públicas, tanto a nível central, através do reforço do quadro existente para as análises anuais da despesa, como a nível infranacional, completando a reforma das relações orçamentais entre os diferentes níveis de administração.

## A.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

*Eixo 1 — Digitalização da administração pública*

### Investimento 1.1 — Infraestruturas digitais

O objetivo deste investimento é assegurar que os sistemas, conjuntos de dados e aplicações da administração pública estão alojados em centros de dados com elevados padrões de qualidade em matéria de segurança, desempenho, escalabilidade, interoperabilidade europeia e eficiência energética. O investimento consiste na migração dos conjuntos de dados e aplicações da administração pública para a PSN ou para prestadores públicos seguros de serviços de computação em nuvem certificados.

### Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local

O objetivo deste investimento é migrar os conjuntos de dados e as aplicações de uma parte substancial da administração pública local para uma infraestrutura de computação em nuvem segura, dando a cada administração a liberdade de escolher dentro de um conjunto de ambientes públicos de computação em nuvem certificados.

A medida prevê igualmente um pacote de apoio à «migração enquanto serviço» para as administrações que abrange: I) a avaliação inicial, ii) o apoio processual/administrativo necessário para lançar o esforço, iii) a negociação do apoio externo necessário e iv) a gestão global do projeto durante a execução. Uma equipa supervisionada pelo Ministério da Inovação Tecnológica e da Transição Digital (MITD) deverá identificar e certificar uma lista abrangente de prestadores

qualificados e negociar um conjunto de pacotes de apoio normalizados adaptados à dimensão da administração e dos serviços envolvidos na migração.

**Investimento 1.3: Dados e interoperabilidade**

O objetivo deste investimento é assegurar a plena interoperabilidade dos principais conjuntos de dados e serviços entre as administrações públicas centrais e locais. A medida consiste na criação de uma plataforma nacional de dados digitais («Piattaforma Digitale Nazionale Dati») que permite a interoperabilidade de conjuntos de dados através de um catálogo de interfaces de programação de aplicações (IPA) partilhadas entre as administrações centrais e locais.

**Investimento 1.4: Serviços digitais e experiência dos cidadãos**

O objetivo deste investimento é desenvolver um ecossistema integrado e orientado para os cidadãos de serviços públicos digitais, assegurar a sua adoção generalizada pelas administrações centrais e locais e melhorar a experiência global dos utilizadores.

A medida:

(i) define modelos reutilizáveis de prestação de serviços que garantam todos os requisitos de acessibilidade (Investimento 1.4.1 — Experiência dos cidadãos — Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais);

(ii) aumenta a acessibilidade dos serviços públicos digitais (Investimento 1.4.2 — Inclusão dos cidadãos: Melhoria da acessibilidade dos serviços públicos digitais);

(iii) implica a adoção da aplicação digital para pagamentos entre cidadãos e administrações públicas (PagoPa) e a adoção da aplicação «IO» (Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO»);

(iv) promove a adoção de plataformas nacionais de identidade digital (Sistema Pubblico di Identità Digitale, SPID e Carta d'Identità Elettronica, CIE) e do registo nacional (Anagrafe nazionale della polazione residente, ANPR) [Investimento 1.4.4 — Aumento da adoção das plataformas nacionais de identidade digital (SPID, CIE) e do registo nacional (ANPR)];

(v) cria uma plataforma única para as notificações (Investimento 1.4.5 — Digitalização das comunicações públicas);

(vi) implica a adoção da mobilidade como serviço (MaaS) (Investimento 1.4.6 — Mobilidade como serviço para Itália, sendo esta última medida financiada com base em apoio financeiro não reembolsável).

**Investimento 1.5: Cibersegurança**

O objetivo deste investimento é reforçar as defesas da Itália contra os perigos da cibercriminalidade, nomeadamente através da implementação de um «Perímetro Nacional para a Cibersegurança» (PSNC), em conformidade com os requisitos de segurança estabelecidos na Diretiva (UE) 2016/1148 relativa à segurança das redes e da informação (Diretiva SRI) e do reforço das capacidades nacionais de ciberdefesa no domínio da inspeção técnica e da monitorização dos riscos.

A medida prevê o desenvolvimento de um sistema integrado e de ponta, que interligue estreitamente diversas entidades em todo o país e estabeleça ligações internacionalmente com parceiros e fornecedores de tecnologia de confiança. Articula-se em torno de quatro pilares: I) Reforçar as capacidades da linha da frente junto do público e das empresas/entidades para gerir alertas e eventos reais reconhecidos publicamente; II) Criar/reforçar as capacidades nacionais de inspeção e auditoria do hardware e software utilizados por sujeitos com funções essenciais para certificar a fiabilidade/prevenir ameaças; III) reforçar as unidades de aplicação da lei e as ciberunidades das forças policiais responsáveis pela investigação de atividades criminosas; IV) Reforçar

significativamente os ativos cibernéticos e os recursos humanos responsáveis pela segurança nacional e pela resposta às ciberameaças.

**Investimento 1.6: Transformação digital das grandes entidades da administração central**

O objetivo deste investimento é aumentar a eficiência e simplificar os procedimentos das principais administrações centrais — incluindo i) o Ministério do Interior, ii) o Ministério da Justiça, iii) o Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e o Instituto Nacional de Seguro contra Acidentes de Trabalho (INAIL), iv) o Ministério da Defesa, v) o Conselho de Estado e vi) a Polícia Financeira. O investimento consiste na reengenharia ou digitalização de um conjunto de processos ou atividades ou serviços no âmbito das suas competências.

**Investimento 1.7: Competências digitais básicas**

O objetivo deste investimento é reduzir a percentagem da população em risco de exclusão digital através da oferta de educação digital. A medida consiste na participação de pessoas na função pública digital e em atividades de educação digital e/ou facilitação digital.

**Reforma 1.1 — Contratos públicos no domínio das TIC**

O objetivo desta reforma é garantir que a administração pública pode adquirir soluções no domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC) de forma mais atempada e eficiente, simplificando e acelerando o processo de adjudicação de contratos para serviços e ativos TIC.

A implementação da reforma deverá basear-se em três linhas de ação. Em primeiro lugar, deve ser criada uma base de dados única que contenha uma lista branca dos operadores económicos autorizados a fornecer bens e serviços às administrações públicas e ser introduzida uma infraestrutura tecnológica específica para permitir a certificação dos fornecedores. Em segundo lugar, deve ser adotada uma abordagem simplificada («procedimento acelerado») para simplificar as aquisições de TIC para projetos no âmbito do PNRR. Em terceiro lugar, deve ser criado um serviço de contratação pública digital, com o objetivo de i) incluir apenas fornecedores certificados (os operadores económicos podem, a qualquer momento, solicitar a certificação em conformidade com o artigo 64.º da Diretiva 2014/24/UE); II) permitir identificar rapidamente os fornecedores que satisfazem uma necessidade específica (por exemplo, através de um configurador), III) proporcionar uma experiência intuitiva aos utilizadores para as administrações (por exemplo, descrição clara dos serviços oferecidos, avaliação comparativa dos fornecedores). Esta configuração global deve basear-se nas capacidades existentes da CONSIP, a entidade estatal italiana para os contratos públicos.

**Reforma 1.2 — Apoio à transformação**

O objetivo desta reforma é apoiar a transformação digital de todas as administrações públicas centrais e locais através da criação de um «Gabinete para a transformação digital da administração pública». O gabinete para a transformação é composto por uma reserva temporária de recursos tecnologicamente competentes, que deve organizar e apoiar o esforço de migração e a negociação centralizada de «pacotes» de apoio externo certificado.

Além disso, a medida prevê a criação de uma empresa centrada no desenvolvimento de software & na gestão de operações para apoiar a expansão digital das administrações centrais. O gabinete para a transformação deve, em particular, apoiar a administração pública na execução dos investimentos 1.1 a 1.7 incluídos nesta componente e apoiar igualmente a execução de investimentos e reformas para a digitalização dos cuidados de saúde incluídos na missão 6.

**Reforma 1.3 — Prioridade à computação em nuvem e interoperabilidade**

O objetivo desta reforma é eliminar os obstáculos à adoção da computação em nuvem e simplificar a burocracia que retarda os processos de intercâmbio de dados entre as administrações públicas, introduzindo um conjunto de incentivos e obrigações destinados a facilitar a migração para a nuvem e eliminando os condicionalismos processuais à ampla adoção de serviços digitais.

A reforma implica três linhas de ação. Em primeiro lugar, uma vez que as soluções de computação em nuvem devem impulsionar a eficiência em termos de custos nas despesas com tecnologias da informação e comunicação (TIC), após um «período de carência» predefinido (por exemplo, três anos após o lançamento da transformação), as administrações que não aderiram à transformação para a computação em nuvem devem ser sujeitas a uma restrição do seu orçamento para despesas com as TIC.

Em segundo lugar, no âmbito dos incentivos à migração para a nuvem, as regras de contabilidade pública em vigor aplicáveis às despesas relacionadas com os serviços de computação em nuvem devem ser revistas. Dado que a migração para a nuvem implica atualmente uma transferência de orçamentos das despesas de capital para as despesas de funcionamento, as regras de contabilidade pública para as despesas relacionadas com os serviços de computação em nuvem devem ser revistas a fim de não desincentivar a migração das administrações públicas para a nuvem.

Em terceiro lugar, as normas relativas às regras de interoperabilidade dos dados devem ser revistas em conformidade com as disposições relativas aos dados abertos e ao tratamento de dados pessoais, e os procedimentos em vigor para o intercâmbio de dados entre administrações públicas devem ser simplificados a fim de racionalizar os aspetos processuais e acelerar a implementação da interoperabilidade entre as bases de dados da administração pública. Além disso, o domicílio digital deve ser revisto e integrado no registo nacional de residentes (ANPR), a fim de permitir uma resposta digital segura e segura entre os cidadãos e as administrações públicas.

*Eixo 2 — Justiça*

**Reforma 1.4 — Justiça civil**

O objetivo desta reforma é reduzir a duração dos processos cíveis e resolver o atraso dos tribunais civis. A reforma consiste na adoção de medidas legislativas para reduzir o número de processos entrados nos tribunais, simplificar os procedimentos existentes e aumentar a produtividade dos tribunais.

**Reforma 1.5 — Justiça penal**

O objetivo desta reforma é reduzir a duração dos processos penais. A reforma consiste na adoção de medidas que simplificam os procedimentos existentes e aumentam a produtividade dos tribunais.

**Reforma 1.6 — Insolvência**

A reforma visa a digitalização e o reforço dos processos de insolvência através da introdução de mecanismos de alerta precoce antes da insolvência, da especialização dos órgãos jurisdicionais e das instituições pré-judiciais com vista a uma gestão mais eficaz de todas as fases dos processos de insolvência, incluindo mediante a formação e especialização dos membros das autoridades judiciais e administrativas.

**Reforma 1.7 — Tribunais fiscais**

O objetivo da reforma é tornar mais eficaz a aplicação da legislação fiscal e reduzir o elevado número de recursos no Tribunal de Cassação.

**Reforma 1.8 — Digitalização do sistema judicial**

O objetivo desta reforma é digitalizar os processos civis e penais. Esta reforma consiste na introdução de uma apresentação eletrónica obrigatória de documentos, na criação de um fluxo de trabalho eletrónico para os processos civis, na digitalização dos processos penais de primeira instância e na criação de uma base de dados de decisões em matéria civil.

**Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais civis, penais e administrativos**

O objetivo desta medida é aumentar a qualidade da justiça, apoiando as atividades dos tribunais administrativos, civis e penais, bem como dos serviços territoriais e centrais do Ministério da Justiça responsáveis pela execução do PRR e pela transição digital no sistema judicial. O investimento consiste na contratação temporária de pessoal para o gabinete do ensaio e de pessoal técnico e administrativo que apoie a execução dos objetivos do PRR.

*Eixo 3 — Administração pública*

**Reforma 1.9 — Reforma do emprego público e reforma para a simplificação**

O objetivo desta reforma é reforçar o quadro público de emprego e simplificar os procedimentos administrativos em benefício das empresas e dos cidadãos. A reforma consiste na adoção de uma série de medidas que eliminam obrigações desnecessárias, introduzindo mecanismos de consentimento tácito, simplificando a comunicação, uniformizando os regimes partilhados com as regiões e os municípios, tornando acessíveis os dados sobre o Sportello Unico Attività Produttive (SUAP) e o Sportello Unico Edilizia (SUE) na plataforma digital www.impresainungiorno.gov.it e definindo um conjunto de indicadores-chave de desempenho (ICD) para orientar a mudança organizacional nas administrações.

**Reforma 1.9-A — Reforma para acelerar a execução da política de coesão**

A reforma visa acelerar a execução e a eficiência da política de coesão, em complementaridade com o PRR. Deve prever a data de aprovação do plano estratégico da zona económica especial única. A legislação nacional exige o parecer da Conferência Unificada antes da sua conversão em lei, tal como previsto no Decreto Legislativo n.º 281/1997. Em conformidade com o artigo 9.º do Regulamento (UE) 2021/241, a reforma pode receber apoio de outros programas e instrumentos da União, desde que esse apoio não cubra os mesmos custos. O MRR não cobre quaisquer custos da reforma.

**Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência**

O objetivo deste investimento é reforçar a capacidade administrativa para a execução do plano de recuperação e resiliência (PRR) italiano. O investimento consiste no recrutamento temporário de um grupo de peritos que prestará assistência técnica às administrações e reforçará a sua capacidade para executar iniciativas específicas previstas no âmbito do PRR e inclui programas de formação.

*Eixo 4 — Contratos públicos e pagamentos pelas administrações públicas*

**Reforma 1.10 — Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos**

O objetivo desta reforma é reforçar a qualificação e a profissionalização das autoridades adjudicantes, aumentar a concorrência, simplificar e digitalizar os procedimentos das centrais de compras e operacionalizar o sistema nacional de contratação pública eletrónica. Para o efeito, a reforma inclui a adoção de atos jurídicos, incluindo alterações ao Código dos Contratos Públicos.

**Reforma 1.11 — Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde**

O objetivo da reforma é resolver os estrangulamentos que causam atrasos na execução dos pagamentos efetuados pelas administrações públicas e autoridades italianas centrais, regionais, locais e sanitárias às empresas, nomeadamente através da adoção de ações estruturais e de medidas legislativas específicas.

*Eixo 5 — Reformas orçamentais e estruturais (fiscalidade e despesa pública):*

**Reforma 1.12 — Reforma da administração fiscal**

O objetivo desta reforma da administração fiscal é incentivar o cumprimento das obrigações fiscais, aumentar a eficácia das auditorias e dos controlos e reduzir os custos de conformidade para os contribuintes, através da adoção e aplicação de medidas legislativas e regulamentares específicas.

**Reforma 1.13 — Reforma do quadro de análise das despesas**

O objetivo desta reforma é aumentar a eficácia do quadro nacional de análise das despesas. A reforma consiste no compromisso de realizar análises anuais das despesas durante o período de 2023-2025 e de melhorar a prática da orçamentação ecológica e sensível ao género.

**Reforma 1.14 — Reforma do quadro orçamental infranacional**

O objetivo desta reforma é aumentar a transparência das relações orçamentais entre os diferentes níveis de governo. A reforma consiste na definição dos níveis essenciais de serviços para o «federalismo orçamental» para as regiões com estatuto ordinário em, pelo menos, dois domínios de intervenção e na adoção de leis que definam o «federalismo orçamental» para as províncias e as cidades metropolitanas.

**Reforma 1.15 — Reforma das regras de contabilidade pública**

O objetivo desta reforma é implementar um sistema único de contabilidade de exercício para o setor público, líquido das empresas públicas. A reforma consiste na adoção do quadro conceptual, do conjunto de normas de contabilidade de exercício e do plano de contabilidade multidimensional, bem como na realização de ações de formação para a transição para o novo sistema de contabilidade de exercício.

**Investimento 1.10 — Apoio à qualificação e à contratação pública eletrónica**

Este investimento deve, no âmbito da estratégia de profissionalização dos adquirentes públicos, criar uma função de apoio à contratação pública dedicada às autoridades adjudicantes para cumprir os requisitos do anexo II.4 do Código dos Contratos Públicos e apoiá-las no processo de contratação pública eletrónica, apoiando a aquisição de competências digitais e prestando apoio técnico na adoção da digitalização da contratação pública, incluindo a utilização de sistemas de aquisição dinâmicos.

## A.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-1 | Reforma 1.1: Contratos públicos no domínio das TIC | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos legislativos para a reforma 1.1 «Contratos públicos no domínio das TIC» | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto-lei respeitante à reforma dos contratos públicos no domínio das TIC | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os atos jurídicos necessários devem incluir intervenções legislativas no decreto-lei de simplificação («Decreto Legge Semplificazioni»). Estes devem estipular:<br>I) A possibilidade de recorrer ao procedimento referido no artigo 48.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos também para os contratos que ultrapassem os limiares referidos no artigo 35.º do Código dos Contratos Públicos para as aquisições relacionadas com a compra de bens e serviços informáticos, nomeadamente baseados na tecnologia de computação em nuvem, bem como serviços de conectividade, financiados, no todo ou em parte, com os recursos previstos para a execução de projetos PNRR;<br>II) A interoperabilidade entre as várias bases de dados geridas pelos organismos de certificação envolvidos no processo de verificação dos requisitos referidos no artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos;<br>III) A criação do processo virtual dos operadores económicos onde estão presentes os dados para a verificação da |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ausência de motivos de exclusão a que se refere o artigo 80.º, que permita a definição de uma lista branca de operadores económicos para os quais a verificação já tenha sido efetuada. |
| M1C1-2 | Reforma 1.3: Prioridade à computação em nuvem e interoperabilidade | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos legislativos para a reforma 1.3 «Prioridade à computação em nuvem e interoperabili-dade» | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto-lei respeitante à prioridade à computação em nuvem e interoperabili-dade | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os atos jurídicos necessários devem incluir:<br>Atos regulamentares de execução relativos, nomeadamente, i) ao regulamento da «Agenzia per l'Italia digitale» (AgID) relativo ao «Polo Strategico Nazionale» (PSN) (previsto no artigo 33.º-F, do Decreto-Lei n.º 179/212) e ii) às orientações da AgID sobre interoperabilidade (previstas nos artigos 50.º e 50.º-B do «Codice dell'Amministrazione Digitale» (CAD).<br>Alterações do artigo 50.º do CAD:<br>I) abolição da obrigação de celebrar acordos-quadro para as administrações que acedam à plataforma nacional de dados digitais;<br>II) esclarecimentos sobre a questão da privacidade: a transferência de dados de um sistema de informação para outro não altera a propriedade dos dados e o seu tratamento, sem prejuízo das |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | responsabilidades das administrações públicas que recebem e tratam os dados enquanto responsáveis autónomos pelo tratamento dos dados.<br>Alterações ao Decreto del Presidente della Repubblica (DPR) 445/2000 relativas ao acesso aos dados:<br>I) revogação da autorização necessária para o acesso direto aos dados;<br>II) supressão da referência aos acordos-quadro no artigo 72.º.<br>Alterações do artigo 33.º-F do Decreto-Lei n.º 179/2012:<br>I) introduzir a possibilidade de a AgID regular, com os Regulamentos Centri Elaborazione Dati (CED) e Cloud, os termos e métodos com os quais as administrações públicas devem efetuar migrações DCE;<br>II) introduzir sanções em caso de incumprimento das obrigações de migração para a nuvem. |
| M1C1-3 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Objetivo intermédio | Conclusão do Polo Strategico Nazionale (PSN) | Relatório sobre a implantação da tecnologia de computação em | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A conclusão total do projeto global deve ser alcançada quando todas as administrações públicas visadas tiverem concluído a transição dos bastidores |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | nuvem, elaborado pelo Ministério da Inovação Tecnológica e da Transição Digital (MITD) | | | | | | identificados para o Polo Strategico Nazionale (PSN) e o ensaio de quatro centros de dados tiver sido concluído com êxito, o que permite o início do processo de migração dos conjuntos de dados e aplicações das administrações públicas visadas para o PSN. |
| M1C1-4 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Objetivo intermédio | Plataforma nacional de dados digitais operacional | Relatório elaborado pelo Ministério da Inovação Tecnológica e da Transição Digital (MITD) que demonstre o lançamento da plataforma nacional de dados digitais | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A plataforma deve possibilitar às agências:<br>— publicar as suas interfaces de programação de aplicações (API) no catálogo API da plataforma;<br>— estabelecer e assinar acordos de interoperabilidade digital através da plataforma;<br>autenticar e autorizar o acesso às API utilizando as funcionalidades da plataforma;<br>validar e avaliar a conformidade com o quadro nacional de interoperabilidade. |
| M1C1-5 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Criação da nova Agência Nacional de Cibersegurança | Ato de constituição administrativa | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O marco deve ser alcançado com (1) a conversão em lei do decreto-lei que constitui a Agência Nacional de Cibersegurança, atualmente em fase de finalização; (2) a publicação no Jornal Oficial do Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri (DPCM) que contém |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | o regulamento interno da Agência Nacional de Cibersegurança. |
| M1C1-6 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Implantação inicial dos serviços nacionais de cibersegurança | Relatório que demonstre a arquitetura completa dos serviços nacionais de cibersegurança | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O marco deve ser alcançado com a definição da arquitetura pormenorizada de todo o ecossistema da arquitetura nacional de cibersegurança [ou seja, um centro nacional de partilha e análise de informações (ISAC), uma rede de equipas de resposta a emergências informáticas (CERT), um HyperSOC nacional, a computação de alto desempenho integrada com as ferramentas de inteligência artificial/aprendizagem automática (IA/ML) para analisar incidentes de cibersegurança a nível nacional]. |
| M1C1-7 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Arranque da rede de laboratórios de avaliação preliminar e de certificação da cibersegurança | Documentação fornecida que demonstre os processos e procedimentos identificados a partilhar entre laboratórios e comunicação de informações fornecida que demonstre a ativação de, pelo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O marco é alcançado com:<br>I) Identificação, pela Agência Nacional de Cibersegurança, do local onde serão criados os laboratórios e centros de rastreio e certificação, dos perfis dos peritos a recrutar e da definição completa dos processos e procedimentos a partilhar entre laboratórios.<br>II) Ativação de um laboratório.<br>As atividades criadas para a constituição e ativação dos laboratórios de controlo |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | menos, um laboratório | | | | | | são supervisionadas pelo «Ministero dello Sviluppo Economico» (MiSE) com o CVCN (laboratório nacional de avaliação preliminar e de certificação da cibersegurança) e integradas no centro de avaliação (CV) pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Defesa. |
| M1C1-8 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Ativação de uma Unidade Central de Auditoria para as medidas de segurança PSNC & NIS | Apresentação de relatórios que demonstrem o lançamento da Unidade Central de Auditoria | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | É nomeada uma unidade interna no âmbito da Agência Nacional de Cibersegurança, com o mandato de realizar as atividades da Unidade Central de Auditoria que terá em conta as medidas de segurança PSNC & NIS.<br>Os processos, a logística e as disposições operacionais devem ser formalizados em documentação adequada centrando-se especificamente nos processos operacionais, isto é, regras de contratação, procedimentos de auditoria e de elaboração de relatórios.<br>As ferramentas de TI devem recolher, gerir e analisar os dados de auditoria e devem ser desenvolvidas e utilizadas pela Unidade de Auditoria.<br>Deve ser fornecida documentação que comprove a conclusão do desenvolvimento das ferramentas. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-9 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Alvo | Apoio à modernização das estruturas de segurança M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 5 | Q4 | 2022 | Pelo menos cinco intervenções de reforço destinadas a modernizar as estruturas de segurança concluídas nos setores do Perímetro Nacional para a Cibersegurança (PSNC) e dos Sistemas de Informação e Redes (SRI).<br>Os tipos de intervenção incluem a modernização dos centros operacionais de segurança (SOC), melhorias da proteção dos limites de cibersegurança e capacidades internas de monitorização e controlo. As intervenções devem centrar-se nos setores dos cuidados de saúde, da energia e do ambiente (abastecimento de água potável). |
| M1C1-10 | Reforma 1.2: Apoio à transformação | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação que cria a Equipa de Transformação e a NewCo | Disposição no ato jurídico relativa à entrada em vigor do ato jurídico que cria o Gabinete de Transformação e à entrada em vigor do ato jurídico que cria a NewCo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Para a criação do Gabinete de Transformação, os atos jurídicos necessários devem incluir:<br>- A publicação do decreto-lei «reclutamento» (já aprovado pelo Conselho de Ministros n.º 22 de 4 de junho de 2021 e publicado no Jornal Oficial («Gazzetta Ufficiale») em 10 de junho de 2021);<br>- A publicação de um convite à manifestação de interesse:<br>- A seleção e a confirmação da afetação dos peritos (numa base |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | temporária durante o MRR).<br>Para a NewCo, os passos principais devem incluir:<br>- Uma autorização legislativa;<br>- Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri (DPCM) que autorize a criação da empresa e que defina os objetivos, o capital social, a duração e os corpos dirigentes da empresa;<br>- Instituição da empresa com ato notarial;<br>- Atos necessários para tornar a empresa operacional — estatutos e vários regulamentos. |
| M1C1-11 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Alvo | Guarda de Finanças — Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 5 | Q1 | 2023 | Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados através da contratação de um prestador de serviços de consultoria que envolva cinco recursos humanos no total, responsáveis tanto pela conceção da arquitetura dos dados como pela redação dos algoritmos da unidade de análise de megadados. Publicação do contrato adjudicado para a aquisição de serviços de ciência de dados em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, e publicação, à escala nacional, de novas ferramentas no primeiro módulo de análise (espinha dorsal informática). |
| M1C1-12 | Investimento 1.3.2: Portal Digital Único | Alvo | Portal Digital Único | NENHUMA. | Número | 0 | 19 | Q4 | 2023 | Os 19 procedimentos administrativos prioritários aplicáveis em Itália dos 21 definidos no Regulamento (UE) 2018/1724 estão em plena conformidade com os requisitos definidos no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2018/1724. Mais especificamente: a) A identificação dos utilizadores, o fornecimento de informações e de elementos comprovativos, a assinatura e a apresentação final devem ser efetuados eletronicamente à distância, através de um canal de serviço que permita aos utilizadores cumprir os requisitos relacionados com o procedimento de forma convivial e estruturada; b) Os utilizadores recebem um aviso de receção automático, a menos que o resultado final do procedimento seja entregue imediatamente; c) Os resultados do procedimento devem ser entregues por via eletrónica ou, se necessário para cumprir o direito da União ou nacional aplicável, entregues por meios físicos; d) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Os utilizadores recebem uma notificação eletrónica da conclusão do procedimento. |
| M1C1-13 | Investimento 1.4.6:<br>Mobilidade como serviço para Itália | Objetivo intermédio | Soluções de mobilidade como serviço M1 | Relatório do Ministero delle Infrastrutture e della Mobilità Sostenibili (MIMS), em colaboração com universidades, que descreve a execução e avalia os resultados dos três projetos-piloto | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Foram implementados três projetos-piloto destinados a testar soluções de mobilidade como serviço em cidades metropolitanas tecnologicamente avançadas.<br>Cada solução foi utilizada por, pelo menos, 1 000 utilizadores durante o período dos projetos-piloto.<br>Cada projeto-piloto deve estar aberto a um mínimo de 1 000 utilizadores, que devem poder aceder ao mesmo numa base voluntária e a expensas próprias e fornecer a avaliação individual, com a possibilidade de escolher e adquirir serviços de mobilidade de entre os disponíveis na plataforma.<br>O serviço de mobilidade como serviço deve, através de uma plataforma tecnológica única, sugerir ao cidadão-utilizador a melhor solução com base nas suas necessidades, explorando a integração entre as várias opções de mobilidade disponíveis (transporte público local, utilização conjunta de veículos, táxi, aluguer de automóvel) para otimizar a experiência de viagem tanto em termos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | de planeamento (planeador de rotas intermodais e informações em tempo real sobre tempos e distâncias) como em termos de utilização (reserva e pagamento de serviços). |
| M1C1-14bis | Reforma 1.9-A: Reforma para acelerar a execução da política de coesão | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação nacional para acelerar a execução da política de coesão | Disposição da lei que indica a entrada em vigor da legislação nacional para acelerar a execução da política de coesão | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | Entrada em vigor de legislação nacional que identifique, no âmbito do acordo de parceria e para todos os programas atuais, as disposições necessárias para acelerar e melhorar a execução da política de coesão.<br><br>A fim de assegurar o diálogo e a cooperação institucionais, bem como um entendimento comum das ações necessárias, até 31 de dezembro de 2023, o Governo deve criar um grupo de trabalho técnico com as autoridades de gestão de todos os programas regionais e nacionais no âmbito do PNRR de Cabina di regia, sem prejuízo da legislação nacional relativa à Conferência Unificada.<br><br>A legislação deve estabelecer as disposições necessárias para dar prioridade às intervenções nos seguintes setores estratégicos, em estrita coerência com os documentos de planeamento definidos para as condições habilitadoras pertinentes, e para as aplicar concretamente, incluindo uma intervenção |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | específica para reforçar a capacidade administrativa nestes setores:<br>— Água;<br>— infraestruturas para riscos hidrogeológicos e proteção do ambiente;<br>— Resíduos;<br>— Transportes e mobilidade sustentável;<br>— Da energia,<br>— Apoio ao desenvolvimento e à atratividade das empresas, também para as transições digital e ecológica. |
| M1C1-15 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Alvo | Guarda de Finanças — Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados M2 | NENHUMA. | Número | 5 | 10 | Q1 | 2024 | Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados mediante contratação com um prestador de serviços de consultoria envolvendo cinco recursos humanos adicionais (dez no total) responsáveis tanto pela conceção da arquitetura de dados como pela redação dos algoritmos da unidade de análise de megadados. Publicação do contrato adjudicado para a aquisição de serviços de ciência de dados em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, e publicação, à escala nacional, de novas ferramentas no |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | primeiro módulo de análise (espinha dorsal informática). |
| M1C1-17 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Alvo | Migração para o «Polo Strategico Nazionale» M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 100 | Q3 | 2024 | Pelo menos 100 administrações públicas centrais e autoridades locais de cuidados de saúde (Aziende Sanitarie Locali/Aziende ospedaliere) devem migrar totalmente pelo menos um serviço da administração (incluindo sistemas, conjuntos de dados e aplicações) para a infraestrutura (Polo Strategico Nazionale). A migração completa pode implicar, para cada instituição, uma combinação de: alojamento puro não preparado para a computação em nuvem, migrações em voo e por turnos, modernização para infraestruturas como serviço (IaaS), plataforma como serviço (Paas) ou software como serviço (SaaS). A migração para o «Polo Strategico Nazionale» pode ser executada de várias formas, de acordo com o estado da técnica da arquitetura informática do software existente nas instalações de cada administração pública migradora. Estas estratégias podem variar desde o mero alojamento e migração de «lift-and-shift» para software não preparado para a computação em nuvem até uma migração para IaaS, PaaS ou SaaS para software |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | preparado para a computação em nuvem. O PSN deve oferecer a cada administração pública migradora todas as estratégias de migração elegíveis para considerar alcançada a meta «migração para o «Polo Estratégico Nazionale»».<br><br>As administrações públicas abrangidas incluem:<br><br>• As administrações públicas centrais são responsáveis pela maior parte das despesas com as tecnologias da informação e comunicação (TIC) (como o Instituto Nacional de Segurança Social e o Ministério da Justiça);<br><br>• Administrações públicas centrais que alojam dados em centros de dados desatualizados, de acordo com o inquérito recentemente realizado sobre a «preparação para a computação em nuvem»;<br><br>• As autoridades locais de cuidados de saúde (Aziende Sanitarie Locali/Aziende Ospedaliere), localizadas principalmente no centro e no sul de Itália, carecem de infraestruturas adequadas para garantir a segurança dos dados. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-18 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Alvo | IPA na plataforma nacional de dados digitais M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 3 000 | Q4 | 2024 | Esta meta consiste em alcançar, pelo menos, 3 000 interfaces de programação de aplicações (IPA) criadas pelas administrações públicas, publicadas no catálogo de IPA e integradas na plataforma nacional de dados digitais. As IPA publicadas devem ter impacto em vários domínios, que podem incluir, entre outros:<br>I) Serviços de segurança social e de assistência social, gestão de serviços de contratação pública ou registos nacionais fundamentais (por exemplo, registo da população e registo de licenças de automóveis);<br>A aplicação e a documentação de cada API devem cumprir as normas nacionais de interoperabilidade. O quadro das plataformas nacionais de dados digitais fornece funcionalidades para avaliar essa conformidade. |
| M1C1-19 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Alvo | Apoio à modernização das estruturas de segurança M2 | NENHUMA. | Número | 5 | 50 | Q4 | 2024 | Pelo menos 50 intervenções de reforço concluídas nos setores do Perímetro Nacional para a Cibersegurança (PSNC) e dos Sistemas de Informação e Redes (SRI).<br>Os tipos de intervenção incluem, por exemplo, centros operacionais de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | segurança (SOC), melhorias no domínio da ciberdefesa e capacidades internas de acompanhamento e controlo em conformidade com os requisitos em matéria de SRI e PSNC. As intervenções nos setores da SRI devem centrar-se especialmente nos setores dos cuidados de saúde, da energia e do ambiente (abastecimento de água potável e gestão de resíduos). |
| M1C1-20 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Plena implantação dos serviços nacionais de cibersegurança | Relatório que demonstre a ativação total dos serviços nacionais de cibersegurança | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Este marco deve ser completado com a ativação das equipas territoriais de resposta a emergências informáticas (CERT), que devem estar interligadas com a equipa italiana de resposta a incidentes de segurança informática (CSIRT), a ativação do centro de partilha e análise de informações (ISAC), a integração de, pelo menos, 5 centros operacionais de segurança (SOC) com o HyperSOC nacional, o pleno funcionamento dos serviços de gestão dos riscos de cibersegurança, incluindo os serviços de análise da cadeia de abastecimento e de seguros contra riscos cibernéticos. |
| M1C1-21 | Investimento 1.5: | Objetivo intermédio | Conclusão da rede de laboratórios de | Apresentação de relatórios que demonstrem a | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Ativação de, pelo menos, 10 laboratórios de rastreio e certificação e de 2 centros |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Cibersegurança | | avaliação preliminar e certificação da cibersegurança, centros de avaliação | plena ativação de, pelo menos, 10 laboratórios e 2 centros de avaliação (CV) | | | | | | de avaliação (CV). |
| M1C1-22 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Pleno funcionamento da Unidade Central de Auditoria para as medidas de segurança PSNC & NIS, com pelo menos 30 inspeções concluídas | Relatórios fornecidos, relatórios de inspeção | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Pleno funcionamento da Unidade Central de Auditoria, com pelo menos 30 inspeções concluídas. |
| M1C1-23 | Investimento 1.4.6: Mobilidade como serviço para Itália | Objetivo intermédio | Soluções de mobilidade como serviço M2 | Projetos-piloto de mobilidade enquanto serviço | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Sete projetos-piloto, dos quais pelo menos três no Sul, testarão soluções de mobilidade enquanto serviço (MaaS).<br>A mobilidade enquanto serviço deve proporcionar aos utilizadores, através de uma plataforma tecnológica única, as melhores opções de viagem com base nas suas necessidades, integrando diferentes opções de mobilidade (por exemplo, transportes públicos, serviços de partilha, táxis, aluguer de automóveis) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | e otimizando o planeamento das viagens e a experiência global dos utilizadores. |
| M1C1-24 | Investimento 1.7.1: Função Pública Digital | Alvo | Pessoas participaram na função pública digital | NENHUMA. | Número | 0 | 8 300 | Q4 | 2025 | Pelo menos 8 300 pessoas participaram na função pública digital em organizações inscritas no registo nacional de organizações do serviço público universal. A função pública digital centra-se na educação digital e/ou em atividades de facilitação digital. |
| M1C1-25 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Objetivo intermédio | Desenvolver os sistemas de informação utilizados para combater a criminalidade económica | Sistemas informáticos com novas funcionalidades | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Disponibilização de novas funcionalidades dos sistemas de informação utilizados para combater a criminalidade económica. |
| M1C1-27 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Alvo | IPA na plataforma nacional de dados digitais M2 | NENHUMA. | Número | 3 000 | 7 000 | Q4 | 2025 | Esta meta consiste em alcançar, pelo menos, mais 4 000 interfaces de programação de aplicações (IPA) publicadas no catálogo API (num total de 7 000).<br>As IPA publicadas devem ter impacto em vários domínios, que podem incluir, entre outros:<br>I) dados nacionais relacionados com o recrutamento, a reforma, a inscrição na escola e na universidade (por exemplo, o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Registo Nacional de Estudantes e o Registo da Administração Pública), o cumprimento das obrigações fiscais ou o sistema nacional de informação para dados médicos e emergências sanitárias.<br>A aplicação e a documentação de cada API devem cumprir as normas nacionais de interoperabilidade. O quadro das plataformas nacionais de dados digitais fornece funcionalidades para avaliar essa conformidade. |
| M1C1-28 | Investimento 1.7.2: Rede de serviços de facilitação digital | Alvo | Número de cidadãos que participam em iniciativas de educação digital e/ou de facilitação oferecidas por centros de facilitação digital | NENHUMA. | Número | 0 | 2 000 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 2 000 000 cidadãos, 30 % dos quais localizados no sul de Itália, participaram em iniciativas de educação e/ou facilitação digital, de acordo com o registo na plataforma «Facilita» do Departamento de Transformação Digital. |
| M1C1-29 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma da justiça civil | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da legislação habilitante | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A legislação habilitante deve incluir, pelo menos, as seguintes medidas: I) Introdução de procedimentos simplificados a nível da primeira instância/julgamento e reforço da aplicação de «procedimentos de filtragem» a nível dos recursos, incluindo |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | a utilização alargada de procedimentos simplificados e o leque de casos em que um juiz singular é competente para decidir; assegurar a aplicação efetiva de prazos vinculativos para os procedimentos e de um calendário para a recolha de elementos de prova e a apresentação por via eletrónica de qualquer ato e documento pertinente; III) reformar o recurso à mediação e à resolução alternativa de litígios, juntamente com a mediação assistida, a arbitragem e qualquer outra alternativa possível, a fim de tornar estes institutos mais eficazes na eliminação da pressão sobre o sistema de justiça civil, nomeadamente através de incentivos; IV) reformar o procedimento de execução forçada, a fim de reduzir o tempo médio existente, nomeadamente tornando a execução dos montantes declarados devidos mais rápida e menos dispendiosa; reformar o atual sistema de quantificação e recuperação das custas judiciais, a fim de reduzir a litigância frívola; V) introduzir um sistema de acompanhamento a nível dos tribunais e aumentar a produtividade dos tribunais cíveis através de incentivos para assegurar uma duração razoável dos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | processos e desempenhos uniformes em todos os tribunais. |
| M1C1-30 | Reforma 1.5: Reforma da justiça penal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma da justiça penal | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da legislação habilitante | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A legislação habilitante deve incluir, pelo menos, as seguintes medidas: I) um sistema de notificação revisto, ii) uma utilização mais ampla de procedimentos simplificados, iii) uma utilização mais ampla da apresentação eletrónica de documentos, iv) regras simplificadas em matéria de provas, v) a definição de prazos para a duração da investigação preliminar e medidas para evitar a estagnação na fase de investigação, vi) o alargamento da possibilidade de extinguir o crime se os danos tiverem sido reembolsados, vii) a introdução de um sistema de acompanhamento a nível dos tribunais e o aumento da produtividade dos tribunais penais através de incentivos para assegurar uma duração razoável dos processos e desempenhos uniformes entre os tribunais. |
| M1C1-31 | Reforma 1.6: Reforma do quadro de insolvência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação habilitante para a reforma do quadro de | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da legislação habilitante | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A reforma do quadro de insolvência deve incluir, pelo menos, as seguintes medidas: I) rever os mecanismos de resolução extrajudicial de litígios para identificar os domínios em que podem ser necessárias novas melhorias, a fim de incentivar as |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | insolvência. | | | | | | | partes em causa a recorrerem mais a esses processos; criar mecanismos de alerta precoce e acesso à informação antes da fase de insolvência; transição para a especialização dos tribunais (direito comercial, secção/secção de insolvência), bem como das instituições pré-judiciais para gerir os processos de insolvência em caso de insolvência; permitir que os credores garantidos sejam pagos em primeiro lugar (antes dos créditos fiscais e dos créditos dos trabalhadores); V) permitir que as empresas concedam um direito de garantia não possuidor. Como complemento da reforma do quadro de insolvência, devem ser asseguradas a formação e especialização dos membros das autoridades judiciais e administrativas responsáveis pelos processos de reestruturação, bem como a digitalização global dos processos de reestruturação e insolvência e a criação de uma plataforma em linha para a resolução extrajudicial de litígios, em especial na fase de pré-insolvência, devendo a sua utilização ser incentivada para reduzir os encargos do sistema judicial (pedidos de reestruturação pré-insolvência, promoção de reestruturações multilaterais e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | possibilidade de processos de reestruturação automatizados e resoluções para casos de baixo valor). Essa plataforma em linha deve também garantir a interoperabilidade com os sistemas informáticos dos bancos, bem como com outras autoridades públicas e outras bases de dados, de modo a assegurar um intercâmbio rápido e eletrónico de documentação e dados entre devedores e credores. Para o efeito, o requerente (o devedor) poderá dar o seu consentimento para o intercâmbio dos seus dados pessoais em conformidade com o RGPD, devendo esta disposição ser incluída na lei. A reforma deve criar um registo de garantias. |
| M1C1-32 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais cíveis, penais e administrativos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação especial que rege o recrutamento no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da legislação especial que rege o recrutamento no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Aprovar legislação especial que regule o recrutamento no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência, com autorização para publicitar e recrutar. |
| M1C1-33 | Investimento | Alvo | Iniciar os | NENHUMA. | Número | 0 | 168 | Q2 | 2022 | Iniciar os processos de recrutamento de, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | | processos de recrutamento para os tribunais administrativos | | | | | | | pelo menos, 168 unidades de pessoal para o gabinete de julgamento e os tribunais administrativos e colocar unidades em serviço. A base de referência é o número de efetivos em serviço em 31 de dezembro de 2021. |
| M1C1-34 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para o gabinete de julgamento e os tribunais cíveis e penais | Alvo | Início dos processos de recrutamento para os tribunais cíveis e penais | NENHUMA. | Número | 0 | 8 764 | Q4 | 2022 | Iniciar os processos de recrutamento de, pelo menos, 8 764 unidades de pessoal para o gabinete de julgamento e os tribunais administrativos e colocar unidades em serviço. A base de referência é o número de efetivos no final de 2021. |
| M1C1-35 | Reforma 1.7: Reforma dos tribunais fiscais | Objetivo intermédio | Reforma global dos tribunais fiscais de primeira e de segunda instância | Disposição legal que indica a entrada em vigor do quadro jurídico revisto | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O quadro jurídico revisto deve tornar a aplicação da legislação fiscal mais eficaz e diminuir o elevado número de recursos interpostos no Tribunal de Cassação. |
| M1C1-36 | Reformas 1.4, 1.5 e 1.6: Reforma da justiça civil e penal e reforma do quadro de insolvência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos delegados para as reformas da justiça civil e penal e a reforma do quadro de | Disposição nos atos delegados relativa à entrada em vigor dos atos delegados | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Entrada em vigor de todos os atos delegados cujo conteúdo esteja indicado na legislação de habilitação para a reforma da justiça civil e penal e para a reforma do quadro de insolvência. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | insolvência | | | | | | | |
| M1C1-37 | Reformas 1.4 e 1.5: Reforma da justiça civil e penal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma da justiça civil e penal | Disposição nos atos secundários relativa à entrada em vigor dos atos secundários | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Concluir a adoção de todos os regulamentos e fontes de legislação secundária necessários para a aplicação efetiva das leis habilitantes da reforma da justiça |
| M1C1-38 | Reforma 1.8: Digitalização da justiça | Objetivo intermédio | Digitalização do sistema judicial | Disposição nos atos primários e secundários relativa à entrada em vigor dos atos correspondentes | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Deve ser estabelecida a obrigatoriedade de preenchimento e processamento eletrónico de todos os documentos para os processos cíveis. Processo penal de primeira instância digitalizado, com exceção do serviço de audiência preliminar. Criação de uma base de dados gratuita, totalmente acessível e pesquisável para as decisões judiciais em matéria cível, em conformidade com a legislação. |
| M1C1-38bis | Reforma 1.8: Digitalização da justiça | Objetivo intermédio | Digitalização do sistema judicial | Os processos penais de primeira instância são digitalizados e os PNR, PDP e APP são interoperáveis | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Digitalização dos processos penais de primeira instância até ao ato final através do «portale delle notizie di reato» (PNR), do «portale dei depositi penali» (PDP) e do «applicativo processo penale» (APP). As plataformas devem ser interoperáveis entre si. |
| M1C1-39 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento | Alvo | Procedimentos de recrutamento ou extensão dos | NENHUMA. | Número | 0 | 10 000 | Q2 | 2024 | Concluir os procedimentos de recrutamento ou extensão de, pelo menos, 10 000 unidades de pessoal para |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | para os tribunais cíveis e penais | | tribunais civis e penais e dos serviços territoriais e centrais do Ministério da Justiça responsáveis pela execução do PRR | | | | | | | o gabinete de ensaios e o pessoal técnico e administrativo e colocá-los em serviço.<br>Apenas os recrutamentos ou os procedimentos de prorrogação concluídos desde 1 de janeiro de 2022 contam para este objetivo. |
| M1C1-40 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Procedimentos de recrutamento ou de extensão para os tribunais administrativos | NENHUMA. | Número | 0 | 158 | Q2 | 2024 | Concluir os procedimentos de recrutamento ou extensão de, pelo menos, 158 unidades de pessoal para o gabinete de julgamento e os tribunais administrativos e colocar unidades em serviço. Apenas os recrutamentos ou os procedimentos de prorrogação concluídos desde 1 de janeiro de 2022 contam para este objetivo. |
| M1C1-41 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais administrativos regionais | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 75 | Q2 | 2024 | Reduzir em 25 % o número de processos pendentes (2019) em 109 029 nos tribunais de recurso cíveis (tribunais administrativos de primeira instância). |
| M1C1-42 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento | Alvo | Redução dos processos em atraso no | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 65 | Q2 | 2024 | Reduzir em 35 % o número de processos pendentes (2019) em 24 010 no Conselho |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | para os tribunais administrativos | | Conselho de Estado | | | | | | | de Estado (segunda instância). |
| M1C1-43 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais ordinários cíveis (primeira instância) | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 5 | Q4 | 2024 | Reduzir em 95 % o número de processos pendentes em 31 de janeiro de 2020 (333 218) nos tribunais comuns cíveis (primeira instância). A base de referência é o número de processos pendentes há mais de três anos nos tribunais ordinários cíveis (em 31 de janeiro de 2020). |
| M1C1-44 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais de recurso cíveis (segunda instância) | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 5 | Q4 | 2024 | Reduzir em 95 % o número de processos pendentes em 31 de janeiro de 2020 (97 251) nos tribunais cíveis de recurso (segunda instância).<br>A base de referência é o número de processos pendentes há mais de dois anos nos tribunais de recurso cíveis (em 31 de janeiro de 2020). |
| M1C1-37bis | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de medidas destinadas a reduzir os atrasos acumulados | Disposição da lei que indica a entrada em vigor do direito primário e dos atos derivados para reduzir o número de processos em atraso | | | | Q1 | 2024 | Entrada em vigor do direito primário e das fontes de direito derivado para permitir:<br>i. Reforço dos gabinetes de julgamento, nomeadamente através de incentivos, para atrair e manter as unidades de pessoal contratadas com base no regime de recrutamento para o plano nacional de recuperação e resiliência;<br>ii. Criação de incentivos para: (1) apoiar tribunais menos eficientes na redução |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | dos atrasos na justiça civil; (2) recompensar os cargos judiciais que atinjam os objetivos anuais específicos de redução do número de processos pendentes no sistema de justiça civil. |
| M1C1-45 | Reformas 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Redução da duração do processo cível | Publicação de um relatório pelo Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório do Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) que confirma uma redução do tempo de resolução de 40 % de todas as instâncias de processos contenciosos em matéria civil e comercial em comparação com 31 de dezembro de 2019 (2 512 dias). O relatório deve ser acompanhado de um anexo com os dados subjacentes. |
| M1C1-46 | Reforma 1.5: Reforma da justiça penal | Objetivo intermédio | Redução da duração do processo penal | Publicação de um relatório pelo Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório do Instituto Nacional de Estatística italiano (ISTAT) que confirma a redução, até 31 de dezembro de 2025, do tempo de resolução em 25 % de todas as instâncias de processos penais, em comparação com 31 de dezembro de 2019 (1 398 dias). O relatório deve ser acompanhado de um anexo com os dados subjacentes. |
| M1C1-47 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais ordinários cíveis | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 10 | Q2 | 2026 | Reduzir em 90 % o número de processos pendentes que tinham sido abertos entre 1 de fevereiro de 2017 e 31 de dezembro de 2022 e que ainda estavam pendentes em 31 de dezembro de 2022 nos tribunais |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | (primeira instância) | | | | | | | ordinários cíveis (primeira instância). |
| M1C1-48 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais de recurso cíveis (segunda instância) | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 10 | Q2 | 2026 | Reduzir em 90 % o número de processos pendentes que tinham sido abertos entre 1 de fevereiro de 2018 e 31 de dezembro de 2022 e que ainda estavam pendentes em 31 de dezembro de 2022 nos tribunais cíveis de recurso (segunda instância). |
| M1C1-49 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais administrativos regionais (primeira instância) | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 20 | Q4 | 2025 | Reduzir em 80 % o número total de processos pendentes em 30 de junho de 2023 em todos os tribunais administrativos regionais (tribunal administrativo de primeira instância) (102 144). |
| M1C1-50 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso no Conselho de Estado | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 30 | Q4 | 2025 | Reduzir em 70 % o número de processos pendentes em 30 de junho de 2024 no Conselho de Estado (segunda instância) (12 287). |
| M1C1-51 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário relativo à governação do plano italiano de | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2021 | O direito primário deve abranger, no mínimo:<br>1) coordenação e acompanhamento dos projetos do plano italiano de recuperação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | recuperação e resiliência | | | | | | | e resiliência a nível central;<br>2) definição e separação de competências e aprovação dos mandatos pertinentes dos diferentes organismos e administrações envolvidos na coordenação, no acompanhamento e na execução do plano italiano de recuperação e resiliência;<br>3) definição de um sistema de deteção precoce de problemas de aplicação;<br>4) definição ex ante de um mecanismo de execução para resolver problemas de aplicação e evitar atrasos, em especial em relação aos diferentes níveis das administrações;<br>5) definição do pessoal (número e conhecimentos especializados) dedicado à coordenação, ao acompanhamento e à execução do plano italiano de recuperação e resiliência nas administrações envolvidas;<br>6) a definição da assistência técnica prestada às administrações envolvidas na execução do plano italiano de recuperação e resiliência, nomeadamente a nível local, assegurando o reforço da capacidade administrativa na |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | administração pública;<br>7) a definição de procedimentos «acelerados» para a execução do plano italiano de recuperação e resiliência e a absorção atempada dos fundos;<br>8) organização e procedimentos de auditoria e controlo do plano de recuperação e resiliência italiano. |
| M1C1-52 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário relativo à simplificação dos procedimentos administrativos para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência. | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2021 | As medidas incluirão o seguinte:<br>1) a eliminação de estrangulamentos críticos no que diz respeito, em especial, à avaliação de impacto ambiental a nível estatal e regional, à autorização de novas instalações de reciclagem de resíduos, aos procedimentos de autorização de energias renováveis e aos procedimentos necessários para alcançar a eficiência energética dos edifícios (o chamado «Super Bonus») e a regeneração urbana. Serão consagradas ações específicas à simplificação dos procedimentos no âmbito da «Conferenza di servizi» (um acordo formal entre duas ou mais administrações públicas). |
| M1C1-53 | Investimento 1.9: Prestar assistência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de direito primário relativo | Disposição na lei que indica a entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2021 | As medidas devem incluir disposições que permitam o recrutamento temporário de: |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | | à prestação de assistência técnica e ao reforço do desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | da lei | | | | | | dados técnicos de 2 800 para reforçar as administrações públicas do Sul, pagos pelo orçamento nacional;<br>II) um grupo de 1 000 peritos a destacar por um período de três anos para apoiar as administrações na gestão dos novos procedimentos de prestação de assistência técnica. |
| M1C1-54 | Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | Alvo | Conclusão do recrutamento de peritos para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 | Q4 | 2021 | Conclusão dos processos de recrutamento do grupo de 1 000 peritos a destacar por um período de três anos para apoiar as administrações na gestão dos novos procedimentos, para prestarem assistência técnica. |
| M1C1-55 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Alargamento ao orçamento nacional da metodologia aplicada ao | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do alargamento da metodologia | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Criar um sistema simplificado de marcos e metas semelhante ao MRR para o planeamento, a execução e o financiamento de projetos ao abrigo do Fundo de Investimento Complementar |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | plano de recuperação e resiliência italiano, a fim de aumentar a absorção do investimento | | | | | | | (30,5 mil milhões de EUR). |
| M1C1-56 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma do emprego público | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | A legislação habilitante deve incluir as seguintes medidas:<br>— definir perfis profissionais específicos para o setor público, a fim de atrair as competências e aptidões necessárias;<br>criação de uma plataforma única de recrutamento para centralizar os procedimentos de contratação pública para todas as administrações públicas centrais, com o compromisso de alargar a utilização da plataforma também às administrações locais;<br>— reforma do processo de recrutamento para: passar de um sistema puramente baseado no conhecimento para um sistema baseado principalmente nas competências e aptidões adequadas; II) avaliar as competências dos funcionários públicos; diferenciar os processos de recrutamento entre o recrutamento de início de carreira, que deve basear-se |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | exclusivamente nas competências, e o recrutamento de perfis especializados, que devem combinar competências com experiência profissional pertinente e conduzir ao acesso à carreira a um nível mais elevado. O Ministério da Administração Pública deve assegurar a aplicação coerente do novo processo em todas as administrações;<br><br>reforma da função pública de alto nível para homogeneizar os procedimentos de nomeação em toda a administração pública, definindo os perfis profissionais e a avaliação do seu desempenho;<br><br>— reforçar a ligação entre a aprendizagem ao longo da vida e as oportunidades de formação para os trabalhadores e os incentivos à participação, por exemplo, prevendo mecanismos de recompensa ou percursos profissionais específicos, prestando especial atenção à dupla transição;<br><br>— definir ou atualizar os princípios éticos das administrações públicas através de regras claras, códigos de conduta e módulos de formação sobre o tema;<br><br>reforçar o compromisso para com o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | equilíbrio entre homens e mulheres;<br>— rever o quadro regulamentar em matéria de mobilidade vertical, reformar os percursos profissionais para criar e aceder a cargos de gestão intermédia («quadri») e aceder a cargos públicos superiores («dirigenti di prima e seconda fascia») a partir da administração. Tal inclui a reforma do sistema de avaliação do desempenho e o reforço da ligação entre a progressão na carreira e a avaliação do desempenho;<br>— rever o quadro regulamentar em matéria de mobilidade horizontal para alcançar um mercado de trabalho eficiente nas administrações públicas, incluindo a) a criação de um sistema de publicidade único transparente para todos os lugares vagos nas administrações centrais e locais, b) a possibilidade de se candidatar a qualquer lugar disponível em qualquer lugar, c) a abolição da autorização de mobilidade da administração de origem e d) a introdução de restrições significativas à utilização de meios alternativos de mobilidade que não conduzam a transferências (ou seja, «comandi» e «distacchi»), a fim de os tornar excecionais e estritamente |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | limitados no tempo. |
| M1C1-57 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos procedimentos administrativos para a reforma para a simplificação com vista à implementação do MRR | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do direito derivado | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Entrada em vigor de todos os atos delegados conexos, decretos ministeriais, direito derivado e todos os outros regulamentos necessários para a implementação efetiva da simplificação, incluindo acordos com as regiões em caso de competência regional exclusiva e concorrente. |
| M1C1-58 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos jurídicos para a reforma do emprego público | Disposição relativa à entrada em vigor dos atos jurídicos para a reforma do emprego público | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Entrada em vigor de todos os atos delegados conexos, decretos ministeriais, direito derivado e todos os outros regulamentos necessários para a implementação efetiva da reforma. |
| M1C1-59 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública | Disposição relativa à entrada em vigor da legislação respeitante à introdução de uma gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | A legislação e os atos delegados para a introdução da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública devem incluir: a definição, no contexto do Plano Integrado de Atividades e Organizações (PIAO), de planos estratégicos em matéria de recursos humanos, para o recrutamento, a progressão na carreira e a formação, para todas as administrações centrais e regionais, apoiados por uma base de dados integrada com competências e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | perfis; a criação de uma unidade central de execução que coordene e apoie o sistema de planeamento dos recursos humanos. Numa segunda fase, os planos estratégicos de recursos humanos devem ser alargados aos grandes municípios, enquanto os pequenos e médios municípios devem ser objeto de investimentos específicos no desenvolvimento de capacidades. |
| M1C1-59BIS | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Execução da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública | Publicação do primeiro relatório semestral sobre os ICD. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | O primeiro relatório semestral sobre os ICD deve ser publicado. |
| M1C1-59ter | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Execução da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública | «Caixa de ferramentas HRM-Minerva» operacional, interoperável com a INPA, o Syllabus e com a plataforma digital PIAO, e análise dos planos estratégicos em | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | *Verifica di conformità, comprovando* i) que o «Toolkit HRM-Minerva» está operacional e ii) é interoperável com a plataforma de recrutamento (inPA), a plataforma «Syllabus» e a plataforma digital PIAO.<br><br>Uma análise do Departamento da Função Pública que abranja um projeto-piloto de, pelo menos, 200 administrações |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | matéria de recursos humanos. | | | | | | nacionais e infranacionais deve: i) examinar o conteúdo dos planos estratégicos de recursos humanos (Programma Triennale dei Fabbisogni del Personale) incluídos no PIAO, ii) apresentar em que medida as conclusões dos relatórios semestrais sobre os ICD foram tidas em conta, iii) mencionar as ações de acompanhamento recomendadas pelo PQD. |
| M1C1-60 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Alvo | Simplificação e/ou digitalização de 200 procedimentos críticos que afetam os cidadãos e as empresas | NENHUMA. | Número | 0 | 200 | Q4 | 2024 | A simplificação e/ou digitalização dos procedimentos deve abranger, pelo menos, o seguinte domínio:<br>1) ambiente e energia, energias renováveis e economia verde;<br>2) construção e requalificação urbana;<br>3) infraestruturas de comunicações eletrónicas;<br>4) estabelecimento e funcionamento de atividades económicas. |
| M1C1-62 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Aumentar a absorção do investimento | Publicação de um relatório pelo Ministério das Finanças | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Publicação de um relatório que meça a absorção dos recursos do Fundo Complementar atribuídos até 2024. |
| M1C1-63 | Reforma 1.9: | Objetivo | Publicação de | Publicação do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | O repositório dos procedimentos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Reforma da administração pública | intermédio | um repositório de procedimentos simplificados e/ou digitalizados | repositório no sítio Web do Departamento da Função Pública | | | | | | simplificados e/ou digitalizados deve estar disponível no sítio Web gerido pelo Departamento da Função Pública (www.italiasemplice.gov.it).<br>Os dados sobre a disponibilidade do Sportello Unico Attività Produttive (SUAP) e do Sportello Unico Edilizia (SUE) em todo o território nacional devem estar acessíveis no sítio Web www.impresainungiorno.gov.it. |
| M1C1-66 | Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | Alvo | Relatórios de presença na plataforma Syllabus | NENHUMA. | Número | 0 | 441 750 | Q2 | 2026 | Pelo menos 441 750 relatórios de presença na plataforma Syllabus. |
| M1C1-68 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Sistema de repositório para auditorias e controlos: informações para o | Relatório de auditoria que confirma as funcionalidades do sistema de | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Criação e entrada em funcionamento do sistema de repositório para acompanhar a execução do MRR.<br>O sistema deve incluir, no mínimo, as seguintes funcionalidades: |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | acompanhamento da implementação do MRR | repositório | | | | | | a) Recolher dados e acompanhar o cumprimento dos marcos e das metas;<br>b) Recolher, armazenar e assegurar o acesso aos dados exigidos pelo artigo 22.º, n.º 2, alínea d), subalíneas i) a iii), do Regulamento MRR. |
| M1C1-69 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto relativo à simplificação do sistema de contratos públicos | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto-lei respeitante à simplificação do sistema dos contratos públicos. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2021 | O decreto-lei deve simplificar o sistema de contratos públicos com, pelo menos, as seguintes medidas urgentes:<br>I. Estabelecimento de metas para reduzir a distância temporal entre a publicação dos concursos e a adjudicação dos contratos.<br>II. Estabelece metas e um sistema de acompanhamento para reduzir o tempo entre a adjudicação do contrato e a conclusão da infraestrutura («fase esecutiva»).<br>III Obrigação de registo dos dados de todos os contratos na base de dados anticorrupção da autoridade nacional de luta contra a corrupção (ANAC).<br>IV. Implementação e incentivo dos mecanismos alternativos de resolução de litígios na fase de execução dos contratos públicos. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | v. Criação de gabinetes específicos responsáveis pelos procedimentos de contratação pública nos ministérios, regiões e cidades metropolitanas.<br>Outras especificações:<br>Simplificação e digitalização dos procedimentos das centrais de compras («centrali di committenza»);<br>— Aplicar os artigos 41.º e 44.º do atual Código dos Contratos Públicos;<br>— Definir a forma como os procedimentos devem ser digitalizados para todos os contratos públicos e concessões e definir requisitos de interoperabilidade e interconectividade;<br>— Aplicar o artigo 44.º do atual Código dos Contratos Públicos. |
| M1C1-70 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da revisão do Código dos Contratos Públicos (D.Lgs. n.º 50/2016). | Disposição na lei que relativa à entrada em vigor da lei de delegação que reforma o atual Código dos Contratos Públicos (D.Lgs. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Esta lei estabelece todos os critérios e princípios precisos para a reforma sistémica do Código dos Contratos Públicos.<br>A lei de delegação deve determinar, pelo menos, os seguintes princípios e critérios:<br>I. Reduzir a fragmentação das autoridades adjudicantes (1) estabelecer os elementos básicos do sistema de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | n.º 50/2016) | | | | | | qualificação, (2) exigir a criação de uma plataforma eletrónica como requisito básico para participar na avaliação nacional da capacidade de contratação pública (3) habilitar a autoridade nacional anticorrupção (ANAC) a rever a qualificação das autoridades adjudicantes em termos de capacidade de contratação pública (tipos e volumes de aquisições), (4) proporcionar incentivos à utilização das centrais de compras profissionais existentes.<br><br>II. Simplificar e digitalizar os procedimentos das centrais de compras («centrali di committenza»).<br><br>III Definir o modo como os procedimentos devem ser digitalizados para todos os contratos públicos e concessões e definir os requisitos de interoperabilidade e interconectividade.<br><br>IV. Reduzir progressivamente as restrições relativas à subcontratação. |
| M1C1-71 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de toda a legislação, regulamentação e atos de execução | Entrada em vigor de toda a legislação, regulamentação e atos de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Toda a legislação, regulamentação e atos de execução necessários (incluindo o direito derivado, se necessário) devem obter os seguintes resultados:<br><br>I. O organismo único de coordenação da |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | públicos | | necessários (incluindo o direito derivado) para o sistema de contratos públicos | necessários | | | | | | política de contratos públicos deve dispor de um nível adequado de pessoal e de recursos financeiros para estar plenamente operacional, também devido ao apoio prestado por uma estrutura específica da ANAC.<br><br>II. O organismo único de coordenação da política de contratos públicos adota a estratégia de profissionalização (relacionada com a proposta de reforma 2.1.6 do PNRR de Itália) que contém os tipos de formação a diferentes níveis, a tutoria especial e a elaboração de orientações operacionais, com o apoio da ANAC e da Escola Nacional de Administração.<br><br>III Os sistemas de aquisição dinâmicos são disponibilizados pela Consip e estão em conformidade com as diretivas relativas aos contratos públicos.<br><br>IV. A ANAC conclui o exercício de qualificação das entidades adjudicantes em termos de capacidade de contratação pública além da aplicação do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos.<br><br>v. O sistema de acompanhamento do período de tempo entre a adjudicação do contrato e a conclusão das obras da |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | infraestrutura está operacional.<br>VI. Os dados de todos os contratos são registados na base de dados anticorrupção da autoridade nacional de luta contra a corrupção (ANAC).<br>VII. Todos os gabinetes específicos responsáveis pelos procedimentos de contratação pública nos ministérios, regiões e cidades metropolitanas. |
| M1C1-72 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | São aprovadas medidas para reduzir os atrasos de pagamento da administração pública às empresas | Disposição na lei relativa à entrada em vigor das regras para reduzir os atrasos de pagamento da administração pública às empresas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Entrada em vigor de novas regras para reduzir os atrasos de pagamento da administração pública às empresas.<br>As medidas devem incluir, pelo menos, os seguintes elementos essenciais:<br>I. O sistema InIT é implantado na administração pública central a fim de apoiar a contabilidade económica e financeira e a execução das despesas públicas.<br>II. Atrasos nos pagamentos: os indicadores assentes na base de dados do sistema informático do Ministério das Finanças (Plataforma do Crédito Comercial — PCC) devem ser o prazo médio ponderado de pagamento das autoridades públicas às empresas e o atraso médio ponderado de pagamento |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | das autoridades públicas às empresas, para cada um dos seguintes níveis de administração:<br>- autoridades centrais (Amministrazioni dello Stato, enti pubblici nazionali e altri enti)<br>- autoridades regionais («Regioni» e «Province Autonome»)<br>- autoridades locais (enti locali)<br>- autoridades de saúde pública (enti del Servizio sanitario nazionale). |
| M1C1-72bis | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Ações legislativas e específicas para reduzir os atrasos de pagamento a nível central/local | Disposição na legislação que indica a entrada em vigor, circulares adotadas e medidas tomadas para reduzir os atrasos de pagamento da administração pública às empresas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | Entram em vigor os seguintes atos:<br>— uma circular que clarifique o âmbito das transações comerciais e não comerciais, em conformidade com a Diretiva Atrasos de Pagamentos;<br>— uma circular que clarifica o âmbito de aplicação do artigo 4.º, n.º 6, da Diretiva Atrasos de Pagamentos, em consonância com esta última;<br>— legislação para assegurar que as regiões comuns e as autoridades locais recebem fundos do nível central para fazer face às suas faturas em tempo útil;<br>— legislação que obrigue as autoridades públicas a adotar planos anuais de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | tesouraria que garantam o respeito dos prazos legais de pagamento;<br>— legislação que introduza disposições que permitam a cessão de créditos a terceiros após 30 dias de silêncio/inação por parte das administrações públicas.<br>Devem ser tomadas as seguintes medidas a **nível central:**<br>— Entrada em vigor de legislação que identifique os ordenantes em atraso a nível central e exija a adoção de medidas para garantir que pagam dentro dos limites de 30 dias;<br>Publicação trimestral do volume de pagamentos em atraso dos ministérios;<br>— Criação de grupos de trabalho sempre que a legislação o exija.<br>Devem ser tomadas as seguintes medidas a **nível local**:<br>— Entrada em vigor de legislação que identifique os ordenantes em atraso a nível local e exija a adoção de medidas para garantir que pagam dentro dos limites de 30 dias;<br>Publicação do volume de pagamentos em |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | atraso destas autoridades atualizada trimestralmente. |
| M1C1-72ter | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Aumentar os recursos humanos que lidam com os pagamentos | Disposição relativa à entrada em vigor de legislação que preveja a possibilidade de aumentar os recursos humanos que lidam com os pagamentos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrada em vigor de atos jurídicos que preveem a possibilidade de aumentar os recursos humanos que lidam com pagamentos em:<br>Ministérios identificados como pagadores em atraso que apresentaram um plano de intervenções em conformidade com o Decreto-Lei n.º 19, de 2 de Março de 2024, convertido na Lei n.º 56, de 29 de abril de 2024;<br>— municípios com mais de 60 000 habitantes, províncias e cidades metropolitanas identificados como pagadores tardios que apresentaram um plano de intervenções em conformidade com o Decreto-Lei n.º 19, de 2 de março de 2024, convertido na Lei n.º 56, de 29 de abril de 2024. |
| M1C1-72quater | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de | Objetivo intermédio | Adoção do plano de auditoria | Adoção do plano de auditoria | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Adoção de um plano de auditoria, incluindo um roteiro para a sua aplicação, sobre a adequação e a oportunidade dos processos de pagamento existentes de, pelo menos, 130 administrações públicas identificadas como atrasadas entre: I) a nível central (incluindo as secções territoriais dos ministérios); II) municípios; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | saúde | | | | | | | | | e iii) autoridades de saúde pública. |
| M1C1-72quinquies | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Publicação de informações e dados sobre os pagamentos efetuados pela administração pública | Publicação de informações e dados sobre os pagamentos efetuados pela administração pública | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | As seguintes informações devem ser publicadas numa página Web específica:<br>Explicação do quadro regulamentar relativo aos prazos de pagamento das faturas comerciais das administrações públicas, incluindo os prazos de pagamento e as vias de recurso à disposição dos credores em caso de atrasos de pagamento;<br>Análises baseadas no controlo dos prazos de pagamento da administração pública;<br>— Dados sobre o prazo médio ponderado de pagamento, o prazo médio ponderado de pagamento, o rácio entre o montante comercial pago e o montante comercial devido, o montante das faturas comerciais e o montante das faturas não comerciais, atualizados trimestralmente, pelo menos para os ministérios responsáveis pelas despesas, as regiões/províncias autónomas, os municípios e as autoridades de saúde locais;<br>Perguntas frequentes sobre os pagamentos efetuados pela administração pública.<br>O sítio Web de todos os ministérios |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | responsáveis pelas despesas deve ter uma ligação para a página Web específica. |
| M1C1-72sexies | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Relatório final de auditoria do plano de auditoria | Transmissão do relatório final de auditoria do plano de auditoria ao Gabinete do Ministério da Economia e das Finanças | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Transmissão do relatório final de auditoria do plano de auditoria pelo Tesoureiro-Geral do Estado ao Gabinete do Ministério da Economia e das Finanças. O relatório deve conter os resultados das atividades de auditoria realizadas até ao 4 202.º trimestre de 5, incluindo as medidas corretivas aplicadas até ao 4 202.º trimestre de 5. |
| M1C1-73 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma do Código dos Contratos Públicos. | Disposição na lei que indica a entrada em vigor do decreto-lei para aplicar todas as disposições da lei delegada relativa à reforma do Código dos Contratos Públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Entrada em vigor do decreto legislativo para implementar todas as disposições da lei delegada relativa à reforma o Código dos Contratos Públicos. |
| M1C1-74 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado necessários | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado necessários para a reforma/simplificação do sistema de contratos públicos (também decorrente da revisão do Código dos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | públicos | | para a reforma relativa à simplificação do código dos contratos públicos | necessários. | | | | | | Contratos Públicos). |
| M1C1-73bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Adoção de uma circular que forneça orientações sobre o sistema de qualificação das autoridades adjudicantes | Adoção de uma circular que forneça orientações sobre o sistema de qualificação das autoridades adjudicantes | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | Adoção, após consulta da ANAC, de uma circular que forneça orientações sobre as atuais regras aplicáveis em matéria de qualificação e centralização, a fim de explicar que a qualificação e/ou a utilização de centrais de compras também para adjudicações abaixo dos limiares são possíveis e aconselháveis |
| M1C1-73ter | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Incentivos à qualificação e profissionalização das autoridades adjudicantes. | Análise pela Cabina di Regia, publicação dos resultados da participação em atividades de formação e exercícios de autoavaliação e adoção de iniciativas e instrumentos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Análise pela Cabina di Regia (nos termos do artigo 221.º do Código dos Contratos Públicos), após consulta da ANAC, dos efeitos da aplicação do Código dos Contratos Públicos sobre:<br>- o número de autoridades adjudicantes qualificadas e de centrais de compras;<br>- o número e o valor dos contratos públicos geridos por entidades adjudicantes qualificadas em seu próprio nome e em nome de entidades não qualificadas;<br>- o exercício de qualificação para melhorar a rapidez da tomada de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | decisões em matéria de adjudicação de contratos públicos.<br><br>Publicação dos resultados do levantamento da participação de entidades não qualificadas em atividades de formação e em exercícios de autoavaliação.<br><br>Devem ser adotadas iniciativas destinadas a melhorar a qualificação das autoridades adjudicantes, a redução da fragmentação e a profissionalização das entidades não qualificadas.<br><br>Devem ser disponibilizados instrumentos de apoio técnico/administrativo às autoridades adjudicantes. |
| M1C1-73quater | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de orientações sobre contratos públicos abaixo dos limiares da UE | Entrada em vigor de orientações sobre contratos públicos abaixo dos limiares da UE | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Circular sobre contratos públicos abaixo dos limiares da UE adotada e publicada no Jornal Oficial italiano. A circular deve clarificar que as autoridades adjudicantes podem utilizar concursos abertos e limitados para contratos públicos abaixo dos limiares da UE. |
| M1C1-73quinquies | Reforma 1.10: Reforma do quadro | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de novas disposições | Disposição da lei que indica a entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrada em vigor de novas disposições jurídicas em matéria de financiamento de projetos destinadas a reforçar a eficiência |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | legislativo dos contratos públicos | | jurídicas sobre o financiamento de projetos | de novas disposições jurídicas | | | | | | e a concorrência, em especial para aumentar a disputabilidade das concessões. |
| M1C1-75 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Pleno funcionamento do sistema nacional de contratação pública eletrónica | Disponibilidade das funções definidas no estudo de viabilidade (a elaborar como tarefa 1 do projeto) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | O sistema nacional de contratação pública eletrónica deve estar operacional e estar em plena conformidade com as diretivas da UE relativas aos contratos públicos e incluir a digitalização total dos procedimentos até à execução do contrato (contratação pública inteligente), deve ser interoperável com os sistemas de gestão da administração pública, conter uma habilitação digital das OP, sessões de leilões, aprendizagem automática para detetar tendências, gestão de relacionamento com o cliente com robô de conversação, participação digital e cadeia de estado. |
| M1C1-75bis | Investimento 1.10: Apoio à qualificação e à contratação pública eletrónica | Objetivo intermédio | Apoio à qualificação e à contratação pública eletrónica | Entrada em serviço da função de apoio à contratação pública | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Deve ser criada uma função de apoio à contratação pública no âmbito da estratégia de profissionalização dos adquirentes públicos. A função de apoio à contratação pública deve ser dedicada às autoridades adjudicantes para cumprir os requisitos do anexo II.4 do Código dos Contratos Públicos e para as apoiar no processo de contratação pública eletrónica, apoiando a aquisição de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | competências digitais e prestando apoio técnico na adoção da digitalização dos contratos públicos, incluindo a utilização de sistemas de aquisição dinâmicos. |
| M1C1-76 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas centrais pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (em dias) | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2025 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2024, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas centrais (*Amministrazioni centrali*) às empresas são:<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo, 0 dias.<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 20 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-77 | Reforma 1.11: Redução dos | Alvo | Redução do número médio | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2025 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | | de dias para as autoridades públicas regionais pagarem às empresas | | pagamento (em dias) | | | | | Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2024, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas regionais (*Regioni — Província de Autonome*) às empresas são:<br><br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo, 0 dias.<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 20 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-78 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas locais pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (em dias) | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2025 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2024, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas locais (*enti locali*) às empresas devem ser:<br><br>- Para o prazo médio ponderado de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | saúde | | | | | | | | | pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo, 0 dias.<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 20 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-79 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades de saúde pública pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (em dias) | NENHUMA. | 60 | Q1 | 2025 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2024, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades de saúde pública (*enti del Servizio sanitario nazionale*) às empresas são:<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 60 dias;<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ponderato»): no máximo 0 dias;<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 30 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 60 dias. |
| M1C1-84 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Prazo médio entre a publicação do concurso e a adjudicação do contrato | NENHUMA. | Número | 139 | 100 | Q4 | 2023 | Com base nos métodos adotados pelo Jornal Oficial da UE (base de dados TED), utilizando dados da base de dados nacional de TI para os contratos públicos (BDNCP), gerida pela ANAC, o tempo médio entre o prazo para a apresentação de propostas e a adjudicação do contrato deve ser reduzido para menos de 100 dias para os contratos acima dos limiares das diretivas da UE em matéria de contratos públicos. |
| M1C1-84bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Medidas para melhorar a rapidez de decisão na adjudicação de contratos pelas entidades adjudicantes | Adoção de medidas relacionadas com a rapidez das decisões | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | A Cabina di regia, nos termos do artigo O artigo 221.º do Código dos Contratos Públicos, após consulta da ANAC, adota:<br><br>uma análise que avalie o impacto da contratação pública eletrónica no calendário de adjudicação do contrato, desde o prazo para a apresentação das |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | propostas até à assinatura do contrato;<br><br>— um relatório sobre os dados de 2024 para o indicador TED «Velocidade da decisão»; «Rapidez de decisão», o tempo decorrido entre o prazo para a apresentação das propostas e a data de assinatura do contrato;<br><br>— um relatório sobre as melhores práticas das entidades adjudicantes destinadas a encurtar o prazo de adjudicação dos contratos e sobre as iniciativas destinadas a reduzir o tempo necessário para tomar uma decisão.<br><br>As autoridades adjudicantes qualificadas cuja velocidade média de tomada de decisão no TED seja superior a 160 dias são obrigadas a aplicar medidas corretivas. |
| M1C1-85 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Prazo médio entre a adjudicação do contrato e a realização da infraestrutura | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 90 | Q2 | 2024 | O tempo médio entre a adjudicação do contrato e a realização da infraestrutura («fase executiva») deve ser reduzido em, pelo menos, 10 % com base numa comparação entre i) as obras adjudicadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 e concluídas até 30 de junho de 2021, e ii) as obras adjudicadas entre 1 |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | de julho de 2021 e 30 de junho de 2022 e concluídas até 31 de dezembro de 2023. |
| M1C1-86 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de profissionalização dos compradores públicos | NENHUMA. | Número | 0 | 20 000 | Q4 | 2023 | Pelo menos 20 000 funcionários públicos receberam formação através da estratégia de profissionalização dos adquirentes públicos. |
| M1C1-87 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Autoridades adjudicantes utilizarem sistemas de aquisição dinâmicos | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 15 | Q4 | 2023 | Pelo menos 15 % das autoridades adjudicantes utilizam sistemas de aquisição dinâmicos, em conformidade com a Diretiva 2014/24 (período de observação de dois anos e tendo em conta que, em Itália, a utilização desse tipo de sistemas se destina principalmente às aquisições acima dos limiares previstos na diretiva, uma vez que as aquisições abaixo dos mesmos são realizadas principalmente por meio da ferramenta eMarketplace). A meta refere-se às autoridades adjudicantes da administração central (250 entidades, tal como registado em 30 de abril de 2021 no sistema nacional de contratação pública eletrónica gerido pela Consip em nome do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Ministério das Finanças). |
| M1C1-88 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas centrais pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (em dias) | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2026 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2025, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas centrais (*Amministrazioni centrali*) às empresas são:<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo 0 dias;<br><br>Além disso, a diferença entre o tempo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice»): e o prazo médio ponderado de pagamento não pode exceder 15 dias, a menos que o prazo médio não ponderado de pagamento seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-89 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos | Alvo | Redução do número médio de dias para as | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2026 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | | autoridades públicas regionais pagarem às empresas | | (em dias) | | | | | emitidas em 2025, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas regionais (*Regioni — Província de Autonome*) às empresas devem ser:<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo, 0 dias.<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 15 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-90 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas locais pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (em dias) | NENHUMA. | 30 | Q1 | 2026 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2025, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades públicas locais (*enti locali*) às empresas devem ser:<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | saúde | | | | | | | | | pagamento ponderato»): no máximo 30 dias;<br>- para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo ponderato»): no máximo, 0 dias.<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 15 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 30 dias. |
| M1C1-91 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades de saúde pública pagarem às empresas | NENHUMA. | Prazo médio ponderado de pagamento (jn dias) | NENHUMA. | 60 | Q1 | 2026 | Com base nos dados da Plataforma de Crédito Comercial («Piattaforma Crediti Commerciali») relativos às faturas emitidas em 2025, os seguintes indicadores para os pagamentos das autoridades de saúde pública (*enti del Servizio sanitario nazionale*) às empresas são:<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di pagamento ponderato»): no máximo 60 dias;<br><br>— para o prazo médio ponderado de pagamento («tempo medio di ritardo |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ponderato»): no máximo 0 dias;<br><br>Além disso, a diferença entre o prazo médio de pagamento não ponderado («tempo medio di pagamento semplice») e o prazo médio de pagamento ponderado não pode exceder 20 dias, a menos que o prazo médio de pagamento não ponderado seja inferior a 60 dias. |
| M1C1-96 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Tempo médio entre o prazo de receção das propostas e a data de assinatura do contrato | NENHUMA. | Percentagem | 100 | 80 | Q4 | 2025 | Com base nos dados extraídos do Banca Dati Nazionale Contratti Pubblici da ANAC, enquanto eSender nacional informático, o tempo médio entre o prazo para a receção das propostas e a data de assinatura do contrato ao longo de um período de 12 meses, tomando como referência a data de assinatura do contrato com início não antes de 1 de setembro de 2024, deve ser reduzido de, pelo menos, 20 % em comparação com o indicador de velocidade de decisão de 2018, tal como publicado no painel de avaliação do mercado único da UE para contratos acima do limiar das diretivas da UE em matéria de contratos públicos. |
| M1C1-97ter | Reforma 1.10: Reforma do quadro | Objetivo intermédio | Medidas relacionadas com a rapidez | Adoção de medidas relacionadas com | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | a) Publicação no sítio Web da Agenzia per l'Italia Digitale (AGID) de novas regras técnicas que permitem a recolha de informações para o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | legislativo dos contratos públicos | | de execução | a rapidez de execução | | | | | | acompanhamento digital da execução dos contratos públicos.<br><br>b) Assinatura de um memorando de entendimento entre o Ministério da Economia e das Finanças e a Autorità Nazionale Anticorruzione (ANAC) que introduz regras técnicas sobre a interoperabilidade dos dados relativos às finanças públicas e aos pagamentos de obras públicas com a base de dados da ANAC (Banca Dati Nazionale dei Contratti Pubblici).<br><br>c) Entrada em vigor de atos jurídicos que permitam às autoridades adjudicantes prever e utilizar as economias resultantes de adjudicações abaixo do preço de base para financiar prémios pela conclusão antecipada das obras.<br><br>d) Publicação no sítio Web do Ministério das Infraestruturas e dos Transportes (MIT) de orientações, adotadas pelo MIT após consulta da ANAC, sobre cláusulas de prémios de conclusão |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | antecipada e sobre o conteúdo condicionado dos acordos de cooperação nos termos do artigo 82.º do Decreto Legislativo n.º 36/2023 (Código dos Contratos Públicos), a fim de reduzir o tempo de conclusão das obras.<br><br>e) Publicação no sítio Web do MIT de orientações para apoiar as entidades adjudicantes na utilização da Modelação da Informação da Construção (Building Information Modeling — BIM) para obras públicas. |
| M1C1-98 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de profissionalização dos compradores públicos | NENHUMA. | Número | 20 000 | 40 000 | Q4 | 2024 | Pelo menos 40 000 funcionários públicos receberam formação através da estratégia de profissionalização dos adquirentes públicos. |
| M1C1-98bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de | NENHUMA. | Número | 40 000 | 60 000 | Q2 | 2025 | Pelo menos 60 000 funcionários públicos receberam formação através da estratégia de profissionalização dos adquirentes públicos. O número total pode incluir funcionários públicos que já |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | públicos | | profissionalização dos compradores públicos | | | | | | | tenham recebido formação em anos anteriores e cuja formação tenha sido comunicada para as metas M1C1-86 e M1C1-98, apenas se tiverem obtido uma formação de nível superior, especializada ou avançada. |
| M1C1-99 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Autoridades adjudicantes utilizarem sistemas de aquisição dinâmicos | Percentagem de autoridades adjudicantes da administração central que utilizam sistemas de aquisição dinâmicos, em conformidade com a Diretiva 2014/24 | Percentagem | 15 | 20 | Q2 | 2024 | Pelo menos 20 % das autoridades adjudicantes utilizam sistemas de aquisição dinâmicos, em conformidade com a Diretiva 2014/24 (período de observação com início em 1 de janeiro de 2022). As autoridades adjudicantes da administração central são 250 administrações públicas (registadas em 30 de abril de 2021 no sistema nacional de contratação pública eletrónica gerido pela Consip em nome do MEF). |
| M1C1-100 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de disposições legislativas que melhoram a eficácia da análise das despesas — Reforço do Ministério das Finanças | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O quadro revisto para a análise das despesas nas administrações centrais do Estado (ministérios) deve melhorar a sua eficácia através do reforço do papel do Ministério da Economia e das Finanças. Em especial, deve prever um reforço do papel do Ministério da Economia e das Finanças na avaliação ex ante, nos processos de acompanhamento e na avaliação ex post, permitindo assegurar a execução rigorosa das análises e a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | consecução dos objetivos pretendidos. |
| M1C1-101 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Adoção de uma avaliação das medidas possíveis para reduzir a evasão fiscal | Publicação da análise | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Adotar um relatório para apoiar as medidas governamentais destinadas a reduzir a evasão fiscal resultante da omissão de faturação, especialmente nos setores mais expostos à evasão fiscal, nomeadamente através de incentivos específicos para os consumidores. |
| M1C1-102 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório sobre a eficácia das práticas utilizadas pelas administrações públicas selecionadas para formular e executar planos de poupança | Publicação do relatório | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O relatório será elaborado pelo departamento de contabilidade do Ministério das Finanças, em cooperação com administrações selecionadas, a fim de:<br>- Avaliar as suas práticas na formulação e execução de planos de poupança.<br>- Definir orientações para todas as administrações públicas. |
| M1C1-103 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário e derivado e das disposições regulamentares e conclusão de processos administrativos | Disposições na lei e nos regulamentos relativas à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | As disposições devem incluir o seguinte:<br>I) plena operacionalização da base de dados e da infraestrutura informática específica para a entrega da declaração de IVA pré-preenchida, tal como previsto no artigo 4.º, n.º 1, do Decreto Legislativo n.º 127/2015.<br>II) a base de dados utilizada para as |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | para incentivar o cumprimento das obrigações fiscais e melhorar as auditorias e os controlos. | | | | | | | «cartas de conformidade» (que fornecem comunicações precoces aos contribuintes relativamente às quais são detetadas anomalias) é reforçada com vista a reduzir a incidência de falsos positivos e a aumentar o número de comunicações enviadas aos contribuintes.<br><br>III) entrada em vigor da legislação reformada, a fim de assegurar sanções administrativas eficazes em caso de recusa dos prestadores privados em aceitar pagamentos eletrónicos (o artigo 23.º original do Decreto-Lei n.º 124/2019, que tinha sido revogado aquando da conversão em lei, constitui uma referência).<br><br>IV) Conclusão do processo de pseudonimização de dados previsto no artigo 681.º, n.os 1 a 686, da Lei n.º n.160/2019, e criação de infraestruturas digitais para a análise de megadados gerados através da interoperabilidade das bases de dados totalmente pseudonomizadas, com vista a aumentar a eficácia da análise de risco subjacente ao processo de seleção.<br><br>V) Entrada em vigor do direito primário e do direito derivado que implementam |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ações eficazes com base nas conclusões da avaliação de possíveis medidas para reduzir a evasão fiscal resultante da omissão de faturação. |
| M1C1-104 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Adoção de metas de poupança para as análises das despesas para o período 2023-2025. | Meta quantitativa de poupança para as administrações centrais agregadas definidas no Documento de Economia e Finanças — em euros | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Com base nos decretos-lei 90 e 93 de 2016 e na Lei n.º 163/2016, estabelecer metas no documento económico e financeiro para as análises anuais das despesas das administrações centrais agregadas do Estado para os anos de 2023, 2024 e 2025. As metas de poupança devem refletir um nível de ambição adequado. |
| M1C1-105 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Maior número de «cartas de conformidade» | NENHUMA. | Número | 2 150 908 | 2 581 090 | Q4 | 2022 | O número de «cartas de conformidade», que fornecem uma comunicação precoce aos contribuintes relativamente aos quais são detetadas anomalias, deve ser aumentado em, pelo menos, 20 % em relação a 2019. |
| M1C1-106 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Reduzir o número de falsos positivos nas «cartas de conformidade» | NENHUMA. | Número | 126 500 | 132 825 | Q4 | 2022 | O número de falsos positivos nas «cartas de conformidade» (que fornecem uma comunicação precoce aos contribuintes relativamente aos quais são detetadas anomalias, mas que não são detetadas fraudes ex post) deve ser reduzido em, pelo menos, 5 % em relação a 2019. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-107 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Aumentar as receitas fiscais geradas por «cartas de conformidade» | NENHUMA. | Euro | 2 130 000 000 | 2 449 500 000 | Q4 | 2022 | As receitas fiscais geradas pelas «cartas de conformidade» devem aumentar 15 % em relação a 2019. |
| M1C1-108 | Reforma 1.15: Reforma das regras de contabilidade pública | Objetivo intermédio | Aprovação do quadro conceptual, do conjunto de normas de contabilidade de exercício e do quadro pluridimensional de contas | Resolução do departamento de contabilidade do Ministério das Finanças que aprova a estrutura de governação da contabilidade de exercício | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | Conclusão de um quadro conceptual como referência para o sistema de contabilidade de exercício de acordo com as características qualitativas definidas pelo Eurostat (grupo de trabalho EPSAS);<br><br>Definição de normas de contabilidade de exercício com base nas IPSAS;<br><br>Conceber um plano de contabilidade multidimensional e a vários níveis. |
| M1C1-109 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Enviar as primeiras declarações fiscais de IVA pré-preenchidas | NENHUMA. | Número | 0 | 2 300 000 | Q2 | 2023 | Pelo menos 2 300 000 contribuintes devem receber declarações de IVA pré-preenchidas para o exercício fiscal de 2022. |
| M1C1-110 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Reclassificação do orçamento geral do Estado, com referência às despesas ambientais e às despesas que | Inclusão da reclassificação do orçamento geral do Estado com referência às despesas ambientais e às | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | A Lei do Orçamento de 2024 dotará o Parlamento de um orçamento para o desenvolvimento sustentável, que consiste na classificação do orçamento geral do Estado em função das despesas ambientais e das despesas que promovem a igualdade entre homens e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | promovem a igualdade entre homens e mulheres | despesas que promovem a igualdade entre homens e mulheres na Lei do Orçamento de 2024 | | | | | | mulheres. A classificação deve ser coerente com os critérios subjacentes à definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as metas da Agenda 2030. |
| M1C1-111 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2023, com referência à meta de poupança fixada em 2022 para 2023. | Adoção do relatório do Ministério das Finanças sobre a análise das despesas em 2023, certificando a conclusão do processo e a consecução da meta. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | O relatório do Ministério das Finanças a transmitir ao Conselho de Ministros, tal como previsto nos Decretos-Leis n.os 90 e 93 de 2016 e na Lei n.º 163/2016, deve:<br>certificar a conclusão do processo de análise das despesas para 2023 no que diz respeito à provisão para o quadro de análise das despesas.<br>certificar a consecução da meta fixada em 2022. |
| M1C1-112 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Melhorar a capacidade operacional da administração fiscal em consonância com os objetivos de contratação do «Plano de desempenho | NENHUMA. | Número de contratações | 0 | 4 113 | Q2 | 2024 | 4 113 novas unidades de pessoal devem ser contratadas pela Agência de Receitas em conformidade com os objetivos de contratação do «Plano de Desempenho 2021-2023». |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | 2021-2023» da Agência de Receitas | | | | | | | |
| M1C1-113 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Maior número de «cartas de conformidade» | NENHUMA. | Número | 2 150 908 | 3 011 271 | Q4 | 2023 | O número de «cartas de conformidade», que fornecem uma comunicação precoce aos contribuintes relativamente aos quais são detetadas anomalias, deve ser aumentado em, pelo menos, 40 % em relação a 2019. |
| M1C1-114 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Aumentar as receitas fiscais geradas por «cartas de conformidade» | NENHUMA. | Euro | 2 130 000 000 | 2 769 000 000 | Q4 | 2023 | As receitas fiscais geradas pelas «cartas de conformidade» devem aumentar 30 % em relação a 2019. |
| M1C1-115 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2024, com referência à meta de poupança fixada em 2022 e 2023 para 2024. | Adoção do relatório do Ministério das Finanças sobre a análise das despesas em 2024, certificando a conclusão do processo e a consecução da meta. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | O relatório do Ministério das Finanças a transmitir ao Conselho de Ministros, tal como previsto nos Decretos-Leis n.os 90 e 93 de 2016 e na Lei n.º 163/2016, deve:<br>certificar a conclusão do processo de análise das despesas para 2024 no que diz respeito à provisão para o quadro de análise das despesas.<br>— certificar a consecução do objetivo fixado em 2022 e 2023. |
| M1C1-116 | Reforma 1.12: Reforma da | Alvo | Reduzir a evasão fiscal, tal | NENHUMA. | Percentagem | 0 | —10 | Q4 | 2025 | O relatório atualizado do Governo sobre a economia paralela, publicado em 2025 |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | administração fiscal | | como definida pelo indicador «propensão para a evasão» | | | | | | | nos termos do artigo 2.º do Decreto Legislativo n.º 160/2015, deve certificar uma redução média de 10% em 2022-2023 da «probabilidade de evasão» em todos os impostos, excluindo impostos sobre imóveis («Imposta Municipale Unica») e impostos especiais de consumo, em comparação com 2019. |
| M1C1-117 | Reforma 1.15:<br>Reforma das regras de contabilidade pública | Alvo | Representantes de entidades públicas com formação sobre o novo sistema de contabilidade de exercício | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 90 | Q1 | 2026 | Com base nos dados da plataforma digital central para ações de formação sobre o novo sistema contabilístico, a formação de base sobre o novo sistema de contabilidade de exercício deve ser concluída por representantes de entidades do setor público que cubram, pelo menos, 90 % das despesas primárias de todo o setor público (líquidas de empresas públicas). |
| M1C1-118 | Reforma 1.15:<br>Reforma das regras de contabilidade pública | Objetivo intermédio | Emissão de demonstrações financeiras e entrada em vigor do ato legislativo relativo à reforma da contabilidade de exercício para as entidades do | Disposição no ato legislativo que indica a entrada em vigor do ato legislativo. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Como fase-piloto para o ato legislativo relativo às regras de contabilidade pública, devem ser elaboradas demonstrações financeiras da administração pública para entidades do setor público que cubram, pelo menos, 90 % das despesas primárias de todo o setor público, líquidas das empresas públicas.<br>Além disso, um ato legislativo deve entrar |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | setor público que cubram, pelo menos, 90 % das despesas primárias de todo o setor público, líquidas das empresas públicas. | | | | | | | em vigor e conter disposições que exijam a adoção do novo sistema de contabilidade de exercício até 2030 (exercício financeiro) por entidades do setor público que cubram, pelo menos, 90 % das despesas primárias de todo o setor público, líquidas das empresas públicas.<br>O ato legislativo deve também exigir a organização de programas de formação para a transição para o novo sistema de contabilidade de exercício.<br>Além disso, as orientações para a aplicação de cada norma contabilística devem ser publicadas no sítio Web do Ministério da Economia e das Finanças. |
| M1C1-119 | Reforma 1.14:<br>Reforma do quadro orçamental infranacional | Objetivo intermédio | Definição dos parâmetros para o federalismo orçamental regional | Entrada em vigor do direito primário | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor da legislação primária que define os níveis essenciais de serviços («livelli essenziali delle prestazioni») para o federalismo orçamental das regiões com estatuto ordinário em, pelo menos, dois domínios de intervenção, nos termos do Decreto Legislativo n.º 68 de 6 de maio de 2011. |
| M1C1-120 | Reforma 1.14:<br>Reforma do quadro | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos jurídicos que definem o | Entrada em vigor dos atos jurídicos que definem o federalismo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor dos atos jurídicos que definem o federalismo orçamental das províncias e das cidades metropolitanas. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | orçamental infranacional | | federalismo orçamental das províncias e das cidades metropolitanas. | orçamental das províncias e das cidades metropolitanas. | | | | | | |
| M1C1-121 bis | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) para melhorar a cobrança de impostos | Disposições do (s) ato (s) jurídico (s) que indicam a entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) que prevê (m) que:<br>1. Os dados provenientes da faturação eletrónica são disponibilizados à Agência responsável pela cobrança do imposto não pago («Agenzia Entrate Riscossione»);<br>2. As compensações fiscais só são permitidas se as obrigações fiscais não pagas não excederem 50 000 EUR.<br>3. A Agência de Receitas deve ser autorizada a enviar comunicações aos contribuintes caso tenham sido emitidas faturas eletrónicas, mas não tenha sido apresentada qualquer declaração de IVA para o mesmo período. |
| M1C1-122 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2025, com referência à | Transmissão ao Conselho de Ministros do Ministério das Finanças do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | O relatório do Ministério das Finanças a transmitir ao Conselho de Ministros, tal como previsto nos Decretos-Leis n.os 90 e 93 de 2016 e na Lei n.º 163/2016, deve:<br>— certificar a conclusão do processo de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | despesas | | meta de poupança fixada em 2022, 2023 e 2024 para 2025. | relatório sobre a análise das despesas em 2025 | | | | | | análise das despesas de 2025 no que diz respeito à disposição relativa ao quadro de análise das despesas.<br>— certificar a consecução do objetivo fixado em 2022, 2023 e 2024. |
| M1C1-144 | Investimento 1.4.2: Inclusão dos cidadãos — Melhoria da acessibilidade dos serviços públicos digitais | Alvo | Maior acessibilidade dos serviços públicos digitais/intervenções executadas | NENHUMA. | Número | 0 | 55 | Q4 | 2025 | Relatórios finais que confirmem que, pelo menos, 55 administrações públicas executaram ações previstas ao abrigo de acordos jurídicos entre cada uma delas e a Agenzia per l'Italia Digitale (AgID) para i) reduzir os tipos de erros identificados em, pelo menos, 2 serviços digitais e ii) fornecer tecnologias de apoio aos trabalhadores da AP com deficiência. |
| M1C1-147 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local | Alvo | Ativação da computação em nuvem para a administração pública local M2 | NENHUMA. | Número | 4 083 | 12 464 | Q2 | 2026 | A migração de 12 464 administrações públicas locais para ambientes de computação em nuvem certificados deve ser considerada alcançada quando os testes de migração de todos os sistemas, conjuntos de dados e aplicações incluídos em cada plano de migração forem bem-sucedidos. |
| M1C1-148 | Investimento 1.4.1: Experiência dos cidadãos — Melhoria da | Alvo | Aumento da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais | NENHUMA. | Percentagem | 40 | 80 | Q2 | 2026 | As administrações (municípios, estabelecimentos de ensino primário e secundário de 1.º e 2.º ano) devem aderir a um modelo e sistema de conceção comuns para sítios Web e serviços digitais, simplificando a interação com os |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais | | T2 | | | | | | | utilizadores e facilitando a manutenção.<br>Os municípios que contribuem para a meta devem aderir ao modelo comum e ao sistema de conceção para, pelo menos, 3.5 serviços, em média. |
| M1C1-149 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão aos serviços da plataforma PagoPA M2 | NENHUMA. | Número | 11 450 | 14 100 | Q2 | 2026 | Pelo menos 14 100 administrações públicas devem estar presentes na plataforma PagoPA, oferecendo uma série de serviços: em média, 35 serviços para os municípios, 15 para as regiões, 15 para as autoridades de saúde e 8 para as escolas e universidades. |
| M1C1-151 | Investimento 1.4.5 — Digitalização dos anúncios públicos | Alvo | Adoção da Plataforma de Notificação Digital T2 | NENHUMA. | Número | 800 | 6 400 | Q2 | 2026 | Pelo menos 6 400 administrações públicas devem utilizar a Plataforma de Notificação Digital (DNP) para enviar notificações digitais juridicamente vinculativas aos destinatários. |
| M1C1-150 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da | Alvo | Aumentar a adesão à aplicação «IO» M2 | NENHUMA. | Número | 7 000 | 14 100 | Q2 | 2026 | Pelo menos 14 100 administrações públicas devem estar presentes na aplicação «IO», oferecendo uma série de serviços: em média, 35 serviços para os municípios, 15 para as regiões, 15 para as autoridades de saúde e 8 para as escolas e universidades. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | aplicação «IO» | | | | | | | | | |
| M1C1-152 | Investimento 1.6.1: Digitalização do Ministério do Interior | Alvo | Ministério do Interior — processos ou serviços reformulados ou digitalizados T2 | NENHUMA. | Número | 7 | 45 | Q2 | 2026 | Os processos ou serviços do Ministério do Interior são reformulados ou digitalizados. |
| M1C1-153 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Ficheiros judiciais digitalizados M2 | NENHUMA. | Número | 3 500 000 | 7 750 000 | Q4 | 2025 | Digitalização de 7 750 000 processos judiciais relativos aos últimos 20 anos (01/01/2006 — 30/06/2026) relacionados com julgamentos concluídos ou em curso de tribunais judiciais. |
| M1C1-154 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Sistemas de conhecimento de lagos de dados no domínio da justiça M2 | NENHUMA. | Número | 0 | 6 | Q2 | 2026 | Implementação de seis novos sistemas de conhecimento de lagos de dados:<br>1) Sistema de anonimização das sentenças cíveis e penais<br>2) Sistema de gestão integrada<br>3) Sistema de gestão e análise para os processos cíveis<br>4) Sistema de gestão e análise para os processos penais<br>5) Sistema de estatísticas avançadas sobre os processos cíveis e penais<br>6) Sistema automatizado de identificação da relação entre a vítima e o autor do crime. |
| M1C1-155 | Investimento 1.6.3: | Alvo | INAIL — Processos/serviç | NENHUMA. | Número | 53 | 82 | Q2 | 2026 | 82 processos ou serviços INAIL são |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | | os reformulados/digitalizados T2 | | | | | | | reformulados/digitalizados. |

## A.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

### Investimento 1.1 — Infraestruturas digitais

O objetivo deste investimento é assegurar que os sistemas, conjuntos de dados e aplicações da administração pública estão alojados em centros de dados com elevados padrões de qualidade em matéria de segurança, desempenho, escalabilidade, interoperabilidade europeia e eficiência energética. O investimento consiste na migração dos conjuntos de dados e aplicações da administração pública para a PSN ou para prestadores públicos seguros de serviços de computação em nuvem certificados.

### Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local

O objetivo deste investimento é migrar os conjuntos de dados e as aplicações de uma parte substancial da administração pública local para uma infraestrutura de computação em nuvem segura, dando a cada administração a liberdade de escolher dentro de um conjunto de ambientes públicos de computação em nuvem certificados.

A medida prevê igualmente um pacote de apoio à «migração enquanto serviço» para as administrações que abrange: I) a avaliação inicial, ii) o apoio processual/administrativo necessário para lançar o esforço, iii) a negociação do apoio externo necessário e iv) a gestão global do projeto durante a execução. Uma equipa supervisionada pelo Ministério da Inovação Tecnológica e da Transição Digital (MITD) deverá identificar e certificar uma lista abrangente de prestadores qualificados e negociar um conjunto de pacotes de apoio normalizados adaptados à dimensão da administração e dos serviços envolvidos na migração.

### Investimento 1.4: Serviços digitais e experiência dos cidadãos

O objetivo deste investimento é desenvolver um ecossistema integrado e orientado para os cidadãos de serviços públicos digitais, assegurar a sua adoção generalizada pelas administrações centrais e locais e melhorar a experiência global dos utilizadores.

A medida:

(vii) define modelos reutilizáveis de prestação de serviços que garantam todos os requisitos de acessibilidade (Investimento 1.4.1 — Experiência dos cidadãos — Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais);

(viii) aumenta a acessibilidade dos serviços públicos digitais (Investimento 1.4.2 — Inclusão dos cidadãos: Melhoria da acessibilidade dos serviços públicos digitais);

(ix) implica a adoção da aplicação digital para pagamentos entre cidadãos e administrações públicas (PagoPa) e a adoção da aplicação «IO» (Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO»);

(x) promove a adoção de plataformas nacionais de identidade digital (Sistema Pubblico di Identità Digitale, SPID e Carta d'Identità Elettronica, CIE) e do registo nacional (Anagrafe nazionale della polazione residente, ANPR) [Investimento 1.4.4 — Aumento da adoção das plataformas nacionais de identidade digital (SPID, CIE) e do registo nacional (ANPR)];

(xi) cria uma plataforma única para as notificações (Investimento 1.4.5 — Digitalização das comunicações públicas);

(xii) implica a adoção da mobilidade como serviço (MaaS) (Investimento 1.4.6 — Mobilidade como serviço para Itália, sendo esta última medida financiada com base em apoio financeiro não reembolsável).

### Investimento 1.6: Transformação digital das grandes entidades da administração central

O objetivo deste investimento é aumentar a eficiência e simplificar os procedimentos das principais administrações centrais — incluindo i) o Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e o Instituto

Nacional de Seguro contra Acidentes de Trabalho (INAIL), ii) o sistema judicial, iii) o Ministério da Defesa, iv) o Ministério do Interior, v) a Polícia Financeira. O investimento consiste na reengenharia e na digitalização de um conjunto de processos, atividades e serviços prioritários no âmbito das suas competências.

**A.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do Sequencial de Empréstimos**

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-14 | Investimento 1.6.5: Digitalização do Conselho de Estado | Alvo | Conselho de Estado — Documentos judiciais disponíveis para análise no armazém de dados M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 800 000 | Q4 | 2023 | Número de documentos judiciais relacionados com o sistema de jurisdição administrativa (tais como sentenças, pareceres e decretos) para os quais os metadados estão totalmente disponíveis no armazém de dados. |
| M1C1-16 | Investimento 1.6.5: Digitalização do Conselho de Estado | Alvo | Conselho de Estado — Documentos judiciais disponíveis para análise no armazém de dados M2 | NENHUMA. | Número | 800 000 | 2 500 000 | Q4 | 2023 | Número de documentos judiciais relacionados com o sistema de jurisdição administrativa (tais como decisões, pareceres e decretos) para os quais os metadados estão totalmente disponíveis no armazém de dados. |
| M1C1-123 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Serviços/conteúdos «um clique desde a conceção» M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 35 | Q4 | 2022 | 35 serviços adicionais implantados no sítio Web institucional do INP (www.inps.it)<br>Os serviços devem estar acessíveis no sítio institucional através de uma lógica de definição de perfis adequada (o sistema sugerirá serviços de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | possível interesse com base na idade, nas características do trabalho, nos benefícios percecionados e no historial dos utilizadores).<br><br>Os 35 serviços estão relacionados com as seguintes áreas institucionais do INPS:<br><br>Prestações de reforma<br>Amortecedores sociais<br>Prestações de desemprego<br>Prestações de invalidez<br>Reembolsos<br>Cobrança de contribuições das empresas<br>Serviços para os trabalhadores agrícolas<br><br>Serviços antifraude, de corrupção e de transparência<br><br>Nos domínios institucionais enumerados, os serviços a implementar dizem respeito à apresentação digital de pedidos de serviços, à verificação dos requisitos para atribuição de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | benefícios, ao acompanhamento do estado pelos utilizadores, à proposta proativa de serviços com base nas necessidades dos utilizadores, à renovação automática dos benefícios sem necessidade de novos pedidos.<br>Por último, devem existir painéis de acompanhamento que possibilitem tanto o acompanhamento pelo INPS dos benefícios proporcionados como o apoio baseado em dados aos decisores políticos. |
| M1C1-124 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Trabalhadores com melhores competências em tecnologias da informação e comunicação (TIC) M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 4 250 | Q4 | 2022 | Pelo menos 4 250 trabalhadores do INPS avaliados no que diz respeito à sua competência em TIC e com competências comprovadamente melhoradas nos seguintes domínios do quadro europeu de cibercompetências: I) Plano; II) Construir; III) Run (iv) Enable; V) Gerir.<br>Os domínios de melhoria das competências serão |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | identificados de acordo com o grupo-alvo de formandos. |
| M1C1-125 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) concursos públicos locais para a ativação da computação em nuvem | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos da administração pública local para a ativação da computação em nuvem | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos, para cada tipo de administração pública envolvida (municípios, escolas, agências locais de cuidados de saúde), para recolher e avaliar os planos de migração. A publicação de três convites restritos deve possibilitar ao Ministério da Inovação Tecnológica e da Transição Digital avaliar as necessidades muito específicas de cada tipo de administração pública envolvida.<br>Os concursos adjudicados (ou seja, a publicação da lista das administrações públicas admitidas a receber financiamento) diziam respeito a três convites públicos à apresentação de propostas, respetivamente, para municípios, escolas e agências |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | locais de cuidados de saúde, a fim de recolher e avaliar os planos de migração, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C1-126 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão aos serviços da plataforma PagoPA M1 | NENHUMA. | Número | 9 000 | 11 450 | Q4 | 2023 | Garantir um aumento do número de serviços integrados na plataforma para:<br>administrações públicas já incluídas no cenário de base (9 000 entidades)<br>adesão de novas administrações públicas à plataforma (2 450 novas entidades).<br>Em ambos os casos, o número total de serviços das administrações públicas que |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | aderem à plataforma deve ter de aumentar, pelo menos, 20 % em comparação com a base de referência dos serviços de 2021 (31.3.2021). O número de serviços a integrar depende do tipo de administração (o objetivo final para 2026 é ter uma média de 35 serviços para municípios, 15 serviços para regiões, 15 serviços para autoridades de saúde, 8 serviços para escolas e universidades). |
| M1C1-127 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão à aplicação «IO» M1 | NENHUMA. | Número | 2 700 | 7 000 | Q4 | 2023 | Garantir um aumento do número de serviços integrados na aplicação «IO» para:<br>administrações públicas já incluídas no cenário de base (2 700 entidades)<br>adesão de novas administrações públicas à plataforma (4 300 novas entidades).<br>Em ambos os casos, o número total de serviços das administrações públicas que |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | aderem à plataforma deve ter de aumentar, pelo menos, 20 % em comparação com a base de referência dos serviços de 2021 (31.3.2021). O número de serviços a integrar depende do tipo de administração (o objetivo final para 2026 é ter uma média de 35 serviços para municípios, 15 serviços para regiões, 15 serviços para autoridades de saúde, 8 serviços para escolas e universidades). |
| M1C1-128 | Investimento 1.4.5 — Digitalização dos anúncios públicos | Alvo | Aumentar a adesão aos avisos públicos digitais M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 800 | Q4 | 2023 | Pelo menos 800 administrações públicas centrais e municípios, no que diz respeito à plataforma de notificação digital (DNP), devem emitir avisos digitais juridicamente vinculativos aos cidadãos, entidades jurídicas, associações e quaisquer outras entidades públicas ou privadas. |
| M1C1-129 | Investimento 1.6.1: Digitalização do Ministério do Interior | Alvo | Ministério do Interior — Processos totalmente reformulados e | NENHUMA. | Número | 0 | 7 | Q4 | 2023 | Procedimentos e processos internos totalmente reformulados (7 processos no total até 31 de dezembro de 2023) e que |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | digitalizados M1 | | | | | | | podem ser totalmente concluídos em linha (como os serviços de mobilidade e a aprendizagem eletrónica). |
| M1C1-130 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Ficheiros judiciais digitalizados M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 3 500 000 | Q4 | 2023 | Digitalização de 3 500 000 processos judiciais relativos aos últimos 20 anos (01/01/2006 — 30/06/2026) relacionados com julgamentos concluídos ou em curso de tribunais judiciais. |
| M1C1-131 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Objetivo intermédio | Sistemas de conhecimento de lagos de dados no domínio da justiça M1 | Relatório que atesta o início da execução do contrato | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Início da execução do contrato para a realização de seis novos sistemas de conhecimento de lagos de dados:<br>1) Sistema de anonimização das sentenças cíveis e penais<br>2) Sistema de gestão integrada<br>3) Sistema de gestão e análise para os processos cíveis<br>4) Sistema de gestão e análise para os processos penais<br>5) Sistema de estatísticas avançadas sobre os |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | processos cíveis e penais<br>6) Sistema automatizado de identificação da vítima — relação de culpabilidade.<br>A execução de cada contrato público começa por um ato administrativo específico do responsável pelo procedimento, designado «início da execução». |
| M1C1-132 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Serviços/conteúdos «um clique desde a conceção» M2 | NENHUMA. | Número | 35 | 70 | Q4 | 2023 | 35 serviços adicionais implantados no sítio institucional do Inps (www.inps.it)<br>Os serviços devem ser acessíveis no sítio institucional através de uma lógica de definição de perfis adequada (o sistema deve sugerir serviços de possível interesse com base na idade, nas características do trabalho, nos benefícios percecionados e no historial do utilizador).<br>Os 35 serviços estão relacionados com as seguintes áreas institucionais do INPS: |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Prestações de reforma<br>Amortecedores sociais<br>Prestações de desemprego<br>Prestações de invalidez<br>Reembolsos<br>Cobrança de contribuições das empresas<br>Serviços para os trabalhadores agrícolas<br>Serviços antifraude, de corrupção e de transparência<br>Nos domínios institucionais enumerados, os serviços a implementar devem dizer respeito à apresentação digital de pedidos de serviços, à verificação dos requisitos para a prestação, ao acompanhamento do estado da prática pelos utilizadores, à proposta proativa de serviços com base nas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | necessidades dos utilizadores, à renovação automática das prestações sem necessidade de novos pedidos.<br><br>Por último, devem existir painéis de acompanhamento que possibilitem tanto o acompanhamento pelo INPS dos benefícios proporcionados como o apoio baseado em dados aos decisores políticos. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C1-133 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Trabalhadores com melhores competências em tecnologias da informação e comunicação (TIC) M2 | NENHUMA. | Número | 4 250 | 8 500 | Q4 | 2023 | 4 250 trabalhadores adicionais do INPS avaliados, com competências comprovadamente melhoradas nos seguintes domínios do quadro europeu de cibercompetências: I) Plano; II) Construir; III) Run (iv) Enable; V) Gerir.<br>Os domínios a melhorar em termos de competências devem ser identificados de acordo com o grupo-alvo de aprendentes. |
| M1C1-134 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INAIL — Processos/serviços totalmente reformulados e digitalizados M1 | NENHUMA. | Número | 29 | 53 | Q4 | 2023 | A meta é alcançar 53 (52 %) processos e serviços institucionais reformulados, a fim de os tornar totalmente digitalizados.<br>As áreas do INAIL envolvidas são os seguintes: Seguros, serviços sociais e de saúde, prevenção e trabalho de segurança, certificações e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | verificações.<br>Em particular, a meta prevista para cada área é expressa acima:<br>• Seguros: 8 (25 %);<br>• Serviços sociais e de saúde: 18 (50 %);<br>• Prevenção e trabalho de segurança: 9 (80 %);<br>• Certificações e verificações: 18 (80 %). |
| M1C1-135 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Digitalização de procedimentos M1 | NENHUMA. | Número | 4 | 15 | Q4 | 2023 | Digitalização, revisão e automatização de 15 procedimentos relacionados com a gestão do pessoal da defesa (como o recrutamento, a prestação de serviço e a reforma, a saúde dos trabalhadores) começando de uma base de quatro procedimentos já digitalizados. |
| M1C1-136 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Digitalização de certificados M1 | NENHUMA. | Número de certificados digitalizados | 190 000 | 450 000 | Q4 | 2023 | Número de certificados de identificação digitalizados (450 000) emitidos pelo Ministério da Defesa e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | destinados à infraestrutura, complementados por um sítio de recuperação em caso de catástrofe, começando de uma base de 190 000 certificados já digitalizados. |
| M1C1-137 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Objetivo intermédio | Ministério da Defesa — Encomenda de portais Web institucionais e de portais intranet | Portais Web institucionais e portais Web intranet plenamente operacionais | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Desenvolvimento e implementação de i) portais Web institucionais e ii) portais intranet para necessidades específicas de comunicação interna. |
| M1C1-138 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Migração de aplicações não essenciais para a solução para uma proteção completa da informação por abertura das infraestruturas (S.C.I.P.I.O.) M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 10 | Q4 | 2023 | Migração inicial e disponibilidade operacional de aplicações críticas não relacionadas com missões para novas infraestruturas de fonte aberta. Tal inclui a implementação do ambiente de hardware, a instalação de componentes de software intermédio de fonte aberta e a reengenharia de aplicações. |
| M1C1-139 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem | Alvo | Ativação da computação em nuvem para a administração pública | NENHUMA. | Número | 0 | 4 083 | Q3 | 2024 | A migração de 4 083 administrações públicas locais para ambientes de computação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | para as entidades da administração pública local | | local M1 | | | | | | | em nuvem certificados deve ser considerada alcançada quando os testes de migração de todos os sistemas, conjuntos de dados e aplicações incluídos em cada plano de migração forem bem-sucedidos. |
| M1C1-140 | Investimento 1.4.1: Experiência dos cidadãos — Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais | Alvo | Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais M1 | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 40 | Q4 | 2024 | Administrações (municípios, estabelecimentos de ensino primário e secundário de 1.º e 2.º anos e entidades especializadas em cuidados de saúde e património cultural) que adiram a um modelo comum e a um sistema de conceção, simplificando a interação com os utilizadores e facilitando a manutenção nos próximos anos.<br>A adesão à conceção/modelo comum de componentes de sítios Web/serviços deve consistir no seguinte:<br>(1) Avaliação dos projetos apresentados;<br>(2) Avaliação da conclusão do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | projeto à luz dos principais parâmetros de usabilidade (pontuações digitais de usabilidade), através de uma plataforma específica já disponível. |
| M1C1-141 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Digitalização dos procedimentos do Ministério da Defesa M2 | NENHUMA. | Número | 15 | 20 | Q4 | 2024 | Digitalização, revisão e automatização de 20 procedimentos relacionados com a gestão do pessoal da defesa (como o recrutamento, a prestação de serviço e a reforma, a saúde dos trabalhadores) começando de uma base de quinze procedimentos já digitalizados com a meta 1. |
| M1C1-142 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Digitalização dos certificados do Ministério da Defesa M2 | NENHUMA. | Número de certificados digitalizados | 450 000 | 750 000 | Q4 | 2024 | Número de certificados de identificação digitalizados (750 000) emitidos pelo Ministério da Defesa e destinados à infraestrutura, complementados por um sítio de recuperação em caso de catástrofe, começando de uma base de 450 000 certificados já |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | digitalizados com a meta 1. |
| M1C1-143 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Migração de aplicações críticas e não críticas para missões em soluções para a plena proteção da informação através da abertura das infraestruturas (S.C.I.P.I.O.) T2 | NENHUMA. | Número | 10 | 15 | Q4 | 2024 | Migração final de quatro aplicações críticas e onze aplicações não críticas para missões para novas infraestruturas de fonte aberta, incluindo a implementação do ambiente de hardware, a instalação de componentes de software intermédio de fonte aberta e a reengenharia de aplicações, começando por uma base de referência de dez já migradas com a meta 1. |
| M1C1-145 | Investimento 1.4.4: Aumento da difusão das plataformas nacionais de identificação digital (SPID, CIE) e do registo nacional (ANPR) | Alvo | Plataforma Nacional de Identidade Digital (AIC) e registo nacional (ANPR) | NENHUMA. | Número | 9 700 000 | 42 300 000 | Q4 | 2025 | Estão registadas na plataforma nacional de identidade digital (AIC) 42 300 000 pessoas com identidades digitais válidas. |
| M1C1-146 | Investimento 1.4.4: Aumento da difusão das plataformas nacionais de identificação digital (SPID, CIE) e do registo | Alvo | Plataformas Nacionais de Identidade Digital (SPID) | NENHUMA. | Número | 0 | 10 217 | Q2 | 2025 | 10 217 entidades adotaram a identificação eletrónica (eID) através do Sistema Público de Identidade Digital (SPID) após 3 de dezembro de 2021. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | nacional (ANPR) | | | | | | | | | |
| M1C1-26 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Alvo | Migração para o Polo Strategico Nazionale ou para um ambiente público seguro e certificado de computação em nuvem | NENHUMA. | Número | 100 | 280 | Q2 | 2026 | Pelo menos 280 administrações públicas centrais e autoridades locais de cuidados de saúde (Aziende Sanitarie Locali/Aziende Ospedaliere) migraram para o «Polo Strategico Nazionale» (PSN) ou para um ambiente público seguro e certificado de computação em nuvem, de acordo com o plano de migração aprovado pelo Departamento de Transformação Digital.<br><br>A migração pode ser executada de diferentes formas, de acordo com o estado da técnica da arquitetura informática do software nas instalações detida por cada administração pública migrante.<br><br>Estas estratégias podem variar desde o mero alojamento e migração de «lift-and-shift» para software não preparado para a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | computação em nuvem até à migração para «Infrastructure-as-a-Service» (IaaS), «Platform-as-a-Service» (PaaS) ou «Software-as-a-Service» (SaaS) para software preparado para a computação em nuvem.<br><br>Pelo menos 40 % dos serviços migrados devem ser implementados através de soluções IaaS, PaaS ou SaaS. |

## B. MISSÃO 1, COMPONENTE 2:

**Eixo 1 — Digitalização, inovação e competitividade do sistema de produção**

O eixo 1 da componente 1 da missão 2 do plano italiano de recuperação e resiliência diz respeito a investimentos e reformas que visam i) apoiar a transição digital e a inovação do sistema produtivo através de incentivos ao investimento em tecnologias, investigação, desenvolvimento e inovação; II) implantação de redes de banda larga ultrarrápida e 5G para reduzir o fosso digital, bem como de constelações e serviços de satélite; III) promover o desenvolvimento de cadeias de valor estratégicas e apoiar a competitividade das empresas, com destaque para as PME.

As medidas ao abrigo desta componente visam colmatar as lacunas que emergem no índice de digitalidade da economia e da sociedade (DESI) de 2020 no que diz respeito 'transformação digital das empresas e às insuficiências na conectividade, tendo em vista reforçar a resiliência económica e social do país.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas à Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «reforçar o ensino e as competências à distância, incluindo as competências digitais» (recomendação específica por país n.º 2 de 2020), de «promover o investimento privado para promover a recuperação económica» (recomendação específica por país n.º 3 de 2020), de «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial [...] no reforço das infraestruturas digitais para assegurar a prestação de serviços essenciais» (recomendação específica por país n.º 3 de 2020), de «promover a melhoria das competências, nomeadamente através do reforço das competências digitais» (recomendação específica por país n.º 2 de 2019), de «centrar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação e na qualidade das infraestruturas, tendo igualmente em conta as disparidades regionais» (recomendação específica por país n.º 3 de 2019) e, em certa medida, de «apoiar o acesso não bancário ao financiamento para empresas inovadoras e de menor dimensão» (recomendação específica por país n.º 5 de 2019).

Não se prevê que alguma das medidas desta componente prejudique significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as medidas de mitigação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência em conformidade com as orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

**Eixo 2 — Melhorar o ambiente empresarial e o quadro concorrencial**

O principal objetivo do eixo 2 da componente 1 da missão 2 é melhorar o ambiente empresarial para facilitar o empreendedorismo, assim como o quadro concorrencial a fim de favorecer uma afetação mais eficiente dos recursos e ganhos de produtividade. O principal instrumento para atingir estes objetivos é a Lei Anual da Concorrência, adotada anualmente.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas à Itália em 2019 sobre a necessidade de «abordar as restrições à concorrência [...], também através de uma nova lei anual da concorrência» (recomendação específica por país n.º 3 de 2019).

### B.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

*Eixo 1 — Digitalização, inovação e competitividade do sistema de produção*

**Investimento 1: Transição 4.0**

O objetivo da medida é apoiar a transformação digital das empresas, incentivando o investimento privado em ativos e atividades que apoiam a digitalização. A medida consiste num regime de crédito fiscal.

**Reforma 1: Reforma do sistema de propriedade industrial**

O principal objetivo da reforma é adaptar o sistema de propriedade industrial aos desafios modernos e assegurar que o potencial de inovação contribui para a recuperação e a resiliência do país. Visa, mais especificamente, prosseguir os seguintes objetivos: reforçar o sistema de proteção da propriedade industrial; incentivar a utilização e a divulgação da propriedade industrial, especialmente pelas PME; facilitar o acesso ativos incorpóreos e a sua partilha, assegurando simultaneamente um retorno justo dos investimentos; garantir um respeito mais rigoroso da propriedade industrial; e reforçar o papel de Itália nos fóruns europeus e internacionais sobre propriedade industrial.

A medida diz respeito à reforma do Código da Propriedade Industrial italiano, abrangendo pelo menos os seguintes domínios: I) rever o quadro regulamentar para reforçar a proteção dos direitos de propriedade industrial e simplificar os procedimentos, ii) reforçar o apoio às empresas e às instituições de investigação, iii) melhorar o desenvolvimento de aptidões e competências, iv) facilitar a transferência de conhecimentos e v) reforçar a promoção de serviços inovadores.

**Investimento 6: Investimento no sistema de propriedade industrial**

O objetivo do investimento é apoiar o sistema de propriedade industrial e acompanhar a sua reforma, tal como previsto na reforma 1 desta componente. A medida inclui apoio financeiro a projetos relacionados com a propriedade industrial de empresas e organismos de investigação, para os seguintes fins: medidas relacionadas com patentes (Brevetti +), programas de prova de conceito (POC) e reforço dos serviços de transferência de tecnologia (TTO).

*Eixo 2 — Melhorar o ambiente empresarial e o quadro concorrencial*

**Reforma 2: Leis anuais da concorrência para 2022, 2023, 2024 e 2025**

A lei da concorrência deve ser adotada todos os anos, aumentando os procedimentos concorrenciais para a adjudicação de contratos de serviço público para serviços públicos locais (incluindo água, resíduos e transportes públicos locais), evitando a prorrogação injustificada das concessões a operadores históricos em muitos setores, incluindo portos, autoestradas, energia hidroelétrica e transportes regionais, prevendo a regulamentação adequada dos contratos de serviço público, revendo as regras em matéria de agregação e aplicando o princípio geral da proporcionalidade na duração e na compensação adequada dos contratos de serviço público. As leis da concorrência devem apoiar a concorrência e a melhoria da eficiência da gestão e da qualidade dos serviços de transporte regional, bem como aumentar os incentivos para que as regiões adjudiquem os seus contratos de serviço público para serviços ferroviários regionais.

As leis anuais da concorrência devem incluir medidas setoriais favoráveis à concorrência em vários domínios, incluindo a energia (eletricidade, gás e água), a gestão de resíduos, os transportes (portos, caminhos de ferro e autoestradas) e a saúde, que devem complementar os investimentos e as reformas no âmbito das missões 2, 3 e 6. As medidas de acompanhamento destinadas a assegurar a aceitação da concorrência nos mercados retalhistas da eletricidade devem entrar em vigor, o mais tardar, em 31 de dezembro de 2022. A lei anual da concorrência de 2022 deve, nomeadamente, adotar o plano de desenvolvimento da rede elétrica e promover a instalação de contadores de eletricidade inteligentes de 2.ª geração, que devem aumentar em, pelo menos, 17 milhões de unidades em toda a Itália até 31 de dezembro de 2025. Devem também ser introduzidas medidas pró-concorrenciais para as estações de carregamento elétrico.

Além disso, as leis devem contribuir para a melhoria do ambiente empresarial, pelo menos através de: I) o alinhamento das regras de controlo das concentrações com o direito da UE, ii) a consolidação, a digitalização e a profissionalização das autoridades de fiscalização do mercado, iii) uma reforma para simplificar e facilitar a criação de empresas em fase de arranque e de atividades de capital de risco, bem como para promover uma estratégia nacional de transferência de tecnologia, iv) a redução do tempo de acreditação para a prestação de informações sobre os trabalhadores de sete para quatro dias, a fim de reduzir o número de dias para a criação de uma empresa.

**Reforma 3: Quadro para a simplificação e racionalização dos incentivos às empresas**

A reforma visa criar um quadro para a revisão, simplificação e racionalização do sistema de incentivos nacionais às empresas, abrindo assim caminho ao compromisso assumido pela Itália no seu plano orçamental-estrutural de médio prazo de racionalizar e simplificar os incentivos firmes. A reforma consiste na entrada em vigor de atos jurídicos, bem como na ativação de funcionalidades adicionais para a) o ARN (registo nacional dos auxílios estatais) e b) a plataforma incentive.gov.it. A racionalização dos incentivos é mais um passo que não está relacionado com os marcos e as metas constantes da decisão de execução do Conselho.

## B.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C2-1 | Investimento 1: Transição 4.0 | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de atos jurídicos destinados a disponibilizar créditos fiscais Transição 4.0 a potenciais beneficiários e criação do comité científico | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da lei orçamental que autoriza os créditos fiscais e disposição nos atos de execução conexos relativa à respetiva entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os atos jurídicos devem disponibilizar os créditos fiscais Transição 4.0 aos potenciais beneficiários. Trata-se de créditos fiscais para i) bens de equipamento corpóreos 4.0 (isto é, tecnologicamente avançados), ii) bens de equipamento incorpóreos 4.0, iii) bens de equipamento incorpóreos normalizados, iv) atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e v) atividades de formação.<br><br>Os códigos de crédito fiscal devem ser identificados através de uma resolução da autoridade tributária, a fim de permitir que os beneficiários utilizem os créditos fiscais com o modelo de pagamento F24. Será criado um comité científico, composto por peritos do Ministério da Economia e das Finanças, do Ministério do Desenvolvimento Económico e do Banco de Itália, mediante decreto ministerial, para avaliar o impacto |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | económico dos créditos fiscais Transição 4.0. |
| M1C2-2 | Investimento 1: Transição 4.0 | Alvo | Créditos fiscais Transição 4.0 concedidos a empresas com base nas declarações fiscais apresentadas em 2021-2022 | NENHUMA. | Número | 0 | 69 900 | Q2 | 2024 | Pelo menos 69 900 créditos fiscais Transição 4.0 foram concedidos a empresas em relação a 4.0 bens de equipamento tangíveis, 4.0 bens de equipamento intangíveis, bens de equipamento intangíveis normalizados, atividades de investigação, desenvolvimento e inovação ou atividades de formação. Considera-se que foi concedido um crédito de imposto mediante a apresentação de uma declaração fiscal. As declarações fiscais devem ser apresentadas entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Para as empresas cujo ano fiscal não corresponda ao ano civil, o termo do período relevante para a apresentação das declarações fiscais relacionadas com todos os créditos fiscais acima enumerados deve ser prorrogado de 31 de dezembro de 2022 para 30 de novembro de 2023. |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C2-3 | Investimento 1: Transição 4.0 | Alvo | Créditos fiscais Transição 4.0 concedidos a empresas com base nas declarações fiscais apresentadas em 2021-2023 | NENHUMA. | Número | 69 900 | 111 700 | Q2 | 2025 | Pelo menos 111 700 créditos fiscais Transição 4.0 foram concedidos a empresas em relação a 4.0 bens de equipamento tangíveis, 4.0 bens de equipamento intangíveis, bens de equipamento intangíveis normalizados, atividades de investigação, desenvolvimento e inovação ou atividades de formação. Considera-se que foi concedido um crédito de imposto mediante a apresentação de uma declaração fiscal. As declarações fiscais devem ser apresentadas entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2023. Para as empresas cujo exercício fiscal não corresponda ao ano civil, o final do período considerado para a apresentação das declarações fiscais relativas a todos os créditos fiscais acima enumerados é prorrogado de 31 de dezembro de 2023 para 30 de novembro de 2024.<br><br>A base de referência refere-se ao número de créditos fiscais |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Transição 4.0 concedidos a empresas, com base nas declarações fiscais apresentadas entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 para bens de equipamento corpóreos 4.0, bens de equipamento incorpóreos 4.0 e bens incorpóreos normalizados, e com base nas declarações fiscais apresentadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 para atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e atividades de formação. Para as empresas cujo ano fiscal não corresponda ao ano civil, também as declarações fiscais apresentadas até 30 de novembro de 2023 devem ser incluídas na base de refência para todos os créditos fiscais acima enumerados.<br><br>Nenhuma empresa que opere em setores de atividade identificados pelos códigos ATECO 05, 06, 07 e 09 deve ser considerada para efeitos da meta. Além disso, no que se refere aos investimentos em 4.0 em bens de equipamento |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | corpóreos, bem como em atividades de desenvolvimento e inovação, nenhuma empresa opera em setores de atividade identificados pelos códigos ATECO 30. 22, 29, 38, 41, 42, 43, 17, 01, 50, 19, 20, 51, 24, 49, 23 e 35 devem ser tidos em conta para a meta. |
| M1C2-4 | Reforma 1: Reforma do sistema de propriedade industrial | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto legislativo destinado a reformar o código da propriedade industrial italiano e atos de execução conexos | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do novo código da propriedade industrial e disposição nos atos de execução conexos relativa à respetiva entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2023 | O novo decreto legislativo deve alterar o código da propriedade industrial italiano (Decreto Legislativo n.º 30, de 10 de fevereiro de 2005) e abranger, no mínimo, os seguintes domínios: I) rever o quadro regulamentar para reforçar a proteção dos direitos de propriedade industrial e simplificar os procedimentos, ii) reforçar o apoio às empresas e às instituições de investigação, iii) melhorar o desenvolvimento de aptidões e competências, iv) facilitar a transferência de conhecimentos, v) reforçar a promoção de serviços inovadores. |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C2-5 | Investimento 6: Investimento no sistema de propriedade industrial | Alvo | Relatórios finais de atividades/projetos relativos a, pelo menos, 254 projetos relacionados com a propriedade industrial e a investigação. | NENHUMA. | Número | 0 | 254 | Q4 | 2025 | Foram apresentados relatórios finais de atividades/projetos assinados pelas entidades beneficiárias para, pelo menos, 254 projetos. |
| M1C2-6 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2021 | Disposição relativa à entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2021. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A lei anual da concorrência deve incluir, pelo menos, os seguintes elementos essenciais, devendo as medidas de execução e direito derivado (se necessário) ser adotados e entrar em vigor o mais tardar em 31 de dezembro de 2022.<br>Diz respeito:<br>Aplicação da legislação anti-trust<br>— Serviços públicos locais<br>— Energia<br>— Transportes<br>— Resíduos<br>Criar uma empresa<br>Fiscalização do mercado |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Aplicação das regras anti-trust:<br>I. Eliminar obstáculos adicionais ao controlo das operações de concentração de empresas através de um maior alinhamento das regras italianas nesta matéria com o direito da UE.<br>Serviços públicos locais:<br>II. Reforçar e generalizar a utilização do princípio da concorrência para os contratos de serviços públicos locais, em especial no domínio da gestão de resíduos e dos transportes públicos locais.<br>III Limitar as adjudicações por ajuste direto, exigindo que as autoridades públicas locais justifiquem qualquer desvio em relação à obrigatoriedade de concursos públicos (nos termos do artigo 192.º do Código dos Contratos Públicos).<br>IV. Prever a regulamentação adequada dos contratos de serviço público através da aplicação do |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | artigo 19.º da Lei n.º 124/2015 como um texto único sobre os serviços públicos locais, em especial no domínio da gestão de resíduos.<br><br>v. As regras e os mecanismos de agregação incentivam a criação de uniões de municípios, a fim de reduzir o número de entidades e autoridades adjudicantes, associando-as às agregações territoriais ótimas («ambiti territoriali ottimali») e às zonas e níveis adequados de serviços de transporte público local e regional («bacini e livelli adeguati di servizi di trasporto pubblico locale e regionale») de, pelo menos, 350 000 habitantes.<br><br>O ato jurídico relativo aos serviços públicos locais que transpõe o artigo 19.º da Lei n.º 124/2015 deve, pelo menos:<br><br>— definir serviços públicos com base em critérios do direito da UE;<br><br>— estabelece princípios gerais de prestação, regulamentação e |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | gestão dos serviços públicos locais;<br>— estabelecer um princípio geral de proporcionalidade na duração dos contratos de serviço público;<br>separar claramente as funções de regulamentação e controlo e de gestão dos contratos de serviço público;<br>— assegurar que as autoridades públicas locais justificam o aumento das suas participações em empresas participadas para adjudicações internas;<br>— prever uma compensação adequada dos contratos de serviço público, com base num cálculo dos custos supervisionado por entidades reguladoras independentes (por exemplo, ARERA para a energia ou ART para os transportes);<br>— limitar a duração média dos contratos internos e reduzir e harmonizar entre as entidades proponentes a duração normal dos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | contratos adjudicados, desde que a duração assegure o equilíbrio económico e financeiro dos contratos, também com base nos critérios estabelecidos pela Autoridade dos Transportes.<br>Energia:<br>VI. Tornar obrigatória a adjudicação de contratos de concessão para a energia hidroelétrica e definir o quadro regulamentar das concessões hidroelétricas.<br>VII. Tornar obrigatória a realização de concursos públicos para a adjudicação de contratos de concessão para a distribuição de gás.<br>VIII. Estabelecer requisitos transparentes e não discriminatórios para a atribuição de espaços públicos para carregamento elétrico ou para a seleção dos operadores de pontos/estações de carregamento.<br>IX. Eliminar as tarifas reguladas de fornecimento de eletricidade para |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | carregamento de veículos elétricos.<br>O quadro concorrencial para as concessões hidroelétricas deve, pelo menos:<br>— Exigir que as instalações hidroelétricas importantes sejam reguladas por critérios gerais e uniformes a nível central.<br>— Exigir que as regiões definam os critérios económicos subjacentes à duração dos contratos de concessão.<br>Eliminar progressivamente a possibilidade de prorrogação dos contratos (tal como já decidido pelo Tribunal Constitucional italiano).<br>— Exigir que as regiões harmonizem os critérios de acesso aos critérios de concurso (a fim de criar um ambiente empresarial previsível).<br>Transporte:<br>X. Estabelecer critérios claros, não discriminatórios e transparentes para a adjudicação de concessões |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | portuárias.<br>XI. Eliminar os obstáculos que impedem os concessionários portuários de concentrar as atividades de concessão de portos em vários portos de grande e média dimensão.<br>XII. Eliminar os obstáculos que impedem os concessionários de prestarem eles próprios alguns dos serviços portuários e de utilizarem os seus próprios equipamentos, sem prejuízo da segurança dos trabalhadores, desde que as condições exigidas relevantes para proteger a segurança dos trabalhadores sejam necessárias e proporcionais ao objetivo de garantir a segurança nas zonas portuárias.<br>XIII. Simplificar a revisão dos procedimentos de revisão dos planos de autorização dos portos.<br>XIV. Aplicar o artigo 27.º, n.º 2, alínea d), do Decreto-Lei n.º 50/2017, que prevê incentivos para que as regiões externalizem a |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | adjudicação de contratos dos transportes ferroviários regionais.<br>Resíduos:<br>XV. Simplificar os procedimentos de autorização para as instalações de tratamento de resíduos.<br>Criação de uma empresa:<br>XVI. Reduzir o tempo de acreditação para o fornecimento de informações sobre os trabalhadores, de sete para quatro dias, a fim de reduzir o número de dias para a criação de uma empresa.<br>Fiscalização do mercado:<br>XVII. Consolidação das autoridades nacionais de fiscalização do mercado em, no máximo, dez agências localizadas nas principais regiões de Itália, abrangendo cada uma todos os grupos de produtos e comunicando informações ao agente de ligação único criado em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2019/1020 |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | («Pacote Mercadorias»).<br>XVIII. Exigir que as autoridades nacionais de fiscalização do mercado realizem inspeções dos produtos e recolhas de dados digitalizadas, apliquem a inteligência artificial para rastrear produtos perigosos e ilícitos e identifiquem tendências e riscos no mercado único.<br>XIX. Exigir que as autoridades nacionais de fiscalização do mercado incluam formação e utilização do sistema de informação e comunicação para a fiscalização pan-europeia do mercado.<br>XX. Criar novos laboratórios acreditados para o ensaio de produtos para todos os grupos de produtos. Estes laboratórios devem realizar ensaios de comércio eletrónico, ensaios laboratoriais físicos, ações conjuntas (autoridades aduaneiras/autoridades de fiscalização do mercado; duas ou |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | mais autoridades nacionais de fiscalização do mercado, autoridades de mercado nacionais e da UE). |
| M1C2-7 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado (se necessário) relacionados com a energia. | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado (se necessário) relacionados com a energia. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado (se necessário) relacionados com a energia para:<br>I. Eliminar progressivamente os preços regulamentados para as microempresas e os agregados familiares a partir de 1 de janeiro de 2023.<br>II. Adotar medidas de acompanhamento para apoiar a aceitação da concorrência nos mercados retalhistas da eletricidade.<br>As medidas de acompanhamento para assegurar a aceitação da concorrência nos mercados retalhistas da eletricidade devem prever, pelo menos, o seguinte:<br>— Leiloar a base de clientes para criar condições de concorrência equitativas para os novos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | operadores.<br>— Fixar um limite máximo como quota máxima de mercado disponível para cada fornecedor;<br>— Permitir que os consumidores italianos solicitem ao seu fornecedor de energia que divulgue os seus dados de faturação a fornecedores terceiros;<br>Aumentar a transparência da fatura de eletricidade, dando aos consumidores acesso às subcomponentes do «spesi per oneri di sistema»;<br>— Suprimir a obrigação de os fornecedores cobrarem encargos não relacionados com o setor da energia. |
| M1C2-8 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução (incluindo o direito derivado, se necessário) para a efetiva | Entrada em vigor de todo o direito derivado, incluindo toda a regulamentação necessária, para as medidas decorrentes da Lei Anual da | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Entrada em vigor de todas as medidas de execução (incluindo o direito derivado, se necessário) para a efetiva execução e aplicação das medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2021. |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | execução e aplicação das medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2021. | Concorrência de 2021 | | | | | | |
| M1C2-9 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2022 | Disposição relativa à entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2022. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Entrada em vigor da Lei Anual da Concorrência de 2022<br>A lei anual da concorrência deve incluir, pelo menos, os seguintes elementos essenciais, devendo as medidas de execução e direito derivado (se necessário) ser adotados e entrar em vigor o mais tardar em 31 de dezembro de 2023.<br>Que:<br>**estabelecer** um procedimento claro para a adoção**, dentro de prazos predeterminados e,** em qualquer caso, até 31 de dezembro do período pertinente (de dois em dois anos) (*), do plano de desenvolvimento da rede de eletricidade para a próxima década, que garanta a conclusão |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | do procedimento e simplifique o processo de aprovação.<br><br>(*) O plano de desenvolvimento da rede de eletricidade de 2021 deve ser adotado até 31 de dezembro de 2023.<br><br>**II)** promover a implantação de contadores de eletricidade inteligentes de 2.ª geração;<br><br>**Anti-trust:**<br><br>**III)** aumentar de 45 para 90 dias a duração da apreciação pela Autoridade da Concorrência italiana (*Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato*) das concentrações suscetíveis de entravar significativamente a concorrência efetiva nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 287/1990.<br><br>**Retalho:**<br><br>**simplificação** dos procedimentos de autorização para as vendas promocionais efetuadas por empresas com estabelecimentos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | em diferentes municípios.<br>**Produtos farmacêuticos:**<br>**V)** assegurar a proporcionalidade dos requisitos de autorização para a venda de produtos farmacêuticos galénicos. |
| M1C2-10 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução (incluindo o direito derivado, se necessário) para a efetiva execução e aplicação das medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2022. | Entrada em vigor de todo o direito derivado, incluindo toda a regulamentação necessária, para as medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2022 | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Entrada em vigor de todo o direito derivado (se necessário), incluindo toda a regulamentação necessária para a efetiva execução e aplicação de todas as medidas referidas anteriormente decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2022. |
| M1C2-11 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2023 | Disposição relativa à entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2023. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrada em vigor da Lei Anual da Concorrência de 2023. A lei anual da concorrência deve incluir, pelo menos, os seguintes elementos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | essenciais, cujas medidas de execução e direito derivado (se necessário) devem ser adotados e entrar em vigor o mais tardar em 31 de dezembro de 2024.<br><br>E deve incluir pelo menos as seguintes medidas:<br><br>**Autoestradas:**<br><br>**no que diz** respeito ao acesso às concessões e à rescisão de contratos, a lei anual da concorrência deve, pelo menos:<br><br>tornar obrigatória a adjudicação de contratos de concessão para as autoestradas, sem prejuízo da disponibilização interna dentro dos limites estabelecidos pela legislação da UE (*);<br><br>**melhorar** a eficiência dos procedimentos administrativos de decisão relacionados com os contratos de concessão;<br><br>exigir uma descrição pormenorizada e transparente |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | do objeto do contrato de concessão<br>— exigir que as autoridades concessionárias designem concessões para troços de estrada, atribuídas por concurso público, tendo em conta as estimativas de eficiência de escala e o custo dos concessionários de autoestradas elaboradas pela autoridade reguladora (*Autorità di Regolazione dei Trasporti* — ART);<br>— reforçar os controlos do Ministério das Infraestruturas sobre os custos e a execução das infraestruturas rodoviárias;<br>impedir a renovação automática dos contratos de concessão, melhorar os procedimentos técnicos e administrativos relacionados com a atualização periódica dos planos económicos e financeiros e a execução anual desses planos e proibir a utilização dos procedimentos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | regulados pelo artigo 193.º do Código dos Contratos Públicos como meio de adjudicação de contratos de concessão de autoestradas caducados ou que expiram;<br>simplificar/clarificar a regulamentação das condições de rescisão e rescisão do contrato, também com vista a preservar um nível adequado de serviço;<br>— para a resolução do contrato no interesse público, a lei deve prever, pelo menos, uma compensação adequada que permita ao concessionário recuperar os investimentos que não tenham sido totalmente amortizados.<br><br>no que **diz** respeito ao modelo regulamentar de tarifação, a lei anual da concorrência deve, pelo menos:<br>— assegurar a aplicação atempada e integral do |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | modelo regulamentar de tarifação da ART, com base numa metodologia de fixação de um limite máximo de preço, tendo em conta as atualizações periódicas do planeamento económico e financeiro plurianual dos concessionários (conforme aprovado pela entidade reguladora competente) e a implantação anual desses planos.<br><br>**no** que diz respeito aos direitos dos utilizadores, a lei anual da concorrência:<br><br>— assegurar a aplicação plena e atempada do quadro regulamentar da ART relacionado com a salvaguarda dos direitos dos utilizadores e a prestação de níveis de serviço adequados.<br><br>**IV)** em matéria de externalização de obras de construção, a lei anual |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | da concorrência deve, pelo menos:<br>— Nos termos do artigo 186.º, n.º 2, do Decreto Legislativo n.º 36/2023, estabelece a obrigação de os concessionários de autoestradas confiarem a terceiros, através de procedimentos de prova pública, entre 50 % e 60 % dos contratos de obras, serviços e fornecimentos. As quotas são calculadas de acordo com os montantes dos planos económicos e financeiros anexados à documentação relativa à concessão.<br>(*) no que diz respeito às atribuições internas, a lei deve:<br>exigir uma verificação *ex ante* obrigatória da legalidade da atribuição interna e proibir o lançamento do procedimento de concurso ou das atribuições internas sem essa verificação; |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | — confiar à Autoridade Reguladora dos Transportes (ART) os instrumentos e poderes adequados para realizar as verificações acima referidas, bem como o apoio (jurídico) da Autoridade Nacional Anticorrupção (ANAC);<br>exigir que a instalação de pontos de carregamento elétrico e a criação de áreas de estacionamento e de repouso adequadas para os operadores de transporte de mercadorias sejam efetuadas em plena conformidade com o quadro regulamentar concebido pela ART.<br>**Seguros:**<br>**V)** Entrada em vigor dos atos necessários para permitir a portabilidade dos dados relativos às caixas negras dos automóveis entre seguradoras;<br>**Criação de uma empresa:** |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | **VI)** Revisão e atualização da legislação relativa às empresas inovadoras em fase de arranque e ao capital de risco (por exemplo, Start Up Act 2012), a fim de racionalizar a legislação existente, rever a definição de empresas em fase de arranque e promover o investimento em capital de risco por parte de investidores privados e institucionais. |
| M1C2-12 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de medidas de execução (incluindo direito derivado, se necessário) para a execução e aplicação das medidas estabelecidas na Lei Anual da Concorrência de 2023 e noutra legislação primária | Entrada em vigor do direito derivado, incluindo todos os regulamentos necessários para a execução e aplicação das medidas estabelecidas na Lei Anual da Concorrência de 2023 e noutra legislação primária | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrada em vigor do direito derivado (se necessário), incluindo a regulamentação necessária para a execução e aplicação das medidas pertinentes estabelecidas na Lei Anual da Concorrência de 2023.<br>Entrada em vigor do direito derivado relativo à engomagem a frio e listas de vendedores retalhistas de gás natural, do seguinte modo:<br>Para **a engomagem a frio**:<br>Entrada em vigor de incentivos regulamentares à utilização de |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | serviços de passagem a frio nos portos.<br>**Para a lista de vendedores retalhistas de gás natural:**<br>Entrada em vigor do direito derivado que define os critérios e requisitos em matéria de acesso e permanência das empresas na lista de vendedores retalhistas de gás natural estabelecida pelo artigo 17.º do Decreto Legislativo n.º 164/2000, destinado a reforçar a transparência e a apoiar a escolha dos consumidores em mercados concorrenciais. |
| M1C2-13 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da Lei Anual da Concorrência para 2025 | Disposição relativa à entrada em vigor da lei anual da concorrência para 2025. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Entrada em vigor da lei anual da concorrência para 2025.<br>O direito primário e derivado (incluindo atos de execução, se necessário) deve ser aprovado e entrar em vigor até 4Q2025.<br>A Lei Anual da Concorrência:<br>**I — sobre os serviços públicos locais:** |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | - Introduzir medidas corretivas e sanções em caso de não adoção, não publicação ou incompletude do controlo exigido pelo artigo 30.º do Decreto Legislativo n.º 201/2022.<br>- Introduzir medidas corretivas em caso de gestão insatisfatória * do serviço público local. Essas medidas devem incluir, pelo menos, a adoção de planos para melhorar a qualidade, a relação custo-eficácia e cumprir todos os objetivos contratuais. A reforma deve prever que as medidas corretivas sejam exigidas pelas autoridades adjudicantes dentro de prazos fixados.<br>- Introduzir obrigações de transparência relativamente às medidas corretivas acima |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | referidas, assegurar e, se necessário, reforçar os poderes de controlo e execução dos reguladores/autoridades competentes e exigir que a autoridade competente apresente anualmente um relatório ao Parlamento sobre o estado de aplicação das medidas corretivas.<br><br>* Uma gestão insatisfatória deve ser definida de modo a abranger, pelo menos, as situações em que o operador sofreu perdas significativas, suscetíveis de pôr em risco a sua viabilidade económica e financeira, ou quando a qualidade do serviço é significativamente inferior aos parâmetros de referência setoriais ou o desempenho é consideravelmente inferior aos objetivos contratuais.<br><br>**II — Transportes regionais:**<br><br>- Alargar aos transportes |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | públicos regionais (incluindo aos «operadores internos» nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007) a aplicabilidade do artigo 14.º, n.os Artigos 2.º e 3.º, 17.º, 30.º e 31.º do Decreto Legislativo n.º 201/2022, conforme reformado supra.<br>- Rever o artigo 9.º da Lei Anual da Concorrência n.º 118/2022, a fim de prever a obrigação de o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes (MIT) publicar anualmente, a partir de 2026, um calendário devidamente escalonado dos procedimentos de adjudicação de todos os contratos ferroviários que expiram.<br>- Exigir que a ART lance, até ao 2 202.º trimestre de 6, uma consulta pública tendo em vista a adoção de orientações |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | para a normalização dos procedimentos de adjudicação de serviços de transporte regional.<br><br>**III — sobre estações de carregamento elétrico:**<br><br>- Assegurar que a adjudicação de concessões para pontos de carregamento elétrico promove a concorrência, incentivando uma pluralidade de fornecedores no mercado.<br><br>**IV — sobre Saúde:**<br><br>- Estabelecer critérios comuns para os acordos contratuais, a fim de assegurar a aplicação efetiva dos artigos 8.º-quater e 8.º-quinquies do Decreto Legislativo n.º 502/1992, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 118/2022, relativo à acreditação das empresas privadas para o sistema de saúde pública, e assegurar a aplicação de regras que |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | prevejam procedimentos de seleção abertos e transparentes.<br>**V. — Transferência de tecnologia:**<br>- Exigir que o Ministério das Empresas e do Made in Italy e o Ministério das Universidades e da Investigação adotem, até ao 2 202.º trimestre de 6, uma estratégia nacional para a transferência de tecnologia e a valorização dos conhecimentos, tornando mais eficiente a afetação dos recursos disponíveis e promovendo uma estratégia coordenada entre as várias fundações e outras entidades institucionais que operam no domínio da transferência de tecnologia. A iniciativa apoiará e racionalizará os gabinetes de transferência de tecnologia, nomeadamente |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | através da promoção de iniciativas federativas ou de outras políticas destinadas a aumentar a eficiência.<br>**VI — sobre as profissões regulamentadas:**<br>- Simplificar os requisitos de constituição e registo das sociedades profissionais. |
| M1C2-13bis | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) relativo (s) aos caminhos de ferro regionais e à transferência de tecnologia | Disposição relativa à entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) relativo (s) aos caminhos de ferro regionais e à transferência de tecnologia | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) relativo (s) aos caminhos de ferro regionais e à transferência de tecnologia.<br>Estes devem incluir:<br>- Um decreto diretorial que fornece um modelo para a apresentação do calendário das propostas e para as etapas de execução/processuais exigidas<br>- Decreto Interministerial que aprova a Estratégia Nacional de Transferência de |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Tecnologia. |
| M1C2-14 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Alvo | Milhões de contadores inteligentes 2G instalados | NENHUMA. | Número | 16 | 33 | Q4 | 2025 | Pelo menos 17 milhões de contadores inteligentes 2G devem ser instalados desde março de 2021. |
| M1C2-14bis | Reforma 3: racionalização e simplificação dos incentivos às empresas. | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um ato de habilitação | Entrada em vigor de um ato facilitador da reforma dos incentivos às empresas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Entrada em vigor de uma lei de habilitação (*legge delega*) que mandata o Governo para rever o sistema de incentivos às empresas. |
| M1C2-14ter | Reforma 3: Quadro para a simplificação e racionalização dos incentivos às empresas. | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário | Entrada em vigor do direito primário para a reforma dos incentivos às empresas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do direito primário que introduz um quadro jurídico para o planeamento e a conceção de novos incentivos, bem como para a avaliação dos incentivos existentes. |

## B.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 2: Inovação e tecnologia da micro-eletrónica**

O objetivo do investimento é apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor estratégica da microeletrónica através do investimento em substratos de carboneto de silício. O investimento consiste na instalação de uma capacidade de produção teórica de substratos de carboneto de silício de 8 polegadas.

**Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G)**

O objetivo do investimento é completar a rede nacional de telecomunicações ultrarrápidas e 5G em todo o território nacional, contribuindo para os objetivos da transição digital e para reduzir o fosso digital em Itália. O investimento engloba cinco projetos de ligação mais rápida:

1. «Italia a 1 Giga», que permite, pelo menos, 1 Gigabit/s em descarregamento e 200 Mbit/s em conectividade de carregamento em zonas com deficiências de mercado de acesso da próxima geração (NGA), identificadas pelo exercício de mapeamento realizado pela Infratel em 2021, complementado pelos resultados das atividades de verificação no terreno realizadas em 2023;
2. «Italia 5G», que permite ou fornece ligações 5G em zonas com deficiências de mercado, tal como identificadas no exercício de mapeamento realizado pela Infratel em junho de 2021;
3. «Escolas conectadas», que fornecem às instalações escolares conectividade em banda larga de 1 gigabits/s;
4. «Serviços de cuidados de saúde conectados», que deve proporcionar conectividade em banda larga de 1 gigabit/s às instalações públicas de cuidados de saúde;
5. «Ilhas mais pequenas conectadas», que fornecem conectividade de banda ultralarga a determinadas ilhas mais pequenas sem ligações de fibra ótica ao continente.

**Investimento 4: Tecnologia de satélite e economia espacial**

O objetivo do investimento é desenvolver ligações por satélite tendo em vista a transição digital e ecológica e contribuir para o desenvolvimento do setor espacial. O investimento consiste em quatro projetos:

1. SATCOM,
2. Observação da Terra (OE),
3. Fábrica espacial,
4. Economia em órbita.

O investimento não deverá ter objetivos e implicações militares ou de defesa.

**Investimento 5: Políticas relativas à cadeia de abastecimento industrial e internacionalização**

O objetivo do investimento é reforçar as cadeias de abastecimento industrial, em especial facilitando o acesso ao financiamento, e promover a competitividade das empresas (nomeadamente as PME), em especial apoiando a sua internacionalização e reforçando a sua resiliência após a crise da COVID-19.

O investimento consiste em duas linhas de intervenção:

1. Refinanciamento do Fundo 394/81 gerido pelo SIMEST. Consiste no refinanciamento de um fundo existente atualmente gerido pela agência pública SIMEST, que prevê apoio financeiro sob a forma de subvenções e empréstimos a empresas, nomeadamente PME, para apoiar a sua internacionalização através de vários instrumentos, tais como programas de acesso aos mercados estrangeiros e o desenvolvimento do comércio eletrónico.
2. Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento. Consiste em apoio financeiro às empresas, através do instrumento «contrato de desenvolvimento», para projetos relacionados com as principais cadeias de valor estratégicas, tais como programas de desenvolvimento industrial, programas de desenvolvimento da proteção do ambiente, atividades de mobilidade sustentável e turísticas.

As intervenções acima referidas devem ser realizadas de acordo com políticas de investimento em consonância com os objetivos do Regulamento (UE) 2021/241, nomeadamente no que diz respeito à aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como especificado mais pormenorizadamente nas orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

A fim de assegurar que a medida cumpre as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), o acordo jurídico entre a Itália e a entidade mandatada ou o intermediário financeiro responsável pelo instrumento financeiro e a subsequente política de investimento do instrumento financeiro devem:

i. exigir a aplicação das orientações técnicas da Comissão sobre a aferição de sustentabilidade para o Fundo InvestEU, bem como
ii. excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante1, II) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes2; III) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradores3 e estações de tratamento mecânico biológico4; e iv) atividades e ativos em que a eliminação a longo prazo de resíduos possa causar danos ao ambiente; bem como
iii. exigir a verificação da conformidade legal dos projetos com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, realizada pela entidade responsável ou pelo intermediário financeiro relativamente a todas as transações, incluindo as que estão isentas da aferição de sustentabilidade.

**Investimento 7: Fundo Nacional de Conectividade**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções «Fundo Nacional de Conectividade», a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento no setor das infraestruturas de redes de banda ultralarga da Itália. O regime funciona através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado.

O regime é gerido pela Invitalia S.p.A. na qualidade de parceiro de execução. O regime deve incluir a seguinte linha de produtos:

---

Com 1 exceção dos projetos, no âmbito desta medida, de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

2 Sempre que a atividade apoiada atinja emissões previstas de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência pertinentes, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

3 Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

4 Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

- Uma subvenção para diferencial de viabilidade que exija pelo menos 30 % de cofinanciamento privado sobre o custo global do projeto.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e a Invitalia S.p.A. devem assinar um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.
2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:
   a) A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;
   b) O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.

   c) O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01): Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante5, ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes6, iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras7 e estações de tratamento mecânico biológico8.

   d) O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.
3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

   1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre as subvenções mobilizadas.

[5] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[6] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[7] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[8] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução antes de conceder uma subvenção a uma operação.

4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da Invitalia S.p.A. Estas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses; a conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e com as regras em matéria de auxílios estatais; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução e das convenções de subvenção aplicáveis.

**Investimento 8: Componente dos Estados-Membros no InvestEU**

Esta medida consiste num investimento público na componente dos Estados-Membros do InvestEU, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento em setores que podem incluir, entre outros, a indústria transformadora e a construção. A contribuição para a componente dos Estados-Membros do InvestEU deve ser utilizada para reforçar a competitividade das PME, de outras empresas e da economia italiana em geral, apoiando, por exemplo, projetos de infraestruturas sociais e sustentáveis, bem como iniciativas no domínio da investigação, da inovação e da digitalização. Este produto financeiro deve funcionar fornecendo, por exemplo, garantias, empréstimos e capital próprio, diretamente ou através de intermediários, ao setor privado, bem como a entidades do setor público que exerçam atividades semelhantes.

Entra em vigor um acordo de garantia entre a Comissão e um (ou vários) parceiro (s) de execução, selecionado (s) em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (UE) 2021/523 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de março de 2021, que cria o Programa InvestEU e que altera o Regulamento (UE) 2015/1017.

A Itália assina um acordo de contribuição com a Comissão Europeia que deve incluir:

- O (s) parceiro (s) de execução proposto (s).
- O requisito de conformidade com as orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2023/C111). Se necessário, os Acordos de Garantia alterados excluem da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[9], II) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[10]; III) atividades e

[9]Exceto a) projetos de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis seja temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[10] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradores[11] e estações de tratamento mecânico biológico[12].

- A descrição do sistema de acompanhamento a utilizar para comunicar informações sobre os fundos a mobilizar.

**Investimento 9: Medida reforçada: Transição 4.0**

O objetivo da medida é apoiar a transformação digital das empresas, incentivando o investimento privado em ativos e atividades que apoiam a digitalização. A medida consiste num regime de crédito fiscal.

[11] Esta exclusão não se aplica a ações em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[12] Esta exclusão não se aplica a ações em instalações de tratamento mecânico e biológico já existentes nas quais as ações visem o aumento da eficiência energética ou a reconversão em operações de reciclagem de resíduos separados para a compostagem e a digestão anaeróbia de biorresíduos, desde que as referidas ações não aumentem a capacidade de processamento de resíduos das instalações, nem a vida útil destas instalações, sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## B.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C2-15 | Investimento 2: Inovação e tecnologia da micro-eletrónica | Objetivo intermédio | Capacidade de produção de substratos de carboneto de silício | Capacidade de produção teórica instalada de substratos de carboneto de silício de 8 polegadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Capacidade teórica de produção instalada de, pelo menos, 197 028 substratos de carboneto de silício de 8 polegadas/ano. |
| M1C2-16 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de ligação mais rápida | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de ligação mais rápida | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de ligação mais rápida, que devem consistir em i) «Italia a 1 Giga», ii) «Italia 5G», iii) «Escolas conectadas», iv) «Instalações de cuidados de saúde conectadas»; e v) «Ilhas menores interligadas». |
| M1C2-17 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Números de casa ativados com conectividade de 1 Gbps | NENHUMA. | Número | 0 | 2 692 905 | Q2 | 2026 | Pelo menos 2 692 905 números de casas em zonas de acesso da próxima geração (NGA) com deficiências de mercado (entre as quais, pelo menos, 266 782 situadas em zonas habitacionais dispersas, tal como definidas de acordo com o recenseamento ISTAT de 2011), possibilitadas com uma conectividade de, pelo menos, 1 Gbps através da fibra |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | até casa/edifício (FTTH/B) ou do acesso fixo sem fios (FWA). |
| M1C2-18 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Instalações escolares e de cuidados de saúde com conectividade de 1 Gbps | NENHUMA. | Número | 0 | 17 700 | Q2 | 2026 | Devem ser fornecidas, pelo menos, 17 700 ligações de banda larga rápida (ou seja, com uma conectividade de, pelo menos, 1 Gbps), das quais, pelo menos, 9 000 relativas a instalações escolares e, pelo menos, 8 700 relativas a instalações públicas de cuidados de saúde. |
| M1C2-19 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Ilhas com conectividade de banda ultralarga. | NENHUMA. | Número | 0 | 18 | Q4 | 2024 | Pelo menos mais 18 ilhas sem ligações de fibra ótica ao continente, dotadas de conectividade de banda ultralarga através de uma nova ligação ótica intermédia. |
| M1C2-20 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Estradas extraurbanas e corredores RTE-T com cobertura 5G | NENHUMA. | Número | 0 | 12 600 | Q2 | 2026 | Um total de, pelo menos, 12 600 km de estradas extraurbanas e corredores da RTE-T com cobertura 5G. |
| M1C2-21 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Zonas com deficiências de mercado possibilitadas | NENHUMA. | Número | 0 | 1 400 | Q2 | 2026 | Pelo menos 1 400 sqkm de zonas com deficiências de mercado com cobertura 5G, dos quais pelo menos 500 sqkm com cobertura 5G. |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | ou dotadas de cobertura 5G | | | | | | | |
| M1C2-22 | Investimento 4: Tecnologia de satélite e economia espacial | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de tecnologia de satélite e projetos espaciais, que consistem em i) Satcom, ii) Observação da Terra, iii) Fábrica Espacial e iv) Economia em órbita. |
| M1C2-23 bis | Investimento 4: Tecnologia de satélite e economia espacial | Objetivo intermédio | Projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço | Relatórios finais relativos a projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço e ordens de pagamento emitidas aos organismos de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | As ordens de pagamento devem ser emitidas aos organismos de execução (Agência Espacial Italiana e Agência Espacial Europeia) num valor total de, pelo menos, 1 340 000 000 EUR.<br>Os relatórios finais dos organismos de execução são apresentados para as seguintes atividades:<br>1. SATCOM: criação de tecnologias e sistemas de dupla utilização a utilizar para a prestação de serviços de comunicações por satélite altamente seguros para utilização |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | governamental.<br>2. Observação da Terra (EO), que consiste em i) atividades a montante: incluindo a especificação, a conceção, o fabrico de uma constelação multisensor de constelações para teledeteção [radar de abertura sintética (SAR), hiperespetral, ótico] e a aquisição de lançamentos centrados na monitorização da terra, do mar e da atmosfera; pelo menos uma constelação ou prova de conceito de constelações está em órbita; atividades a jusante: Projeto CyberItaly, Marketplace e serviços conexos.<br>3. Fábrica espacial, que consiste em dois subprojetos: I) Fábrica espacial 4.0: [linhas integradas para fabrico, montagem, integração e ensaio (M-AIT) de pequenos satélites]; II) Acesso ao espaço: I & D e prototipagem para a realização de tecnologias verdes para a futura geração de impulsores e lançadores.<br>4. Economia em órbita: atividades de |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | demonstração de tecnologias de manutenção em órbita; o aumento da capacidade nacional de vigilância e rastreio de objetos no espaço (SST); conceção e fabrico de ativos para a aquisição, gestão e prestação do serviço de dados de apoio às atividades de gestão do tráfego espacial. |
| M1C2-26 | Investimento 5.1: Refinanciamento e remodelação do Fundo 394/81 gerido pelo SIMEST | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do refinanciamento do Fundo 394/81 e adoção da política de investimento | Disposição legal relativa à entrada em vigor do (s) Decreto (s) - Lei respeitantes ao refinancia-mento da componente de subvenção e empréstimo do Fundo 394/81<br>Aprovação da decisão do comité relativa ao estabeleci- | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2021 | O (s) Decreto (s) -Lei deve (m) prever o refinanciamento da componente subvenção e empréstimo do Fundo 394/81. O conselho de administração do fundo deve aprovar uma decisão que estabelece a política de investimento.<br>A política de investimento ligada ao refinanciamento do Fundo 394/81 deve definir, no mínimo: I) a natureza e o âmbito dos projetos apoiados, que devem estar em consonância com os objetivos do Regulamento (UE) 2021/241; o caderno de encargos deve incluir critérios de elegibilidade para assegurar o cumprimento das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) pelos |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | mento dos critérios de seleção dos projetos a financiar | | | | | | projetos apoiados ao abrigo desta medida, através da utilização de testes de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, ii) o tipo de operações apoiadas, iii) os beneficiários visados, com uma prevalência de PME, e os seus critérios de elegibilidade, iv) disposições para reinvestir potenciais reembolsos para objetivos políticos semelhantes, também para além de 2026, caso não sejam reutilizados para reembolsar taxas de juro decorrentes de empréstimos concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) 2021/241.<br><br>O acordo contratual com a entidade mandatada ou o intermediário financeiro deve exigir a utilização das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). |
| M1C2-27 | Investimento 5.1: Refinanciamento e remodelação do Fundo 394/81 gerido pelo | Alvo | PME que receberam apoio do Fundo 394/81 | NENHUMA. | Número | 0 | 4 000 | Q4 | 2021 | Pelo menos 4 000 PME adicionais receberam apoio do Fundo 394/81 a partir de 1 de janeiro de 2021. |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | SIMEST | | | | | | | | | |
| M1C2-28 | Investimento 5.2: Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto que inclua a política de investimento dos contratos de desenvolvimento | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | A política de investimento dos contratos de desenvolvimento define, no mínimo: I) a natureza e o âmbito dos projetos apoiados, que devem estar em consonância com os objetivos do Regulamento (UE) 2021/241; o caderno de encargos deve incluir critérios de elegibilidade para assegurar o cumprimento das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) pelos projetos apoiados ao abrigo desta medida, através da utilização de testes de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, ii) o tipo de operações apoiadas, iii) os beneficiários visados e os seus critérios de elegibilidade, iv) disposições para reinvestir potenciais reembolsos para objetivos políticos semelhantes, também para além de 2026, caso não sejam reutilizados para reembolsar taxas de juro decorrentes de empréstimos concedidos ao abrigo do Regulamento |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | (UE) 2021/241.<br>O acordo contratual com a entidade mandatada ou o intermediário financeiro deve exigir a utilização das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). |
| M1C2-29 | Investimento 5.2: Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento | Alvo | Contratos de desenvolvimento aprovados | NENHUMA. | Número | 0 | 40 | Q4 | 2023 | Pelo menos 40 contratos de desenvolvimento aprovados, em conformidade com a sua política de investimento. O cumprimento satisfatório da meta depende igualmente da ativação de, pelo menos, 1,5 mil milhões de EUR de investimentos. |
| M1C2-30 | Investimento 7: Fundo Nacional de Conectividade | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M1C2-31 | Investimento 7: Fundo Nacional de Conectividade | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais | Acordos jurídicos assinados e certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | A Invitalia S.p.A. deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão).<br>A Itália transferirá 733 402 818 EUR para |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | a Invitalia S.p.A. para a Facilidade. |
| M1C2-32 | Investimento 8: Componente dos Estados-Membros no InvestEU | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo de contribuição entre o Governo da Itália e a Comissão Europeia | Assinatura do acordo de contribuição | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2026 | Assinatura do acordo de contribuição entre o Governo da Itália e a Comissão Europeia no montante de 500 000 000 EUR. |
| M1C2-33 | Investimento 8: Componente dos Estados-Membros no InvestEU | Alvo | Operações de financiamento ou investimento aprovadas pelo Comité de Investimento InvestEU. | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 100 | Q2 | 2026 | As operações de financiamento ou investimento correspondentes a 100 % do montante total dos recursos do MRR afetados ao instrumento devem ter sido aprovadas pelo Comité de Investimento InvestEU. |
| M1C2-34 | Investimento 9: Medida reforçada: Transição 4.0 | Alvo | Créditos fiscais de transição 4.0 concedidos a empresas com base em documentos | NENHUMA. | Número | 0 | 53 110 | Q2 | 2026 | Pelo menos 53 110 créditos fiscais Transição 4.0 foram concedidos a empresas em relação a 4.0 bens de equipamento tangíveis, 4.0 bens de equipamento intangíveis, bens de equipamento intangíveis normalizados, atividades de investigação, desenvolvimento e inovação. Considera- |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | apresentados em 2021-2026 | | | | | | | se que foi concedido um crédito de imposto mediante a apresentação de uma declaração fiscal ou mediante a apresentação ao Gestore Servizi Energetici (a seguir «GSE») de formulários de preenchimento para os anos de 2024 e 2025. As declarações fiscais devem ser apresentadas entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2024. Para as empresas cujo exercício fiscal não corresponda ao ano civil, o final do período considerado para a apresentação das declarações fiscais relativas a todos os créditos fiscais acima enumerados é prorrogado de 31 de dezembro de 2024 para 30 de novembro de 2025.<br><br>Os formulários de preenchimento devem ser apresentados ao GSE até 31 de março de 2026.<br><br>Não devem ser tidas em conta para a meta declarações fiscais ou comunicações ao GSE com um crédito relacionado com setores de atividade identificados pelos códigos ATECO 05, 06, 07 e 09. Além disso, no que diz respeito aos investimentos em 4.0 bens de equipamento corpóreos, bem como |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | em atividades de desenvolvimento e inovação, não devem ser tidas em conta para a meta declarações fiscais ou comunicações ao GSE com um crédito relacionado com setores de atividade identificados pelos códigos ATECO 30, 08, 22, 29, 38, 41, 42, 43, 17, 01, 50, 19, 20, 51, 24, 49 e 23. |

## C. MISSÃO 1, COMPONENTE 3: Turismo e Cultura 4.0.

Esta componente do plano italiano de recuperação e resiliência centra-se no relançamento de dois setores duramente atingidos pela crise da COVID-19: cultura e turismo. As medidas relacionadas com o setor da cultura visam tornar os locais de interesse cultural mais acessíveis, tanto do ponto de vista digital como físico, mais eficientes do ponto de vista energético e mais seguros no que respeita a catástrofes naturais, e apoiar a recuperação dos setores culturais e criativos, nomeadamente promovendo a atratividade dos pequenos locais de interesse cultural e do património arquitetónico rural, bem como reforçar a coesão territorial. Estão previstos três conjuntos de medidas: I) intervenções destinadas a desenvolver o património cultural para a próxima geração, incluindo investimentos para a transição digital e para melhorar a eficiência energética dos locais de interesse cultural, ii) a regeneração, impulsionada pela cultura, de pequenos locais históricos e do património religioso e rural; intervenções para as indústrias culturais e criativas 4.0. As medidas relacionadas com o turismo visam melhorar a competitividade do setor, nomeadamente através da redução da fragmentação do setor e do aumento das economias de escala, melhorar e modernizar as normas do setor da hotelaria, incentivar a inovação digital e a utilização de novas tecnologias pelos operadores e apoiar a transição ecológica do setor. A este respeito, estão previstas medidas para apoiar as empresas, incluindo as PME, que têm atividade no setor do turismo e os operadores turísticos, nomeadamente através do investimento em ferramentas digitais.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália, em particular sobre a necessidade de «promover o investimento privado para fomentar a recuperação económica e centrar o investimento na transição ecológica e digital» (recomendação específica n.º 3 de 2020). Apoiam igualmente a coesão social e territorial e a competitividade da economia italiana, promovendo em paralelo a digitalização e a sustentabilidade do setor do turismo.

### C.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Investimento 1.1: Estratégia digital e plataformas para o património cultural**

O objetivo desta medida é digitalizar o património cultural italiano e proporcionar acesso a recursos culturais e serviços digitais. A medida consiste na criação de uma infraestrutura digital para recolher, integrar e reter recursos digitais, disponibilizando-os para utilização pública através de plataformas específicas.

**Investimento 1.2: Eliminação das barreiras físicas e cognitivas nos museus, bibliotecas e arquivos para possibilitar o alargamento do acesso e da participação na cultura**

O objetivo desta medida é permitir o acesso físico e cognitivo a várias instituições culturais italianas. A medida consiste na eliminação das barreiras arquitetónicas e cognitivas nas instituições culturais italianas.

**Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus**

O objetivo desta medida é aumentar a eficiência energética das instalações culturais e criativas, tais como museus, cinemas e teatros públicos e privados. A medida consiste em intervenções de eficiência energética em instalações culturais e criativas.

**Reforma 3.1: Adoção de critérios ambientais mínimos para eventos culturais**

O objetivo da reforma é melhorar a pegada ecológica dos eventos culturais (nomeadamente exposições, festivais, eventos culturais e eventos musicais) através da inclusão de critérios sociais e

ambientais nos contratos públicos para eventos culturais financiados, promovidos ou organizados por entidades públicas.

**Investimento 3.3: Reforço das capacidades dos operadores culturais para gerir a transição digital e ecológica**

O objetivo global do investimento é apoiar a recuperação dos setores culturais e criativos. Consiste em duas intervenções.

A primeira intervenção (Apoiar a recuperação das atividades culturais, incentivando a inovação e a utilização de tecnologias digitais ao longo da cadeia de valor) visa apoiar os operadores culturais e criativos na aplicação de estratégias digitais e no aumento das suas capacidades de gestão.

A segunda intervenção (Promover uma abordagem ecológica em toda a cadeia cultural e criativa) visa incentivar uma abordagem sustentável do ponto de vista ambiental em toda a cadeia, reduzindo a pegada ecológica, promovendo uma conceção ecológica inovadora e inclusiva, nomeadamente no contexto da economia circular, a fim de orientar o público para um comportamento ambiental mais responsável.

A fim de assegurar que a medida cumpre as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), os critérios de elegibilidade constantes do caderno de encargos para futuros convites à apresentação de projetos devem excluir a seguinte lista de atividades: I) atividades relacionadas com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[13], II) atividades no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[14], III) atividades relacionadas com aterros de resíduos, incineradoras[15] e estações de tratamento mecânico biológico[16]; e iv) atividades em que a eliminação a longo prazo de resíduos possa causar danos ao ambiente. O mandato exige, além disso, que apenas possam ser selecionadas atividades que cumpram a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.

**Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo**

[13] Exceto a) projetos ao abrigo desta medida no domínio da produção de eletricidade e/ou calor, bem como das infraestruturas conexas de transporte e distribuição que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[14] Sempre que a atividade apoiada atinja emissões previstas de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência pertinentes, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[15] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[16] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

O objetivo desta medida é permitir que todo o ecossistema do turismo aumente, integre e divulgue a sua própria oferta. A medida consiste na criação de uma plataforma digital para o turismo, acessível através de uma plataforma Web específica.

**Reforma 4.1: Regulação da profissão de guia turístico**

O investimento na plataforma digital para o turismo é complementado por uma reforma destinada a simplificar a regulamentação relativa aos guias turísticos. A medida prevê, no respeito da regulamentação local, uma organização profissional para os guias turísticos e a sua zona de origem. A aplicação sistemática e uniforme da reforma pode possibilitar a regulamentação dos princípios fundamentais da profissão e a uniformização dos níveis de prestação de serviços em todo o território nacional, com um efeito positivo no mercado. A reforma deve incluir formação e formação contínua, a fim de melhor apoiar a oferta.

## C.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C3-2 | Investimento 1.1: Estratégia digital e plataformas para o património cultural | Alvo | Recursos publicados nos meios de comunicação digitais | NENHUMA. | Número | 0 | 65 000 000 | Q4 | 2025 | Devem ser publicados pelo menos 65 000 000 recursos de meios de comunicação digitais. |
| M1C3-3 | Investimento 1.2: Eliminação das barreiras físicas e cognitivas nos museus, bibliotecas e arquivos para possibilitar o alargamento do acesso e da participação na cultura | Alvo | Intervenções em museus, monumentos, áreas arqueológicas e parques, arquivos e bibliotecas | NENHUMA. | Número | 0 | 617 | Q2 | 2026 | Os certificados de conclusão das obras e/ou dos serviços devem ser emitidos para um total de, pelo menos, 617 museus, monumentos, áreas arqueológicas e parques, arquivos e bibliotecas. |
| M1C3-4 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Alvo | Intervenções concluídas em museus e locais de interesse cultural do Estado, salas de teatro e cinemas (primeiro lote) | NENHUMA. | Número | 0 | 80 | Q3 | 2023 | O indicador refere-se ao número de intervenções concluídas, tal como comprovado pela certificação da execução regular dos trabalhos.<br>Tipos de intervenções:<br>- planeamento técnico e económico-financeiro, auditorias energéticas, análises ambientais iniciais, avaliação de impacto ambiental, |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | levantamentos e avaliações para identificar questões essenciais, identificação das consequentes intervenções para a melhoria do desempenho energético;<br>- intervenções na envolvente do edifício;<br>- intervenções de substituição/aquisição de equipamento, ferramentas, sistemas, dispositivos, software de aplicação digital, bem como instrumentos acessórios para o seu funcionamento, aquisição de patentes, licenças e saber-fazer;<br>- instalação de sistemas inteligentes de telecontrolo, regulação, gestão, monitorização e otimização do consumo de energia (edifícios inteligentes) e das emissões poluentes, também através da utilização de combinações de tecnologias. |
| M1C3-5 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Alvo | Intervenções concluídas em museus e locais de interesse cultural do Estado, salas de teatro e cinemas | NENHUMA. | Número | 80 | 420 | Q4 | 2025 | Os certificados de conclusão dos trabalhos devem ser emitidos para, pelo menos, 340 intervenções, incluindo:<br>1. planeamento técnico e económico-financeiro, auditorias energéticas, análises ambientais iniciais, avaliação de impacto ambiental, |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | (segundo lote) | | | | | | | levantamentos e avaliações para identificar questões essenciais, identificação das consequentes intervenções para a melhoria do desempenho energético;<br>2. intervenções na envolvente do edifício;<br>3. intervenções de substituição/aquisição de equipamento, ferramentas, sistemas, dispositivos, software de aplicação digital, bem como instrumentos acessórios para o seu funcionamento, aquisição de patentes, licenças e saber-fazer;<br>4. instalação de sistemas inteligentes de telecontrolo, regulação, gestão, monitorização e otimização do consumo de energia (edifícios inteligentes) e das emissões poluentes, também através da utilização de combinações de tecnologias. |
| M1C3-6 | Reforma 3.1: Adoção de critérios ambientais mínimos para eventos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto que define critérios sociais e ambientais nos | Disposição no decreto relativa à entrada em vigor do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Devem ser adotados critérios para os seguintes aspetos: redução da utilização de papel e impressões, utilização de materiais respeitadores do ambiente, montagem de palco recorrendo a materiais reciclados e |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | culturais | | concursos públicos relativos a eventos culturais financiados por fundos públicos | decreto respeitante à adoção de critérios ambientais mínimos para eventos culturais | | | | | | reutilizados e mobiliário sustentável, utilitários de baixo impacto ambiental, seleção do local baseada na proteção da biodiversidade, serviços de restauração de baixo impacto ambiental, transporte para o evento e transporte de materiais, consumo de energia para a organização do evento.<br><br>Os critérios sociais para promover a acessibilidade e a inclusão devem incluir: a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência; a promoção de oportunidades para o emprego dos jovens, para os desempregados de longa duração, para as pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos (trabalhadores migrantes e minorias étnicas) e para as pessoas com deficiência; garantir a igualdade de acesso aos contratos públicos para as empresas cujos proprietários ou trabalhadores pertençam a grupos étnicos ou minoritários, tais como cooperativas, empresas sociais e organizações sem fins lucrativos; a promoção do «trabalho digno», entendido como o direito a um trabalho produtivo e escolhido livremente, aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, a salários dignos, à proteção social e ao diálogo social.<br><br>A reforma abrange eventos culturais, incluindo |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | exposições, festivais e eventos de artes do espetáculo. |
| M1C3-7 | Investimento 3.3: Reforço das capacidades dos operadores culturais para gerir a transição digital e ecológica. | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos com as organizações de execução/beneficiários para todas as intervenções para gerir a transição digital e ecológica dos operadores culturais | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos às organizações e redes responsáveis pela realização das atividades de reforço das capacidades | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Os organismos de execução selecionados devem ser organizações ou redes especializadas que possuam competências e experiência tanto no domínio da formação como no da produção cultural, do ambiente, da gestão cultural e da formação.<br><br>A notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-8 | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Objetivo intermédio | Adjudicação dos contratos para o desenvolvimento do portal digital do turismo | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para o desenvolvime | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos para o desenvolvimento do portal digital do turismo<br><br>O portal digital do turismo deve atualizar o atual portal Italia.it através da implementação de uma arquitetura de computação em nuvem e aberta, favorecendo grandemente a |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | nto do portal digital do turismo | | | | | | interligação com o ecossistema. O portal atualizado deve incluir os seguintes elementos: a criação de uma nova interface frontal e de uma nova árvore de navegação; a revisão da apresentação, da estrutura e das funcionalidades das secções, páginas e artigos; a introdução de mapas; gestão multilingue (no momento da mudança, o portal será apresentado em italiano e inglês). A integração de outras línguas, atualmente disponíveis, está prevista para os meses imediatamente seguintes à encomenda.<br><br>Adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-9 | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Alvo | Registo dos operadores turísticos na Plataforma Digital | NENHUMA. | Número | 0 | 20 000 | Q2 | 2024 | O número de operadores turísticos registados na plataforma (que pode incluir, mas não se limita a, hotéis, operadores turísticos e empresas, tal como definido pelos códigos ATECO 55.00.00; 56.00.00; 79.00.00 e outras |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | para o Turismo | | | | | | | estruturas pertencentes ao setor) devem ser, pelo menos, 20 000.<br><br>Pelo menos 7 400 operadores turísticos (ou seja, 37 % de 20 000) devem estar localizados no Sul. |
| M1C3-10 | Reforma 4.1: Regulação da profissão de guia turístico | Objetivo intermédio | Definição de uma norma nacional para os guias turísticos | A definição da norma nacional mínima não deve implicar a criação de uma nova profissão regulamentada. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | A definição da norma nacional mínima não deve implicar a criação de uma nova profissão regulamentada.<br><br>A reforma deve igualmente prever a formação e a atualização profissional, a fim de apoiar melhor a oferta. A reforma deve ser considerada um método para a aquisição de uma qualificação profissional única, adotado com normas uniformes a nível nacional através de uma lei nacional e dos subsequentes decretos ministeriais de execução das Regiões do Estado. |
| M1C3-11 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos:<br><br>para melho-rar a | Disposição no decreto relativo à entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura respeitante à | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Espaços culturais refere-se a cinemas, teatros e museus.<br><br>(INV. 1.3) no caso dos museus e locais de cultura para melhorar a eficiência energética, a intervenção é executada através do reconhecimento das propostas de projetos nos locais de interesse cultural do Estado Ministério da Cultura (MiC) no caso do Objetivo |

| Número sequencial | Medida | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | eficiên-cia energé-tica nos espaços cultu-rais | afetação de recursos para melhorar a eficiência energética nos espaços culturais | | | | | | 1. Caso contrário, a identificação das instituições não estatais, nos casos dos objetivos n.os 2 e 3, será efetuada através de concursos.<br><br>A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |

## C3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo**

O objetivo desta medida é permitir que todo o ecossistema do turismo aumente, integre e divulgue a sua própria oferta. A medida consiste na criação de uma plataforma digital para o turismo, acessível através de uma plataforma Web específica.

**Investimento 2.1: Atratividade dos centros históricos de pequena dimensão**

O objetivo desta medida é apoiar o desenvolvimento económico e social das zonas desfavorecidas com base na regeneração cultural das pequenas cidades e no crescimento das economias locais e, em especial, do turismo. O investimento consiste no apoio a infraestruturas, serviços e atividades culturais, sociais e relacionados com o turismo.

**Investimento 2.2: Proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural**

O objetivo desta medida é melhorar a envolvente rural e rural. A medida consiste em apoiar a proteção e a melhoria da arquitetura e da paisagem rurais.

**Investimento 2.3: Programas de preservação e renovação de parques e jardins históricos**

O objetivo desta medida é preservar e renovar parques e jardins históricos, nomeadamente restaurando componentes arquitetónicos ou vegetais, garantindo a segurança e a acessibilidade, modernizando os sistemas técnicos e adquirindo ferramentas digitais inovadoras para a educação e a assistência aos visitantes. A medida consiste na renovação de parques e jardins históricos.

**Investimento 2.4: Segurança antissísmica dos locais de culto, restauro do património cultural do FEC e abrigos de obras de arte (Recovery Art)**

O objetivo desta medida é reduzir o risco sísmico nos locais de culto. O investimento consiste na criação de um plano de ação preventivo antissísmico, na execução da adaptação sísmica de edifícios de culto, no restauro de bens do património do FEC (*Fondo Edifici di* Culto) e na construção de abrigos para obras de arte.

**Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo**

A medida visa apoiar as empresas que têm atividade no setor do turismo. Inclui um crédito fiscal para obras destinadas a melhorar as instalações de alojamento, um fundo de garantia para facilitar o acesso ao crédito por parte das empresas do setor (através de uma secção específica do Fundo de Garantia para as PME), a ativação do Fundo Temático para o Turismo do BEI para apoiar investimentos inovadores no setor, um fundo de capitais próprios (Fundo Nacional de Turismo) para a reconversão de propriedades com elevado potencial turístico. Um instrumento financeiro adicional (FRI- Fondo Rotativo) deve complementar as medidas acima referidas para apoiar as empresas que têm atividade no setor turístico. As intervenções acima referidas devem ser realizadas de acordo com políticas de investimento em consonância com os objetivos do Regulamento (UE) 2021/241, nomeadamente no que diz respeito à aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como especificado mais pormenorizadamente nas orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2021/C58/01).

A fim de assegurar que a medida cumpre as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), o acordo jurídico e a subsequente política de investimento dos instrumentos financeiros devem:

i. exigir a aplicação das orientações técnicas da Comissão sobre a aferição de sustentabilidade para o Fundo InvestEU, bem como

ii. excluir a seguinte lista de atividades: I) atividades relacionadas com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[17], II) atividades no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[18], III) atividades relacionadas com aterros de resíduos, incineradoras[19] e estações de tratamento mecânico biológico[20]; e iv) atividades em que a eliminação de resíduos a longo prazo possa causar danos ao ambiente; bem como

iii. exigir a verificação da conformidade legal dos projetos com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável, realizada pela entidade responsável ou pelo intermediário financeiro relativamente a todas as transações, incluindo as que estão isentas da aferição de sustentabilidade.

**Investimento 3.2: Desenvolvimento da indústria cinematográfica (projeto Cinecittà)**

O objetivo desta medida é reforçar o setor cinematográfico e audiovisual italiano. O investimento consiste na renovação de estúdios e na construção de novos estúdios, melhorando as atividades de produção. Tal pode incluir, nomeadamente, a conservação e a digitalização do património audiovisual no Centro Experimental para Cinematografia, bem como o reforço dos perfis profissionais e das competências no setor através de atividades de formação realizadas pela Cinecittà e pelo Centro Experimental para Cinematografia.

**Investimento 4.3: Caput Mundi-NextGenerationEU para grandes eventos turísticos**

O objetivo desta medida é melhorar a experiência de grandes eventos turísticos e a sustentabilidade do turismo através da renovação de monumentos, da criação de alternativas turísticas e culturais no que diz respeito a zonas sobrelotadas, da digitalização dos serviços culturais e turísticos e do reforço das zonas verdes. O investimento consiste na adoção e execução do programa «Caput Mundi».

[17] Exceto a) projetos ao abrigo desta medida no domínio da produção de eletricidade e/ou calor, bem como das infraestruturas conexas de transporte e distribuição que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[18] Sempre que a atividade apoiada atinja emissões previstas de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência pertinentes, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[19] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[20] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## C.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C3-9bis | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Alvo | Registo de empresas, incluindo operadores individuais, na Plataforma Digital para o Turismo e acessibilidade dos serviços na Plataforma Digital para o Turismo | NENHUMA. | Número | 20 000 | 35 000 | Q4 | 2025 | Pelo menos 35 000 empresas, incluindo operadores individuais, devem estar registadas na PEAI.<br>Os seguintes serviços devem ser acessíveis na Plataforma Digital para o Turismo:<br>• Serviços de comunicação para as empresas, incluindo os operadores individuais, proporem a sua oferta;<br>• Ferramentas de análise de dados e modelos preditivos para apoiar a tomada de decisões baseada em dados;<br>• Formação para a melhoria de competências e a requalificação;<br>• Serviços de apoio à inovação destinados às PME. |
| M1C3-12 | Investimento 2.1: Atratividade dos centros históricos de pequena | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à | Disposição no decreto relativo à entrada em vigor do decreto do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto do Ministério da Cultura atribui recursos aos municípios para aumentar a atratividade dos centros históricos de pequena dimensão. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | dimensão | | atribuição de recursos aos municípios para aumentar a atratividade dos centros históricos de pequena dimensão | Ministério da Cultura para a atribuição de recursos aos municípios para aumentar a atratividade dos centros históricos de pequena dimensão | | | | | | Os municípios envolvidos referem-se aos 250 municípios/aldeias que transmitiram os programas de intervenção ao Ministério da Cultura.<br><br>Os critérios de seleção das 250 aldeias (Inv. 2.1) é partilhada pelo MiC, pelas regiões, pela ANCI e pelas áreas internas que: a título preliminar, devem identificar as zonas territoriais elegíveis (Inv 2.1) devido às complementaridades entre os vários programas. Na sequência dessa seleção, as aldeias devem ser selecionadas com base em a) critérios territoriais, económicos e sociais (indicadores estatísticos), b) a capacidade do projeto para influenciar a atratividade turística e aumentar a participação cultural. Os indicadores estatísticos tomados em consideração são os seguintes: dimensão demográfica (municípios com pop. < 5 000 inhab.) e tendência; fluxos turísticos, visitantes de museus; a coerência da oferta turística (hotéis e outros hotéis, B & B, quartos e alojamento para arrendamento); a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | evolução demográfica do município; o grau de participação cultural da população; a solidez das empresas culturais, criativas e turísticas (com e sem fins lucrativos) e dos respetivos trabalhadores.<br><br>A adjudicação de contratos aos projetos selecionados no âmbito de convites à apresentação de propostas competitivos deve inclui os seguintes elementos:<br><br>a) Critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br><br>compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 25 % do custo total do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | investimento apoiado pelo MRR.<br><br>compromisso de apresentar um relatório sobre a aplicação da medida a meio do período de vigência do regime e no termo do mesmo. |
| M1C3-13 | Investimento 2.2: Proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos para a proteção e o reforço da arquitetura e da paisagem rurais | Disposição no decreto que indica a entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura (MIC) relativo à afetação de recursos para a proteção e o reforço da arquitetura e da paisagem rurais | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto do Ministério da Cultura afeta os recursos para a proteção e a valorização da arquitetura e da paisagem rurais.<br><br>Para a proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural (Inv 2.2), a seleção dos ativos a recuperar deve privilegiar a capacidade do investimento para gerar efeitos nos objetivos de conservação dos valores paisagísticos. Deve dar-se prioridade:<br><br>— aos bens situados em zonas territoriais de elevado valor paisagístico (bens situados em zonas de interesse paisagístico ou de interesse público notável (artigos 142.º a 139.º do DLgs 42/2004), às paisagens objeto de reconhecimento pela UNESCO, FAO GIAHS;<br><br>— a ativos já disponíveis para uso |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | público ou que o proprietário aceite ser acessível, incluindo em circuitos e redes locais e integrados;<br><br>— a «projetos de superfície», apresentados por temas agregados, capazes de assegurar de forma mais eficaz a realização dos objetivos de requalificação paisagística;<br><br>— projetos localizados em zonas que reforcem a integração e as sinergias com outros candidatos ao PNRR e outros planos/projetos de natureza territorial apoiados pelo programa nacional (Ministério da Cultura).<br><br>Para efeitos da definição dos tipos de arquitetura rural objeto da intervenção, o Decreto do MiBAC de 6 de outubro de 2005 (em execução da Lei de 24 de dezembro de 2003, n.º 378 — Proteção e reforço da arquitetura rural) pode constituir a referência. A título preliminar, os critérios podem dizer respeito: ao estado de conservação dos ativos, aos níveis de utilização, ao papel que estes ativos desempenham nos contextos territorial e urbano. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-14 | Investimento 2.3: Programas para valorizar a identidade de locais: | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos: para projetos destinados à valorização da identidade de locais, parques e jardins históricos | Disposição do decreto que indica a entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativa à afetação de recursos a projetos destinados a reforçar a identidade de locais, parques e jardins históricos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto do Ministério da Cultura deve atribuir os recursos às administrações responsáveis para projetos destinados a valorizar a identidade de locais, parques e jardins históricos.<br><br>Os parques e jardins históricos (Inv. 2.3) objeto de intervenção são exclusivamente os bens culturais protegidos para os quais tenha sido declarado um interesse artístico ou histórico. Podem pertencer tanto ao Ministério da Cultura (MiC) como a entidades não estatais. A seleção deve ser feita com base em critérios definidos por um grupo de coordenação técnico-científica, composto por representantes |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | do MiC, das universidades, da ANCI e de associações setoriais.<br><br>A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-15 | Investimento 2.4: Segurança sísmica dos locais de culto, restauro do património cultural do FEC e abrigos de obras de arte | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos para a segurança sísmica em vez do culto e da restauração do património do FEC (Fondo Edifici di Culto) | Disposição do decreto que indica a entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos para a segurança sísmica em vez do culto e para a restauração do património do FEC (Fondo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto do Ministério da Cultura deve determinar a entidade de execução, bem como a elegibilidade e o financiamento e a tipologia dos edifícios sujeitos a intervenções.<br><br>(INV 2.4) As medidas de prevenção e segurança antissísmica dos locais de culto dizem respeito às zonas afetadas por vários sismos que atingiram regiões de Itália a partir de 2009 (Abruzzo, Lácio, Marcas e Úmbria).<br><br>As intervenções do FEC (Fondo Edifici |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | Edifici di Culto) | | | | | | di Culto) são selecionadas com base no estado de conservação dos bens do património do FEC.<br><br>A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-16 | Investi-mento 2.1: Atrativi-dade dos centros históricos de pequena dimensão | Objetivo intermédio | Adoção do (s) decreto (s) que enumera (m) as empresas às quais foi concedido apoio em pequenas cidades históricas | Adoção do (s) decreto (s) que enumera (m) as empresas às quais foi concedido apoio | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Adoção de decreto (s) que enumere (m) pelo menos 1 800 empresas às quais foi concedido apoio em pequenas cidades históricas. |
| M1C3-16bis | Investi-mento 2.1: Atrativi-dade dos centros históricos de pequena | Alvo | Intervenções realizadas | NENHUMA. | Número | 0 | 3 250 | Q2 | 2026 | Pelo menos 3 250 intervenções, das quais 400 na linha A, devem ser realizadas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | dimensão | | | | | | | | | |
| M1C3-17 | Investimento 2.2: Proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural | Alvo | Intervenções realizadas | NENHUMA. | Número | 0 | 3 900 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a realização de intervenções em, pelo menos, 3 900 ativos. |
| M1C3-18 | Investimento 2.3: Programas de preservação e renovação de parques e jardins históricos | Alvo | Número de parques e jardins históricos renovados | NENHUMA. | Número | 0 | 100 | Q4 | 2025 | Devem ser emitidos certificados de conclusão das obras de renovação de, pelo menos, 100 parques e jardins históricos. |
| M1C3-19 | Investimento 2.4: Segurança antissísmica dos locais de culto, restauro do património do FEC (Fondo Edifici di Culto) e abrigos de obras de arte (Recovery Art) | Alvo | Intervenções realizadas | NENHUMA. | Número | 0 | 700 | Q2 | 2026 | Foram realizadas pelo menos 700 intervenções, das quais um abrigo para obras de arte e dois lotes de armazenamento para obras de arte. |
| M1C3-20 | Investimento 3.2: Desenvolvimento | Objetivo intermédio | Assinatura dos contratos entre a | Assinatura dos contratos | NENHUM | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Assinatura dos contratos entre o organismo de execução, Cinecittà |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | da indústria cinematográfica (projeto Cinecittà) | | entidade de execução Cinecittà SPA e as empresas relativos à construção de nove estúdios | | A. | | | | | S.p.A., e as empresas para a construção de nove estúdios.<br><br>Esta intervenção inclui a construção de novos estúdios, a recuperação de estúdios existentes, investimentos em novas tecnologias, sistemas e serviços digitais destinados a reforçar os estúdios de cinema Cinecittà geridos pela Cinecittà S.p.A.<br><br>O contrato entre a entidade de execução Cinecittà SPA e as empresas deve conter critérios de seleção/elegibilidade para o cumprimento das orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) dos ativos/atividades e/ou empresas apoiados.<br><br>Compromisso/meta de investir 20 % em ativos/atividades e/ou empresas que cumpram os critérios de seleção para a etiquetagem digital e 70 % com critérios de seleção para o acompanhamento da ação climática. |
| M1C3-21 | Investimento 3.2: | Alvo | Construção e/ou | NENHUMA. | Número | 0 | 9 | Q2 | 2026 | Certificados de conclusão das obras |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Desenvolvimento da indústria cinematográfica (projeto Cinecittà) | | renovação de estúdios e prestação de serviços ao Centro de Cinematografia Experimental | | | | | | | e/ou certificados de prestação de serviços/fornecimentos para a construção e/ou renovação de, pelo menos, 9 estúdios.<br><br>Certificados que atestem a entrega de bens e/ou a prestação de serviços e/ou a realização de obras no Centro de Cinematografia Experimental, nas seguintes linhas: I) criação de um conjunto virtual em direto; II) plataforma de aprendizagem eletrónica para a cinematografia; III) digitalização das atividades de aprendizagem e ensino; IV) digitalização e conservação do património audiovisual. |
| M1C3-22 | Investi-mento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para o Fundo Temático do Banco Europeu de Investimento | Adoção da política de investimento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A política de investimento deve definir, pelo menos: a natureza, o âmbito e as operações apoiadas, os beneficiários visados, os critérios de elegibilidade dos beneficiários dos fundos e a sua seleção através de um concurso público; e disposições para reinvestir potenciais reembolsos nos mesmos objetivos políticos.<br><br>A política de investimento deve prever que 50 % do fundo seja dedicado a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | medidas de eficiência energética.<br><br>A política de investimento deve incluir critérios de seleção para assegurar a conformidade das transações apoiadas ao abrigo desta medida com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma aferição de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-23 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para o Fundo Nacional de Turismo | Adoção da política de investimento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O fundo é dedicado à aquisição, reestruturação e requalificação de imóveis italianos para apoiar o desenvolvimento do turismo nas zonas mais afetadas pela crise ou nas zonas marginais (zonas costeiras, ilhas menores, regiões ultraperiféricas e zonas rurais e montanhosas).<br><br>A política de investimento deve incluir critérios de seleção para assegurar a conformidade das transações apoiadas ao abrigo desta medida com as orientações técnicas sobre a aplicação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma aferição de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-24 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para: Fundo de Garantia às PME, | Adoção da política de investimento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A política de investimento deve prever que 50 % do fundo seja dedicado a medidas de eficiência energética.<br><br>A política de investimento deve incluir critérios de seleção para assegurar a conformidade das transações apoiadas ao abrigo desta medida com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma aferição de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-25 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do | Objetivo intermédio | Política de investimento do Fondo Rotativo | Adoção da política de investimento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A política de investimento deve prever que 50 % do fundo seja dedicado a medidas de eficiência energética.<br><br>A política de investimento deve incluir |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | setor do turismo | | | | | | | | | critérios de seleção para assegurar a conformidade das transações apoiadas ao abrigo desta medida com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma aferição de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-26 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto de execução do crédito fiscal para a reconversão de instalações de alojamento. | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da lei orçamental que autoriza os créditos fiscais e disposição nos atos de execução conexos relativa à respetiva entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A legislação de referência para a concessão do crédito fiscal é a Lei n.º 83, de 31 de maio de 2014, que introduziu o reconhecimento de um crédito fiscal para intervenções de reconversão de alojamentos turísticos.<br>Critérios de seleção/elegibilidade para o cumprimento das orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) dos ativos/atividades apoiados e dos beneficiários, exigindo, pelo menos, a utilização de uma lista de exclusão e a conformidade dos ativos/atividades apoiados e dos beneficiários com o acervo ambiental nacional e da UE |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | aplicável, e assegurando a conformidade. |
| M1C3-27 | Investimento — 4.3 Caput Mundi-Next Generation EU para grandes eventos turísticos | Alvo | Número de sítios culturais e turísticos cuja requalificação atingiu, em média, 50 % do Stato Avanzamento Lavori (SAL) (primeiro lote) | NENHUMA. | Número | 0 | 100 | Q4 | 2024 | O objetivo será alcançado quando o progresso médio de requalificação de 100 locais de interesse cultural e turístico atingir 50 % do estado de avanço indicado no Stato Avanzamento Lavori (SAL). |
| M1C3-28 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Decreto (s) que concede (m) o crédito fiscal e/ou a subvenção e as receitas do pedido de desembolso | NENHUMA. | Número | 0 | 2 700 | Q4 | 2025 | Decreto (s) que concede (m) o crédito fiscal e/ou<br>subvenção concedida a, pelo menos, 2 700 empresas que investiram em infraestruturas e/ou serviços, comprovada pelas receitas do pedido de desembolso. |
| M1C3-29 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Número de projetos a apoiar através dos fundos temáticos do Banco Europeu de Investimento | NENHUMA. | Número | 0 | 70 | Q2 | 2026 | Os intermediários financeiros selecionados devem ter celebrado acordos jurídicos de financiamento com os beneficiários finais para o apoio, através dos Fundos Temáticos do BEI, a, pelo menos, 70 projetos. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C3-30 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do<br>empreendimentos | Alvo | Fundos temáticos do Banco Europeu de Investimento:<br>Desembolso para o Fundo de um total de 350 000 000 EUR | NENHUMA. | Número | 0 | 350 000 000 | Q4 | 2022 | O desembolso deve ser coerente com a política de investimento definida no marco. |
| M1C3-31 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Fundo Nacional de Turismo: Desembolso para o Fundo de um total de 150 000 000 EUR para apoio ao capital próprio | NENHUMA. | Número | 0 | 150 000 000 | Q4 | 2022 | O desembolso deve ser coerente com a política de investimento definida no marco. |
| M1C3-32 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Número de empresas a apoiar através do Fundo de Garantia às PME | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 | Q4 | 2025 | A carta final que concede a garantia deve ser emitida a favor de, pelo menos, 1 000 empresas. |
| M1C3-33 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Fondo Rotativo: Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais | NENHUMA. | Número | 0 | 300 | Q4 | 2025 | Convenções jurídicas de financiamento assinadas para o apoio, através do Fondo Rotativo, a pelo menos 300 empresas. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M1C3-35 | Investi-mento 4.3: Caput Mundi-NextGenerationEU para grandes eventos turísticos | Objetivo intermédio | Assinatura de cada convenção para seis projetos entre o Ministério do Turismo e os beneficiários/organismos de execução | Publicação do acordo de programa entre o Ministério do Turismo, o Município de Roma Capital e os outros intervenientes | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Os acordos devem ser assinados para os 6 projetos:<br>1) património cultural romano para a próxima geração da UE; 2) dos percursos Pagan Roma a Christian Roma — Jubileu; 3) #Lacittàcondivisa; 4) #Mitingodiverde; 5) ciganos 4.0; 6) #Amanotesa<br><br>A lista de beneficiários/organismos de execução deve incluir as seguintes entidades: Cidade de Roma (capital); Superintendência Arqueológica do Património Cultural, Ambiental e Paisagístico de Roma (CIV); Parque arqueológico do Colosseum; Parque arqueológico da Appia Antica; Diocese de Roma; Ministério do Turismo; Região do Lácio.<br><br>Antes do convite à apresentação de propostas, devem ser definidos os critérios de seleção e adjudicação e as especificidades dos projetos juntamente com os recursos conexos.<br><br>A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | em regime de concurso deve estar em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M1C3-36 | Investi-mento 4.3: Caput Mundi-NextGenerationEU para grandes eventos turísticos | Alvo | Certificados de conclusão das obras ou dos serviços | NENHUMA. | Número | 0 | 200 | Q2 | 2026 | Os certificados de conclusão das obras ou dos serviços são emitidos para, pelo menos, 200 intervenções enumeradas no programa Caput Mundi. |

## D. MISSÃO 2, COMPONENTE 1: Economia circular, setor agroalimentar e transição ecológica

Esta componente do plano italiano de recuperação e resiliência abrange investimentos e reformas no setor da gestão de resíduos, na economia circular, no apoio às cadeias de valor agroalimentar e na transição ecológica. As reformas e os investimentos são complementados por reformas destinadas a aumentar a concorrência no setor da gestão de resíduos e nos serviços públicos locais na componente «ambiente empresarial» e a tornar mais eficiente o consumo agrícola de água. Esta componente responde às recomendações específicas por país para centrar o investimento na transição ecológica, nomeadamente na economia circular.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país de 2020 e 2019 dirigidas a Itália sobre a necessidade de "centrar os investimentos na transição ecológica e digital, em especial na [...] gestão dos resíduos e da água (recomendação específica n.º 3 de 2020) e «centrar a política económica em matéria de investimento [...] na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais» (recomendação específica n.º 3 de 2019).

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

### D.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

*Uma economia circular*

#### Reforma 1.1 — Estratégia nacional para a economia circular

Esta reforma consiste na adoção de uma ampla estratégia nacional para a economia circular, abrangendo um novo sistema digital de rastreabilidade dos resíduos, incentivos fiscais para apoiar as atividades de reciclagem e a utilização de matérias-primas secundárias, a revisão da tributação ambiental, o direito a reutilizar e reparar, a reforma do sistema de responsabilidade alargada do produtor e do Consortia, o apoio aos instrumentos regulamentares existentes (nomeadamente a legislação sobre o fim do estatuto de resíduo e sobre critérios ambientais mínimos no âmbito dos contratos públicos ecológicos) e o apoio ao projeto de simbiose industrial. A reforma do sistema de responsabilidade alargada do produtor e do Consortia deve igualmente atender à necessidade de uma utilização mais eficiente da contribuição ambiental, a fim de assegurar a aplicação de critérios transparentes e não discriminatórios. Será criado um órgão de supervisão específico com o objetivo de monitorizar o funcionamento e a eficácia dos sistemas de consórcios, sob a presidência do Ministério da Transição Ecológica (MITE). A medida deve abranger todos os Consortia (e não apenas o sistema de embalagens CONAI).

#### Reforma 1.3 — Apoio técnico às autoridades locais

Esta reforma consiste no apoio técnico da administração central às autoridades locais para a aplicação da regulamentação ambiental da UE e nacional, o desenvolvimento de planos e projetos relativos à gestão de resíduos e no que respeita a concursos públicos. O apoio aos processos de concurso deve assegurar que as concessões no domínio da gestão de resíduos são atribuídas de forma transparente e não discriminatória, aumentando os processos concorrenciais para obter melhores desempenhos nos serviços públicos. Esta reforma apoia, por conseguinte, a execução das reformas do setor da gestão de resíduos propostas na componente de reforma do ambiente empresarial. O apoio técnico deve abranger igualmente os contratos públicos ecológicos.

### Investimento 2.1 — Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas

O objetivo deste investimento é incentivar a redução das emissões nas fases de transporte e logística no setor agroalimentar, impulsionando a digitalização do setor e a utilização de energias renováveis. Esta medida consiste na concessão de apoio a investimentos corpóreos e incorpóreos.

### Investimento 2.2 — Parque agro-solar

O objetivo deste investimento é aumentar a sustentabilidade e a competitividade do setor agrícola. Esta medida consiste na concessão de apoio a investimentos em estruturas dos setores agrícola, pecuário e agroindustrial para a instalação de painéis solares, bem como em intervenções complementares.

### Investimento 2.3: Inovação e mecanização nos setores agrícola e alimentar

O objetivo deste investimento é impulsionar a inovação nos setores agrícola e alimentar. Esta medida consiste na concessão de apoio a investimentos em ativos corpóreos e incorpóreos.

### Investimento 3.3: Cultura e sensibilização sobre os temas e desafios ambientais

Este objetivo do investimento é a conceção e a produção de conteúdos digitais para aumentar a sensibilização para os desafios ambientais e climáticos. O investimento consiste na criação de uma plataforma em linha sem assinaturas para criar um repositório de materiais educativos e recreativos sobre temas relacionados com o ambiente.

## D.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C1-1 | Reforma 1.1 — Estratégia nacional para a economia circular | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial relativo à adoção da estratégia nacional para a economia circular | Disposição no decreto ministerial relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto ministerial relativo à adoção da estratégia nacional para a economia circular deve conter, pelo menos, as seguintes medidas:<br>• um novo sistema digital de rastreabilidade dos resíduos que apoie, por um lado, o desenvolvimento do mercado secundário das matérias-primas (proporcionando um quadro claro para o abastecimento de matérias-primas secundárias), por outro lado, as autoridades de controlo na prevenção e no combate à gestão ilegal de resíduos.<br>• incentivos fiscais para apoiar as atividades de reciclagem e a utilização de matérias-primas secundárias;<br>• uma revisão do sistema de tributação ambiental dos resíduos, a fim de tornar a reciclagem mais conveniente do que a deposição em aterro e a incineração em todo o território nacional;<br>• direito a reutilizar e reparar;<br>• reforma do sistema de responsabilidade alargada |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | do produtor e Consortia, a fim de apoiar a consecução das metas da UE através da criação de um órgão de supervisão específico, sob a presidência do MITE, com o objetivo de acompanhar o funcionamento e a eficácia dos sistemas Consortia;<br>• apoio aos instrumentos regulamentares existentes: Legislação sobre o fim do estatuto de resíduo (nacional e regional), critérios ambientais mínimos (CAM) no âmbito dos contratos públicos ecológicos. O desenvolvimento/atualização da legislação sobre o fim do estatuto de resíduo e dos CAM deve abordar especificamente a construção, os têxteis, os plásticos, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).<br>• apoio ao projeto de simbiose industrial através de instrumentos regulamentares e financeiros.) |
| M2C1-2 | Reforma 1.3 — Apoio técnico às autoridades locais | Objetivo intermédio | Aprovação do acordo para o desenvolvimento do | Publicação do acordo aprovado no sítio Web do Ministério | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Deve ser aprovado o acordo para o desenvolvimento do plano de ação para o reforço de capacidades para |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | plano de ação para o reforço das capacidades para apoiar as autoridades públicas locais | | | | | | | apoiar as autoridades públicas locais a implementar nos procedimentos de concurso os critérios ambientais mínimos (CAM) estabelecidos por lei (Decreto Legislativo n.º 50/2016 relativo aos concursos públicos) no âmbito dos contratos públicos ecológicos (CPE) e a iniciar a ação de apoio.<br>O apoio técnico às autoridades locais (regiões, províncias, municípios) deve ser assegurado pelo Governo (Ministério da Transição Ecológica, Ministério do Desenvolvimento Económico e outros pertinentes) através das empresas in house. O apoio técnico deve abranger o seguinte:<br>• assistência técnica para a aplicação da regulamentação ambiental da UE e nacional;<br>• apoio ao desenvolvimento de planos e projetos no que diz respeito à gestão de resíduos;<br>• apoio aos processos de concurso, também para garantir que as concessões no domínio da gestão de resíduos são atribuídas de forma transparente e não discriminatória, aumentando os processos concorrenciais |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | para obter melhores desempenhos nos serviços públicos.<br><br>O Ministério da Transição Ecológica deve desenvolver um plano de ação específico para o reforço das capacidades, a fim de apoiar as autoridades públicas locais e os adquirentes públicos profissionais na aplicação aos concursos dos critérios ambientais mínimos (CAM) estabelecidos por lei (Decreto Legislativo n.º 50/2016 relativo aos concursos públicos) no âmbito dos contratos públicos ecológicos (CPE). |
| M2C1-3 | Investimento 2.1: Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas | Objetivo intermédio | Publicação da classificação final ao abrigo do regime de incentivos à logística | Publicação no sítio Web do Ministério ou em qualquer outro canal de apoio | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O decreto de aprovação define a classificação final.<br>O regime de incentivos à logística deve incluir os seguintes elementos:<br>a) Critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | 2021/241, deve representar, pelo menos, 32 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br>compromisso de que a contribuição digital do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VII do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 27 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br>compromisso de apresentar um relatório sobre a aplicação da medida a meio do período de vigência do regime e no termo do mesmo. |
| M2C1-4 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 30 | Q4 | 2022 | Identificação dos projetos beneficiários cujo valor total ascenda a, pelo menos, 30 % dos recursos financeiros totais afetados ao investimento. O investimento deve ser executado através de dois procedimentos diferentes já existentes e deve ser refinanciado. Estes procedimentos preveem o desembolso de empréstimos a empresas que cumpram os requisitos e apresentem o pedido. |
| M2C1-5 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento | NENHUMA. | Percentagem | 19 | 32 | Q4 | 2023 | Devem ser identificados os projetos beneficiários cujo valor total ascenda a, pelo menos, 32 % dos recursos financeiros totais afetados ao investimento. O procedimento de concessão prevê o pagamento de subvenções ou outros incentivos às |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | empresas que cumpram os requisitos e apresentem a candidatura. |
| M2C1-6 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento | NENHUMA. | Percentagem | 32 | 63.5 | Q2 | 2024 | Identificação dos projetos beneficiários cujo valor total ascenda a, pelo menos, 63,5 % dos recursos financeiros totais afetados ao investimento. O procedimento de concessão deve prever o desembolso de subvenções ou outros incentivos às empresas que cumpram os requisitos e apresentem a candidatura. |
| M2C1-6bis | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento | NENHUMA. | Percentagem | 63.5 | 100 | Q4 | 2024 | Identificação dos projetos beneficiários cujo valor total ascenda a, pelo menos, 100 % dos recursos financeiros adicionais afetados ao investimento. O procedimento de concessão prevê o pagamento de subvenções ou outros incentivos às empresas que cumpram os requisitos e apresentem a candidatura |
| M2C1-7 | Investimento 2.3: Inovação e mecanização nos setores agrícola e alimentar | Alvo | Publicação das classificações finais com a identificação dos beneficiários finais. | NENHUMA. | Número | 0 | 10 000 | Q4 | 2024 | Identificação de, pelo menos, 10 000 beneficiários finais para investimento na inovação na economia circular e na bioeconomia.<br>Os investimentos devem incidir, pelo menos, num dos seguintes aspetos:<br>Substituição de mais<br>veículos todo o terreno poluentes<br>Introdução de agricultura de precisão e de máquinas agrícolas 4.0<br>Substituição de instalações mais obsoletas para os lagares<br>A fim de cumprir o Do-No— |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Princípio de danos significativos, os veículos todo o terreno devem ter emissões nulas ou funcionar exclusivamente com biometano, que deve cumprir os critérios estabelecidos na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis II).<br>Os produtores de biocombustível e de biometano devem ser obrigados a fornecer certificados (aferição de sustentabilidade) emitidos por avaliadores independentes, tal como previsto na Diretiva (UE) 2018/2001.<br>Os operadores devem adquirir certificados de origem proporcionais à utilização prevista de combustível. |
| M2C1-8 | Investimento 2.3: Inovação e mecanização nos setores agrícola e alimentar | Alvo | Projetos realizados | NENHUMA. | Número | 0 | 9608 | Q2 | 2026 | Ato (s) administrativo (s) que confirme (m) que foram realizados pelo menos 9608 projetos num ou mais dos seguintes domínios:<br>Substituição de veículos todo o terreno mais poluentes<br>Introdução da agricultura de precisão, incluindo a inovação nos sistemas de irrigação e na gestão da água<br>Substituição de instalações mais obsoletas para os lagares.<br>A fim de cumprir o princípio de «não prejudicar significativamente», os veículos não rodoviários devem ter emissões nulas ou funcionar exclusivamente com biometano, que deve cumprir os critérios estabelecidos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | na Diretiva (UE) 2018/2001 relativa às energias renováveis (Diretiva Energias Renováveis II).<br>Os produtores de biocombustível e de biometano devem ser obrigados a fornecer certificados (aferição de sustentabilidade) emitidos por avaliadores independentes, tal como previsto na Diretiva (UE) 2018/2001.<br>Os operadores devem adquirir certificados de origem proporcionais à utilização prevista de combustível. |
| M2C1-9 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Capacidade instalada de produção de energia solar | NENHUMA. | kW | 0 | 1 470 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 1 470 000 kW de capacidade instalada de produção de energia solar. |
| M2C1-11 | Investimento 3.3: Cultura e sensibilização sobre os temas e desafios ambientais | Objetivo intermédio | Lançamento da plataforma Web e contratos com os autores | Notificação da assinatura do contrato com os produtores de conteúdos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Lançamento público da plataforma Web e assinatura final dos acordos com os «produtores de conteúdos». Os projetos visam o desenvolvimento de, pelo menos, 180 podcasts, aulas de vídeo específicas da escola e conteúdos de vídeo produzidos e disponíveis na plataforma Web sobre a transição ambiental. |
| M2C1-12 | Investimento 3.3: Cultura e sensibilização sobre os temas e desafios ambientais | Alvo | Podcasts sobre a transição ambiental | NENHUMA. | Número | 0 | 180 | Q2 | 2025 | Pelo menos 180 podcasts publicados na plataforma Web. |

## D.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

### Reforma 1.2 — Programa Nacional para a Gestão de Resíduos

Esta reforma consiste na adoção de um programa nacional para a gestão de resíduos abrangente que vise os níveis mais elevados de preparação para a reutilização, reciclagem e valorização de resíduos, a adaptação da rede de instalações necessárias para a gestão integrada dos resíduos, a redução da eliminação final a opção final e residual, a criação de sistemas de monitorização, a prevenção da abertura de novos procedimentos de infração contra a Itália, o combate aos baixos níveis da recolha de resíduos, o desincentivo à deposição em aterro e a garantia da complementaridade com os programas regionais em matéria de resíduos, permitindo a consecução dos objetivos da legislação europeia e nacional em matéria de resíduos e combatendo a deposição ilegal de resíduos e a queima ao ar livre.

### Investimento 1.1 — Implementação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes e «projetos emblemáticos» da economia circular

Este investimento tem por objetivo melhorar a gestão dos resíduos e apoiar a economia circular. O investimento consiste no financiamento de projetos para construir novas instalações de tratamento/reciclagem ou modernizar as existentes, bem como para apoiar e digitalizar a recolha seletiva de diferentes fluxos de resíduos.

### Investimento 2.1 — Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas

O objetivo deste investimento é incentivar a redução das emissões nas fases de transporte e logística no setor agroalimentar, impulsionando a digitalização do setor e a utilização de energias renováveis. Esta medida consiste na concessão de apoio a investimentos corpóreos e incorpóreos.

### Investimento 3.1: Ilhas ecológicas

O objetivo desta medida é apoiar a transição ecológica em 19 pequenas ilhas não interligadas em Itália. Este investimento consiste no financiamento e na execução de projetos no domínio da energia (que podem incluir, entre outros, as energias renováveis, a rede ou a eficiência energética), da água (que pode incluir, entre outros, a dessalinização), dos transportes (que podem incluir, entre outros, ciclovias, autocarros ou embarcações sem emissões) e dos resíduos (que podem incluir, entre outros, a separação de resíduos) nas 19 pequenas ilhas.

### Investimento 3.2: Comunidades ecológicas

O objetivo deste investimento é apoiar a transição ecológica nos territórios rurais e montanhosos (as chamadas «comunidades verdes»). Este investimento consiste em apoiar projetos nas «Comunidades Verdes».

### Investimento 3.4 — Fondo Rotativo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas

Esta medida consiste num investimento público num mecanismo, o Fondo Rotativo Contratti di Filiera (FCF), a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento nos setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas em Itália. O mecanismo funcionará através da concessão de subvenções e empréstimos bonificados diretamente através do ISMEA (Istituto di Servizi per il Mercato Agricolo Alimentare).

O mecanismo é gerido pelo ISMEA enquanto parceiro de execução. O mecanismo inclui as seguintes linhas de produtos:

- Apoiar empresas, grupos de empresas ou associações de produtores agrícolas, bem como organizações de investigação e divulgação de conhecimentos, nos setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas, melhorando os processos de produção através da inclusão de uma combinação de atividades entre as seguintes:

- Melhorar a sustentabilidade ambiental dos processos de produção com investimentos em ativos corpóreos e incorpóreos, a fim de aumentar substancialmente a eficiência do consumo de energia, água e recursos dos processos de produção visados;
- Investimentos em conhecimento, formação, investigação e inovação, transferência de tecnologia e projetos de desenvolvimento, que podem também apoiar a reorganização das relações entre os vários intervenientes na cadeia de abastecimento, a fim de reforçar a sustentabilidade dos processos de produção;
- Investimentos na digitalização das empresas, incluindo o comércio eletrónico e as tecnologias emergentes;
- Instalação de painéis fotovoltaicos e solares

O objetivo da medida é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o desperdício alimentar e a utilização de pesticidas e agentes antimicrobianos, melhorar a eficiência energética e aumentar a produção e a utilização de energias renováveis.

A fim de executar o investimento na Facilidade, o Ministério e a ISMEA assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do Mecanismo: A decisão final de investimento da Facilidade é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por uma maioria de votos de membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:
   a. A descrição do (s) produto (s) financeiro (s) e dos beneficiários finais elegíveis.
   b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
   c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de investimento deve excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[21], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[22], iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[23] e estações de tratamento mecânico biológico[24].
   d. O requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

[21] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[22] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[23] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[24] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de reinvestir quaisquer reembolsos de acordo com a política de investimento do Mecanismo.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

a. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.

b. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que devem assegurar a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

c. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.

d. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria do ISMEA. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos relativos às metas climáticas e digitais, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR e com o anexo VII do Regulamento MRR; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução e dos acordos de financiamento aplicáveis.

5. Requisitos aplicáveis aos investimentos climáticos realizados pelo parceiro de execução: pelo menos 1 848 000 000.00 EUR de investimento do MRR no mecanismo devem contribuir para os objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR. [25]

## Investimento 4 — Mecanismo do Parque Agrosolar

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, o Mecanismo para Parque Agrosolar, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento no setor agroindustrial italiano. O regime funciona através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado.

O regime é gerido pela Gestore Servizi Energetici S.p.A. (GSE) enquanto parceiro de execução. O regime deve apoiar investimentos em estruturas dos setores agrícola, pecuário e agroindustrial, a fim de instalar painéis solares, bem como intervenções complementares. A adesão à rede «rete del lavoro agricolo di qualità» será tida em conta de forma positiva na avaliação das propostas de projetos.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e o GSE assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.

2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:

a. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;

b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**

c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de

[25] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[26], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[27], iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[28] e estações de tratamento mecânico biológico[29].

d. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre as subvenções mobilizadas.

2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução antes de conceder uma subvenção a uma operação.

4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria do GSE. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições das convenções de subvenção de execução aplicáveis.

5. Requisitos aplicáveis aos investimentos climáticos realizados pelo parceiro de execução: pelo menos 633 000 000 EUR do investimento do MRR no regime devem contribuir para os

[26] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[27] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[28] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[29] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR[30].

[30] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

## D.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C1-13 | Reforma 1.2 — Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial relativo ao programa nacional de gestão de resíduos | Disposição na lei relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto ministerial relativo ao programa nacional de gestão de resíduos deve incluir, pelo menos, os seguintes objetivos:<br>alcançar os níveis mais elevados de preparação para a reutilização, reciclagem e valorização de resíduos, cumprindo, pelo menos, os objetivos estabelecidos no artigo 181.º do Decreto Legislativo n.º 152/06 e tendo igualmente em conta os regimes de responsabilidade alargada do produtor;<br>i. adaptar a rede de instalações necessárias à gestão integrada de resíduos — com vista ao desenvolvimento da economia circular — assegurando as capacidades necessárias para atingir os objetivos estabelecidos na alínea a) e, consequentemente, reduzir a eliminação final a opção final e residual, em conformidade com o princípio da proximidade e tendo em conta os objetivos de prevenção definidos no âmbito do planeamento nacional de prevenção de resíduos previsto no artigo 180.º do Decreto Legislativo n.º 152/06;<br>ii. estabelecer um acompanhamento adequado da execução do programa, a fim de permitir a verificação constante do cumprimento dos seus objetivos e da |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | eventual necessidade de adotar instrumentos corretivos para a realização das ações previstas;<br>iii. impedir a abertura de novos procedimentos de infração contra a República Italiana por não aplicação da regulamentação europeia relativa ao planeamento do ciclo de resíduos;<br>iv. combater o baixo nível de recolha de resíduos e desencorajar a deposição em aterro (ver também a estratégia nacional para a economia circular);<br>v. os planos regionais de gestão de resíduos devem ser complementares do programa nacional de gestão de resíduos;<br>vi. colmatar as lacunas as disparidades regionais no domínio da gestão de resíduos, no que diz respeito à capacidade das instalações e às normas de qualidade existentes entre as diferentes regiões e zonas do território nacional, com o objetivo de recuperar atrasos;<br>vii. alcançar os atuais e os novos objetivos previstos na legislação europeia e nacional;<br>viii. para combater a descarga ilegal de resíduos e a queima ao ar livre (por exemplo, na zona da Terra dei Fuochi) através de medidas, incluindo a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | introdução de um novo sistema de rastreabilidade dos resíduos, deve ser desenvolvido um sistema de monitorização global apoiado para fazer face à descarga ilegal utilizando satélites, drones e tecnologias de inteligência artificial (IA) |
| M2C1-14 | Investimento 1.1 — Implementação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização das instalações existentes; Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes Investimento 1.2: Projetos emblemáticos da economia circular | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial. | Adoção do decreto ministerial para a aprovação dos critérios de seleção dos projetos propostos pelos municípios. | Publicação na Gazzetta Ufficiale | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2021 | O decreto ministerial de aprovação dos critérios de seleção dos projetos propostos pelos municípios deve entrar em vigor.<br>O decreto ministerial deve estabelecer que os projetos são selecionados de acordo com os seguintes critérios:<br>• Coerência com a legislação da UE e nacional e com o Plano de Ação da UE para a Economia Circular,<br>• Melhoria prevista dos objetivos de reciclagem,<br>• Coerência com os instrumentos de planeamento regional e nacional,<br>• Contribuição para a resolução de infrações ao direito da UE, sinergias com outros planos setoriais (por exemplo, PNIEC) e/ou outras componentes do plano, tecnologias inovadoras baseadas em experiências à escala real,<br>• Qualidade técnica da proposta,<br>• Coerência e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | complementaridade com os programas da política de coesão e projetos semelhantes financiados através de outros instrumentos nacionais e da UE.<br>As intervenções não devem incluir investimentos em aterros, instalações de eliminação, instalações de tratamento biológico/mecânico ou incineradoras, em conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente». |
| M2C1-15 | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Redução dos aterros irregulares (M1) | NENHUMA. | Número | 33 | 11 | Q2 | 2024 | Redução dos aterros irregulares incluídos no procedimento de infração NIF 2003/2077 de 33 para 11 (ou seja, de, pelo menos, 66 %). |
| M2C1-15bis | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos: | Alvo | Redução dos aterros irregulares (M2) | NENHUMA. | Número | 34 | 14 | Q4 | 2023 | Redução dos aterros irregulares incluídos no procedimento de infração 2011/2215 de 34 para 14 (ou seja, de, pelo menos, 60 %). |
| M2C1-15ter | Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Alvo | Redução das diferenças regionais na recolha seletiva | NENHUMA. | Pontos percentuais | 22.8 | 20 | Q4 | 2023 | A diferença entre a média nacional e a região com pior desempenho nas taxas de recolha seletiva é reduzida para 20 pontos percentuais. |
| M2C1-15 quater | Investimento 1.1: Implantação de novas instalações | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da obrigação de recolha seletiva de | Disposição na lei relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | A obrigação de recolha seletiva de biorresíduos está em vigor até 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o Plano de Ação da UE para a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | | biorresíduos | | | | | | | Economia Circular |
| M2C1-16 | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Aterros irregulares | NENHUMA. | Número | 11 | 0 | Q2 | 2026 | Redução dos aterros irregulares incluídos no procedimento de infração 2003/2077 de 11 para 0. |
| M2C1-16bis | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Aterros irregulares | NENHUMA. | Número | 14 | 9 | Q2 | 2024 | Redução dos aterros irregulares incluídos no procedimento de infração 2011/2215 de 14 para 9 (ou seja, pelo menos 75 %) |
| M2C1-16ter | Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Alvo | Diferenças regionais nas taxas de recolha seletiva | NENHUMA. | Pontos percentuais | 28,4 | 20 | Q4 | 2024 | A diferença na recolha seletiva de resíduos entre a média das três regiões com melhor desempenho (Véneto, Trentino, Sardenha) e a média das regiões com pior desempenho (Basilicata, Calábria e Sicília) indicadas no relatório ISPRA de 2020 é reduzida para 20 pontos percentuais.<br>O cumprimento satisfatório da meta exige igualmente que a média nacional e a média das três regiões com melhor desempenho indicadas no relatório ISPRA de 2020 (Veneto, Trentino, Sardenha) em termos de recolha seletiva de resíduos aumentem em comparação com os dados incluídos no relatório ISPRA de 2020. |
| M2C1-16quater | Investimento 1.1 — Implementação | Alvo | Projetos c concluídos | NENHUMA. | Número | 0 | 584 | Q2 | 2026 | Foram realizados pelo menos 584 projetos, dos quais pelo menos 90 devem dizer respeito a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | de novas instalações de gestão de resíduos e modernização das instalações existentes e projetos emblemáticos da economia circular | | | | | | | | | projetos relativos a instalações de resíduos. |
| M2C1-10 | Investimento 2.1: Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas | Alvo | Investimentos corpóreos e incorpóreos nos setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas. | NENHUMA. | Número | 0 | 72 | Q2 | 2026 | Foram realizados pelo menos 72 investimentos corpóreos e incorpóreos nos setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas. |
| M2C1-18 | Investimento 3.1: Ilhas ecológicas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto diretorial | Disposição no decreto relativa à entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2022 | O decreto diretorial deve aprovar a classificação dos projetos relativos aos resultados do anúncio público. O processo de seleção deve incluir o seguinte:<br>a) Critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ambiental nacional e da UE aplicável.<br>compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 37 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br>compromisso de apresentar um relatório sobre a aplicação da medida a meio do período de vigência do regime e no termo do mesmo.<br>Os domínios de intervenção possíveis são os seguintes:<br>• a gestão integrada e certificada do património agroflorestal («nomeadamente através do intercâmbio de créditos provenientes da captura de dióxido de carbono, da gestão da biodiversidade e da certificação da cadeia de abastecimento de madeira»);<br>• a gestão integrada e certificada dos recursos hídricos;<br>• a produção de energia a partir de fontes locais renováveis, nomeadamente centrais micro-hidroelétricas, biomassa, biogás, energia eólica, cogeração e biometano;<br>• o desenvolvimento do turismo sustentável («capaz de melhorar os produtos locais»);<br>• a construção e gestão sustentável do edificado e das infraestruturas de uma montanha moderna;<br>• a eficiência energética e a integração inteligente de instalações e redes; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | • o desenvolvimento sustentável das atividades de produção (produção sem resíduos);<br>• a integração dos serviços de mobilidade;<br>• o desenvolvimento de um modelo agrícola sustentável («que é também independente da energia através da produção e utilização de energia proveniente de fontes renováveis nos setores elétrico, térmico e dos transportes»).<br>O biometano deve cumprir os critérios de sustentabilidade e de redução das emissões de gases com efeito de estufa estabelecidos nos artigos 29.º a 31.º e as regras relativas aos biocombustíveis produzidos a partir de alimentos para consumo humano e animal estabelecidas no artigo 26.º da Diretiva (UE) 2018/2001 relativa às energias renováveis (RED II), bem como nos atos de execução e delegados conexos, para que a medida cumpra o princípio de «não prejudicar significativamente» e os requisitos pertinentes da nota de rodapé 8 do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241. |
| M2C1-19 | Investimento 3.1: Ilhas ecológicas | Alvo | Ato (s) administrativo (s) para intervenções em pequenas ilhas | NENHUMA. | Número de projetos | 0 | 57 | Q2 | 2026 | São emitidos atos administrativos que confirmam que as intervenções são realizadas no âmbito de cada um dos 57 projetos em 19 pequenas ilhas, envolvendo pelo menos um projeto por ilha. Os projetos elegíveis são os seguintes:<br>• eficiência energética;<br>• criação e/ou modernização de serviços de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | mobilidade coletiva e infraestruturas de carregamento; autocarros e barcos elétricos; abrigos para serviços de transporte público; utilização partilhada de automóveis, partilha de bicicletas, partilha de trotinetas;<br>• construção e/ou adaptação de ciclovias, construção de zonas de abrigo;<br>• recolha seletiva com melhoria dos sistemas de recolha;<br>• construção/modernização de ilhas ecológicas com centro de reutilização associado;<br>• sistemas de dessalinização;<br>• eficiência hídrica, que pode incluir, entre outros, a construção de novos sistemas de tratamento de água potável;<br>• centrais de energias renováveis para a produção de eletricidade, que podem incluir, entre outras, energia fotovoltaica, eólica marítima ou marinha renovável (por exemplo, energia das ondas ou das marés);<br>• medidas de eficiência energética destinadas a reduzir o consumo de eletricidade;<br>• projetos na rede elétrica e infraestruturas conexas, que podem incluir, entre outros, dispositivos de armazenamento, a integração do sistema elétrico com o sistema hídrico da ilha, redes inteligentes, sistemas inovadores de gestão ou monitorização da energia. |
| M2C1-20 | Investimento 3.2: Comunidades ecológicas | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para a seleção de | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2022 | Notificação do procedimento de concessão das subvenções, que deve incluir critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | comunidades ecológicas | para a seleção de comunidades ecológicas | | | | | | selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M2C1-21 | Investimento 3.2: Comunidades ecológicas | Alvo | Certificados administrativos relativos à finalização de jetos nas Comunidades Verdes | NENHUMA. | Número de projetos | 0 | 410 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a realização de, pelo menos, 410 projetos nas Comunidades Verdes.<br>Os projetos devem incidir, pelo menos, num dos seguintes domínios:<br>• a gestão integrada e certificada do património agroflorestal;<br>• a gestão integrada e certificada dos recursos hídricos;<br>• a produção de energia a partir de fontes renováveis locais, nomeadamente centrais micro-hidroelétricas, biomassa, biogás, energia eólica, cogeração e biometano;<br>• o desenvolvimento do turismo sustentável;<br>• a construção e gestão sustentável do edificado e das infraestruturas de uma montanha moderna;<br>• a eficiência energética e a integração inteligente de instalações e redes;<br>• o desenvolvimento sustentável das atividades de produção (produção sem resíduos);<br>• a integração dos serviços de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | • mobilidade;<br>• o desenvolvimento de um modelo agrícola sustentável. |
| M2C1-22 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M2C1-23 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | Recursos transferidos para o ISMEA e alteração do acordo de execução | Certificado de transferência e alteração do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | A Itália deve transferir 2 000 000 000,00 EUR adicionais para o ISMEA para a Facilidade. Alteração do financiamento total e da comissão de gestão do acordo de execução. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C1-24 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Alvo | Acordos jurídicos com os beneficiários finais | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 100 | Q2 | 2026 | O ISMEA deve ter celebrado convenções de financiamento legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no mecanismo (tendo em conta as comissões de gestão). A ISMEA deve elaborar um relatório que especifique a percentagem deste financiamento que contribui para os objetivos em matéria de clima utilizando a metodologia constante do anexo VI. |
| M2C1-25 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | O Ministério transferiu o montante global dos recursos | Certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | A Itália transferirá 1 960 000 000,00 EUR para o ISMEA para a Facilidade. |
| M2C1-26 | Investimento 4: Instalação de parques | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Entrada em vigor do acordo de execução. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | agrosolares | | | | | | | | | |
| M2C1-27 | Investimento 4: Instalação de parques agrosolares | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | Acordos jurídicos assinados e certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | O GSE deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão).<br>Pelo menos 633 000 000 deste financiamento deve contribuir para os objetivos climáticos utilizando a metodologia constante do anexo VI do Regulamento MRR.<br>A Itália transfere 789 000 000 EUR para o GSE para o Mecanismo. |

### E. MISSÃO 2, COMPONENTE 2: Transição energética e mobilidade sustentável

Esta componente do plano italiano de recuperação e resiliência abrange investimentos e reformas na transição energética. Inclui reformas destinadas a facilitar o licenciamento de projetos de fontes de energia renováveis. A componente inclui investimentos na cadeia de abastecimento de energias renováveis, energia de hidrogénio, instalações de biometano e redes inteligentes. As reformas e os investimentos são complementados por reformas destinadas a aumentar a concorrência no mercado da eletricidade na componente «ambiente empresarial» da reforma.

Esta componente abrange igualmente investimentos e reformas no domínio da mobilidade sustentável. Inclui reformas para facilitar o licenciamento de projetos de mobilidade sustentável. A componente inclui investimentos na construção de ciclovias e infraestruturas de metropolitano, de elétrico e de serviço direto de autocarros e na aquisição de autocarros, de material circulante, veículos de combate a incêndios e veículos aeroportuários sem emissões. Estas reformas e investimentos são complementados por reformas destinadas a eliminar os preços regulamentados para o carregamento elétrico e a aumentar a concorrência nas concessões de pontos de carregamento, nos caminhos-de-ferro regionais e nos transportes públicos locais na componente «ambiente empresarial» da reforma.

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas à Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial [...] na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia [...] nos transportes públicos sustentáveis» (REP 3, 2020) e de «centrar a política económica relacionada com o investimento [...] e na qualidade das infraestruturas, tendo igualmente em conta as disparidades regionais» (recomendação específica por país n.º 3, 2019).

A componente apoia as orientações dirigidas a Itália sobre a implementação do seu plano nacional em matéria de energia e clima (SWD (2020) 911 final), que instavam Itália a promover, reforçar a potência e renovar as instalações existentes de produção de energia de fontes renováveis, em particular os parques eólicos existentes, e a explorar possibilidades inovadoras de produção de energia no mar no Mediterrâneo.

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

## E.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 1 — Simplificação dos procedimentos de autorização de instalações de fontes de energia renováveis em terra e no mar e novo quadro jurídico para apoiar a produção a partir de fontes renováveis e prolongamento dos prazos e da elegibilidade dos atuais regimes de apoio**

Esta reforma consiste nos seguintes elementos:

- a entrada em vigor de medidas de simplificação para as instalações de fontes de energia renováveis e o reequipamento e a renovação de instalações existentes, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 76, de 17 de julho de 2020, «Decreto de Simplificação»;
- a adoção de um decreto, acordado com as regiões e as outras administrações públicas em causa, destinado a definir critérios para a identificação das zonas adequadas e inadequadas para a instalação de centrais de energia renovável para uma capacidade adicional de produção de energia

renovável de, pelo menos, 73 GW, em consonância com a versão atualizada do PNIEC, para a consecução dos objetivos de desenvolvimento das fontes renováveis;
- a conclusão do mecanismo de apoio às FER também para tecnologias adicionais não maduras ou com elevados custos de funcionamento e a prorrogação do período de execução dos leilões para o chamado mecanismo RES1, mantendo simultaneamente o princípio do acesso concorrencial;
- disposições para promover o investimento em sistemas de armazenamento, no decreto legislativo que transpõe a Diretiva (UE) 2019/944 que estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade.

**Reforma 2 — Nova legislação para promover a produção e o consumo de gás renovável**

Esta reforma consiste em reforçar o apoio ao biometano limpo através da adoção de legislação destinada a alargar o âmbito dos projetos de biometano elegíveis para apoio e a alargar o período de tempo para a disponibilidade de subvenções. O biometano deve cumprir os critérios estabelecidos na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva RED II) para que a medida cumpra o princípio de «não prejudicar significativamente» e os requisitos pertinentes da nota de rodapé 8 do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241.

**Reforma 3 — Simplificação administrativa e redução dos obstáculos regulamentares à implantação do hidrogénio**

Esta reforma consiste na adoção de um quadro legislativo para promover o hidrogénio como fonte de energia renovável. Esse quadro legislativo deve incluir:

- Regulamentação técnica de segurança em matéria de produção, transporte (critérios técnicos e regulamentares para a introdução do hidrogénio na rede de gás natural), armazenamento e utilização de hidrogénio;
- Um procedimento de autorização acelerado com um procedimento de balcão único para obter a autorização para construir e explorar uma pequena instalação de produção de hidrogénio (para instalações de eletrolisadores de potência inferior a 1-5 MW; o limiar de armazenamento deve ser definido nos regulamentos técnicos de segurança do hidrogénio acima referidos).
- Regulamentação da participação de instalações de produção de hidrogénio em serviços de rede. O regulador da energia (ARERA) deve ser incumbido de emitir uma medida regulamentar específica após consulta das partes interessadas.
- Um sistema de garantias de origem para o hidrogénio renovável, a fim de dar sinais de preços aos consumidores.
- Procedimentos e/ou critérios para definir as zonas de abastecimento selecionadas ao longo das autoestradas com vista à otimização da localização das estações de abastecimento para criar corredores H2 para camiões, desde as regiões do norte de Itália até ao vale do Pó e aos centros logísticos e principais autoestradas ao longo da península.
- A coordenação do plano de desenvolvimento a 10 anos do operador da rede de transporte (ORT) nacional com os planos de outros ORT europeus, com vista ao desenvolvimento de normas comuns para o transporte de hidrogénio através de gasodutos existentes ou gasodutos específicos.

**Reforma 4 — Medidas para promover a competitividade do hidrogénio**

Esta reforma consiste na adoção de medidas fiscais para incentivar a produção e/ou a utilização de hidrogénio, em conformidade com as regras da UE em matéria de tributação, e na transposição da Diretiva Energias Renováveis II. Esta medida deve apoiar a produção de hidrogénio baseada na eletrólise utilizando fontes de energia renováveis, tal como previsto na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis), ou eletricidade da rede.

**Reforma 5 — Procedimentos mais inteligentes para a avaliação de projetos no setor dos sistemas de transportes públicos locais com instalações fixas e no setor dos transportes rápidos em massa**

Esta reforma consiste na adoção de legislação que atribua claramente responsabilidades na aprovação de projetos de transportes públicos locais e na simplificação do procedimento de pagamento.

**Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes**

O objetivo deste investimento é a modernização das infraestruturas e a digitalização da rede de distribuição de eletricidade. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para financiar intervenções que aumentem a capacidade de acolhimento da rede, bem como a potência máxima fornecida pela rede aos agregados familiares para consumo.

**Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica**

O objetivo deste investimento é aumentar a resiliência da rede de transporte e distribuição a fenómenos meteorológicos extremos, reduzindo assim a probabilidade de interrupções prolongadas do fornecimento de eletricidade. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para intervenções correspondentes a uma maior resiliência da rede.

**Investimento 4.1: Reforço da mobilidade ciclável**

O objetivo deste investimento é construir ciclovias para facilitar as deslocações pendulares entre locais em áreas metropolitanas ou cidades que acolhem universidades e ciclovias turísticas, principalmente em zonas rurais. Este investimento consiste na construção de, pelo menos, 1 261 km de ciclovias nas áreas metropolitanas e de ciclovias turísticas.

**Investimento 4.3 — Instalação de infraestruturas de carregamento**

O objetivo deste investimento é apoiar a descarbonização do setor dos transportes. Este investimento consiste no financiamento da instalação de pontos de infraestruturas de carregamento em autoestradas ou em zonas urbanas.

**Investimento 4.4.1 — Reforço da frota de autocarros com nível nulo de emissões dos transportes públicos regionais**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e modernizar a frota de autocarros públicos. Este investimento consiste na aquisição de autocarros com nível nulo de emissões e na instalação de estações de carregamento.

**Investimento 4.4.3 — Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e modernizar a frota de bombeiros. Este investimento consiste na aquisição de, pelo menos, 3 800 veículos para a Brigada Nacional de Bombeiros.

**Investimento 4.5 — Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros e privados com veículos elétricos**

Este investimento visa reduzir os gases com efeito de estufa e a poluição atmosférica causada pelo transporte rodoviário nas zonas urbanas. Este investimento consiste na aquisição de veículos com nível nulo de emissões e no desmantelamento de veículos térmicos.

**Investimento 5.4 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR**

Esta medida visa apoiar o potencial de crescimento da economia italiana, incentivando os investimentos privados, melhorando o acesso ao financiamento para as empresas em fase de arranque envolvidas na transição ecológica e desenvolvendo o mercado de capital de risco neste setor. A medida consiste numa injeção de capital de 250 000 000 EUR no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR.

A CDP Venture Capital SGR deve adotar uma política de investimento para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve incluir a descrição do (s) produto (s) financeiro (s) com o tipo esperado de beneficiários finais elegíveis que o capital próprio deverá apoiar, incluindo o calendário previsto para a execução de 15 anos e a comissão de gestão de, no máximo, 13 %.31 O GTF opera concedendo, direta ou indiretamente, apoio sob a forma de capital próprio, quase-capital, dívida ou quase-dívida.32 A CDP Venture Capital SGR adota o sistema de auditoria e controlo descrito nas orientações «Linee Guida per le attività di rendicontazione e controllo dei Fondi DTF e GTF» para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve exigir que o (s) produto (s) financeiro (s) que o capital próprio apoia cumpra (m) o princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, no caso do apoio geral às empresas em fase de arranque, a política de investimento deve excluir as empresas com uma incidência substancial33 nos seguintes setores: I) produção de energia a partir de combustíveis fósseis e atividades conexas34, II) indústrias com utilização intensiva de energia e/ou com elevadas emissões de CO235, III) produção, aluguer ou venda de veículos poluentes36; IV) recolha, tratamento e eliminação de resíduos37, v) processamento de combustível nuclear, produção de energia nuclear.

---

[31] Em especial, o limite máximo de 13 % não inclui os custos transitados interessados, as comissões de desempenho relacionadas com o GTF e todos os custos e comissões de gestão relacionados com fundos de terceiros.

[32] Em especial, no caso de investimentos diretos, o GTF opera através da prestação de apoio sob a forma de capital próprio ou quase capital; no caso de investimentos indiretos, o GTF opera através do financiamento de fundos de terceiros, que operam mediante a disponibilização de, pelo menos, um dos seguintes elementos: instrumentos de capital próprio, ou quase-capital, ou instrumentos de dívida ou quase-dívida.

[33] Considera-se que um beneficiário final tem uma «incidência substancial» num setor ou atividade empresarial se esse setor ou atividade for identificado como sendo uma parte essencial da atividade empresarial do beneficiário final, respetivamente, em relação às receitas brutas, aos lucros ou à base de clientes do beneficiário final. As receitas brutas geradas pelo setor ou atividade objeto de restrições não podem, em caso algum, exceder 50 % das receitas brutas.

[34] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[35] Incluindo atividades e ativos no âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões projetadas de gases com efeito de estufa não inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis. Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[36] Os veículos poluentes são definidos como veículos sem emissões.

[37] Esta exclusão não se aplica a ações em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

Além disso, a política de investimento deve exigir o cumprimento da legislação ambiental nacional e da UE aplicável.

**Investimento 5.5. Crédito fiscal ecológico**

O objetivo deste investimento é apoiar a transição para modelos de produção eficientes do ponto de vista energético, sustentáveis e baseados em energias renováveis para as empresas. O investimento consiste na concessão de um crédito fiscal às empresas proporcional às despesas elegíveis incorridas entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, nomeadamente ativos digitais (4.0 bens de equipamento corpóreos, 4.0 bens de equipamento incorpóreos[38]) e na formação de pessoal em competências para a transição ecológica.

[38] Em especial, o regime remete para os anexos A e B da Lei n.º 232, de 11 de dezembro de 2016.

## E.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C2-6 | Reforma 1 Simplificação dos procedimentos de autorização de centrais de energia de fontes renováveis em terra e no mar e novo quadro jurídico para apoiar a produção a partir de fontes renováveis e prolongamento da elegibilidade dos atuais regimes de apoio | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um quadro jurídico para a simplificação dos procedimentos de autorização para a construção de estruturas de aproveitamento das fontes de energia renováveis terrestres e marinhas | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | O quadro jurídico deve incluir os seguintes objetivos:<br>● a entrada em vigor de medidas de simplificação para as instalações de fontes de energia renováveis e o reequipamento e a renovação de instalações existentes, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 76, de 17 de julho de 2020, «Decreto de Simplificação»;<br>● a adoção de um decreto, acordado com as regiões e as outras administrações públicas em causa, destinado a definir critérios para a identificação das zonas adequadas e inadequadas para a instalação de centrais de energia renovável para uma capacidade adicional de produção de energia renovável de, pelo menos, 73 GW, em consonância com a versão atualizada do PNIEC, para a consecução dos objetivos de desenvolvimento das fontes renováveis;<br>● a conclusão do mecanismo de apoio às FER também para tecnologias adicionais não maduras ou com elevados custos de funcionamento e a prorrogação do período de execução dos leilões para o chamado mecanismo RES1, mantendo simultaneamente o princípio do acesso |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | concorrencial;<br>● disposições para promover o investimento em sistemas de armazenamento, no decreto legislativo que transpõe a Diretiva (UE) 2019/944 que estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade. |
| M2C2-7 | Reforma 2 Nova legislação para promover a produção e o consumo de gás renovável | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto legislativo para promover a utilização de gás renovável para a utilização de biometano nos setores dos transportes, da indústria e da habitação e de um decreto de execução que defina as condições e os critérios relativos à sua | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O decreto legislativo deve incluir, nomeadamente:<br>1 — alteração legislativa para um processo de autorização simplificado e alteração do atual mecanismo de subvenções, a fim de i) alargar o perímetro de elegibilidade, ii) alargar o período de disponibilidade das subvenções e iii) prever o mecanismo de tarifas de aquisição e a garantia de origem para o gás renovável<br>2 — a transposição da Diretiva RED II através de decreto legislativo<br>3 — a coordenação geral pelo Ministero della Transizione Ecologica (MiTE), com o apoio das outras administrações com funções consultivas: Ministério da Agricultura (MIPAAF), Ministério da Economia e das Finanças (MEF) e Gestore Servizi Energetici. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | utilização e o novo sistema de incentivos. | | | | | | | |
| M2C2-8 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para aumentar a capacidade da rede | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos para aumentar a capacidade da rede | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos para aumentar a capacidade da rede de distribuição de energia de fontes renováveis e para a eletrificação do consumo de energia |
| M2C2-10 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Objetivo intermédio | Aumento da capacidade de acolhimento da rede e da potência máxima fornecida para consumo | Intervenções realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções de que resultaram:<br>— um aumento da capacidade de acolhimento da rede de, pelo menos, 4 000 MW,<br>— um aumento da potência máxima fornecida para consumo pela rede para um número de pontos de entrega correspondente a, pelo menos, 1 500 000 habitantes. |
| M2C2-12 | Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede | Objetivo intermédio | Adjudicação dos projetos destinados a aumentar a | Notificação da adjudicação dos projetos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Adjudicação dos projetos destinados a aumentar a resiliência de, pelo menos, 4 000 km na rede do sistema elétrico, de modo a reduzir a frequência e a duração dos cortes de energia resultantes de condições |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | elétrica | | resiliência da rede do sistema elétrico | | | | | | | meteorológicas extremas. |
| M2C2-13 | Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica | Objetivo intermédio | Aumentar a resiliência da rede elétrica | Intervenções realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções correspondentes a um aumento da resiliência de, pelo menos, 4 000 km de rede elétrica. |
| M2C2-14 | Investimento 3.3: Ensaios de hidrogénio para o transporte rodoviário | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para a construção de estações de abastecimento baseadas no hidrogénio | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos para o desenvolvimento de, pelo menos, 40 estações de carregamento baseadas no hidrogénio | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Notificação da adjudicação de (todos os) contratos públicos para o desenvolvimento de, pelo menos, 40 estações de carregamento com base no hidrogénio, em conformidade com a Diretiva 2014/94/UE relativa à infraestrutura para combustíveis alternativos. |
| M2C2-16 | Investimento 3.4: Ensaios de hidrogénio para o transporte | Objetivo intermédio | Afetação de recursos para ensaios de hidrogénio para a mobilidade | Notificação da afetação de recursos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Afetação de recursos de acordo com os procedimentos e critérios estabelecidos para a construção de dez estações de abastecimento baseadas no hidrogénio para o transporte ferroviário ao longo de seis linhas ferroviárias», |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | ferroviário | | ferroviária | | | | | | | |
| M2C2-18 | Investimento 3.5: Investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos de I & D para projetos de investigação sobre hidrogénio | Notificação da adjudicação dos contratos de investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Notificação da adjudicação de contratos de I & D, que devem visar a melhoraria do conhecimento da implementação do vetor de hidrogénio nas fases de produção, armazenamento e distribuição. Os contratos devem desenvolver, pelo menos, quatro dimensões de investigação:<br>produção de hidrogénio verde e limpo<br>tecnologias inovadoras para o armazenamento, o transporte e a transformação de hidrogénio em derivados e combustíveis sintéticos<br>pilhas de combustível para aplicações fixas e de mobilidade<br>sistemas integrados de gestão inteligente para aumentar a resiliência e a fiabilidade das infraestruturas inteligentes baseadas no hidrogénio<br>Esta medida deve apoiar a produção de hidrogénio baseada na eletrólise utilizando fontes de energia renováveis, na aceção da Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis), ou eletricidade da rede, ou atividades de hidrogénio que cumpram o requisito de redução das emissões de GEE ao |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | longo do ciclo de vida de 73,4 % para o hidrogénio, resultando em emissões de GEE ao longo do ciclo de vida inferiores a 3 tCO2e/tH2 e de 70 % para os combustíveis sintéticos à base de hidrogénio em relação a um combustível fóssil de referência de 94 g CO2e/MJ, por analogia com a abordagem estabelecida no artigo 25.º, n.º 2, e no anexo V da Diretiva (UE) 2018/2001. |
| M2C2-20 | Reforma 3 Simplificação administrativa e redução dos obstáculos regulamentares à implantação do hidrogénio | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das medidas legislativas necessárias | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | As medidas legislativas necessárias devem estabelecer i) disposições de segurança relativas à produção, transporte e armazenamento de hidrogénio, ii) simplificar os procedimentos para a criação de pequenas estruturas de produção de hidrogénio verde e iii) medidas relativas às condições de construção de estações de abastecimento baseadas no hidrogénio.<br>Esta medida só deve apoiar as atividades de hidrogénio que cumpram o requisito de redução de 73,4 % das emissões de GEE ao longo do ciclo de vida do hidrogénio, resultando em 3 tCO2eq/tH2. |
| M2C2-21 | Reforma 4 Medidas para promover a competitividade do | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos incentivos | Disposição na lei que indica a entrada em | N.A. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | A lei deve estabelecer incentivos fiscais para apoiar a produção de hidrogénio verde e favorecer o consumo de hidrogénio verde pelo setor dos transportes. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | hidrogénio | | fiscais | vigor da lei | | | | | | Esta medida só deve apoiar as atividades de hidrogénio que cumpram o requisito de redução de 73,4 % das emissões de GEE ao longo do ciclo de vida do hidrogénio, resultando em 3 tCO2eq/tH2. |
| M2C2-22 | Investimento 4.1: Reforço da mobilidade ciclável | Público-alvo: | Ciclovias T1 | NENHUMA. | Km | 0 | 200 | Q4 | 2023 | Conclusão de, pelo menos, 200 km de ciclovias nas áreas metropolitanas, tal como definido na descrição da medida, ou cidades que acolham universidades. |
| M2C2-23 | Investimento 4.1: Reforço da mobilidade ciclável | Alvo | Certificados administrativos para a construção de ciclovias | NENHUMA. | Km | 200 | 1 261 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem que foram realizadas obras para a construção de, pelo menos, 1 261 km de ciclovias nas áreas metropolitanas e de ciclovias turísticas. |
| M2C2-27 | Investimento 4.3: Instalação de infraestruturas de carregamento elétrico | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a instalação de infraestruturas de carregamento M1 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos de instalação de infraestruturas de carregamento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de, pelo menos, 4 700 estações de carregamento em zonas urbanas (todos os municípios).<br>O projeto pode também incluir estações-piloto de carregamento destinadas a armazenar energia», |
| M2C2-28 | Investimento 4.3: Instalação de | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos | Adjudicação de contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Adjudicação dos contratos para a construção de, pelo menos, 2 100 pontos de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | infraestruturas de carregamento elétrico | | públicos para a instalação de infraestruturas de carregamento | públicos para a instalação de infraestruturas de carregamento | | | | | | infraestruturas públicas de carregamento rápido ao longo de autoestradas e, pelo menos, 9 900 em zonas urbanas. |
| M2C2-29 | Investimento 4.3: Instalação de infraestruturas de carregamento elétrico | Alvo | Número de pontos de infraestruturas de carregamento | NENHUMA. | Número | 0 | 7 028 | Q2 | 2026 | São fornecidos certificados de instalação e aceitação da estimativa dos custos de ligação pelo promotor para, pelo menos, 7 028 pontos de infraestruturas de carregamento para veículos elétricos ao longo de autoestradas ou zonas urbanas.<br>As infraestruturas de carregamento para veículos elétricos devem ter, pelo menos, 175 kW nas autoestradas e 90 kW nas zonas urbanas. |
| M2C2-30 | Investimento 4.5 — Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros e privados com veículos elétricos | Alvo | Número de veículos adquiridos | NENHUMA. | Número | 0 | 30 830 | Q2 | 2026 | Assinatura de contratos de aquisição de, pelo menos, 30 830 veículos com nível nulo de emissões.<br>Para cada veículo adquirido, deve também ser fornecido um certificado de desmantelamento que demonstre o desmantelamento de um veículo térmico. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C2-33 | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para o reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios sem emissões e serviço universal | Notificação da adjudicação de todos os contratos para a frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e serviço universal | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a aquisição de comboios com emissões nulas[39]. |
| M2C2-35 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões | Alvo | Número de autocarros com nível nulo de emissões registados T2 | NENHUMA. | Número | 800 | 3 000 | Q2 | 2026 | Matrícula de, pelo menos, 3 000 autocarros com nível nulo de emissões.<br>Os autocarros elegíveis pertencem às categorias de veículos M2 e M3, de acordo com as normas da UNECE, e são elétricos ou a pilhas de combustível de hidrogénio. |
| M2C2-35 ter | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível | Alvo | Número de pontos de carregamento para autocarros com nível nulo ou baixo de | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a instalação e a aceitação da estimativa dos custos de ligação pelo promotor para, pelo menos, 1 000 pontos de carregamento. |

[39] Em conformidade com o domínio de intervenção 72-A do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, aplica-se igualmente aos comboios bimodais.

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | nulo de emissões | | emissões | | | | | | | |
| M2C2-36 | Investimento 4.4.3: Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | Alvo | Número de veículos não poluentes para a renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | NENHUMA. | Número | 0 | 3 800 | Q4 | 2025 | Registo de, pelo menos, 3 800 veículos não poluentes para renovação da frota para o comando do corpo nacional de bombeiros.<br>Pelo menos 3 500 veículos devem ser 100 % elétricos, devendo os restantes funcionar com biocombustível ou biometano.<br>Os produtores de biocombustíveis devem apresentar certificados (comprovativos de sustentabilidade) emitidos por avaliadores independentes que façam parte de regimes voluntários reconhecidos pela Comissão ou de regimes nacionais, em conformidade com os artigos 30.º (1), 30.º (4) ou 30.º (6) da Diretiva 2018/2001.<br>Além disso, o contrato assinado com o fornecedor de biometano deve especificar que o operador deve adquirir certificados de garantia de origem para a utilização prevista de combustível.<br>Os veículos movidos a biocombustível devem ser homologados para a categoria B100. |
| M2C2-37 | Reforma 5: Procedimentos mais inteligentes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um | Disposição na lei relativa à entrada em | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O decreto-lei deve simplificar os critérios de avaliação dos projetos relacionados com os transportes públicos locais e acelerar o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | para a avaliação de projetos no setor dos sistemas de transportes públicos locais com instalações fixas e no setor dos transportes rápidos em massa | | decreto-lei | vigor do decreto-lei | | | | | | processo de conceção e autorização. |
| M2C2-38 | Investimento 5.1: Energia de fontes renováveis e baterias | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto ministerial | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto ministerial | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O decreto ministerial deve identificar o montante dos recursos disponíveis, os requisitos de acesso dos beneficiários, as condições de elegibilidade dos programas e projetos, as despesas elegíveis e a forma e intensidade do auxílio para o desenvolvimento de painéis fotovoltaicos de elevada eficiência e para o desenvolvimento de baterias. |
| M2C2-41 | Investimento 5.3: Autocarros elétricos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto ministerial que identifique o montante dos recursos disponíveis para alcançar o | Disposição no decreto ministerial relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O decreto ministerial deve identificar o montante dos recursos disponíveis para a execução de cerca de 45 projetos de transformação industrial através de «contratos de desenvolvimento». |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | objetivo da intervenção (cadeia de abastecimento de autocarros) | | | | | | | |
| M2C2-42 | Investimento 5.4: Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo financeiro | Notificação da assinatura do acordo financeiro | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O acordo financeiro deve estabelecer o investimento indireto em gestores de fundos de capital de risco com investimento e empresas/empresas em fase de arranque alinhadas com os objetivos de transição ecológica, para expandir o capital disponível para investigadores e empresas em fase de arranque, reforçar a ação dos fundos de capital de risco ativos, desenvolver empresas novas e inovadoras em parceria com empresas.<br>O acordo financeiro deve incluir:<br>- uma política de investimento,<br>- critérios de elegibilidade,<br>conformidade das operações apoiadas ao abrigo desta medida com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma aferição de sustentabilidade, de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C2-55 | Investimento 5.5: Crédito fiscal ecológico | Alvo | Créditos fiscais concedidos a empresas com base em documentos apresentados em 2024-2025 | NENHUMA. | Montante dos recursos concedidos (EUR) | 0 | 721 000 000 | Q2 | 2026 | Notificação da concessão de todos os recursos do MRR afetados a este investimento.<br>Pelo menos 288 400 000 EUR do investimento devem contribuir para os objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR. |

## E.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1.1 — Desenvolvimento de sistemas agro-fotovoltaicos**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento no setor agrícola e das energias renováveis da Itália. O regime funcionará através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado.

O regime é gerido pela Gestore Servizi Energetici S.p.A. (GSE) enquanto parceiro de execução. O regime concede uma subvenção que cobre uma parte dos custos dos projetos. O regime apoia a construção de sistemas agrofotovoltaicos, que consistem na instalação de instalações fotovoltaicas em terras agrícolas, juntamente com instrumentos de medição para monitorizar a atividade agrícola subjacente[40].

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e o GSE assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.

2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:

a. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;

b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**

c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante41, ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes42, iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras43 e estações de tratamento mecânico biológico44.

[40] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital e obrigações de empresas não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

[41] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[42] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[43] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

d. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

    1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre os subsídios mobilizados.

    2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

    3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação, em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de conceder um subsídio a uma operação.

    4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria do GSE. Essas auditorias devem verificar:

        que os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses;

        o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; bem como

        que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução e das convenções de subvenção aplicáveis.

**Investimento 1.2 — Promoção das fontes de energia renováveis para as comunidades de energia e para os autoconsumidores de energias renováveis que atuam coletivamente**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento em Itália para apoiar a instalação de novas capacidades de produção de energia para configurações coletivas e comunidades de energias renováveis situadas em municípios com uma população inferior a 50 000 habitantes[45]. O regime funciona através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado, bem como a entidades do setor público que exerçam atividades semelhantes.

O regime é gerido pelo Gestore dei Servizi Energetiche S.p.A. [a seguir designado «GSE»] enquanto parceiro de execução. O regime deve incluir a seguinte linha de produtos:

---

[44] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[45] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

- Subvenção que cobre, no máximo, 40 % dos custos do projeto para a construção de fontes de energia renováveis e instalações de produção, possivelmente associada ao armazenamento de energia.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e o GSE assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.
2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:
   a. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;
   b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
   c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[46], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[47], iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[48] e estações de tratamento mecânico biológico[49].
   d. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.
3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:
   1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre as subvenções mobilizadas.

[46] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[47] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[48] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[49] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.
3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução antes de conceder uma subvenção a uma operação.
4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria do GSE. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; a conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e com as regras em matéria de auxílios estatais; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução e das convenções de subvenção aplicáveis.

**Investimento 1.4 — Desenvolvimento do biometano, de acordo com critérios para promover a economia circular**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento na produção italiana de biometano. O regime funciona através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado[50].

O regime é gerido pelo Gestore dei Servizi Energetici (GSE) enquanto parceiro de execução. O regime deve incluir, pelo menos, uma das seguintes linhas de produtos:

- Apoio à construção de novas instalações de produção de biometano.
- Reconversão e melhoria da eficiência das unidades de biogás agrícola existentes (incluindo a fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos — OFUSW) para a produção de biometano para os transportes, a indústria e o aquecimento.
- Substituição de veículos mecânicos obsoletos e de baixa eficiência por veículos movidos a biometano.
- Apoio a práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental na produção de biogás, incluindo práticas de redução da perturbação do solo (mobilização mínima do solo) e a implantação de sistemas com baixas emissões para a aplicação de digeridos.
- Aumentar a eficiência das instalações de produção de biogás existentes, incluindo a recuperação de calor no local e a redução das emissões.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e o GSE assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.
2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:

[50] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição climática, os beneficiários finais de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não orientados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

a. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;
b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[51], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[52], iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[53] e estações de tratamento mecânico biológico[54]. O biometano e o biogás devem cumprir os critérios estabelecidos na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis II) e os requisitos pertinentes da nota de rodapé 8 do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241. Além disso, para os veículos movidos a biometano, o acordo jurídico com o operador deve especificar que o operador deve adquirir certificados de garantia de origem para a utilização prevista de combustível.
d. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:
    1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre os subsídios mobilizados.
    2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.
    3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação, em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de conceder um subsídio a uma operação.
    4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria do GSE. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; o cumprimento

[51]Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[52] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[53] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[54] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições das convenções de subvenção do acordo de execução aplicáveis.

**Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes**

O objetivo deste investimento é a modernização das infraestruturas e a digitalização da rede de distribuição de eletricidade. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para financiar intervenções que aumentem a capacidade de acolhimento da rede, bem como a potência máxima fornecida para consumo pela rede.

**Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica**

O objetivo deste investimento é aumentar a resiliência da rede de transporte e distribuição a fenómenos meteorológicos extremos, reduzindo assim a probabilidade de interrupções prolongadas do fornecimento de eletricidade. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para obras que aumentem a resiliência da rede elétrica.

**Investimento 3.1 — Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas («Hydrogen Valleys»)**

O objetivo deste investimento é criar novos vales de hidrogénio, ou seja, a produção e utilização locais de hidrogénio renovável na indústria, nas PME e nos transportes locais em zonas industriais abandonadas. O investimento consiste na concessão de subvenções para a realização de projetos de criação de vales de hidrogénio.

**Investimento 3.2 — Utilização de hidrogénio na indústria em que a redução de emissões é difícil**

«Este investimento consiste em apoiar I & D & I em processos industriais para desenvolver iniciativas para utilizar o hidrogénio nos setores industriais que utilizam o metano como fonte de energia térmica (cimento, fábricas de papel, cerâmica, indústrias do vidro, etc.). O setor dos combustíveis fósseis, como as refinarias de petróleo, não é elegível. Esta medida deve apoiar a produção de hidrogénio baseada na eletrólise utilizando fontes de energia renováveis, tal como previsto na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis), ou eletricidade da rede.

A fim de assegurar que a medida cumpre o princípio de «não prejudicar significativamente» no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), os critérios de elegibilidade nos próximos convites à apresentação de propostas devem excluir as atividades no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que alcancem emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes. Se a atividade alcançar emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam significativamente inferiores, mas ainda assim inferiores aos parâmetros de referência pertinentes, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

**Investimento 3.4 — Ensaios de hidrogénio para a mobilidade ferroviária e o transporte rodoviário**

O objetivo deste investimento é contribuir para a utilização de hidrogénio para fins de abastecimento.

Este investimento consiste na construção de estações de abastecimento ferroviário baseadas no hidrogénio, localizadas, de preferência, perto de instalações locais de produção de hidrogénio renovável e/ou estações de

abastecimento de hidrogénio em autoestrada, bem como estações de abastecimento baseadas no hidrogénio para o transporte rodoviário.

**Investimento 3.5: Investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio**

O objetivo deste investimento é apoiar a investigação e o desenvolvimento em toda a cadeia de valor do hidrogénio. O investimento consiste em apoiar projetos de I & D no domínio do hidrogénio relativos à produção de hidrogénio verde, ao armazenamento, ao transporte e à transformação de hidrogénio em derivados e combustíveis sintéticos, pilhas de combustível e sistemas integrados de gestão inteligente para infraestruturas baseadas no hidrogénio.

**Investimento 4.2 — Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa**

O objetivo da medida é aumentar a circulação rápida de sistemas de transporte em massa, favorecendo uma transferência modal do transporte automóvel para o transporte público. Este investimento consiste na construção de novas linhas de sistemas de transporte rápido em massa e na ampliação das existentes, na modernização da infraestrutura de sistemas de transporte rápido em massa e na aquisição de material circulante sem emissões para sistemas de transporte rápido em massa.

**Investimento 4.4.1 — Reforço da frota de autocarros com nível nulo de emissões dos transportes públicos regionais**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e modernizar a frota de autocarros públicos. Este investimento consiste na aquisição de autocarros com nível nulo de emissões e na instalação de estações de carregamento.

**Investimento 4.4.2 — Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios sem emissões e serviço universal**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa do transporte ferroviário e modernizar a frota ferroviária. Este investimento consiste na aquisição de, pelo menos, 118 comboios de passageiros com emissões nulas.

**Investimento 4.4.3 — Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e modernizar a frota de bombeiros. Este investimento consiste na aquisição de, pelo menos, 3 800 veículos para a Brigada Nacional de Bombeiros.

**Investimento 4.6 — Comboios de diagnóstico**

A medida visa reforçar a frota de comboios de diagnóstico. A medida consiste na aquisição de, pelo menos, 7 comboios de diagnóstico e no equipamento de, pelo menos, 2 comboios de diagnóstico.

**Investimento 5.1 — Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas**

Esta medida consiste em dois subinvestimentos.

**Subinvestimento 1:**

Este subinvestimento consistirá num investimento público num mecanismo, as «tecnologias de impacto zero», a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento nos domínios da eficiência energética, da produção de energias renováveis para autoconsumo e da transformação sustentável do processo de produção.

O investimento apoiará:

i) a transição ecológica do sistema de produção nacional a vários níveis, apoiando investimentos no reforço das cadeias de produção de dispositivos e dos seus componentes diretos e indiretos relevantes para a transição ecológica (por exemplo, baterias e armazenamento de energia, tecnologias solares e eólicas, bombas de calor e tecnologias de energia geotérmica, tecnologias de hidrogénio e dispositivos de captura e armazenamento de carbono),
ii) a eficiência energética dos processos de produção (também através da produção para autoconsumo de eletricidade a partir de fontes renováveis, com exclusão da biomassa),
iii) a sustentabilidade dos processos de produção, tendo igualmente em vista a economia circular e uma utilização mais eficiente dos recursos.

O investimento i) deve incluir as seguintes linhas de produtos:

- A primeira centra-se no fabrico de tecnologias fotovoltaicas ou eólicas.

- O segundo centra-se no fabrico de baterias.

O mecanismo funciona através da concessão de subvenções não reembolsáveis, empréstimos bonificados e bonificações de juros diretamente ao setor privado.

O Mecanismo é gerido pela Invitalia S.p.A. enquanto parceiro de execução. O mecanismo inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Contrato de desenvolvimento que apoiará projetos de tecnologias de impacto zero de valor superior a 20 000 000 EUR através da concessão de subvenções, bonificações de juros e empréstimos bonificados.
- Fundo para a Transformação Industrial, que apoia projetos entre 3 000 000 EUR e 20 000 000 EUR, através da concessão de subvenções.

A fim de executar o investimento no Mecanismo, a Itália e a Invitalia S.p.A. assinarão um acordo de execução que incluirá o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do Mecanismo: As decisões finais de investimento e de atribuição da Facilidade são tomadas por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente pertinente e aprovadas por maioria dos votos dos membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:
    a. A descrição dos produtos financeiros e dos beneficiários finais elegíveis.
    b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
    c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de investimento deve excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[55], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[56], iii) atividades e

[55] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[56] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[57] e estações de tratamento mecânico biológico[58].

d. O requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de reinvestir quaisquer reembolsos de acordo com a política de investimento do Mecanismo.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:
    a. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.
    b. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que devem assegurar a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.
    c. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.
    d. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da Invitalia S.p.A. Estas auditorias devem verificar:
        i. que os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses;
        ii. cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; bem como
        iii. é respeitado o requisito de que os beneficiários finais do mecanismo não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução aplicável.

5. Requisitos aplicáveis aos investimentos climáticos realizados pelo parceiro de execução: pelo menos 660 000 000 EUR de investimento do MRR no mecanismo devem contribuir para os objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR[59].

[57] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[58] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[59] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

**Subinvestimento 2:**

Este subinvestimento consistirá num investimento público num mecanismo, «Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas», a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento para reforçar as cadeias de abastecimento industriais.

O investimento deve apoiar projetos relacionados com as principais cadeias de valor estratégicas, tais como programas de desenvolvimento industrial e programas de desenvolvimento da proteção do ambiente.

O mecanismo funciona através da concessão de subvenções não reembolsáveis, empréstimos bonificados e bonificações de juros diretamente ao setor privado.

O Mecanismo é gerido pela Invitalia S.p.A. enquanto parceiro de execução.

A fim de executar o investimento no Mecanismo, a Itália e a Invitalia assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do Mecanismo: As decisões finais de investimento e de atribuição da Facilidade são tomadas por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente pertinente e aprovadas por maioria dos votos dos membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:
   i) A descrição do (s) produto (s) financeiro (s) e dos beneficiários finais elegíveis.
   ii) O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
   iii) O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de investimento deve excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[60], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[61], iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[62] e estações de tratamento mecânico biológico[63].
   iv) O requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

[60] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[61] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[62] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[63] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de reinvestir quaisquer reembolsos de acordo com a política de investimento do Mecanismo.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:
    a. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.
    b. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que devem assegurar a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.
    c. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.
    d. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da ZPE de Invitalia. Essas auditorias devem verificar:
        i. que os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses;
        ii. cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; bem como
        iii. é respeitado o requisito de que os beneficiários finais do mecanismo não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução aplicável.

**Investimento 5.2 — Desenvolvimento de uma liderança internacional, industrial e de I & D no hidrogénio**

O objetivo deste investimento é apoiar o desenvolvimento do hidrogénio em Itália. Este investimento consiste no financiamento de projetos de fabrico de eletrolisadores.

**Investimento 5.3 — Desenvolvimento de uma liderança internacional, industrial e de I & D em autocarros elétricos**

Este investimento consiste em apoiar cerca de 45 projetos que podem promover a transformação digital e ecológica da indústria de autocarros para produzir autocarros elétricos e conectados. O investimento deverá também apoiar investimentos na renovação da frota de autocarros elétricos (sem abranger autocarros híbridos).

**Investimento 5.4 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR**

Esta medida visa apoiar o potencial de crescimento da economia italiana, incentivando os investimentos privados, melhorando o acesso ao financiamento para as empresas em fase de arranque envolvidas na transição ecológica e desenvolvendo o mercado de capital de risco neste setor. A medida consiste numa injeção de capital de 250 000 000 EUR no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR.

A CDP Venture Capital SGR deve adotar uma política de investimento para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve incluir a descrição do (s) produto (s) financeiro (s) com o tipo esperado de beneficiários finais elegíveis que o capital próprio deverá apoiar, incluindo o calendário previsto para a execução de 15 anos e a comissão de gestão de, no máximo, 13 %.64 O GTF opera concedendo, direta ou indiretamente, apoio sob a forma de capital próprio, quase-capital, dívida ou quase-dívida.65 A CDP Venture

[64] Em especial, o limite máximo de 13 % não inclui os custos transitados interessados, as comissões de desempenho relacionadas com o GTF e todos os custos e comissões de gestão relacionados com fundos de terceiros.

[65] Em especial, no caso de investimentos diretos, o GTF opera através da prestação de apoio sob a forma de capital próprio ou quase capital; no caso de investimentos indiretos, o GTF opera através do financiamento de fundos de

Capital SGR adota o sistema de auditoria e controlo descrito nas orientações «Linee Guida per le attività di rendicontazione e controllo dei Fondi DTF e GTF» para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve exigir que o (s) produto (s) financeiro (s) que o capital próprio apoia cumpra (m) o princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, no caso do apoio geral às empresas em fase de arranque, a política de investimento deve excluir as empresas com uma incidência substancial66 nos seguintes setores: I) produção de energia a partir de combustíveis fósseis e atividades conexas67, II) indústrias com utilização intensiva de energia e/ou com elevadas emissões de CO268, III) produção, aluguer ou venda de veículos poluentes69; IV) recolha, tratamento e eliminação de resíduos70, v) processamento de combustível nuclear, produção de energia nuclear. Além disso, a política de investimento deve exigir o cumprimento da legislação ambiental nacional e da UE aplicável.

terceiros, que operam mediante a disponibilização de, pelo menos, um dos seguintes elementos: instrumentos de capital próprio, ou quase-capital, ou instrumentos de dívida ou quase-dívida.

[66] Considera-se que um beneficiário final tem uma «incidência substancial» num setor ou atividade empresarial se esse setor ou atividade for identificado como sendo uma parte essencial da atividade empresarial do beneficiário final, respetivamente, em relação às receitas brutas, aos lucros ou à base de clientes do beneficiário final. As receitas brutas geradas pelo setor ou atividade objeto de restrições não podem, em caso algum, exceder 50 % das receitas brutas.

[67] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[68] Incluindo atividades e ativos no âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões projetadas de gases com efeito de estufa não inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis. Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[69] Os veículos poluentes são definidos como veículos sem emissões.

[70] Esta exclusão não se aplica a ações em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## E.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| S **número equivalente** | **Medida conexa (reforma ou Investimento)** | **Marco/Meta** | **Nome** | **Indicadores qualitativos (para os marcos)** | **Indicadores quantitativos (para as metas)** | | | **Calendário indicativo para a conclusão** | | **Descrição de cada marco e meta** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | **Unidade de aferição** | **Base de referência** | **Objetivo** | **Trimestre** | **Ano** | |
| M2C2-5 | Investimento 1.4 Desenvolvimento do biometano, de acordo com critérios para promover a economia circular | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | Entrada em vigor do acordo de execução, dos acordos jurídicos assinados e do certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do acordo de execução.<br>A Itália deve transferir 2 236 020 000 EUR para o GSE para a instalação.<br>O GSE deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão). |
| M2C2-9 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Alvo | Redes inteligentes — Aumentar a capacidade de rede para a distribuição de energia de fontes renováveis | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 | Q4 | 2024 | Aumentar a capacidade da rede para a distribuição de energia de fontes renováveis em, pelo menos, 1 000 MW |
| M2C2-17 | Investimento 3.4: Ensaios de hidrogénio para a mobilidade ferroviária e o transporte | Alvo | Número de estações de abastecimento de hidrogénio | NENHUMA. | Número | 0 | 29 | Q2 | 2026 | Foram realizadas obras para a construção de, pelo menos, 8 estações de abastecimento de hidrogénio para o transporte ferroviário ao longo de, pelo menos, cinco linhas ferroviárias e de, pelo menos, 21 estações de abastecimento de |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | rodoviário | | construídas | | | | | | | hidrogénio para o transporte rodoviário. |
| M2C2-19 | Investimento 3.5: Investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | Alvo | Número de projetos de investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | NENHUMA. | Número | 0 | 10 | Q2 | 2026 | Relatórios de conclusão das atividades de investigação emitidos para, pelo menos, 10 projetos de I & D nos seguintes domínios:<br>a) Produção de hidrogénio verde<br>armazenamento, transporte e transformação de hidrogénio em derivados e combustíveis sintéticos<br>c) Pilhas de combustível<br>d) Gestão inteligente integrada de infraestruturas inteligentes baseadas no hidrogénio |
| M2C2-24 | Investimento 4.2: Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de infraestruturas para sistemas de transporte rápido em massa | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de projetos de infraestruturas, tal como definidos na descrição da medida. |
| M2C2-25 | Investimento 4.2: | Objetivo | Adjudicação | Notificação da | NENHUM | NENHUM | NENHUM | Q3 | 2024 | Notificação da adjudicação de todos os |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | intermédio | de todos os contratos públicos para a aquisição de material circulante com nível nulo de emissões e intervenções para a modernização da infraestrutura de sistemas de transporte rápido em massa | adjudicação de todos os contratos públicos | A. | A. | A. | | | contratos públicos para a aquisição de, pelo menos, 85 unidades de material circulante e, pelo menos, 5 intervenções para a modernização da infraestrutura de sistemas de transporte rápido em massa, tal como definido na descrição da medida. |
| M2C2-26 | Investimento 4.2: Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | Objetivo intermédio | Infraestruturas públicas e material circulante para transportes rápidos em massa | Certificados emitidos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | - Certificados administrativos emitidos para, pelo menos, 186 km de infraestruturas de transportes públicos em zonas urbanas funcionais.<br>- Certificado de entrega ou confirmação da aceitação acompanhado de um certificado de conformidade para, pelo menos, 311 unidades de material circulante com nível nulo de emissões (elétricos, metropolitanos, tróleis e autocarros) para transporte rápido em |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | massa em zonas urbanas funcionais.<br>- Certificados administrativos emitidos para, pelo menos, 10 intervenções de modernização da infraestrutura de transportes rápidos em massa, que podem incluir a sua digitalização. Estas intervenções podem incluir a modernização das estações de metro e das infraestruturas de metropolitano, sistemas de sinalização para vias férreas ou de elétricos e depósitos de trânsito público.<br>O investimento não deve envolver a construção ou modernização de estradas fora do âmbito da intervenção, a menos que estas façam parte integrante da infraestrutura que permite a exploração de material circulante com nível nulo de emissões. |
| M2C2-31 | Investimento 4.4.3: Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a renovação da frota do corpo nacional de | Notificação da adjudicação de todos os contratos para a renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | NENHUMA. | NENHUMA. | N.A. | Q2 | 2024 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a aquisição de veículos do corpo nacional de bombeiros. |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | bombeiros | | | | | | | |
| M2C2-32 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões de autocarros de piso rebaixado | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para o reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões de autocarros de piso rebaixado | Notificação da adjudicação de todos os contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Notificação da adjudicação de contratos públicos para a aquisição de, pelo menos, 3 000 autocarros de piso rebaixado com nível nulo de emissões. |
| M2C2-34 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões de autocarros de piso rebaixado | Alvo | Número de autocarros de piso rebaixado com nível nulo de emissões registados T1 | NENHUMA. | Número | 0 | 800 | Q4 | 2024 | Registo de, pelo menos, 800 autocarros de piso rebaixado com nível nulo de emissões adquiridos no âmbito da M2C2-32 para o reforço da respetiva frota. |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C2-34bis | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios com nível nulo de emissões | NENHUMA. | Número | 0 | 25 | Q4 | 2024 | Entrega de, pelo menos, 25 comboios com nível nulo de emissões. |
| M2C2-35 bis | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios adquiridos | NENHUMA. | Número | 25 | 118 | Q2 | 2026 | Aquisição ou confirmação da aceitação, acompanhadas da declaração de conformidade de, pelo menos, 118 comboios com nível nulo de emissões. Os comboios elegíveis são os elétricos, as pilhas de combustível a hidrogénio e até 20 comboios bimodais. |
| M2C2-38bis | Investimento 5.1. Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrada em vigor do acordo de execução. |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas | | | | | | | | | |
| M2C2-54 | Investimento 4.6 — Comboios de diagnóstico | Alvo | Comboios de diagnóstico | NENHUMA. | Número | 0 | 9 | Q2 | 2026 | Aquisição de, pelo menos, 7 comboios de diagnóstico. Equipamento de, pelo menos, 2 comboios de diagnóstico. |
| M2C2-39 | Investimento 5.1 — Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas | Objetivo intermédio | O Ministério das Empresas e do Made in Italy concluiu a transferência de fundos para a Invitalia S.p.A | Certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | A Itália transferirá 3 500 000 000 EUR para a Invitalia para a Facilidade. |
| M2C2-40 | Investimento 5.1. Apoio ao sistema de produção para a transição | Objetivo intermédio | Alteração do acordo de execução, decisão de | Entrada em vigor do acordo de execução alterado, da | NENHUMA. | 0 | 100 | Q2 | 2026 | Alteração do acordo de execução.A Itália transferirá 227 000 000 EUR para a Invitalia a título do mecanismo. |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas | | concessão para os beneficiários finais e conclusão do investimento | decisão de concessão aos beneficiários finais e do certificado de transferência | | | | | | A Invitalia deve ter emitido as decisões de atribuição num montante necessário para utilizar 100 % dos 3 727 000 000 EUR de investimento do MRR (tendo em conta as comissões de gestão). Pelo menos 660 milhões de EUR deste financiamento devem contribuir para os objetivos climáticos utilizando a metodologia constante do anexo VI do Regulamento MRR.<br>Em particular:<br>— Pelo menos 700 000 000 EUR devem ser afetados ao subinvestimento 1 Tecnologias de impacto zero;<br>O restante investimento do MRR deve ser afetado ao subinvestimento 2 Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas, incluindo projetos de semicondutores. No âmbito do subinvestimento 400 000 000, é atribuído um máximo de 2 EUR aos setores agroindustrial e agroalimentar. |
| M2C2-42bis | Investimento 5.4 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica | Objetivo intermédio | Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica | Certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | A Itália transferirá 250 000 000 EUR para o GTF.<br>Além disso, a política de investimento («Acordo Finanziario») deve estar em |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | («GTF») | | | | | | | | | conformidade com a descrição da medida. |
| M2C2-43 | Investimento 5.4: Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório | Adoção de um relatório | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | A Itália deve transmitir um relatório que descreva as medidas tomadas pelo GTF para aplicar a política de investimento, incluindo as medidas tomadas para a execução dos produtos financeiros que se espera que o capital próprio apoie, bem como as medidas previstas para continuar a aplicar esses produtos.<br>O relatório deve igualmente indicar os montantes investidos de forma direta/indireta e em cada produto financeiro.<br>O regulamento do fundo deve ser alterado para assegurar que os investimentos do fundo sejam dedicados a investimentos ecológicos, em consonância com os domínios de intervenção aos quais é atribuído um coeficiente climático de 100 % nos termos do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241. |
| M2C2-44 | Investimento 1.1 Desenvolvimento de sistemas agro-fotovoltaicos | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a instalação de painéis | Publicação dos decretos de admissão com a adjudicação (adjudicação) de todos os contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Publicação dos decretos de admissão com a adjudicação (avaliação) de todos os contratos públicos para a instalação de painéis solares fotovoltaicos e instrumentos de medição em sistemas agrovoltaicos. |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | solares fotovoltaicos em sistemas agrovoltaicos | públicos para a instalação de painéis solares fotovoltaicos em sistemas agrovoltaicos | | | | | | |
| M2C2-45 | Investimento 1.1 Desenvolvimento de sistemas agro-fotovoltaicos | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | Entrada em vigor do acordo de execução, dos acordos jurídicos assinados, do certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do acordo de execução.<br>A Itália transfere 999 000 000 EUR para o GSE para o Mecanismo.<br>O GSE deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão). |
| M2C2-47 | Investimento 1.2 Promoção das fontes de energia renováveis para as comunidades de energia e para os autoconsumidores de energias renováveis que atuam | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | Entrada em vigor do acordo de execução, dos acordos jurídicos assinados e do certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do acordo de execução.<br>A Itália deve transferir 1 041 500 000 EUR para o GSE para a instalação.<br>O GSE deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar pelo menos 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão). |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | coletivamente | | | | | | | | | |
| M2C2-48 | Investimento 3.1 Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas («Hydrogen Valleys») | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de produção de hidrogénio em zonas industriais abandonadas | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a produção de hidrogénio em zonas industriais abandonadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Adjudicação dos projetos para a produção de hidrogénio em zonas industriais abandonadas. Deve ser atribuído financiamento para a produção de hidrogénio verde com menos de 3 tCO2eq/tH2 para obter o melhor resultado em termos de descarbonização. Esta medida deve apoiar a produção de hidrogénio baseada na eletrólise utilizando fontes de energia renováveis, tal como definido na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis), ou eletricidade da rede. |
| M2C2-49 | Investimento 3.1 Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas («Hydrogen Valleys») | Alvo | Eletrolisadores instalados | NENHUMA. | Número | 0 | 10 | Q2 | 2026 | Instalação de 10 eletrolisadores com uma capacidade de, pelo menos, 1 MW cada, no âmbito de 10 projetos de vales de hidrogénio.<br>As estimativas dos custos de ligação aceites ou pagas pelo promotor são emitidas para os eletrolisadores que exigem ligação à rede. |
| M2C2-50 | Investimento 3.2 Utilização de hidrogénio na indústria em que | Objetivo intermédio | Acordo para promover a transição do metano para o | Assinatura do acordo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Assinatura do acordo com os promotores do projeto selecionados para promover a transição do metano para o hidrogénio verde. Os projetos serão parcialmente |

| S número equivalente | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | a redução de emissões é difícil | | hidrogénio verde | | | | | | | dedicados ao processo de I & D & I a desenvolver e, em parte, serão dedicados à realização e ensaio de um protótipo industrial, utilizando hidrogénio. Esta medida deve apoiar a produção de hidrogénio baseada na eletrólise utilizando fontes de energia renováveis, tal como definido na Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis), ou eletricidade da rede. |
| M2C2-52 | Investimento 5.2 — Hidrogénio | Objetivo intermédio | Produção de eletrolisadores | Notificação da publicação de todos os contratos públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Adjudicação do contrato de construção de uma unidade industrial de produção de eletrolisadores. |
| M2C2-53 | Investimento 5.2 — Hidrogénio | Alvo | Instalação (ões) industrial (ais) construída (s) | NENHUMA. | Número | 0 | 1 | Q2 | 2026 | Foram realizadas obras de construção de, pelo menos, uma instalação industrial para a produção de eletrolisadores ou chaminés modulares. A capacidade total agregada de fabrico da (s) instalação (ões) deve atingir, pelo menos, 890 MW/ano. |

## F. MISSÃO 2 COMPONENTE 3 — Eficiência energética e requalificação dos edifícios

A eficiência energética é a pedra angular desta componente, que está organizada em torno de três pilares principais.

- O primeiro pilar consiste na introdução de um incentivo temporário à renovação energética e antissísmica de imóveis privados, através de uma dedução fiscal dos custos incorridos com as intervenções. As intervenções elegíveis são as que aumentam o desempenho energético da habitação em, pelo menos, duas categorias do certificado energético, alcançando, em média, uma melhoria do consumo de energia superior a 30 %.
- O segundo pilar desta componente é a melhoria da eficiência e da segurança das escolas públicas e das cidades judiciárias.
- O terceiro pilar visa estimular a construção e expansão de redes de aquecimento urbano eficientes nas zonas urbanas.

Além disso, prevê-se uma série de reformas destinadas a simplificar e acelerar a execução de projetos destinados a melhorar a eficiência energética dos edifícios.

Espera-se que esta componente contribua fortemente para a realização das metas climáticas e energéticas de Itália para 2030, uma vez que o setor civil é responsável por quase metade do consumo total de energia em Itália. A maior parte dos edifícios foi construída antes da adoção dos critérios de poupança de energia e da entrada em vigor da legislação correspondente, pelo que as necessidades em termos de eficiência energética e de adaptação aos riscos sísmicos são significativas.

Esta componente dá resposta a uma parte da recomendação específica n.º 2020 de 3, pela qual o Conselho recomendou a Itália que tomasse medidas para «centrar os investimentos na transição ecológica e digital, em especial na [...] gestão dos recursos hídricos, bem como no reforço das infraestruturas digitais para garantir a provisão de serviços essenciais». Aborda igualmente partes das recomendações específicas por país de 2019 de 3 («centrar a política económica relacionada com o investimento na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais. [...] e melhorar a eficácia da administração pública [...] acelerando a digitalização e aumentando a eficiência e a qualidade dos serviços públicos locais»).

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

### F.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Investimento 2.1: Reforço do Ecobonus para a eficiência energética**

O objetivo desta medida é apoiar a renovação energética de edifícios residenciais. A medida consiste na prestação de apoio sob a forma de uma dedução fiscal ou, em alternativa ao instrumento de dedução fiscal, sob a forma de instrumentos financeiros (a chamada «transferência de créditos» e «desconto na fatura»), a categorias específicas de organizações e famílias.

**Reforma 1.1 — Simplificação e aceleração dos procedimentos para as intervenções em matéria de eficiência energética**

Esta reforma visa simplificar e acelerar os procedimentos de execução das intervenções relacionadas com a eficiência energética. Consiste em quatro ações principais:

- **Lançamento do portal nacional para a eficiência energética dos edifícios:** O portal apoia os cidadãos e os operadores na gestão de projetos de eficiência energética e constitui uma fonte de fácil acesso a informação para os decisores. Deve conter informações sobre o desempenho

energético do parque imobiliário nacional, o que deverá ajudar as empresas e os cidadãos nas suas decisões de melhorar o desempenho energético dos seus bens. Deve ser criado um balcão único para prestar assistência e toda a informação útil aos cidadãos e às empresas sobre o levantamento energético dos edifícios, o cumprimento da regulamentação setorial, a avaliação do potencial de eficiência e a seleção de prioridades de ação, incluindo planos de reconversão por fases, a seleção dos instrumentos de promoção mais adequados para o efeito e a formação de competências profissionais.

- **Reforço das atividades do plano de informação e formação destinado ao setor civil —** O plano de informação e formação deve ter em conta a necessidade de desenvolver iniciativas específicas destinadas a colmatar as lacunas de informação dos utilizadores finais no setor residencial, bem como atividades de formação adequadas sobre incentivos e sobre as intervenções mais eficazes para as empresas que oferecem serviços energéticos, que realizam intervenções e para os administradores de condomínio. O plano deve ser elaborado tendo em conta as necessidades resultantes da medida Superbonus, a fim de maximizar a sua eficácia e lançar as bases para uma cultura duradoura de eficiência na construção.
- **Atualização e reforço do Fundo Nacional para a Eficiência Energética:** Com a revisão dos regulamentos relativos à criação e gestão do Fundo Nacional de Eficiência Energética (artigo 15.º do Decreto Legislativo n.º 102/2014 e Decreto Interministerial de 22 de dezembro de 2017), as alterações devem entrar em vigor para promover o reforço e uma maior utilização dos recursos disponíveis.
- **Acelerar a fase de execução dos projetos financiados pelo Programa de Requalificação de Construções da Administração Pública Central: Deve ser efetuada uma revisão da** regulamentação com o objetivo de promover uma gestão mais eficiente dos recursos especificamente afetados ao Programa de Requalificação de Construções da Administração Pública Central (PREPAC).

## F.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Relacionados Medida (Reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C3-1 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da prorrogação do Superbonus | Disposição no (s) ato (s) jurídico (s) relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O (s) ato (s) jurídico (s) prorroga (m) as prestações Ecobonus e ismabonus até 31 de dezembro de 2022 para os condomínios e até 30 de junho de 2023 para a habitação social (IACP). |
| M2C3-2 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Alvo | Renovação de edifícios Superbonus T1 | NENHUMA. | Número | 0 | 17 000 000 | Q2 | 2023 | Renovação completa de edifícios para, pelo menos, 17 000 000 metros quadrados, que resulte numa poupança de energia primária de, pelo menos, 40 % e no aumento de, pelo menos, duas categorias no certificado de eficiência energética. |
| M2C3-3 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Alvo | Renovação de edifícios Superbonus T2 | NENHUMA. | Número | 17 000 000 | 35 800 000 | Q4 | 2025 | Devem ser emitidas certificações («asseverazioni») que atestem a renovação de edifícios durante, pelo menos, 35 800 000 metros quadrados e que resultem numa poupança de energia primária de, pelo menos, 40 %, aumentando, pelo menos, duas categorias no certificado de eficiência energética (certificação do desempenho energético, tal como definida no Decreto n.º 63/2013).<br><br>Nos casos em que as caldeiras de condensação a gás são instaladas como substituto escolhido das caldeiras a gás, carvão e petróleo ineficientes existentes, devem ter um desempenho A. O custo da instalação de caldeiras de condensação a gás deve representar, no máximo, 20 % do custo total do programa de renovação.<br><br>A poupança de energia global estimada gerada pelas intervenções ascende a, pelo menos, 191 Ktep. |

| Número sequencial | Relacionados Medida (Reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C3-4 | Reforma 1.1: Simplificação e aceleração dos procedimentos para as intervenções em matéria de eficiência energética | Objetivo intermédio | Simplificação e aceleração dos procedimentos para as intervenções em matéria de eficiência energética | Disposição no (s) ato (s) jurídico (s) relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O (s) ato (s) jurídico (s) deve (m) simplificar e acelerar os procedimentos de intervenção em matéria de eficiência energética:<br>• Lançamento de um portal nacional para a eficiência energética dos edifícios<br>• Reforço das atividades do plano de informação e formação destinado ao setor civil<br>• Atualização e reforço do Fundo Nacional para a Eficiência Energética<br>• Acelerar a fase de execução dos projetos financiados pelo programa PREPAC |

## F.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1.1: Construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios**

O objetivo da medida é criar estruturas escolares modernas e sustentáveis, nomeadamente através da redução do consumo de energia e do aumento da segurança sísmica. Esta medida consiste na construção de novas escolas.

**Investimento 1.2 — Requalificação de bens imobiliários públicos parcial ou totalmente utilizados pela administração da justiça**

O objetivo da medida é requalificar e modernizar os edifícios parcial ou totalmente utilizados pela administração da justiça. A medida consiste na realização de obras de renovação e requalificação de ativos imobiliários situados em vários municípios italianos, incluindo, entre outras, intervenções em matéria de eficiência energética.

**Investimento 3.1: Promoção de sistemas de aquecimento urbano eficientes**

O objetivo da medida é expandir a utilização de aquecimento urbano eficiente, com base na distribuição de calor produzido a partir de fontes renováveis, a partir de calor residual ou cogerado em centrais de elevado desempenho. A medida consiste no financiamento de projetos relacionados com a construção de novas redes de aquecimento urbano ou a ampliação das já existentes.

## F.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Relacionados Medida (Reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C3-5 | Investimento 1.1: Construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios para melhorar a utilização de energia nos edifícios escolares no âmbito de concursos públicos | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos no âmbito de concursos públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos relativos a novas escolas mediante substituição de edifícios elegíveis para financiamento formalizados pelas autoridades locais equivalentes a uma superfície total de, pelo menos, 400 000 metros quadrados |
| M2C3-6 | Investimento 1.1: Construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios | Alvo | Construção de novas escolas | NENHUMA. | Número | 0 | 166 | Q2 | 2026 | Pelo menos 166 novas escolas foram construídas. O consumo de energia primária das 166 novas escolas deve ser, pelo menos, 20 % inferior ao requisito de edifícios com necessidades quase nulas de energia. |
| M2C3-7 | Investimento 1.2 — Construção de edifícios, requalificação e reforço dos bens imobiliários da administração judiciária | Objetivo intermédio | A adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de novos edifícios, a requalificação e o reforço dos bens imobiliários da administração da justiça é assinada pela entidade adjudicante na sequência de um procedimento de concurso público | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos no âmbito de concursos públicos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos relativos à construção de edifícios, à requalificação e ao reforço do património imobiliário da administração da justiça. |

| Número sequencial | Relacionados Medida (Reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C3-8 | Investimento 1.2 — Requalificação de bens imobiliários públicos parcial ou totalmente utilizados pela administração da justiça | Alvo | Obras de, pelo menos, 289 000 metros quadrados de bens imobiliários públicos realizadas | NENHUMA. | Número | 0 | 289 000 | Q2 | 2026 | São emitidos certificados de conclusão das obras de, pelo menos, 289 000 metros quadrados de bens imobiliários públicos parcial ou totalmente utilizados pela administração da justiça. |
| M2C3-9 | Investimento 3.1: Promoção de sistemas de aquecimento urbano eficientes | Objetivo intermédio | Contratos para melhorar as redes de aquecimento são adjudicados pelo Ministério da Transição Ecológica na sequência de um concurso público | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos na sequência de um concurso público | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de novas redes de aquecimento urbano ou ampliação das redes de aquecimento urbano existentes, que devem incluir o requisito de redução do consumo de energia.<br><br>Adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |

| Número sequencial | Relacionados Medida (Reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C3-10 | Investimento 3.1: Promoção de sistemas de aquecimento urbano eficientes | Alvo | Construção ou extensão de redes de aquecimento urbano para reduzir o consumo de energia | NENHUMA. | KTEP | 0 | 30 | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) emitido (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções para a construção de novas redes de aquecimento urbano ou o alargamento das existentes, permitindo uma redução do consumo de energia de, pelo menos, 30 KTOE por ano.<br><br>O investimento deve cumprir as condições estabelecidas na nota de rodapé (9) do anexo VI do Regulamento 241/2021/UE relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência.<br><br>Para serem elegíveis, os sistemas de aquecimento urbano devem utilizar como principal fonte de calor o calor gerado a partir de fontes renováveis, a partir de calor residual ou cogerado em instalações de elevado desempenho. Os combustíveis fósseis devem ser utilizados exclusivamente como reserva. |

## G. MISSÃO 2 COMPONENTE 4 — Planeamento territorial e recursos hídricos

O objetivo desta componente do plano italiano de recuperação e resiliência é dar resposta a uma série de insuficiências persistentes relacionadas com a gestão dos recursos hídricos e dos riscos hidrogeológicos em Itália e adotar uma série de medidas destinadas a preservar a biodiversidade. Este objetivo deve ser alcançado através de uma combinação significativa e equilibrada de reformas e investimentos nessas várias dimensões.

Do lado das reformas, a componente propõe um conjunto de medidas destinadas principalmente a melhorar a eficiência na gestão dos recursos hídricos através da redução da fragmentação do setor, do estabelecimento de uma política de preços adequada e de uma série de incentivos para resolver os problemas existentes relacionados com a gestão das águas residuais. As reformas nesta componente incluem igualmente um conjunto de medidas destinadas a simplificar a conceção e a execução de projetos relacionados com as infraestruturas hídricas e a gestão e redução dos riscos hidrológicos.

Os investimentos associados a esta componente deverão contribuir para atenuar e gerir melhor o risco hidrogeológico em Itália, tanto do ponto de vista da prevenção como da adaptação, e devem visar tornar mais resilientes as infraestruturas relacionadas com a água. Além disso, visam melhorar significativamente a gestão dos recursos hídricos através de uma melhor gestão das águas residuais e de uma redução significativa das fugas de água, incluindo no setor agrícola. Os investimentos devem reforçar a digitalização desses setores e torná-los mais eficientes do ponto de vista energético e mais bem adaptados às alterações climáticas. Esta componente integra igualmente um conjunto de medidas destinadas a preservar a biodiversidade e as zonas verdes, em conformidade com a «Estratégia para a Biodiversidade» da UE para 2030.

Esta componente dá resposta a parte da recomendação específica por país n.º 2 020 de 3, pela qual o Conselho da União Europeia recomendou à Itália que tomasse medidas para «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial na [...] gestão da água, bem como no reforço das infraestruturas digitais para assegurar a prestação de serviços essenciais». Aborda igualmente partes da recomendação específica por país n.º 2019 de 3 («centrar a política económica relacionada com o investimento na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais. [...] e melhorar a eficácia da administração pública [...] acelerando a digitalização e aumentando a eficiência e a qualidade dos serviços públicos locais»).

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

### G.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 2.1 — Simplificação e aceleração dos procedimentos de execução das intervenções contra a instabilidade hidrogeológica**

O objetivo desta reforma é superar as insuficiências existentes na governação dos riscos hidrogeológicos salientadas pelo Tribunal de Contas italiano. A reforma consiste em simplificar e acelerar os procedimentos de execução dos projetos neste domínio, incluindo o estabelecimento de prazos máximos para cada fase; dar prioridade às intervençõesem conformidade com a avaliação nacional dos riscos, o artigo 6.º da Decisão 1313/2013 relativo à avaliação da capacidade de gestão dos riscos e o princípio de não prejudicar significativamente; elaborar um plano para aumentar a capacidade administrativa das entidades responsáveis pela execução destes projetos e reforçar a coordenação entre os vários níveis de administração envolvidos, nomeadamente através da racionalização dos fluxos de informação.

**Reforma 2 — Reforma do quadro jurídico para uma melhor gestão e uma utilização sustentável da água**

Esta reforma terá como objetivo dar resposta aos problemas persistentes do setor da água em Itália, que se refletem em muitos procedimentos de infração em curso por incumprimento da Diretiva 91/271/CEE do Conselho, numa fragmentação excessiva do setor e na ausência de incentivos adequados e de políticas de preços. As medidas previstas deverão reduzir significativamente a fragmentação do setor através da redução do número de operadores e de incentivos às economias de escala, do estabelecimento de incentivos para reduzir as fugas de água e o consumo excessivo de água pelo setor agrícola e do estabelecimento de políticas de preços adequadas para um consumo mais sustentável da água.

Deverá ser assinado um conjunto de memorandos de entendimento com as regiões da Campânia, da Calábria, de Molise e da Sicília, a fim de reduzir a fragmentação do número de operadores que prestam serviços de águas. Os memorandos de entendimento deverão estabelecer objetivos em termos de criação de órgãos de gestão locais, redução do número de operadores e realização de economias de escala, com vista a estabelecer operadores únicos para, pelo menos, 40 000 habitantes cada nos dois anos seguintes à assinatura dos memorandos de entendimento.

**Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados**

Esta reforma visa resolver problemas importantes na gestão dos recursos hídricos e tornar o sistema mais eficiente.

Prevê-se que o sistema reduza a fragmentação existente no número de operadores, o que dificulta uma utilização eficiente dos recursos hídricos em algumas partes do país. A reforma deverá igualmente criar os incentivos adequados para uma melhor utilização dos recursos hídricos no setor agrícola, introduzir um sistema de sanções para a captação ilegal de água e introduzir um sistema de preços que reflita melhor e seja mais conforme com o princípio do poluidor-pagador, evitando simultaneamente a expansão dos sistemas de irrigação existentes. As medidas devem ser adotadas em cooperação com as regiões onde a gestão dos recursos hídricos é atualmente mais problemática.

**Investimento 3.2 — Digitalização de parques nacionais e zonas marinhas protegidas**

O objetivo da medida é modernizar e digitalizar os procedimentos relacionados com o funcionamento dos parques nacionais e das zonas marinhas protegidas. A medida consiste em serviços digitais para visitantes e intervenções na conservação da natureza e no acompanhamento dos recursos naturais.

**Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes**

O objetivo deste investimento é reduzir a perda de água potável. A medida consiste na dissimulação das redes de distribuição de água.

**Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas**

O objetivo desta medida é proteger as zonas verdes e aumentar o seu número, com o objetivo de preservar e reforçar a biodiversidade e aumentar a qualidade de vida dos habitantes dessas zonas. A medida consiste na plantação de material de reprodução florestal (sementes ou plantas) para, pelo menos, 4 500 000 árvores ou arbustos e na transplantação de, pelo menos, 3 500 000 árvores ou arbustos em 13 áreas metropolitanas de Itália.

## G.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C4-1 | Reforma 2.1. Simplificação e aceleração dos procedimentos de execução das intervenções contra a instabilidade hidrogeológica | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação do quadro jurídico para uma melhor gestão dos riscos hidrológicos | Disposição no ato jurídico pertinente relativa à entrada em vigor da reforma | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O novo quadro jurídico deve (no mínimo):<br>- Dê prioridade às intervenções de prevenção, em conformidade com a avaliação nacional dos riscos, o artigo 6.º da Decisão 1313/2013 relativo à avaliação da capacidade de gestão dos riscos e o princípio de não prejudicar significativamente;<br>- Acelere os procedimentos de conceção dos projetos e estabeleça princípios gerais para simplificar os procedimentos de execução e financiamento dos projetos e os projetos sobre risco hidrológico;<br>- Harmonizar e racionalizar os fluxos de informação para reduzir a redundância na comunicação de informações entre os vários sistemas de informação do Estado e desenvolver um sistema de indicadores para uma melhor |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | identificação dos riscos hidrológicos, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas italiano.<br>- Reforce a coordenação das intervenções entre os diferentes níveis da administração, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas italiano;<br>- Crie bases de dados conjuntas sobre incidentes («dissesto»), em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas italiano;<br>- Estabeleça prazos máximos para cada fase.<br>- Estabeleça um plano para reforçar a capacidade das entidades relevantes. |
| M2C4-2 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Disposição no ato jurídico pertinente relativa à entrada em vigor da reforma | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2022 | A lei/regulamentação geral relativa aos serviços hídricos para a sua utilização sustentável e incentivo ao investimento em infraestruturas de água, que deve, pelo menos: |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | - Reduzir a fragmentação das entidades mediante regras e mecanismos de agregação para incentivar os operadores atualmente geridos autonomamente a integrarem o operador único para todo o «Âmbito Territoriale Ottimale»;<br>- Prever incentivos para uma utilização sustentável da água na agricultura, nomeadamente para apoiar a utilização do sistema comum de monitorização da utilização da água (SIGRIAN) para utilizações de irrigação coletiva e de autoabastecimento;<br>- Estabelecer um sistema de preços regulados que tenha devidamente em conta a utilização dos recursos ambientais e a poluição, em conformidade com o princípio do poluidor-pagador |
| M2C4-3 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos | Objetivo intermédio | Reforma do quadro jurídico para uma melhor gestão e uma utilização sustentável | Entrada em vigor dos memorandos de entendimento | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Assinatura de memorandos de entendimento entre o Ministério da Transição Ecológica e as regiões da Campânia, da Calábria, de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | integrados | | da água | | | | | | | Molise e da Sicília, a fim de reduzir a fragmentação do número de operadores que prestam serviços de águas. Os memorandos de entendimento devem estabelecer objetivos em termos de criação de órgãos de gestão locais, redução do número de operadores e realização de economias de escala, com vista a estabelecer operadores únicos para, pelo menos, 40 000 habitantes cada. |
| M2C4-4 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do novo quadro jurídico para fins de irrigação | Disposição no ato jurídico pertinente relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O quadro jurídico revisto deve, no mínimo,<br>Estabelecer um sistema de sanções para a captação ilegal de água<br>Exigir uma avaliação de impacto, tal como previsto no artigo 4.º, n.º 7, da Diretiva-Quadro da Água, para avaliar o impacto (possivelmente cumulativo) em todas as massas de água potencialmente afetadas.<br>Garantir que essa expansão do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | sistema de irrigação existente (incluindo através de uma maior utilização da água, ou seja, não apenas da expansão física), mesmo através de métodos mais eficientes, é evitada quando as massas de água em causa (águas de superfície ou subterrâneas) apresentam, ou se prevê que venham a apresentar (no contexto da intensificação das alterações climáticas) um estado inferior a bom ou potencialmente bom. |
| M2C4-5 | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação administrativa e do desenvolvimento de serviços digitais para visitantes de parques nacionais e zonas marinhas protegidas | Disposições no decreto ministerial relativas à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | O decreto ministerial impõe o desenvolvimento de serviços digitais para os visitantes dos parques nacionais e das zonas marinhas protegidas. |
| M2C4-32 | Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a | Objetivo intermédio | Distritos nas redes de distribuição de água | Relatórios de monitorização assinados pela entidade | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Foram emitidos, pelo menos, 35 relatórios de monitorização assinados pela entidade reguladora independente ARERA, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | digitalização e a monitorização das redes | | | reguladora independente ARERA | | | | | | confirmando a circunscrição de, pelo menos, 45 000 quilómetros de redes de distribuição de água. Esses relatórios de acompanhamento devem incluir os relatórios de acompanhamento emitidos para o cumprimento da M2C4-31. |
| M2C4-20bis | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Transplantação de árvores ou arbustos T3 | NENHUMA. | Número | 0 | 3 500 000 | Q2 | 2026 | Transplantação de, pelo menos, 3 500 000 árvores ou arbustos |

## G.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Reforma 3.1 Adoção de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica**

A reforma visa harmonizar a legislação nacional e regional e introduzir medidas conexas para a redução das emissões de poluentes atmosféricos (em conformidade com as metas sobre valores-limite nacionais de emissão e gases que alteram o clima estabelecidas pela Diretiva 2016/2284).

**Investimento 1.1: Implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão**

O objetivo deste investimento é identificar e prever os riscos decorrentes do impacto das alterações climáticas e de um ordenamento do território inadequado, bem como fornecer informações para os planos de prevenção de riscos. Este investimento consiste na criação de um sistema de monitorização que permita o controlo remoto de grandes áreas territoriais e a identificação da eliminação ilegal de resíduos.

**Investimento 2.1: Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos**

O objetivo desta medida é combater a instabilidade hidrogeológica no território italiano. A medida consiste em duas linhas de ação, com a *Protezione Civile* e o «Comissário de Emergência para a reconstrução nos territórios da Emília-Romanha, da Toscânia e das Marcas» afetados pelas inundações de maio de 2023 *(Commissario per la ricostruzione nel territorio della regione Emilia Romagna, Toscana e Marche)* como administração responsável, respetivamente: a primeira linha de ação diz respeito a um conjunto de intervenções destinadas a restaurar estruturas e infraestruturas públicas danificadas (intervenções de tipo E) e a reduzir o risco residual estritamente ligado ao evento e destinadas principalmente a proteger a segurança pública e privada (intervenções de tipo D); a segunda linha de ação diz respeito a intervenções para restaurar as vias navegáveis e aumentar a proteção contra inundações e deslizamentos de terras e intervenções de reabilitação da rede de transportes nos territórios afetados pelas inundações de maio de 2023.

**Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas**

O objetivo desta medida é proteger as zonas verdes e aumentar o seu número, com o objetivo de preservar e reforçar a biodiversidade e aumentar a qualidade de vida dos habitantes dessas zonas. A medida consiste na plantação de material de reprodução florestal (sementes ou plantas) para, pelo menos, 4 500 000 árvores ou arbustos e na transplantação de, pelo menos, 3 500 000 árvores ou arbustos em 13 áreas metropolitanas de Itália.

**Investimento 3.2 — Digitalização de parques nacionais e zonas marinhas protegidas**

O objetivo desta medida é modernizar e digitalizar os procedimentos relacionados com o funcionamento dos parques nacionais e das zonas marinhas protegidas. A medida consiste em serviços digitais para visitantes e intervenções na conservação da natureza e no acompanhamento dos recursos naturais.

**Investimento 3.3 — Renaturalização da zona do rio Pó**

O objetivo desta medida é reativar os processos naturais e incentivar a recuperação da biodiversidade na zona do rio Pó. A medida consiste na execução de intervenções destinadas a reduzir a artificialidade do leito do rio.

**Investimento 3.4: Recuperação de sítios órfãos**

O objetivo desta intervenção é reduzir o impacto ambiental dos «sítios órfãos», promovendo assim indiretamente a economia circular. Este investimento consiste na adoção de um plano de ação para a identificação e revitalização de sítios órfãos nas regiões e províncias autónomas italianas, bem como na execução de intervenções específicas para os restaurar.

**Investimento 3.5: Recuperação e proteção dos fundos e dos habitats marinhos**

O objetivo desta medida é contribuir para inverter a degradação dos fundos marinhos e dos habitats marinhos. A medida consiste no apoio a projetos de cartografia dos habitats dos fundos marinhos e de monitorização ambiental, de planeamento e de medidas de restauração e proteção em grande escala, bem como no reforço das plataformas de observação marinha.

**Reforma 4.1 Simplificação da legislação e reforço da governação para a execução de investimentos nas infraestruturas de abastecimento de água**

O atual quadro regulamentar e a fragmentação existente na gestão da água têm um impacto negativo na capacidade de planeamento e execução de investimentos em infraestruturas de abastecimento de água.

O objetivo desta reforma é simplificar e tornar mais eficaz o quadro jurídico e prestar assistência, sempre que necessário, aos organismos de execução que têm uma capacidade insuficiente para realizar e concluir esses investimentos dentro dos prazos inicialmente estabelecidos.

As principais medidas previstas para alcançar esses objetivos são principalmente: a criação de um instrumento central de financiamento público para investimentos no setor da água, que liberte recursos que atualmente se encontram dispersos; II) simplificação dos procedimentos de comunicação de informações e de acompanhamento dos investimentos financiados, iii) maior participação da entidade reguladora no planeamento dos investimentos a realizar e em eventuais revisões do plano.

O Ministério das Infraestruturas e dos Transportes deverá apresentar a proposta de reforma relativa ao setor do abastecimento de água.

**Investimento 4.1 Infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água**

O objetivo desta medida é garantir a segurança do abastecimento de água em zonas urbanas importantes e em grandes zonas irrigadas, a fim de aumentar a segurança e a resiliência da rede, também no que diz respeito à capacidade de transporte de água. A medida consiste em obras em infraestruturas de água primária em todo o território nacional.

**Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes**

O objetivo deste investimento é reduzir a perda de água potável. A medida consiste na distração das redes de distribuição de água.

**Investimento 4.3. Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos**

O objetivo desta medida é aumentar a eficiência dos sistemas de irrigação através da digitalização e de intervenções infraestruturais para um setor agrícola mais sustentável e resiliente às alterações climáticas.

**Investimento 4.4. Águas residuais e tratamento**

O objetivo desta medida é reduzir a fragilidade dos sistemas hídricos italianos em matéria de saneamento e purificação das águas residuais, bem como o número de aglomerações com sistemas de saneamento e purificação fracos. A medida consiste em intervenções relativas aos sistemas de esgotos e de tratamento de águas residuais urbanas em todo o território nacional.

**Investimento 4.5. Regime de subvenções para investimentos em infraestruturas hídricas**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento no setor da gestão da água em Itália. O regime deve funcionar através da concessão de subvenções para colmatar o défice de viabilidade diretamente ao setor privado, bem como a entidades do setor público que exerçam atividades semelhantes.

O regime é gerido pela Invitalia S.p.A. na qualidade de parceiro de execução. O regime deve incluir a seguinte linha de produtos:

- Uma subvenção para colmatar o défice de viabilidade destinada a cobrir o défice de financiamento dos projetos de infraestruturas no setor da gestão da água. A subvenção subvenciona uma parte do investimento global, a fim de assegurar a viabilidade financeira do projeto. A conceção da estrutura de subvenções deve incentivar a racionalização e a agregação dos prestadores de serviços hídricos através da criação de um mecanismo de recompensa.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e a Invitalia S.p.A. devem assinar um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.

2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:

   a. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis; Os beneficiários finais são, em princípio, empresas com participação privada. Em conformidade com o princípio da não discriminação, as entidades públicas que exercem atividades semelhantes às das entidades privadas que beneficiam do regime também podem ser aceites como beneficiários finais.

   b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**

   c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante71. Além disso, a política de subvenções associada deve incluir o requisito de excluir do financiamento: investimentos que envolvam a construção de novas barragens; investimentos abrangidos pelo âmbito de aplicação do artigo 4.º, n.º 7, da Diretiva 2000/60 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água.

   d. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

   a. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre as subvenções mobilizadas.

   b. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

   c. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução antes de conceder uma subvenção a uma operação.

[71] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

d. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da Invitalia S.p.A. Estas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses; o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução e das convenções de subvenção aplicáveis.

5. Requisitos aplicáveis aos investimentos climáticos realizados pelo parceiro de execução: pelo menos 630 516 880,25 EUR do investimento do MRR no regime devem contribuir para os objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR.72

[72] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. Para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática, os beneficiários finais de instrumentos de capital próprio, quase-capital, obrigações de empresas ou instrumentos equivalentes não direcionados para projetos específicos devem apresentar uma justificação para o (s) domínio (s) de intervenção selecionado (s). O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

*G.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo*

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C4-6 | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Alvo | Desenvolvimento de serviços digitais para visitantes de parques nacionais e zonas marinhas protegidas | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 70 | Q2 | 2024 | Pelo menos 70 % dos parques nacionais e das zonas marinhas protegidas desenvolveram serviços digitais para os visitantes dos parques nacionais e das zonas marinhas protegidas (pelo menos dois entre os seguintes: a ligação ao portal Naturitalia.IT; um pedido de procedimentos administrativos ou uma aplicação de mobilidade sustentável). |
| M2C4-6bis | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Objetivo intermédio | Intervenções relacionadas com as atividades de conservação e monitorização da natureza | Certificados emitidos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Certificados de verificação da conformidade emitidos para, pelo menos, 6 lotes de equipamento de conservação da natureza e/ou de atividades de monitorização, num total de, pelo menos, 12 000 artigos de equipamento; Certificados administrativos que confirmem que pelo menos 7 serviços para atividades científicas e/ou de monitorização no terreno foram realizados em parques naturais e/ou zonas marinhas protegidas. |
| M2C4-7 | Reforma 3.1: Adoção de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um programa nacional de controlo da poluição atmosférica | Disposição no decreto do Presidente do Conselho de Ministros relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | N.A. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O Decreto do Presidente do Conselho de Ministros (DPCM) estabelece um programa nacional de controlo da poluição atmosférica que introduz medidas adequadas para a redução da poluição atmosférica, em conformidade com a Diretiva 2016/2284 da UE e o Decreto Legislativo n.º 81, de 30 de maio de 2018, que transpõe essa diretiva. |
| M2C4-8 | Investimento 1.1. Implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e | Objetivo intermédio | Plano operacional para um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão para | Disposição no decreto ministerial relativa à entrada em | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2021 | O decreto ministerial deve aprovar um plano operacional para a implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão para identificar os riscos hidrológicos. Deve, no mínimo: |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | previsão | | identificar os riscos hidrológicos | vigor | | | | | | Prever aplicações de teledeteção e sensores do campo de dados;<br>Desenvolver um sistema de comunicação que permita a coordenação e a interoperabilidade entre os vários operadores nas salas de controlo;<br>Criar salas de controlo centrais e regionais;<br>Desenvolver sistemas e serviços de cibersegurança |
| M2C4-9 | Investimento 1.1. Implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão | Objetivo intermédio | O sistema de monitorização e previsão está acessível | Sistema acessível em linha | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | O sistema de monitorização e previsão para identificar os riscos hidrológicos e a eliminação ilegal de resíduos está acessível em linha. |
| M2C4-11 | Investimento 2.1.a. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos — Intervenções na Emília-Romanha, na Toscânia e nas Marcas | Objetivo intermédio | Identificação das intervenções por portaria (s) do Comissário de Emergência | Portaria (ões) do Comissário de Emergência | | | | Q3 | 2024 | Um ou mais decretos do Comissário de Emergência devem identificar a lista exata de intervenções para restaurar as vias navegáveis e aumentar a proteção contra inundações e deslizamentos de terras, as intervenções para restaurar edifícios públicos, incluindo casas públicas e centros de saúde, e o número total de km da rede de transportes a reabilitar. O valor do número total de intervenções ascende a, pelo menos, 1,2 mil milhões de EUR. |
| M2C4-11bis | Investimento 2.1.a. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos — Intervenções na | Alvo | Intervenções realizadas | NENHUMA. | Número | 0 | 190 | Q2 | 2026 | São emitidos certificados administrativos que confirmam que foram realizadas pelo menos 190 intervenções para restaurar as vias navegáveis e aumentar a proteção contra inundações e deslizamentos de terras, bem como intervenções de reabilitação da rede de |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Emília-Romanha, na Toscânia e nas Marcas | | | | | | | | | transportes, tal como identificadas nos decretos do Comissário de Emergência. |
| M2C4-12 | Investimento 2.1.b. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do quadro jurídico revisto para intervenções contra os riscos de inundação e hidrogeológicos | Disposições dos decretos que indicam a entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os decretos que aprovam o primeiro plano de intervenção e investimento na respetiva zona (Comissário delegado/Região/Província Autónoma) para a redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos devem ter por objetivo restabelecer as condições iniciais e assegurar a resiliência dos territórios às catástrofes naturais. |
| M2C4-13 | Investimento 2.1b — Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos | Alvo | Intervenções de tipo D e de tipo E realizadas | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 90 | Q2 | 2026 | São emitidos certificados administrativos que confirmam que foram realizadas, pelo menos, 90 % das intervenções de tipo E e tipo D destinadas a restaurar estruturas públicas danificadas, identificadas por atos de aprovação do Serviço Nacional de Proteção Civil. |
| M2C4-18 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das alterações jurídicas revistas para a proteção e valorização das zonas verdes urbanas e periurbanas | Disposição nos atos legislativos pertinentes relativa à adoção do plano de florestação urbana | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O plano de florestação urbana deve estar em conformidade com os objetivos da Lei de 12 de dezembro de 2019, 141 («Lei do clima») e seguir uma fase de planeamento a realizar pelas cidades metropolitanas. O plano deve estabelecer, no mínimo, os seguintes objetivos:<br>Preservar e reforçar a biodiversidade difusa, em conformidade com a Estratégia Europeia para a Biodiversidade,<br>Contribuir para a redução da poluição atmosférica nas áreas metropolitanas,<br>Reduzir os procedimentos de infração relativos à qualidade do ar; |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Recuperar paisagens artificiais e melhorar as áreas protegidas situadas na proximidade imediata das áreas metropolitanas;<br>Reduzir o consumo de solo e recuperar solos úteis. |
| M2C4-19 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Plantar árvores para a proteção e a valorização de zonas verdes urbanas e periurbanas M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 1 650 000 | Q4 | 2022 | Plantar pelo menos 1 650 000 árvores para reflorestação de zonas urbanas e periurbanas, nos termos do artigo 4.º da Lei de 12 de dezembro de 2019, de 141 (a chamada «Lei do Clima»). |
| M2C4-20 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Plantar árvores para a proteção e a valorização de zonas verdes urbanas e periurbanas M2 | NENHUMA. | Número | 1 650 000 | 4 500 000 | Q4 | 2024 | Plantação de material de reprodução florestal (sementes ou plantas) para, pelo menos, 4 500 000 árvores e arbustos para reflorestação de zonas urbanas e periurbanas, nos termos do artigo 4.º da Lei de 12 de dezembro de 2019, de 141 (a chamada «Lei do Clima»). |
| M2C4-21 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Objetivo intermédio | Revisão do quadro jurídico das intervenções para a requalificação da zona do rio Pó | Disposição no ato jurídico pertinente relativa à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Entrada em vigor da legislação pertinente com o objetivo de recuperar o corredor ecológico constituído pelo leito do rio, incluindo a reflorestação natural e intervenções para a recuperação e reativação de ramos laterais e de meandros antigos. |
| M2C4-22 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Alvo | Redução da artificialidade dos leitos fluviais para a renaturalização da zona do rio Pó M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 13 | Q4 | 2024 | Reduzir a artificialidade do leito do rio em, pelo menos, 13 km ao longo do eixo do Pó. |
| M2C4-23 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Alvo | Redução da artificialidade dos leitos fluviais para a | NENHUMA. | Número | 13 | 37 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a redução da artificialidade do leito do rio em, |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | renaturalização da zona do rio Pó M2 | | | | | | | pelo menos, 37 km ao longo do eixo do Pó.<br>Certificados administrativos que confirmem ações de reflorestação que abranjam, pelo menos, 337 hectares de florestas ribeirinhas. |
| M2C4-24 | Investimento 3.4. Recuperação de «solos de sítios-órfãos» | Objetivo intermédio | Quadro jurídico para a reabilitação de sítios órfãos | Disposição no ato legislativo pertinente relativa à adoção do plano de ação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O plano de ação para a revitalização de sítios órfãos, a fim de reduzir a ocupação de terras e reforçar a regeneração urbana. Deve incluir, pelo menos:<br>A identificação de sítios órfãos nas 21 regiões e/ou províncias autónomas<br>As intervenções específicas a realizar em cada sítio órfão para reduzir a ocupação dos solos e reforçar a regeneração urbana |
| M2C4-25 | Investimento 3.4. Recuperação de «solos de sítios-órfãos» | Alvo | Revitalização de sítios órfãos | NENHUMA. | Número | 0 | 4 441 544 | Q2 | 2026 | Ato (s) que certifique (m) a conclusão dos procedimentos de remediação do solo (conforme especificado no artigo 5.º, n.º 3, do plano de ação) emitidos para, pelo menos, 4 441 544 metros quadrados de sítios órfãos enumerados no plano de ação. |
| M2C4-26 | Investimento 3.5. Recuperação e proteção dos fundos e dos habitats marinhos | Alvo | Recuperação e proteção dos fundos e dos habitats marinhos | NENHUMA. | Número | 0 | 10 | Q2 | 2025 | Foram realizadas as seguintes 10 atividades:<br>Foram colocados sítios de restauração de ostras em, pelo menos, um sítio para cada uma das seguintes regiões: Friul-Venécia Juliana e Emília-Romanha;<br>Os fundos marinhos e a vegetação marinha foram plantados em, pelo menos, um sítio para cada uma das seguintes regiões: Lácio, Campânia, Calábria, Sicília;<br>Foram instalados campos de amarração equipados com boias nas zonas do |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Mediterrâneo Ocidental, Central e Meridional;<br>Foram removidas redes fantasma num total de, pelo menos, 15 sítios localizados na Sicília, Campânia, Lácio, Apúlia, Marcas e Emília-Romanha;<br>As estações radiais costeiras foram mantidas ou instaladas ou equipadas com software de elaboração em, pelo menos, 9 locais, tendo sido adquirida uma Unidade Móvel de Investigação Oceanográfica;<br>Foram lançadas pelo menos 12 boias de medição de ondas;<br>Foi efetuada a manutenção ou instalação de novos sensores em, pelo menos, 25 estações de rede de bitola de maré;<br>Instalação de, pelo menos, 3 novas estações meteorológicas marítimas e manutenção de, pelo menos, 25 estações meteorológicas marítimas na zona da Lagoa de Veneza;<br>Foram instaladas pelo menos 10 estações fixas de monitorização contínua de parâmetros físico-químicos e tróficos em lagoas;<br>Pelo menos 5 sistemas informáticos de observação para a monitorização dos habitats marinhos e costeiros produziram dados.<br><br>Qualquer aquisição de navios ou embarcações deve ser feita de acordo com a melhor tecnologia disponível com o menor impacto ambiental no setor. |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M2C4-27 | Reforma 4.1. Simplificação da legislação e reforço da governação para a execução de investimentos nas infraestruturas de abastecimento de água | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação da legislação relativa às intervenções em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água | Disposições nos atos jurídicos pertinentes relativas à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | A legislação revista deve reforçar a governação e simplificar a execução dos investimentos em infraestruturas de abastecimento de água. O novo quadro jurídico deve, no mínimo,<br>Tornar o Plano Nacional de Intervenções no Setor da Água o instrumento central de financiamento de investimentos no setor da água.<br>— Solicitar o parecer e envolver ativamente a entidade reguladora («Autorità di Regolazione per Energia Reti e Ambiente») em qualquer alteração ou atualização do plano.<br>— Proporcionar apoio e medidas de acompanhamento aos organismos de execução que não possam realizar investimentos relacionados com contratos públicos primários dentro do prazo previsto.<br><br>Simplificar os procedimentos de comunicação de informações e de monitorização dos investimentos financiados no setor da água. |
| M2C4-28 | Investimento 4.1. Investimentos em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água | Objetivo intermédio | Concessão de financiamento a todos os projetos para investimentos em infraestruturas de água primária e para a segurança do abastecimento de água | Publicação do (s) decreto (s) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2023 | Publicação do (s) decreto (s) de admissão com a concessão (atribuição) de financiamento a projetos de investimento em infraestruturas de água primária e na segurança do abastecimento de água.<br>O âmbito dos contratos deve ser o seguinte:<br>Segurança do abastecimento de água em zonas urbanas importantes;<br>Obras estruturais destinadas a aumentar a segurança e a resiliência da rede, incluindo a |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | adaptação às alterações climáticas (excluindo barragens);<br>Aumento da capacidade de transporte de água.<br>Os critérios de seleção devem assegurar que o investimento contribui plenamente para os objetivos em matéria de alterações climáticas com um coeficiente climático de 40 %, em conformidade com o anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241 relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência. |
| M2C4-29 | Investimento 4.1. Investimentos em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água | Alvo | Certificados administrativospara intervenções em sistemas hídricos | NENHUMA. | Número | 0 | 45 | Q1 | 2026 | Foram emitidos certificados administrativos que confirmam que os trabalhos foram concluídos para intervenções em, pelo menos, 45 sistemas hídricos (complexos e elementares), dos quais pelo menos 32 sistemas hídricos complexos. |
| M2C4-30 | Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | Objetivo intermédio | Concessão de financiamento a todos os projetos para intervenções em redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | Publicação do (s) decreto (s) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2023 | Publicação do (s) decreto (s) de admissão com a concessão (atribuição) de financiamento a projetos de intervenções para a modernização e eficiência das redes de distribuição de água.<br>O âmbito dos contratos é o seguinte:<br>Intervenções destinadas a reduzir as perdas nas redes de água potável;<br>Aumentar a resiliência dos sistemas hídricos às alterações climáticas;<br>Reforçar a digitalização das redes, com vista a uma gestão ótima dos recursos hídricos, reduzir o desperdício e limitar as ineficiências |
| M2C4-31 | Investimento 4.2. Redução das perdas | Alvo | Intervenções nas redes de distribuição | NENHUMA. | Número | 0 | 14 000 | Q4 | 2024 | Circunscrição de, pelo menos,<br>14 000 quilómetros de rede de abastecimento |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | | de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes M1 | | | | | | | de água |
| M2C4-33 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Objetivo intermédio | Atribuição de financiamento a todos os projetos de resiliência dos sistemas agrícolas de irrigação para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Publicação do (s) decreto (s). | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Publicação do (s) decreto (s) de admissão com a concessão (atribuição) de financiamento a projetos para as intervenções nas redes e sistemas de irrigação e no sistema conexo de digitalização e monitorização.<br>O âmbito dos contratos é o seguinte:<br>Incentivar a medição e monitorização das utilizações em redes coletivas (através da instalação de contadores e sistemas de controlo remoto), incluindo a transição do autoabastecimento para utilizações coletivas como condição prévia para concluir a introdução de uma política de tarifação da água baseada nos volumes de água para uma utilização eficiente dos recursos hídricos na agricultura e, consequentemente, estimular a redução das captações ilegais de água nas zonas rurais.<br>O investimento na irrigação deve ter por objetivo tornar a irrigação existente mais eficiente, mesmo que a massa de água em causa se encontre em bom estado.<br><br>Espera-se que esta medida não prejudique significativamente os objetivos ambientais na |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição da medida e as medidas de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente».<br>(2021/C58/01). Em especial, para cada subinvestimento, deve ser assegurada a plena conformidade com os requisitos do direito da UE, incluindo a Diretiva-Quadro da Água, antes, durante e após o início das obras de construção.<br><br>Além disso, as intervenções, quando aplicável de acordo com a legislação nacional, devem ser objeto de uma avaliação de impacto ambiental (AIA) nos termos da Diretiva 2011/92/UE, bem como de avaliações pertinentes no contexto da Diretiva 2000/60/CE e da Diretiva 92/43/CEE, incluindo a aplicação das medidas de atenuação necessárias. |
| M2C4-34 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos M1 | NENHUMA. | Número | 0 | 40 | Q4 | 2024 | Pelo menos 40 fontes de captação (enumeradas no SIGRIAN) ligadas à concessão hídrica (concessione di derivazione) com uma capacidade de, pelo menos, 100 l/s de caudal devem estar equipadas com contadores.<br>As intervenções globais em matéria de eficiência da rede devem também incluir a instalação de: |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | 300 medidores de terceiro nível;<br>10 000 medidores de quarto nível;<br>Digitalização e melhoria da rede. |
| M2C4-34bis | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos M1.2 | NENHUMA. | Número | 40 | 105 | Q2 | 2026 | Pelo menos 105 fontes de captação (enumeradas no SIGRIAN) ligadas à concessão hídrica (concessione di derivazione) com uma capacidade de, pelo menos, 100 l/s de caudal devem estar equipadas com contadores.<br>As intervenções globais em matéria de eficiência da rede devem beneficiar pelo menos 422 407 hectares de superfície irrigada e incluir:<br>A instalação de 750 contadores de terceiro nível;<br>A instalação de 25 000 metros de quarto nível. |
| M2C4-35 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos M2 | NENHUMA. | Hectares | 0 | 96 390 | Q4 | 2024 | Pelo menos 96 390 hectares de superfície irrigada devem beneficiar de uma utilização eficiente dos recursos de irrigação. |
| M2C4-36 | Investimento 4.4 Investimentos na recolha e tratamento de águas residuais | Objetivo intermédio | Concessão de financiamento a projetos de saneamento e purificação | Publicação de um decreto | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Publicação do decreto de admissão com a concessão (atribuição) de financiamento às propostas de projetos.<br>As intervenções devem:<br>Aumentar a eficácia do tratamento das águas residuais rejeitadas nas águas marinhas e interiores, nomeadamente através da inovação |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | tecnológica;<br>Transformar, sempre que possível, algumas estações de depuração em «fábricas verdes», que reutilizam águas residuais purificadas para fins industriais e de irrigação.<br>Esta medida não deve prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição da medida e as medidas de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a incineração de lamas não é elegível. |
| M2C4-38 | Investimento 4.4 Investimentos na recolha e tratamento de águas residuais | Alvo | Intervenções para saneamento e tratamento de águas residuais urbanas | NENHUMA. | Número | 0 | 145 | Q2 | 2026 | Foram emitidos certificados administrativos que confirmam a realização de, pelo menos, 145 intervenções de saneamento e tratamento de águas residuais urbanas. |
| M2C4-39 | Ao Investimento 4.5: Regime de subvenções para investimentos em infraestruturas hídricas | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M2C4-40 | Ao Investimento 4.5: Regime de subvenções para investimentos em infraestruturas hídricas | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | NENHUMA. | Percentagem (%) | 0 % | 100 % | Q2 | 2026 | A Invitalia S.p.A. deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | gestão). Pelo menos 40 % deste financiamento deve contribuir para os objetivos climáticos, utilizando a metodologia constante do anexo VI do Regulamento MRR.<br><br>A Itália transferirá 1 576 292 200,62 EUR para a Invitalia S.p.A. para a Facilidade. |

## H. MISSÃO 3 COMPONENTE 1: Infraestruturas de transportes sustentáveis

### H.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

*NENHUMA.*

### H.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

*N/Aa*

### H.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

Os investimentos nesta componente apoiam a implantação de infraestruturas ferroviárias (alta velocidade, transporte de mercadorias, caminhos de ferro regionais, sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário). São acompanhados de reformas destinadas a acelerar os investimentos em infraestruturas ferroviárias e a melhorar a qualidade das infraestruturas rodoviárias. A componente de reforma do enquadramento empresarial contém uma medida que cria incentivos adicionais para as regiões adjudicarem os seus contratos de serviço público ferroviário regional. Esta componente contém medidas para desenvolver a utilização do hidrogénio nos caminhos-de-ferro.

Esta componente destina-se a dar resposta à recomendação específica n.º 2019 de 3, que instava Itália a «centrar a política económica em matéria de investimento na [...] qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais» e à recomendação específica n.º 2020 de 3 para «antecipar a realização de projetos de investimento público robustos» e «centrar os investimentos na transição ecológica e digital, em especial na produção e utilização limpa e eficiente da energia, na investigação e inovação, nos transportes públicos sustentáveis, na gestão dos resíduos e dos recursos hídricos, bem como no reforço das infraestruturas digitais para garantir a prestação de serviços essenciais».

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

**Reforma 1.1 — Aceleração do processo de aprovação do contrato entre o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes (MIT) e o gestor da infraestrutura ferroviária *Rete Ferroviaria Italiana***

Esta reforma consiste em suprimir o requisito de as comissões parlamentares emitirem um parecer sobre a lista de investimentos dos *Contratti di Programma (CdP)* do gestor da infraestrutura ferroviária *Rete Ferroviaria Italiana*. As comissões parlamentares deverão emitir um parecer sobre o programa estratégico de investimentos.

**Reforma 1.2 — Aceleração do processo de autorização de projetos**

Esta reforma consiste na adoção de legislação que possibilite antecipar a indicação do local de construção no momento da elaboração do «projeto de viabilidade técnica e económica» (PFTE), em vez de esperar pela fase definitiva de conceção do projeto. Autorizações adicionais que não pudessem ser obtidas no PFTE seriam obtidas em fases posteriores de conceção do projeto, sem convocar a «Conferenza dei Servizi», como exceção à Lei n.º 241/1990. Estas alterações deverão reduzir o tempo de autorização dos projetos de 11 para 6 meses.

**Reforma 1.3 — Impulsionar a eficiência da infraestrutura ferroviária em Itália**

Esta reforma visa promover um aumento da concorrência nos mercados do transporte ferroviário regional e interurbano, nomeadamente abrindo caminho ao lançamento atempado — em conformidade com a legislação — do concurso para o contrato de serviço público interurbano, melhorar o planeamento das infraestruturas das linhas e redes ferroviárias e introduzir a medição do desempenho da gestão e dos investimentos em infraestruturas ferroviárias. A reforma consiste na entrada em vigor de legislação e/ou ato (s) jurídico (s).

**Investimento 1.1 — Linhas ferroviárias de alta velocidade no Centro e no Sul**

O objetivo deste investimento é expandir a infraestrutura ferroviária italiana. Este investimento consiste na realização de obras ferroviárias na infraestrutura ferroviária de alta velocidade para passageiros e mercadorias nas linhas Napoli-Bari, Salerno-Reggio Calabria, Palermo-Catânia, Orte-Falconara e Taranto-Metaponto-Potenza-Battipaglia.

**Investimento 1.2 — Linhas de alta velocidade no Norte**

O objetivo deste investimento é expandir a infraestrutura ferroviária italiana. Este investimento consiste na realização de obras ferroviárias na infraestrutura ferroviária de alta velocidade para passageiros e mercadorias nas linhas Brescia-Verona-Vicenza-Padova e Liguria-Alpi.

**Investimento 1.4 — Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS)**

O objetivo deste investimento é contribuir para a adaptação da infraestrutura ferroviária italiana às normas europeias de interoperabilidade. Este investimento consiste em equipar 2 785 km de linhas ferroviárias com o Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS) a nível infraestrutural e/ou tecnológico.

**Investimento 1.8 — Modernização das estações ferroviárias**

O objetivo deste investimento é tornar as estações ferroviárias mais acessíveis às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida. Este investimento consiste na modernização de 73 estações ferroviárias.

**Investimento 1.10 — Reforço dos nós metropolitanos e das linhas ferroviárias regionais**

O objetivo deste investimento é melhorar a qualidade das linhas ferroviárias inter-regionais e regionais italianas. Este investimento consiste na modernização de, pelo menos, 3 309 km de linhas ferroviárias, incluindo 1 162 km no Sul. Os projetos abrangidos por esta medida podem receber apoio de outros programas europeus.

**Reforma 2.1 — Adoção de «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes»**

Esta reforma consiste na adoção de diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes. A adoção de «diretrizes», que devem possibilitar a aplicação de normas e metodologias comuns em toda a rede rodoviária nacional.

**Reforma 2.2 — Transferência da propriedade das pontes e viadutos das estradas com classificação inferior para as estradas com classificação superior**

Esta reforma consiste na transferência da propriedade das pontes, viadutos e passagens superiores das estradas com classificação inferior para as estradas com classificação superior (autoestradas e estradas suburbanas principais), permitindo um aumento da segurança global da rede rodoviária, uma vez que as pontes, viadutos e passagens superiores devem ser mantidas pela ANAS e/ou pelos concessionários das autoestradas, que têm melhores capacidades de planeamento e manutenção do que os municípios ou províncias individuais.

## H.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M3C1-1 | Reforma 1.1 — Aceleração do processo de aprovação do contrato entre o MIT e a RFI | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma alteração legislativa sobre o processo de aprovação dos Contratti di Programma (CdP) | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da alteração legislativa sobre o processo de aprovação dos Contratti di Programma | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A alteração legislativa reduzirá o prazo de aprovação dos Contratti di Programma (CdP) do gestor da infraestrutura ferroviária *Rete Ferroviaria Italiana*. |
| M3C1-2 | Reforma 1.2 — Aceleração do processo de autorização de projetos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma alteração regulamentar que reduz o tempo de autorização dos projetos de 11 para seis meses | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da alteração regulamentar que reduz o período de autorização de 11 para seis meses. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A alteração regulamentar reduzirá o tempo de autorização dos projetos de 11 para seis meses. |
| M3C1-3 | Investimento 1.1 — Ligações ferroviárias de alta velocidade para o Sul para passageiros e mercadorias | Objetivo intermédio | Adjudicação do (s) contrato (s) para a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade nas linhas Nápoles-Bari e Palermo-Catânia | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de linhas de alta velocidade nas linhas Nápoles-Bari e Palermo-Catânia | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para construção de linhas de alta velocidade nas linhas Nápoles-Bari e Palermo-Catânia, em plena conformidade com as regras em matéria de contratos públicos<br>O (s) contrato (s) deve (m) referir-se aos seguintes troços dessas linhas:<br>Linha Nápoles-Bari: Orsara- Bovino<br>Linha Palermo-Catânia: Catenanuova — Dittaino e Dittaino — Enna |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M3C1-4 | Investimento 1.1 — Ligações ferroviárias de alta velocidade para o Sul para passageiros e mercadorias | Objetivo intermédio | Adjudicação do contrato para a construção de linha de alta velocidade na linha Salerno-Reggio Calabria | Notificação da adjudicação do contrato multidisciplinar para a construção de uma linha ferroviária de alta velocidade na linha Salerno-Reggio Calabria | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | Notificação da adjudicação do contrato multidisciplinar para a construção de uma linha ferroviária de alta velocidade na linha Salerno Reggio Calabria.<br>O contrato deve referir-se aos seguintes troços desta linha: Battipaglia — Romagnano |
| M3C1-6 | Investimento 1.1 — Linhas ferroviárias de alta velocidade no Centro e no Sul | Alvo | Linha ferroviária de alta velocidade nas linhas Napoli-Bari, Salerno-Reggio Calabria, Palermo-Catânia, Orte-Falconara Taranto-Metaponto-Potenza-Battipaglia. | NENHUMA. | Número | 0 | 97.5 | Q2 | 2026 | Certificados que confirmem a conclusão dos trabalhos de construção de 67,5 km de caminho de ferro de alta velocidade.<br>Para os lotes ferroviários Bicocca-Catenanuova (linha Palermo-Catânia), Cancello-Frasso (linha Napoli-Bari) e Napoli-Cancello (linha Napoli-Bari), apenas serão considerados os quilómetros relativamente aos quais foram realizadas obras após 30 de setembro de 2023, de acordo com a metodologia WBS.<br>Certificados que confirmem que, de acordo com a metodologia da WBS, mais 30 km de obras de engenharia civil atingiram 100 % dos progressos dos trabalhos.<br>A avaliação e a autorização de cada projeto/investimento relevante devem respeitar todas as regras e procedimentos estabelecidos nos artigos 6.º3.º e 6.º4.º da Diretiva (UE) 92/43/CEE e seguir as orientações nacionais para a avaliação de impacto publicadas no Jornal Oficial da República Italiana n.º 303 de 28 de dezembro de 2019. |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M3C1-9 | Investimento 1.2 — Linhas de alta velocidade no Norte | Alvo | Linha ferroviária de alta velocidade nas linhas Brescia-Verona-Vicenza-Padova; Ligúria-Alpi. | NENHUMA. | Número | 0 | 137.5 | Q2 | 2026 | Certificados que confirmem a conclusão dos trabalhos de construção de 108,6 km de caminho de ferro de alta velocidade.<br>Certificados que confirmem que, de acordo com a metodologia da WBS, mais 28,9 km de obras de engenharia civil atingiram 100 % dos progressos dos trabalhos.<br>A avaliação e a autorização de cada projeto/investimento relevante devem respeitar todas as regras e procedimentos estabelecidos nos artigos 6.º3.º e 6.º4.º da Diretiva 92/43/CEE e seguir as orientações nacionais para a avaliação de impacto publicadas no Jornal Oficial da República Italiana n.º 303 de 28 de dezembro de 2019. |
| M3C1-10 | Investimento 1.3 — Ligações diagonais | Objetivo intermédio | Adjudicação do (s) contrato (s) para a construção das ligações nas linhas Orte-Falconara e Taranto - Metaponto-Potenza-Battipaglia | Notificação da adjudicação do contrato multidisciplinar para a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade nas linhas Orte-Falconara e Taranto -Metaponto-Potenza-Battipaglia | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | Notificação da adjudicação do contrato multidisciplinar para a construção das ligações nas linhas Orte-Falconara e Taranto -Metaponto-Potenza-Battipaglia.<br>O (s) contrato (s) deve (m) fazer referência às seguintes linhas:<br>Orte-Falconara<br>Taranto — Metaponto-Potenza-Battipaglia |
| M3C1-12 | Investimento 1.4 — Introdução do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego | Objetivo intermédio | Adjudicação dos contratos para o Sistema Europeu de Gestão do Tráfego | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a introdução do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para a introdução do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS) |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Ferroviário (ERTMS) | | Ferroviário | Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário | | | | | | |
| M3C1-14 | Investimento 1.4 — Introdução do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS) | Alvo | 2 785 km de caminhos de ferro equipados com o Sistema Europeu de Gestão do Transporte Ferroviário a nível infraestrutural e/ou tecnológico. | NENHUMA. | Número | 0 | 2 785 | Q2 | 2026 | Certificados que confirmem que 2 785 km de caminhos de ferro estão equipados com o Sistema Europeu de Gestão do Transporte Ferroviário a nível infraestrutural e/ou tecnológico. |
| M3C1-15 | Investimento 1.5 — Reforço dos nós metropolitanos e das principais ligações nacionais | Alvo | 700 km de troços de linha adaptados construídos em nós metropolitanos e principais ligações nacionais | NENHUMA. | Número | 0 | 700 | Q4 | 2024 | Pelo menos 700 km de troços de linha modernizados construídos em nós metropolitanos e nas principais ligações nacionais, prontos para as fases de autorização e de exploração. |
| M3C1-17 | Investimento 1.7 — Melhoria, eletrificação e resiliência dos caminhos-de-ferro no Sul | Alvo | 172 km de obras concluídas relacionadas com a resiliência dos caminhos de ferro no Sul, prontas para as fases de autorização e de exploração. | NENHUMA. | Número | 0 | 172 | Q4 | 2023 | Conclusão dos trabalhos de, pelo menos, 172 km, relacionados com a resiliência dos caminhos de ferro meridionais, prontos para as fases de autorização e de exploração.<br>Os 172 km referem-se às seguintes linhas:<br>• Paola- Reggio Calabria;<br>• Lentini Diramazione Gela; |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | • Messina — Catânia — Siracusa;<br>• Caserta — Battipaglia;<br>• Roma — Nápoles; bem como<br>• Bari — Brindisi.<br>A meta deve ser alcançada através de PPC (ou seja, «Codice Locale Progetto») que não sejam apoiados por outros fundos da UE para além do MRR. |
| M3C1-19 | Investimento 1.8 — Modernização das estações ferroviárias (gestão da RFI; no Sul) | Alvo | Estações ferroviárias melhoradas e acessíveis | NENHUMA. | Número | 0 | 10 | Q4 | 2024 | Dez estações ferroviárias são modernizadas e acessíveis em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1300/2014 da Comissão. |
| M3C1-20 | Investimento 1.8 — Modernização das estações ferroviárias | Alvo | Estações ferroviárias modernizadas | NENHUMA. | Número | 10 | 73 | Q2 | 2026 | Certificados que confirmam a modernização de 73 estações ferroviárias. |
| M3C1-21 | Reforma 2.1 — Aplicação do recente «Decreto Simplificação» (convertido na Lei n.º 120 de 11 de setembro de 2020) através de um decreto relativo à adoção de «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes» | Disposição no decreto relativa à entrada em vigor do decreto que adota as «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes» | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | As «orientações» devem estabelecer normas e metodologias comuns em toda a rede rodoviária nacional para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes. |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | segurança e a monitorização das pontes existentes» | | | | | | | | | |
| M3C1-22 | Reforma 2.2 — Transferência da propriedade das pontes e viadutos das estradas com classificação inferior para as estradas com classificação superior | Objetivo intermédio | Transferir a propriedade das pontes, viadutos e passagens superiores das estradas com classificação inferior para as estradas de classificação superior (autoestradas e principais estradas nacionais) | Disposição no ato jurídico aplicável relativa à entrada em vigor da transferência de propriedade das pontes, viadutos e passagens superiores das estradas com classificação inferior para as estradas com classificação superior (autoestradas e principais estradas nacionais) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A transmissão da propriedade das das pontes e viadutos deve ter lugar no prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor da Lei n.º 120/20. Espera-se que seja completada em conformidade com as regras do Codice della Strada (Decreto Legislativo n.º 285/1992) e o seu Regulamento (Decreto Presidencial n.º 495/92), que estabelecem disposições sobre a transferência de propriedade entre entidades proprietárias de estradas. |
| M3C1-26 | Reforma 1.3 — Impulsionar a eficiência da infraestrutura ferroviária em Itália | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação e/ou do (s) ato (s) jurídico (s) | Disposição (ões) na legislação e/ou no (s) ato (s) jurídico (s) referente (s) à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Entrada em vigor da legislação e, se necessário, de outro (s) ato (s) jurídico (s), conforme especificado a seguir.<br><br>Parte 1 — Eficiência e desempenho do investimento público:<br><br>A legislação deve prever a adoção de um documento estratégico plurianual pelo Ministério das Infraestruturas e dos Transportes para orientar o planeamento plurianual das infraestruturas da Itália durante, pelo menos, 10 anos. O documento deve promover o transporte multimodal e |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | integrar plenamente as necessidades industriais do setor empresarial no planeamento das infraestruturas (por exemplo, dando prioridade aos investimentos que ligam as principais zonas industriais e plataformas logísticas à rede de transportes).<br><br>A reforma prevê a revisão dos documentos de planeamento das infraestruturas. Mais especificamente, a legislação deve:<br><br>o Assegurar que o Contratto di Programma, a estratégia de desenvolvimento da infraestrutura ferroviária e o plano de atividades do gestor de infraestruturas são elaborados em conformidade com os objetivos do documento estratégico plurianual do Ministério das Infraestruturas e dos Transportes e estão em conformidade com a Diretiva 34/2012/UE.<br>o Introduzir, no âmbito do processo de aprovação do Contratto di Programma, um parecer — de acordo com a legislação nacional — da entidade reguladora (Autorità di regolazione dei trasporti, ART) sobre o Documento Estratégico para a Mobilidade (Documento strategico della mobilità ferroviaria di passeggeri e merci) (tal como definido na lei italiana n.º 233 de 2021 — artigo 5.º comma 1, lett. a). O parecer avalia igualmente a coerência dos investimentos previstos com as necessidades do mercado recolhidas através dos mecanismos de coordenação a que se refere o artigo 7.º-E da Diretiva 2012/34/UE.<br>o Introduzir, para o novo Contratto di Programma, um |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | sistema de objetivos intermédios e metas e respetivos prazos, bem como indicadores de desempenho e critérios de qualidade. Os indicadores e os critérios de qualidade devem ser estabelecidos em conformidade com o anexo V da Diretiva 2012/34/UE. O sistema de identificação de bónus para os gestores da Rete Ferroviaria Italiana (RFI) deve estar em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, da Diretiva 2012/34/UE e ter em conta o cumprimento dos objetivos intermédios e das metas, bem como os resultados obtidos no que diz respeito aos indicadores de desempenho incluídos no Contratto di Programma.<br>o Habilitar a entidade reguladora (ART) a identificar, em concertação com o MIT, os indicadores de desempenho a anexar ao Contratto di Programma.<br>o Habilitar a entidade reguladora (ART) a acompanhar o cumprimento dos objetivos intermédios e das metas, bem como o cumprimento dos indicadores de desempenho constantes do Contratto di Programma<br><br>Exigir que o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes realize uma análise custo-benefício aprofundada dos grandes investimentos (investimentos superiores a 50 milhões de EUR) incluídos no Contratto di Programma. Os custos unitários utilizados na análise devem ser comparados com parâmetros de referência internacionais para diferentes categorias de investimentos em infraestruturas ferroviárias e devem estar em conformidade com as orientações nacionais e da UE em matéria de análise custo-benefício. Os resultados da |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | análise estão abertos à consulta das partes interessadas antes da adoção dos acordos contratuais e são publicados uma vez adotados.<br><br>Parte 2 — Concorrência:<br><br>A legislação deve reforçar os poderes da entidade reguladora (ART) no que respeita aos contratos de serviço público no setor ferroviário. A arte fica habilitada a acompanhar e a emitir pareceres sobre a delimitação do âmbito e a adjudicação (para adjudicações diretas e internas e adjudicações a operadores internos) de contratos de serviço público no setor ferroviário, nomeadamente no que diz respeito à identificação da dimensão ótima de lotes eficientes dentro das fronteiras regionais e entre elas.<br><br>A legislação deve alargar a aplicação do artigo 9.º da Lei n.º 118/2022 (Lei da Concorrência), incluindo a conformidade com os atos regulamentares da ART, e do artigo 27.º, n.º 2, alínea c), do Decreto-Lei n.º 50 de 24/04/2017 a todas as adjudicações diretas e internas e adjudicações a operadores internos nos termos do Regulamento n.º 1370/2007. Para os serviços interurbanos, em caso de adjudicações diretas ou internas e adjudicações a operadores internos nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, a legislação deve alargar os princípios incluídos nos artigos 17.º, 30.º e 31.º do Decreto Legislativo n.º 201/2022. A legislação deve estabelecer que qualquer decisão de prorrogação de contratos de obrigações de serviço público (OSP), |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | devidamente fundamentada em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, está sujeita aos princípios das obrigações de transparência aplicáveis à adjudicação in house previstos no artigo 31.º do Decreto Legislativo n.º 201/2022.<br><br>A legislação deve prever o início do concurso para o (s) contrato (s) de serviço público interurbano. A legislação deve prever que o concurso inclua uma redefinição do seu âmbito de aplicação em conformidade com a metodologia estabelecida pela entidade reguladora do setor ferroviário na sequência de um teste de mercado, tal como explicado na secção 2.2.3 das Orientações interpretativas da Comissão sobre o Regulamento (CE) n.º 1370/2007. A legislação deve igualmente exigir que o contrato seja dividido em lotes adequados e contestáveis, com base nos critérios pertinentes indicados pela ART.<br><br>Para o serviço interurbano, a legislação exigirá que o Ministério das Infraestruturas e dos Transportes coloque o material circulante propriedade do Estado à disposição dos novos operadores selecionados através de concursos públicos, em condições de acesso transparentes e não discriminatórias.<br><br>Para os serviços ferroviários regionais, a legislação exige que as regiões transmitam ao Ministério das Infraestruturas e dos Transportes dados e informações atualizados e completos sobre o material circulante disponível para contratos de serviço público de transporte ferroviário, incluindo o respetivo estado de manutenção. A legislação |

| Número seq. | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | deve igualmente prever a publicação de um relatório anual pelo Ministério das Infraestruturas e dos Transportes sobre o material circulante à disposição das administrações regionais.<br><br>A legislação deve incentivar a exclusão e a abertura à concorrência de sublotes de contratos existentes (na medida do possível com base nas disposições existentes em contratos em curso). |
| M3C1-28 | Investimento 1.10: Reforço dos nós metropolitanos e das linhas ferroviárias inter-regionais e regionais | Alvo | 3 309 km de linhas ferroviárias modernizadas | NENHUMA. | Número | 872 | 3 309 | Q2 | 2026 | Certificados que confirmem a modernização de, pelo menos, 3 309 km das linhas ferroviárias indicadas no Decreto Interministerial MIT/MEF de 23 de maio de 2024, n.º 148. |

## Missão 3 COMPONENTE 2 — Intermodalidade e logística integrada

O objetivo desta componente do plano de recuperação e resiliência italiano é tornar os portos italianos mais eficientes e competitivos, mais eficientes do ponto de vista energético e mais bem integrados na cadeia logística. Visa igualmente digitalizar o sistema de gestão do tráfego aéreo.

Para o efeito, inclui, por um lado, reformas importantes para simplificar os processos, atualizar o planeamento portuário e tornar as concessões nos portos italianos mais competitivas. Por outro lado, inclui alguns investimentos destinados a assegurar a intermodalidade com as principais linhas de comunicação europeias que desenvolvem ligações com o tráfego oceânico e intermediterrânico, reforçando o dinamismo e a competitividade do sistema portuário italiano, e tendo igualmente em vista a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Prevê-se que os investimentos ligados a esta componente aumentem substancialmente o volume de passageiros e de mercadorias nos portos italianos, com um efeito positivo no estímulo das atividades económicas nas respetivas regiões e na economia nacional no seu conjunto.

Por outro lado, esta componente está relacionada com a digitalização dos sistemas logísticos, incluindo os sistemas aeroportuários. Espera-se que estes setores se tornem mais competitivos através da utilização de soluções tecnológicas inovadoras para tornar o sistema mais eficiente e também para reduzir o seu impacto ambiental.

Esta componente dá resposta à recomendação específica por país n.º 2019 de 3, que insta a Itália a «centrar a política económica relacionada com o investimento na qualidade das infraestruturas», e à recomendação específica por país n.º 2020 de 3, que recomenda «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia, na investigação e inovação, nos transportes públicos sustentáveis, na gestão dos resíduos e da água, bem como no reforço das infraestruturas digitais para assegurar a prestação de serviços essenciais».

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

## I.1 Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

### Reforma 1.1 — Simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico

Esta medida prevê a atualização do planeamento portuário para assegurar uma visão estratégica do sistema portuário italiano. A reforma deve regulamentar, no mínimo, i) os objetivos de desenvolvimento das autoridades do sistema portuário; II) as zonas identificadas e delimitadas destinadas a funções estritamente portuárias e portuárias, iii) as ligações infraestruturais de última milha entre as estradas e os caminhos de ferro e os portos, iv) os critérios seguidos na identificação do conteúdo do planeamento e v) uma identificação inequívoca das orientações, das regras e dos procedimentos para a elaboração dos planos regulamentares portuários.

### Reforma 1.2 — Adjudicação concorrencial das concessões nos portos italianos

Esta medida tem por objetivo definir as condições relativas à duração da concessão, aos poderes de supervisão e de controlo das autoridades adjudicantes, aos procedimentos de renovação, à transferência das instalações para o novo concessionário no termo da concessão e à identificação dos limites mínimos das taxas cobradas aos concessionários.

**Reforma 1.3 — Simplificação das autorizações para os procedimentos de alimentação elétrica de terra nos portos italianos**

Esta medida deverá simplificar e reduzir o procedimento de autorização relativo à construção das centrais nacionais de transporte de eletricidade para a alimentação dos sistemas de distribuição para o fornecimento de eletricidade aos navios (alimentação elétrica *de terra*).

O Ministério das Infraestruturas e dos Transportes deve apresentar uma proposta para racionalizar o processo de autorização. Em especial, deverá ser proposto que os projetos de alimentação elétrica de terra sejam avaliados pelos serviços territoriais que prestam contas ao Ministério do Desenvolvimento Económico, que poderá, num prazo mais curto, estudar os projetos e, consequentemente, autorizá-los. Além disso, deve ser prevista uma intervenção regulamentar para identificar um único processo de autorização para projetos que envolvam uma tensão superior a 132 kV e os restantes, a fim de explorar as sinergias do processo.

**Reforma 2.1: Implementação de um balcão aduaneiro único («Sportello Unico Doganale»)**

O objetivo é criar um portal específico para o balcão único de controlo, que permita a interoperabilidade com as bases de dados nacionais e a coordenação das atividades de controlo pelas autoridades aduaneiras.

**Investimento 2.1: Digitalização da cadeia logística**

O objetivo deste investimento é aumentar a competitividade da logística nacional, simplificando procedimentos, processos e controlos e centrando-se na desmaterialização de documentos e no intercâmbio de dados e informações. Este investimento consiste na criação de um sistema digital interoperável entre intervenientes públicos e privados para o transporte de mercadorias e a logística.

## Investimento 2.3: Passagem a frio a ferro

O objetivo deste investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa do setor marítimo. Este investimento consiste na construção de infraestruturas de passagem a frio para o fornecimento de eletricidade nos portos e das infraestruturas de ligação conexas à rede nacional de transporte.

## I.2 Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M3C2-1 | Reforma 1.1 — Simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de alterações legislativas relacionadas com a simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico | Disposição no (s) ato (s) jurídico (s) relativa à entrada em vigor das alterações legislativas relacionadas com a simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O quadro legislativo revisto deve estabelecer que:<br>— Todas as autoridades portuárias devem adotar os seus Documentos de Planeamento Estratégico do Sistema (DPSS) e os seus Planos Regulamentares Portuários (PRP), tendo plenamente em conta a reforma dos sistemas portuários italianos de 2016, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 169, de 4 de agosto de 2016.<br>O DPSS regula, no mínimo, os seguintes elementos:<br>O desenvolvimento dos objetivos das autoridades do sistema portuário;<br>As zonas identificadas e definidas que se destinam exclusivamente às funções portuárias e de apoio portuário;<br>As etapas finais das ligações infraestruturais rodoviárias e ferroviárias com os portos;<br>Os critérios seguidos para identificar o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | conteúdo do plano;<br>Identificar de forma inequívoca as orientações, as regras e os procedimentos para a elaboração dos planos regulamentares portuários. |
| M3C2-2 | Reforma 1.2 — Adjudicação concorrencial das concessões nos portos italianos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do regulamento relativo às concessões portuárias | Disposição no regulamento relativa à entrada em vigor do regulamento sobre concessões portuárias | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O novo regulamento define as condições-quadro para a adjudicação das concessões nos portos. O regulamento deve estabelecer, no mínimo:<br>As condições relativas à duração da concessão;<br>Os poderes de supervisão e de controlo das autoridades adjudicantes;<br>Os métodos de renovação;<br>A transferência das instalações para o novo concessionário no final da concessão;<br>Os limites mínimos das taxas a pagar pelos titulares de licenças. |
| M3C2-3 | Reforma 2.1 — Implementaçã | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do Decreto relativo à | Disposição no decreto relaiva à entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O decreto deve definir os métodos e especificações do balcão aduaneiro único em conformidade com o Regulamento (UE) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | o de um balcão aduaneiro único («Sportello Unico Doganale») | | Alfândega Única Secretária (Sportello Unico Doganale) | do decreto relativo ao balcão aduaneiro único («Sportello Unico Doganale») | | | | | | n.º 1239/2019 relativo à implementação da plataforma única europeia para o setor marítimo e com o Regulamento (UE) 2020/1056 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2020, relativo às informações eletrónicas sobre o transporte de mercadorias (eFTI). |
| M3C2-4 | Reforma 1.3 — Simplificação dos procedimentos de autorização para instalações fornecedoras de alimentação elétrica de terra | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação dos procedimentos de autorização para instalações fornecedoras de alimentação elétrica de terra | Disposição legal que indica a entrada em vigor da simplificação dos procedimentos de autorização para fornecedoras de alimentação elétrica de terra | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Racionalizar o processo de autorização para reduzir o tempo de autorização para um máximo de 12 meses para a construção de infraestruturas de transporte de energia destinadas a fornecer eletricidade de terra para navios durante a fase de amarração (no caso de intervenções não sujeitas a avaliação ambiental) |
| M3C2-5 | Investimento 2.1 — Digitalização da cadeia logística | Alvo | Digitalização da cadeia logística | NENHUMA. | Número | 0 | 12 | Q2 | 2024 | Pelo menos 12 das 16 autoridades do sistema portuário devem estar equipadas com serviços de sistemas de comunidades portuárias (PCS) interoperáveis com *o Comando Generale delle Capitanerie di Porto* e/ou a *Agenzia delle Dogane e dei* |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | *Monopoli* e compatíveis com o novo PLN (Piattaforma Logistica Nazionale). Considera-se que uma autoridade do sistema portuário está equipada com serviços de sistemas de comunidade portuária (PCS) se pelo menos um porto dessa autoridade do sistema portuário estiver equipado com os sistemas de comunidade portuária (PCS). |
| M3C2-7 | Investimento 2.3: Passagem a frio a ferro | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos | Publicação do convite à apresentação de propostas e adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de, pelo menos, 15 instalações de engomagem a frio | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2024 | Publicação do convite à apresentação de propostas e adjudicação de todos os contratos para a construção de, pelo menos, 15 instalações de engomar frio que forneçam energia elétrica em, pelo menos, 10 portos. |
| M3C2-12 | Investimento 2.3: Passagem a frio a ferro | Alvo | Conclusão das obras e aceitação das estimativas | | Número | 0 | 15 | Q2 | 2026 | Certificados de conclusão das obras e aceitação das estimativas dos custos de ligação pelo promotor para, pelo menos, 15 infraestruturas de engomagem a frio em, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | dos custos de ligação pelo dono da obra para as infraestruturas de engomagem a frio. | | | | | | | pelo menos, 10 portos. |

## I.3 Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1.1: Portos ecológicos: intervenções nos portos no domínio da energia de fontes renováveis e da eficiência energética**

O objetivo desta medida é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e melhorar a qualidade do ar nos portos e nas cidades portuárias. Este investimento consiste em apoiar iniciativas que podem incluir, entre outras, intervenções em matéria de eficiência energética, desenvolvimento de energias renováveis, bem como a aquisição de veículos e embarcações de serviço com nível nulo de emissões ou a transformação de veículos e embarcações de serviço movidos a combustíveis fósseis em veículos e embarcações de serviço com nível nulo de emissões.

**Investimento 2.1: Digitalização da cadeia logística**

O objetivo deste investimento é aumentar a competitividade da logística nacional, simplificando procedimentos, processos e controlos e centrando-se na desmaterialização de documentos e no intercâmbio de dados e informações. Este investimento consiste na criação de um sistema digital interoperável entre intervenientes públicos e privados para o transporte de mercadorias e a logística.

**Investimento 2.2: Digitalização da gestão do tráfego aéreo.**

Este investimento visa desenvolver novas ferramentas para a digitalização da informação aeronáutica e implementar plataformas e serviços de aeronaves não tripuladas. O investimento consiste no desenvolvimento e conectividade do sistema de gestão do tráfego não tripulado (UTMS), na digitalização da informação aeronáutica e na definição de um novo modelo de manutenção.

**Reforma 2.2: Criação de uma plataforma nacional de logística digital para introduzir a digitalização dos serviços de transporte de mercadorias e/ou de passageiros**

O objetivo da reforma é tornar interoperáveis os sistemas das comunidades portuárias de cada autoridade do sistema portuário com a Plataforma Nacional de Logística Digital.

## I.4 Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M3C2-8 | Investimento 1.1: Portos ecológicos: intervenções nos portos no domínio da energia de fontes renováveis e da eficiência energética | Alvo | Portos ecológicos: atribuição das obras de construção | NENHUMA. | Número | 0 | 7 | Q4 | 2022 | Atribuição das obras de construção a, pelo menos, sete autoridades do sistema portuário. O processo de seleção para a atribuição das obras incluirá os seguintes elementos:<br><br>a) Critérios de elegibilidade que assegurem que as obras cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br><br>compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 79 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br><br>compromisso de apresentar um relatório sobre a aplicação da medida a meio do período de vigência do regime e no termo do mesmo. |
| M3C2-5bis | Investimento 2.1 — Digitalização da cadeia logística | Alvo | Digitalização da cadeia logística | NENHUMA. | Número | 0 | 3 | Q2 | 2026 | Devem ser realizadas as seguintes 3 intervenções:<br><br>1) centro de início de sessão: Está disponível em linha uma plataforma digital (Piattaforma Logistica Nazionale — PLN) acessível aos operadores |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | pertinentes (que pode incluir, entre outras, autoridades do sistema portuário, aldeias de mercadorias e empresas de transporte de mercadorias e logística).<br><br>2) rede portuária e aldeias de mercadorias:<br><br>Todas as 16 autoridades do sistema portuário devem dispor de serviços PCS (Port Community System) compatíveis com a Piattaforma Logistica Nazionale (PLN). Considera-se que uma autoridade do sistema portuário está equipada com serviços de sistemas de comunidade portuária (PCS) se pelo menos um porto dessa autoridade do sistema portuário estiver equipado com os sistemas de comunidade portuária (PCS). Estes serviços PCS devem estar operacionais para todos os portos principais identificados no Regulamento (UE) n.º 1679/2024.<br><br>Pelo menos 12 aldeias de mercadorias nacionais devem dispor de um sistema de aldeias de mercadorias (Freight Village System — FVS) compatível com o PLN.<br><br>3) atividade de início de sessão: transferência de recursos para, pelo menos, 887 empresas para |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | adquirir ou criar sistemas digitais ou infraestruturas digitais conformes, se for caso disso, com a plataforma nacional eFTI e que apoiem a implantação da tecnologia eCMR. |
| M3C2-6 | Investimento 2.2: Digitalização da gestão do tráfego aéreo | Objetivo intermédio | Digitalização da gestão do tráfego aéreo | Relatórios finais aceites pela administração | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2026 | Os relatórios finais são aceites pela administração para os seguintes 3 projetos:<br>novo modelo de manutenção dos sistemas de gestão do tráfego<br>b) Informação aeronáutica digitalizada<br>c) Sistema de gestão do tráfego não tripulado e conectividade (UTMS). |
| M3C2-9 | Investimento 1.1: Portos ecológicos: intervenções nos portos no domínio da energia de fontes renováveis e da eficiência energética | Alvo | Fornecimento de bens, obras e serviços | NENHUMA. | Número | 0 | 75 | Q2 | 2026 | Fornecimento de bens, obras e serviços relacionados com, pelo menos, 75 projetos. |
| M3C2-10 | Reforma 2.2: Criação de uma plataforma | Objetivo intermédio | Plataforma Nacional de Logística | Disposição no ato jurídico que indica a | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | Entrada em vigor do ato jurídico que assegura a interoperabilidade dos sistemas das comunidades portuárias com a plataforma nacional de logística |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | nacional de logística digital, a fim de introduzir a digitalização dos serviços de transporte de mercadorias e/ou de passageiros | | Digital | entrada em vigor do mesmo | | | | | | digital.<br><br>Além disso, o ato jurídico deve prever que as autoridades do sistema portuário estejam equipadas com serviços padrão PCS (sistema de comunidades portuárias) interoperáveis com as administrações públicas envolvidas e compatíveis com o Regulamento (UE) 1056/2020 e com a Plataforma Nacional de Logística Digital. |

## J. MISSÃO 4, COMPONENTE 1: Reforço da prestação de serviços de educação: das creches às universidades

Esta componente do plano de recuperação e resiliência italiano inclui quatro áreas de intervenção: I) Melhoria da qualidade e expansão quantitativa dos serviços de educação e formação — dos jardins de infância à universidade; II) Reforma da profissão docente, em especial no que diz respeito aos processos de recrutamento e formação, com o objetivo de aumentar as competências do pessoal docente e combater a inadequação territorial; melhoria das competências e modernização das infraestruturas para melhorar o ensino digital, da ciência, da tecnologia, da engenharia e da matemática (CTEM) e do multilinguismo, melhorando simultaneamente a segurança e a eficiência energética dos edifícios escolares; IV) Reforma dos grupos de diplomas, habilitando diplomas e programas de doutoramento com o objetivo de impulsionar a investigação aplicada e aumentar o número de bolsas de doutoramento. As medidas no âmbito desta componente visam corrigir as insuficiências do sistema italiano de educação, formação e investigação, com o objetivo de melhorar os resultados escolares e a empregabilidade dos estudantes italianos. Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «apoiar a participação das mulheres no mercado de trabalho através de uma estratégia global, nomeadamente através do acesso a estruturas de acolhimento de crianças de boa qualidade» (recomendação específica n.º 2 de 2019), «melhorar os resultados escolares, nomeadamente através de investimentos adequados e focalizados, e promover a melhoria das competências, incluindo através do reforço das competências digitais» (recomendação específica n.º 2 de 2019), «promover a investigação e a inovação» (recomendação específica n.º 3 de 2019), «reforçar a aprendizagem à distância e as competências, incluindo as competências digitais» (recomendação específica n.º 2 de 2020) e «centrar o investimento na investigação e na inovação» (recomendação específica n.º 3 de 2020).

### J.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância**

O objetivo deste investimento é aumentar e melhorar os estabelecimentos de ensino para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos. O investimento consiste na construção e/ou conversão e/ou renovação de estruturas de acolhimento de crianças **Investimento 1.3: Plano de Melhoramento das Infraestruturas Desportivas Escolares**

O objetivo desta medida é promover atividades desportivas nas escolas. Esta medida consiste na renovação e/ou construção de instalações desportivas para utilização escolar.

**Investimento 1.4: Intervenção extraor-dinária destinada a reduzir as disparida-des territoriais nos ciclos I e II do ensino secundário e a combater o abandono escolar**

A medida visa colmatar as lacunas existentes nas competências básicas dos estudantes. O investimento consiste em atividades de mentoria e formação para estudantes em risco de abandono escolar precoce e jovens que já abandonaram a escola, também com o apoio de um portal digital nacional.

**Reforma 1.1: Reforma dos institutos técnicos e profissionais**

A reforma visa alinhar os currículos dos institutos técnicos e profissionais com as competências necessárias ao sistema de produção italiano, incluindo a nível local. Em particular, a reforma deve tornar o ensino técnico e profissional coerente com o programa Indústria 4.0 e abri-lo à inovação digital.

**Reforma 1.2: Reforma da formação profissional de nível superior (ITS)**

A reforma visa reforçar o sistema de formação profissional de nível superior através da simplificação da governação ITS, a fim de aumentar o número de institutos e de matrículas tendo em vista o território local. A reforma deverá colmatar o desfasamento entre a oferta e a procura de mão de obra.

**Investimento 1.5: Desenvol-vimento do sistema de formação profissio-nal de nível superior (ITS)**

O objetivo desta medida é reforçar o papel dos institutos de formação profissional (STI) no sistema educativo italiano. O investimento consiste em aumentar a inscrição dos estudantes nos STI e impulsionar a participação das empresas na educação através do lançamento de uma plataforma digital nacional que estabeleça uma melhor ligação entre a formação e o mercado de trabalho.

**Reforma 1.3: Reorganização do sistema escolar**

O objetivo da reforma é duplo:

1) Ajustamento do número de alunos por turma.

O número de docentes será fixado ao mesmo nível que no ano letivo de 2020/2021, tendo em conta o declínio demográfico e a fim de reduzir o número de alunos por turma e melhorar gradualmente o rácio entre o número de alunos e o número de professores em posições comuns. A execução da intervenção não deve aumentar o número de edifícios disponíveis. A iniciativa deve prestar uma atenção personalizada a cada aluno, em especial aos mais vulneráveis e certamente aos alunos com deficiência. Espera-se que a melhoria do rácio aluno/professor beneficie a qualidade do ensino e a disponibilidade de recursos para os edifícios escolares. Revisão das regras relativas à dimensão dos edifícios escolares. A população escolar regional deve ser considerada o «parâmetro eficaz» para identificar os estabelecimentos de ensino com um diretor e uma diretora, e não a população de cada escola, tal como previsto na legislação em vigor.

**Reforma 1.4: Reforma do sistema de orientação**

A reforma visa introduzir módulos de orientação (pelo menos 30 horas por ano) para o quarto e quinto anos do ensino secundário superior. O principal objetivo é ajudar os estudantes a fazer uma escolha informada entre prosseguir os seus estudos ou prosseguir a sua formação profissional (ITS), antes da sua integração no mercado de trabalho. A reforma prevê igualmente a criação de uma plataforma de orientação digital, relacionada com a oferta de ensino superior de universidades e institutos de formação profissional (ITS).

**Investimento 1.6: Orientação ativa na transição escola-universidade**

O objetivo desta medida é facilitar a transição do ensino secundário para a universidade. Esta medida consiste em proporcionar cursos de orientação aos alunos do ensino secundário, a fim de os apoiar na escolha do ensino superior.

**Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades**

O objetivo desta medida é reforçar a igualdade no acesso ao ensino superior, apoiando os estudantes em dificuldades socioeconómicas. A medida consiste em aumentar o número de bolsas concedidas a estudantes universitários.

**Reforma 1.5: Reformas dos grupos de diplomas universitários**

A reforma prevê a atualização dos currículos universitários, reduzindo os limites rígidos existentes, que limitam fortemente a possibilidade de criar percursos interdisciplinares. Espera-se igualmente que a reforma alargue a possibilidade de implementar programas de formação profissional através da introdução de cursos inovadores orientados para o emprego.

**Reforma 1.6: Possibilitar a reforma dos diplomas universitários**

A reforma prevê a simplificação do procedimento de acesso a profissões que exigem a inscrição em ordens profissionais através de um exame profissional específico. A medida deverá contribuir para harmonizar o exame nacional final de cada diploma com o exame de ordem profissional correspondente, proporcionando assim regras gerais e claras.

**Reforma 2.1: Recruta-mento de professores**

O objetivo desta reforma é melhorar os resultados escolares através do aperfeiçoamento dos sistemas de qualificação, recrutamento, carreira, formação e avaliação dos professores. Esta medida consiste no recrutamento de professores no âmbito do sistema de recrutamento reformado.

**Reforma 2.2: Ensino superior avançado e formação obrigatória para gestores escolares, professores, pessoal administrativo e técnico**

A reforma visa criar um sistema de formação de qualidade para o pessoal escolar para a evolução profissional contínua e das carreiras. Prevê a criação de um organismo qualificado responsável pela publicação de orientações em conformidade com as normas europeias e pela seleção e coordenação de iniciativas de formação, eventualmente associando-as à progressão na carreira, tal como previsto na reforma do recrutamento — a Reforma 2.1: Recrutamento de professores, incluído no plano.

**Investimento 2.1: Ensino digital integrado e formação sobre a transformação digital para o pessoal das escolas**

O objetivo desta medida é estabelecer um sistema permanente para promover as competências de ensino digital entre o pessoal escolar. O investimento consiste na formação de gestores escolares, professores e pessoal administrativo.

**Investimento 3.1: Novas competências e novas linguagens**

O objetivo desta medida é reforçar as competências multilinguísticas, CTEM, digitais e de inovação em todos os níveis de ensino. A medida consiste na ativação de projetos interdisciplinares de orientação CTEM nas escolas e no alargamento do programa Erasmus +.

**Investimento 3.2: Escola 4.0: escolas, cablagem, novas salas de aula e workshops inovadores**

O objetivo desta medida é transformar as instalações escolares para permitir a aprendizagem digital. Esta medida consiste em equipar pelo menos 8000 escolas primárias e secundárias com ferramentas digitais, abrangendo pelo menos 100 000 salas de aula.

**Investimento 3.4: Ensino e competên-cias universitá-rias avançadas**

O objetivo desta medida é qualificar e inovar os programas universitários, incluindo os estudos de doutoramento, a fim de reforçar as competências digitais e aumentar a participação do ensino superior

a nível mundial. O investimento consiste na concessão de bolsas de doutoramento, na criação de redes de instituições de ensino superior, na criação de polos de educação digital e no reforço da cooperação e dos projetos internacionais.

**Reforma 4.1: Doutora-mento Reforma dos programas**

A reforma visa atualizar o regulamento relativo aos programas de doutoramento, simplificar os procedimentos para a participação de empresas, centros de investigação, programas de doutoramento e reforçar a investigação aplicada. A reforma proposta integra todos os investimentos relacionados com os programas de doutoramento no domínio «Educação e Investigação».

**Investimento 4.1: Alarga-mento do número e das oportuni-dades de carreira dos doutoran-dos (na investiga-ção, na administra-ção pública e no património cultural)**

A medida visa aumentar o capital humano dedicado a atividades orientadas para a investigação, a administração pública e o património cultural. O investimento prevê a atribuição a estudantes, por universidades e instituições AFAM, de pelo menos 3 600 bolsas de doutoramento geral, pelo menos 3 000 bolsas de doutoramento no domínio da administração pública e pelo menos 600 novas bolsas de doutoramento dedicadas ao património cultural.

## J.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-1 | Reforma 1.5: Reforma dos grupos de diplomas universitários; Reforma 1.6: Possibilitar a reforma dos diplomas universitários; Reforma 4.1: Doutora-mento Reforma dos programas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das reformas do sistema de ensino superior para melhorar os resultados escolares (direito primário) nos seguintes domínios: a) Permitir a obtenção de diplomas universitários; grupos de diplomas universitários; c) Reforma dos programas de doutoramento | Disposição na lei relativa à entrada em vigor das reformas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A reforma deverá consistir nos seguintes elementos:<br>iniciativas para reformar os grupos de diplomas universitários, introduzindo um maior grau de flexibilidade para responder à evolução da procura de competências no mercado de trabalho;<br>iniciativas para reformar os diplomas universitários habilitantes, simplificar e acelerar o acesso às profissões;<br>iniciativas para reformar os programas PHD, a fim de envolver melhor as empresas e impulsionar a investigação aplicada;<br>Medidas de reforma do sistema de formação profissional superior, incluindo o reforço das ligações e eventuais transições com diplomas profissionais («lauree professionalizzanti»), a fim de satisfazer a procura de competências técnicas no mercado de trabalho. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-2 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos ministeriais de reforma das bolsas de estudo destinadas a melhorar o acesso ao ensino superior | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da reforma | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os decretos ministeriais adotados pelo Ministério da Universidade e da Investigação relativos à reforma das bolsas de estudo devem melhorar o acesso ao ensino superior para estudantes talentosos em dificuldades socioeconómicas, aumentar o montante das bolsas de estudo e o número de beneficiários até 31 de dezembro de 2024. Estes estudantes são identificados com base no ISEE — Indicatore della Situazione Economica Equivalente. |
| M4C1-3 | Reforma 2.1: Recruta-mento de professores | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma relativa a profissão docente | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da reforma | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O quadro jurídico revisto deve atrair, recrutar e motivar professores de qualidade, nomeadamente através de:<br>melhoria do sistema de recrutamento<br>II) introdução de uma qualificação superior na docência para o acesso à profissão no ensino secundário;<br>limitar a mobilidade excessiva dos professores (no interesse da continuidade do ensino); |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | estabelecimento de uma progressão na carreira claramente ligada à avaliação do desempenho e ao desenvolvimento profissional contínuo. |
| M4C1-4 | Investimento 3.2: Escola 4.0: escolas, cablagem, novas salas de aula e workshops inovadores | Objetivo intermédio | Adoção do plano Escola 4.0 para promover a transição digital do sistema escolar italiano | Ministério da Educação — Decreto que adota o plano Escola 4.0 | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O plano «Escola 4.0» adotado pelo Ministério da Educação para promover a transição digital do sistema escolar italiano deve incluir:<br><br>a) Transformação de 100 000 salas de aula em ambientes de aprendizagem inovadores<br><br>b) Criação de laboratórios para as novas profissões digitais em todas as escolas secundárias.<br><br>A ação a) transformará os espaços escolares destinados às salas de aula tradicionais em ambientes de aprendizagem inovadores, adaptáveis e flexíveis, interligados, integrados com tecnologias digitais, físicas e virtuais. O investimento em instalações escolares deve trazer |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | as tecnologias de ensino mais inovadoras (dispositivos de codificação e robótica, dispositivos de realidade virtual, dispositivos digitais avançados para uma educação inclusiva, etc., a, pelo menos, 100 000 salas de aula de escolas primárias e secundárias utilizadas para dar aulas).<br><br>A ação b) deve criar, pelo menos, um laboratório para as profissões digitais em todas as escolas secundárias, estritamente interligado com empresas e empresas inovadoras em fase de arranque para a criação de novos postos de trabalho no setor das novas profissões digitais (como a inteligência artificial, a robótica, os megadados e a cibersegurança, a economia azul e a economia verde).<br><br>Pelo menos 40 % das escolas beneficiárias devem estar localizadas no Sul de Itália. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-5 | Reforma 1.3: Reorganização do sistema escolar; Reforma 1.2: Reforma do sistema de formação profissional de nível superior (STI); Reforma 1.1: Reforma dos institutos técnicos e profissionais; Reforma 1.4: Reforma do sistema de orientação | Marcos | Entrada em vigor das reformas do sistema de ensino primário e secundário para melhorar os resultados escolares | Disposição na lei relativa à entrada em vigor das reformas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | As reformas de direito primário do sistema de ensino primário e secundário para melhorar os resultados escolares (através de direito primário) devem incluir, pelo menos, os seguintes elementos essenciais:<br>I) Iniciativas para reformar a organização do sistema educativo a fim de se adaptar à evolução demográfica (como o número de escolas e o rácio alunos/professores)<br>iniciativas para reformar o sistema de orientação, a fim de minimizar a taxa de abandono escolar no ensino superior;<br>iniciativas para reforçar o ensino profissional secundário (Istituti tecnico-professionali), incluindo a adoção do novo currículo e a sua orientação para os resultados em matéria de inovação do Plano Nacional Indústria 4.0 (Ministero dello Sviluppo economico, Decreto 26 Maggio 2020);<br>IV) Iniciativas para a formação de gestores escolares, professores e pessoal administrativo/técnico e a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | criação da Escola Superior de Formação para melhorar a qualidade do ensino;<br>V) Iniciativas para a integração de atividades, metodologias e conteúdos destinados a desenvolver e reforçar os currículos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) e as competências digitais e de inovação, em todos os ciclos de ensino, desde o jardim de infância até ao ensino secundário superior, com o objetivo de impulsionar a inscrição em currículos CTEM do ensino superior, em especial para as mulheres.<br><br>A fim de cumprir satisfatoriamente o marco, a legislação deve incluir prazos obrigatórios para a adoção do direito derivado, orientações e todas as disposições regulamentares necessárias (acompanhamento pela base de dados do Ministério da Educação) para assegurar uma aplicação harmoniosa. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-6 | Reforma 2.2: Ensino superior avançado e formação contínua para gestores escolares, professores, pessoal administrativo e técnico | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação destinada a criar um sistema de formação de qualidade para as escolas. | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da legislação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A legislação deve incluir disposições destinadas a criar um sistema de formação de qualidade para o pessoal escolar, em consonância com a evolução contínua da carreira profissional e profissional, a criação de um organismo qualificado responsável pelas orientações em matéria de formação do pessoal escolar, a seleção e coordenação de iniciativas de formação, e associá-lo à progressão na carreira, tal como previsto na reforma do recrutamento. A implementação de um sistema de formação inicial e contínua deverá permitir superar a atual fragmentação dos percursos de formação, que atualmente carecem de uma estratégia nacional unificada. |
| M4C1-7 | Investimento 1.4: Intervenção extraor-dinária destinada a reduzir as disparida-des territoriais nos ciclos I e II do ensino | Alvo | Estudantes ou jovens que participaram em atividades de mentoria ou cursos de formação | NENHUMA. | Número | 0 | 820 000 | Q3 | 2025 | Devem ser emitidos certificados de participação em atividades de mentoria e formação entregues a, pelo menos, 820 000 beneficiários. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | secundário e a combater o abandono escolar | | | | | | | | | A diferença na taxa de abandono escolar no ensino secundário é reduzida para atingir a média da UE de 2019 (10,2 %), tal como demonstrado pelo ISTAT. |
| M4C1-8 | Investimento 1.3: Plano de Melhoramento das Infraestruturas Desportivas Escolares | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para intervenções de construção e renovação de instalações desportivas e ginásios para uso escolar | Notificação da adjudicação de contratos públicos para as intervenções elegíveis | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | Adjudicação de contratos para as intervenções de construção e renovação de instalações desportivas e ginásios para utilização escolar, na sequência de um procedimento de concurso público. |
| M4C1-9 | Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para a construção, renovação e garantia da segurança de creches, infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância | Notificação pelas autoridades locais beneficiárias do financiamento da adjudicação de contratos públicos para o primeiro conjunto de intervenções elegíveis | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Adjudicação de contratos e distribuição territorial dos serviços de creches, de ensino pré-escolar e de educação e acolhimento na primeira infância. A adjudicação deve ser feita em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M4C1-10 | Reforma 2.1: Recrutamento de professores; Reforma 1.3: Reorganização do sistema escolar; Reforma 1.2: Reforma do sistema de formação profissional de nível superior (STI); Reforma 1.4: Reforma do sistema de orientação; Reforma 1.5: Reforma dos grupos de diplomas universitários; Reforma 1.6: Possibilitar a reforma dos diplomas universitários | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de regulamentos para a execução e aplicação efetivas de todas as medidas relativas às reformas do ensino primário, secundário e superior, se necessário | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da regulamentação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2023 | O direito derivado deve incluir toda a regulamentação necessária à execução e aplicação efetivas de todas as medidas relativas às reformas do ensino primário, secundário e superior:<br>— As reformas do sistema de ensino superior para melhorar os resultados escolares (direito primário) em matéria de: a) Permitir a obtenção de diplomas universitários; grupos de diplomas universitários; c) Reforma dos programas de doutoramento;<br>— Os decretos ministeriais para a reforma das bolsas de estudo, a fim de melhorar o acesso ao ensino superior;<br>— A reforma da profissão docente;<br>— As reformas do sistema de ensino primário e secundário para |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | melhorar os resultados escolares;<br>— A legislação visava a criação de um sistema de formação de qualidade para a escola. |
| M4C1-10 bis | Reforma 1.1: Reforma dos institutos técnicos e profissionais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito derivado. | Disposição da lei que indica a entrada em vigor do direito derivado. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Entrou em vigor o direito derivado relativo à reforma dos institutos técnicos e profissionais. |
| M4C1-11 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas universitárias atribuídas | NENHUMA. | Número | 0 | 55 000 | Q4 | 2023 | Pelo menos 55 000 estudantes recebem bolsas de estudo financiadas exclusivamente por fundos do MRR. |
| M4C1-12 | Investimento 4.1: Alarga-mento do número e das oportuni-dades de carreira dos doutoran-dos (na investiga-ção, na administra-ção pública e no património cultural) | Alvo | Programas de bolsas de doutoramento concedidos | NENHUMA. | Número | 0 | 7 200 | Q4 | 2024 | Pelo menos 3 600 bolsas de doutoramento geral, pelo menos 3 000 bolsas de doutoramento no domínio da administração pública e pelo menos 600 bolsas de doutoramento no domínio do património cultural são atribuídas ao longo de três anos. |
| M4C1-13 | Investimento 2.1: Ensino digital integrado e formação sobre a | Alvo | Formação de gestores escolares, professores e pessoal | NENHUMA. | Número | 0 | 650 000 | Q4 | 2025 | Devem ser emitidos certificados de participação em cursos de formação sobre ensino digital e transformação digital ministrados |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | transformação digital para o pessoal das escolas | | administrativo | | | | | | | a, pelo menos, 650 000 beneficiários. |
| M4C1-14 | Reforma 2.1: Recrutamento de professores | Alvo | Professores recrutados através do sistema de recrutamento reformado | NENHUMA. | Número | 0 | 20 000 | Q4 | 2024 | Pelo menos 20 000 professores recrutados através do sistema de recrutamento reformado |
| M4C1-14 bis | Reforma 2.1: Recrutamento de professores | Alvo | Professores recrutados no âmbito do sistema de recrutamento reformado | NENHUMA. | Número | 0 | 20 000 | Q3 | 2025 | Pelo menos 20 000 professores recrutados no âmbito do sistema de recrutamento reformado |
| M4C1-14ter | Reforma 2.1: Recrutamento de professores | Objetivo intermédio | Decretos de aprovação das listas de concursos públicos para professores | Adoção de decretos de aprovação das listas de concursos públicos para professores | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Decretos que aprovam as listas de, pelo menos, 70 000 candidatos aprovados no concurso público para se tornarem professores na sequência da reforma do sistema de recrutamento, incluindo 40 000 professores contratados ao abrigo das metas M4C1-14 e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | M4C1-14bis. |
| M4C1-15 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas de estudo concedidas para acesso às universidades | NENHUMA. | Número | 0 | 55 000 | Q4 | 2024 | Pelo menos 55 000 estudantes recebem bolsas de estudo financiadas exclusivamente por fundos do MRR |
| M4C1-15 bis | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas de estudo concedidas para acesso às universidades | NENHUMA. | Número | 0 | 83 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 83 000 estudantes recebem bolsas de estudo financiadas exclusivamente por fundos do MRR. |
| M4C1-16 | Investimento 3.1: Novas competências e novas linguagens | Objetivo intermédio | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a ativação de projetos CTEM | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a ativação de projetos CTEM em, pelo menos, 8 000 escolas. |
| M4C1-17 | Investimento 3.1: Novas competências e novas linguagens | Objetivo intermédio | Novas competências | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para:<br>i. A ativação de cursos de línguas e/ou metodológicos, destinados ao pessoal escolar, em pelo menos 8 000 escolas.<br>ii. O reforço do programa Erasmus +, dirigido aos estudantes e/ou ao |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | pessoal escolar, para os anos de 2023, 2024 e 2025. |
| M4C1-19 | Investimento 3.2: Escola 4.0: escolas, cablagem, novas salas de aula e workshops inovadores | Objetivo intermédio | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a aquisição de dispositivos digitais e/ou a criação de laboratórios digitais | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a transformação das salas de aula em ambientes inovadores e/ou a criação de laboratórios digitais em, pelo menos, 8 000 escolas. |
| M4C1-20 | Investimento 1.5: Desenvol-vimento do sistema de formação profissio-nal de nível superior (ITS) | Alvo | Número de estudantes inscritos no sistema de formação profissional (ITS) | NENHUMA. | Número | 0 | 11 000 | Q1 | 2026 | Pelo menos 11 000 estudantes inscritos no Registo Nacional da Academia ITS para o sistema de formação profissional nos anos letivos de 2024/2025 e 2025/2026. A plataforma digital nacional do sistema STI está em linha e acessível, tal como confirmado pelo «*Verbale di collaudo»*. |
| M4C1-22 | Investimento 1.3: Plano de Melhoramento das Infraestruturas Desportivas Escolares | Alvo | Construção ou renovação de instalações desportivas para uso escolar | NENHUMA. | Número | 0 | 300 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a construção ou renovação de, pelo menos, 300 instalações desportivas para utilização escolar. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-23 | Investimento 3.4: Ensino e competên-cias universitá-rias avançadas | Objetivo intermédio | Ações para qualificar e inovar as escolas secundárias e os programas universitários, incluindo doutoramentos. | Decreto, acordos, parcerias | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Decreto de adjudicação de, pelo menos, 500 novos doutoramentos em programas ativados por universidades centrados nas transições digital e ambiental.<br><br>Devem ser assinados os acordos *(«Atti d'obbligo»)* para apoiar financeiramente 3 Polos de Educação Digital (DEH).<br><br>Devem ser assinados os acordos *(«Atti d'obbligo»)* para 3 redes de instituições de ensino superior.<br><br>Devem ser assinadas pelo menos 10 parcerias evidenciadas pela *«Atti d'* obbligo» que criam iniciativas educativas transnacionais.<br><br>Devem ser assinados os acordos (*«Atti d'obbligo»*) para apoiar financeiramente pelo menos 15 projetos de internacionalização de instituições AFAM. |
| M4C1-24 | Investimento 1.6: Orientação ativa na transição escola-universidade. | Alvo | Certificados de frequência emitidos para cursos de transição escola-universidade | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 000 | Q2 | 2026 | Foram emitidos pelo menos 1 000 000 certificados de frequência de cursos de transição escola-universidade para estudantes do ensino secundário inscritos em anos letivos de 2022/2023 a 2025/2026. |

## J.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

### Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes

A reforma visa aumentar as adaptações dos estudantes universitários, incentivando investimentos privados e públicos em instalações, com a contribuição do Ministério das Universidades e da Investigação.

O investimento consiste em proporcionar alojamento adicional aos estudantes.

**Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância**

O objetivo deste investimento é aumentar e melhorar os estabelecimentos de ensino para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos. O investimento consiste na construção e/ou conversão e/ou renovação de estruturas de acolhimento de crianças. **Investimento 1.2: Plano para o prolonga-mento do horário escolar**

O objetivo desta medida é permitir que as instalações escolares alarguem o horário escolar através da renovação ou construção de infraestruturas adequadas. O investimento consiste na renovação ou construção de espaços de cantina em instalações escolares.

**Investimento 3.3: Segurança dos edifícios escolares e plano de reabilitação estrutural**

O objetivo da medida é aumentar a segurança e o desempenho energético dos edifícios e/ou instalações escolares. Esta medida consiste em intervenções destinadas a aumentar a segurança ou a eficiência energética dos edifícios e/ou instalações escolares.

**Investimento 5: Fundo de alojamento para estudantes**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento em Itália no setor da habitação para estudantes. O regime funciona através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado, bem como a entidades do setor público que exerçam atividades semelhantes.

O regime é gerido pela Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. (CDP S.p.A.) na qualidade de parceiro de execução. O regime deve incluir a seguinte linha de produtos:

- Uma bolsa de montante fixo de, no máximo, 20 000 EUR para a criação de uma cama de estudante.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e a CDP S.p.A. devem assinar um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de concessão do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos de membros independentes do governo.

2. Requisitos essenciais da política de subvenções associada, que devem incluir:

a. Os requisitos sociais do investimento, incluindo:

   i. O requisito de que a renda para os estudantes universitários seja fixada, pelo menos, em 15 % abaixo dos preços do mercado local.

   ii. O requisito de que 30 % dos novos lugares sejam reservados a estudantes que enfrentem dificuldades socioeconómicas, tal como definido pelas organizações «Diritto allo Studio» (direito a organizações de estudo).

iii. O requisito de que os alojamentos existentes utilizados para fins de alojamento de estudantes no momento do lançamento do respetivo convite à apresentação de projetos não possam ser financiados.

b. A descrição das subvenções concedidas e dos beneficiários finais elegíveis;

c. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**

d. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de subvenções exclui da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante73, ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes74, iii) atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[75] e estações de tratamento mecânico biológico[76]. Para evitar dúvidas, as caldeiras a gás não são elegíveis para apoio ao abrigo desta medida.

e. O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de afetar quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

    1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre as subvenções mobilizadas.

    2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

[73] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[74] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[75] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[76] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução antes de conceder uma subvenção a uma operação.

4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da CDP S.p.A. Estas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraude, corrupção e conflitos de interesses; a conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e com as regras em matéria de auxílios estatais; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições das convenções de subvenção de execução aplicáveis.

## J.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C1-18 | Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância | Alvo | Lugares para educação e acolhimento na primeira infância para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos. | NENHUMA. | Número | 0 | 150 480 | Q2 | 2026 | Pelo menos 150 480 lugares são recém-construídos, renovados ou resultantes de mudança de utilização, expansões de edifícios ou demolições e reconstruções, em serviços de educação e acolhimento na primeira infância para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos, dos quais um máximo de 35 000 lugares resultantes da demolição e reconstrução de lugares existentes. O investimento não deve incluir a aquisição de caldeiras a gás natural. |
| M4C1-21 | Investimento 1.2: Plano para o prolonga-mento do horário escolar | Alvo | Construção e/ou renovação de cantina em escolas | NENHUMA. | Número | 0 | 1 000 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem que foram realizadas construções e/ou renovações de, pelo menos, 1 000 cantinas nas escolas. |
| M4C1-26 | Investimento 3.3: Segurança dos edifícios escolares e plano de reabilitação estrutural | Alvo | Intervenções destinadas a reforçar a segurança e/ou a eficiência energética | NENHUMA. | Número | 0 | 1 400 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a realização de intervenções de reforço da segurança e/ou da eficiência energética em, pelo menos, 1 400 edifícios e/ou instalações escolares. O investimento não deve incluir a aquisição de caldeiras a gás natural. |
| M4C1-27 | Reforma 1.7: Reforma da | Objetivo | Entrada em vigor de legislação destinada | Disposição na lei relativa à entrada | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHU | Q4 | 2021 | A legislação revista deve:<br>Alterar as regras em vigor em matéria de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | intermédio | a alterar as regras em vigor em matéria de alojamento para estudantes. | em vigor da legislação | | | MA. | | | alojamento para estudantes (Lei n.º 338/2000 e Decreto Legislativo n.º 68/2012), a fim de:<br><br>(1). Promover a reestruturação e renovação de estruturas em vez de novos edifícios construídos de raiz (com uma maior percentagem de cofinanciamento, atualmente de 50 %), devendo os projetos apresentados garantir os mais elevados padrões ambientais;<br><br>(2). Simplificar, também graças à digitalização, a apresentação e a seleção de projetos e, por conseguinte, o calendário de execução;<br><br>(3) Prever por lei uma derrogação aos critérios estabelecidos na Lei n.º 338/2000 no que diz respeito à percentagem de cofinanciamento que pode ser concedida.<br><br>Será implementada uma reforma, introduzindo no quadro regulamentar italiano de alojamento para estudantes as seguintes alterações importantes:<br><br>1. Abertura da participação no financiamento também a investidores |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | privados (de acordo com o regime descrito na implementação), permitindo igualmente parcerias público-privadas em que a universidade utilizará o financiamento disponível para apoiar o equilíbrio financeiro dos investimentos imobiliários em alojamento para estudantes;<br><br>2. Assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos investimentos privados, garantindo uma mudança no regime de tributação, passando do regime aplicado aos serviços hoteleiros para o regime aplicado à habitação social, limitando a utilização dos novos alojamentos para fins de alojamento para estudantes durante o ano académico, mas permitindo a utilização das estruturas quando estas não são necessárias para alojamento estudantil. Tal contribuirá, por sua vez, para a oferta de uma nova gama de alojamentos a preços acessíveis. Condicionar o financiamento, bem como os benefícios fiscais adicionais (por exemplo, a igualdade de tratamento com a habitação social), à utilização dos novos alojamentos para alojamento estudantil durante todo o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | horizonte de investimento e ao cumprimento do limite máximo acordado para as rendas cobradas aos estudantes, mesmo após o termo dos regimes especiais de financiamento que contribuo para desencadear o investimento por parte dos operadores privados. Redefinir as normas aplicáveis aos alojamentos para estudantes, redefinindo os requisitos legais no que respeita ao espaço comum por aluno disponível nos edifícios por troca com quartos (individuais) mais bem equipados. |
| M4C1-28 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos iniciais com vista à criação de unidades de alojamento (camas) adicionais | Publicação dos anúncios de adjudicação de contratos no sítio Web do Ministério | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | Adjudicação de contratos iniciais com vista à criação de unidades de alojamento (camas) adicionais», |
| M4C1-29 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma da legislação relativa ao alojamento para estudantes. | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da reforma. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A reforma deve incluir: (1) abrir a participação no financiamento também aos investidores privados, permitindo também parcerias público-privadas em que a universidade utilizará o financiamento disponível para apoiar o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | alojamento para estudantes | | | | | | | | | equilíbrio financeiro dos investimentos imobiliários para a habitação para estudantes; (2). Assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos investimentos privados, garantindo uma mudança no regime de tributação do regime aplicado aos serviços hoteleiros para o aplicado à habitação social, limitando a utilização dos novos alojamentos para fins de alojamento para estudantes durante o ano académico, mas permitindo a utilização das estruturas quando não são necessárias para a hospitalidade dos estudantes; (3). Condicionar o financiamento, bem como os benefícios fiscais adicionais (como a igualdade de tratamento com a habitação social), à utilização dos novos alojamentos para alojamento estudantil durante todo o horizonte de investimento e ao cumprimento do limite máximo acordado para as rendas cobradas aos estudantes, mesmo após o termo dos regimes especiais de financiamento que contribuo para desencadear o investimento por parte dos operadores privados; (4). Redefinir as normas aplicáveis aos alojamentos para |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | estudantes, redefinindo os requisitos legais no que respeita ao espaço comum por aluno disponível nos edifícios por troca com quartos (individuais) mais bem equipados. |
| M4C1-30 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Alvo | Unidades de alojamento para estudantes criadas | NENHUMA. | Número | 0 | 30 000 | Q2 | 2026 | Certificados de conclusão dos trabalhos emitidos em conformidade com o Decreto Ministerial n.º 481, de 26 de fevereiro de 2024, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 10, de 21 de maio de 2026, confirmando que foram criadas, pelo menos, 30 000 novas unidades de alojamento para dormir.<br><br>No momento do lançamento do respetivo convite à apresentação de projetos, os alojamentos existentes utilizados para fins de alojamento para estudantes não podem ser contabilizados para a meta.<br><br>O convite à apresentação de propostas de 2024 exige que 30 % dos novos lugares sejam reservados a estudantes que enfrentam dificuldades socioeconómicas, tal como definido pelas organizações «Diritto allo Studio» (*direito a organizações de estudo*). Este convite exige igualmente que as rendas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | dos estudantes universitários sejam fixadas, pelo menos, 15 % abaixo dos preços do mercado local.<br><br>O investimento não deve incluir a aquisição de caldeiras a gás natural. |
| M4C1-31 | Investimento 5: Fundo de alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M4C1-32 | Investimento 5: Fundo de alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento | Acordos jurídicos assinados e certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | A Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. deve ter celebrado convenções de subvenção legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão).<br><br>A Itália transferirá 599 000 000 EUR para a Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. para a Facilidade. |

## K. MISSÃO 4, COMPONENTE 2: Da investigação às empresas

Esta componente do plano italiano de recuperação e resiliência visa apoiar o investimento em investigação e inovação, promover a inovação e a difusão tecnológica, reforçar as competências e apoiar a transição para uma economia baseada no conhecimento. Presta apoio ao sistema público de investigação, às competências e à mobilidade dos investigadores, bem como à cooperação público-privada a nível nacional e da UE. Assenta em três pilares principais: I) Melhoria da base científica; II) fortes ligações entre as empresas e a ciência (transferência de conhecimentos e tecnologias; III) Apoio à inovação empresarial (nomeadamente PME, empresas em fase de arranque).

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «centrar a política económica em matéria de investimento na investigação e na inovação, bem como na qualidade das infraestruturas» (recomendação específica n.º 3 de 2019), «promover o investimento privado para fomentar a recuperação económica» (recomendação específica n.º 3 de 2020), «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial [...] na investigação e inovação» (recomendação específica n.º 3 de 2020).

### K.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Investimento 1.2: Projetos de financiamento apresentados por jovens investigadores**

O objetivo deste investimento é manter os jovens investigadores em Itália. A medida consiste em apoiar as atividades de investigação de jovens investigadores.

**Investimento 2.2-A: Acordos de inovação**

O objetivo desta medida é impulsionar a inovação. A medida consiste na definição de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação (os chamados «acordos de inovação»), em domínios coerentes com o pilar II do programa Horizonte Europa, em conformidade com o Regulamento (UE) 2021/695.

**Investimento 3.3: Atribuição de bolsas de doutoramento em colaboração com empresas**

O objetivo desta medida é reforçar as competências de alto nível, nomeadamente nos domínios das tecnologias facilitadoras essenciais.

A medida consiste na concessão de bolsas de doutoramento por universidades e instituições AFAM, com o contributo e a participação de empresas. Especificamente, a medida, executada pelo MUR — Ministério das Universidades e da Investigação, prevê a concessão de um total de 6 000 bolsas de doutoramento em 3 anos, com cofinanciamento privado.

**Reforma 1.1: Implementação de medidas de apoio a I & I para promover a simplificação e a mobilidade**

A reforma será implementada pelo Ministério das Universidades e da Investigação (MUR) e pelo Ministério do Desenvolvimento Económico (MiSE) através da criação de um conselho diretor interministerial e da adoção de dois decretos ministeriais para: aumentar e apoiar a mobilidade (através de incentivos) de indivíduos de alto nível (tais como: investigadores e gestores) entre universidades, infraestruturas de investigação e empresas, e ii) simplificar a gestão dos fundos de investigação, iii) reformar a carreira dos investigadores para aumentar a sua ênfase nas atividades de investigação.

A reforma evoluirá para uma abordagem mais sistémica das atividades de I & D, indo além da atual lógica de reafetação de recursos, favorecendo uma abordagem de partilha, e centrar-se-á na simplificação da burocracia na gestão dos fundos destinados às atividades de investigação público-privadas, gerando um impacto significativo ao evitar a dispersão e a fragmentação das prioridades, também apoiadas pela primeira componente da missão. Os organismos públicos de investigação deverão desempenhar um papel fundamental, tanto como possíveis líderes de projetos para parcerias, campanhas nacionais e ecossistemas territoriais, como enquanto potenciais participantes em convites à apresentação de propostas no âmbito do Fundo PNR e do Fundo para as Infraestruturas.

**Reforma 1.2: Plano trienal de financiamento das atividades de investigação**

A reforma visa melhorar o planeamento e a previsibilidade do financiamento da investigação. Consiste na entrada em vigor de legislação primária que estabelece o quadro jurídico para a adoção de um plano trienal para o financiamento das atividades de investigação.

## K.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C2-1 | Investimento 1.2: Projetos de financiamento apresentados por jovens investigadores | Alvo | Número de estudantes que beneficiam de uma bolsa de investigação | NENHUMA. | Número | 50 | 300 | Q4 | 2022 | Atribuição de, pelo menos, 300 bolsas de investigação a estudantes. O processo de seleção para a adjudicação deve incluir critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br><br>O cumprimento satisfatório da meta terá igualmente em conta que pelo menos 300 jovens investigadores são contratados. |
| M4C2-1bis | Investimento 1.2: Projetos de financiamento apresentados por jovens | Objetivo intermédio | Publicação do (s) decreto (s) que concede (m) o financiamento a jovens | Publicação do (s) decreto (s) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Publicação do (s) decreto (s) que concede (m) o financiamento para apoiar, pelo menos, 550 jovens investigadores. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | investigadores | | investigadores | | | | | | | Os jovens investigadores devem respeitar as seguintes condições: ter até 40 anos de idade à data em que o convite foi lançado (os perfis com 40 anos de idade à data da publicação do convite à apresentação de projetos são elegíveis até aos 41 anos de idade) ou, para perfis com idades compreendidas entre os 41 e os 45 anos que tenham concluído o doutoramento no máximo 7 anos antes (os perfis com 45 anos de idade à data da publicação do convite à apresentação de projetos são elegíveis até aos 46 anos de idade). |
| M4C2-2bis | Investimento 2.2-A: Acordos de inovação | Alvo | Acordos de inovação relativamente aos quais o Ministério das Empresas e do Made in Italy confirmou a aceitação da transmissão dos relatórios | NENHUMA. | Número | 0 | 32 | Q4 | 2025 | Confirmação do Ministério das Empresas e do Fabricado em Itália de que aceita a transmissão dos relatórios finais pelos beneficiários de, pelo menos, 32 acordos de inovação que abranjam, pelo menos, um dos seguintes domínios de intervenção:<br>o tecnologias de fabrico; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | finais pelos beneficiários | | | | | | | ○ tecnologias digitais fundamentais, incluindo tecnologias quânticas;<br>○ tecnologias facilitadoras emergentes;<br>○ materiais avançados;<br>○ inteligência artificial e robótica;<br>○ indústrias circulares;<br>○ indústrias hipocarbónicas e limpas;<br>○ doenças não transmissíveis e raras;<br>○ doenças infecciosas, incluindo as doenças relacionadas com a pobreza e negligenciadas;<br>○ ferramentas, tecnologias e soluções digitais no domínio da saúde e dos cuidados de saúde, nomeadamente a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | medicina personalizada;<br>o instalações industriais em transição energética;<br>o competitividade industrial nos transportes;<br>o transportes não poluentes, seguros e acessíveis e mobilidade;<br>o mobilidade inteligente;<br>o armazenamento de energia;<br>o sistemas alimentares;<br>o sistemas de inovação de base biológica na bioeconomia da União;<br>o sistemas circulares.<br>Os acordos de inovação relativamente aos quais o Ministério das Empresas e do Made in Italy confirmou a aceitação da transmissão dos relatórios finais pelos beneficiários devem cumprir as |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). |
| M4C2-3 | Investimento 3.3: Atribuição de bolsas de doutoramento em colaboração com empresas e promoção da contratação de investigadores pelas empresas | Alvo | Número de bolsas de doutoramento concedidas | NENHUMA. | Número | 0 | 6 000 | Q4 | 2024 | Atribuição de, pelo menos, 6 000 bolsas de doutoramento por universidades e instituições AFAM.<br>Os requisitos críticos para a atribuição de doutoramentos incluem:<br>prever períodos de estudo e investigação na empresa de um mínimo de seis (6) meses a um máximo de dezoito (18) meses;<br>prever períodos de estudo e investigação no estrangeiro de um mínimo de seis (6) meses a um máximo de dezoito (18) meses;<br>prever a participação das empresas na definição do curso de formação também no contexto de colaborações mais amplas com as instituições universitárias e AFAM. |
| M4C2-4 | Reforma 1.1: Implementação | Objetivo | Entrada em vigor dos | Disposição no decreto relativa | NENHUMA. | NENHUMA. | | Q2 | 2022 | Os decretos ministeriais devem incluir os seguintes elementos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | de medidas de apoio a I & D para promover a simplificação e a mobilidade | intermédio | decretos ministeriais sobre a simplificação e a mobilidade da I & D e ligada ao fundo comum de financiamento. | à entrada em vigor da lei | | | | | | essenciais:<br>I) avançar para uma abordagem mais sistémica das atividades de I & D através de um novo modelo simplificado destinado a gerar um impacto significativo, evitando a dispersão e a fragmentação das prioridades; II) reformar a legislação para aumentar a mobilidade de figuras de alto nível (como investigadores e gestores) entre universidades, infraestruturas de investigação e empresas; III) simplificação da gestão dos fundos; reformar o percurso profissional dos investigadores, a fim de aumentar a sua ênfase nas atividades de investigação. |
| M4C2-4bis | Reforma 1.2: Plano trienal de financiamento das atividades de investigação | Objetivo intermédio | Direito primário para a adoção do plano trienal de financiamento das atividades de investigação | Entrada em vigor do direito primário que estabelece o plano trienal para o financiamento das atividades de investigação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | A reforma exige a entrada em vigor de legislação primária que estabeleça o quadro jurídico para a adoção de um plano trienal para o financiamento das atividades de reserva.<br>O quadro jurídico deve:<br>1) Criar um fundo para fundir diferentes instrumentos de financiamento; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | 2) exigir a adoção do plano trienal para o financiamento das atividades de investigação das universidades, das entidades de investigação e das instituições AFAM;<br>3) Exigir a adoção de um calendário («cronoprogramma») para o lançamento de convites à apresentação de projetos e para a conclusão dos seus procedimentos de seleção.<br>4) Incluir uma rubrica orçamental específica para o financiamento de projetos PRIN. |

## K.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN)**

O objetivo desta medida é apoiar atividades de investigação. A medida consiste no financiamento de projetos de investigação de grande interesse nacional (PRIN), implicando a colaboração entre unidades de investigação universitárias e organismos de investigação e a contratação de investigadores a termo certo.

### Investimento 1.3: Parcerias alargadas a universidades, centros de investigação, empresas e financiamento de projetos de investigação fundamental

A medida visa criar redes de universidades, organizações de investigação e outras partes interessadas, promover a transferência de tecnologias e apoiar empresas em fase de arranque e empresas derivadas baseadas na investigação. A medida consiste no financiamento de, pelo menos, 14 grandes programas de investigação fundamental realizados por redes de disciplinas públicas e privadas.

**Investimento 1.4: Criação de «líderes nacionais de I & D» em algumas tecnologias facilitadoras essenciais**

O objetivo desta medida é criar líderes nacionais de I & D. A medida consiste no financiamento de cinco centros nacionais de investigação centrados na investigação em domínios de tecnologias-chave que podem incluir, entre outros, a computação de alto desempenho, a agrotecnologia, a genética e o desenvolvimento de medicamentos à base de ARN, a mobilidade sustentável e a biodiversidade.

**Investimento 1.5: «Ecossistemas de inovação para a sustentabilidade», construindo «líderes territoriais de I & D».**

O objetivo desta medida é estimular a inovação. A medida consiste no financiamento de ecossistemas de inovação existentes ou novos.

**Investimento 2.1: Projeto importante de interesse europeu comum (IPCEI)**

O objetivo desta medida é complementar o atual fundo PIIEC, referido no artigo 1.º, n.º 232, da Lei Orçamental de 2020. A medida contribui para apoiar o fundo PIIEC com recursos adicionais.

**Investimento 2.3: Centros de transferência de tecnologia**

O objetivo desta medida é apoiar uma rede de centros (Centros de Competências, Polos Europeus de Inovação Digital, Selo de Excelência, Centros Nacionais de Inovação Digital) responsáveis por, pelo menos, um dos seguintes aspetos: desenvolvimento de projetos, prestação de serviços tecnológicos avançados a empresas e administrações públicas e serviços de transferência de tecnologia.

O MRR financia pelo menos 32 centros exclusivamente, sem qualquer apoio de outras fontes da UE. O MRR e o Programa Europa Digital cofinanciam 13 Polos Europeus de Inovação Digital. O funcionamento de cada um destes Polos Europeus de Inovação Digital deve ser estruturado em pacotes de trabalho. O MRR financia exclusivamente determinados pacotes de trabalho, enquanto os restantes são financiados pelo Programa Europa Digital.

**Investimento 3.1: Infraestruturas de investigação e inovação**

O objetivo da medida é apoiar a criação ou modernização de infraestruturas de investigação e inovação que liguem a indústria e o meio académico, ou apoiar as infraestruturas existentes. O investimento consiste no financiamento de projetos de infraestruturas existentes ou novos com um gestor de investigação para cada infraestrutura.

**Investimento 3.2: Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR**

Esta medida visa apoiar o potencial de crescimento da economia italiana, incentivando os investimentos privados, melhorando o acesso ao financiamento para as empresas em fase de arranque e desenvolvendo o mercado de capital de risco neste setor. A medida consiste numa injeção de capital de 400 000 000 EUR no Fundo para a Transição Digital («DTF») gerido pela CDP Venture Capital SGR.

A CDP Venture Capital SGR deve adotar uma política de investimento para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve incluir a descrição do (s) produto (s) financeiro (s) com o tipo esperado de beneficiários finais elegíveis que o capital próprio deverá apoiar, incluindo o calendário previsto para a execução de 15 anos e a comissão de gestão de, no máximo, 13 %.77 O DTF opera proporcionando, direta ou indiretamente, apoio sob a forma de capital próprio, quase-capital, dívida ou quase-dívida.78 A CDP Venture Capital SGR adota o sistema de auditoria e controlo descrito nas orientações «Linee Guida per le attività di rendicontazione e controllo dei Fondi DTF e GTF» para a utilização do capital próprio. A política de investimento deve exigir que o (s) produto (s) financeiro (s) que o capital próprio apoia cumpra (m) o princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, no caso do apoio geral às empresas em fase de arranque, a política de investimento deve excluir as empresas com uma incidência substancial79 nos seguintes setores: I) produção de energia a partir de combustíveis fósseis e atividades conexas80, II) indústrias com utilização intensiva de energia e/ou com elevadas emissões de CO281, III) produção, aluguer ou venda de veículos poluentes82; IV) recolha, tratamento e eliminação de resíduos83, v) processamento de combustível nuclear, produção de energia nuclear. Além disso, a política de investimento deve exigir o cumprimento da legislação ambiental nacional e da UE aplicável.

77 Em especial, o limite máximo de 13 % não inclui as comissões de desempenho relacionadas com o DTF e todos os custos e comissões de gestão relacionados com investimentos indiretos/fundos de terceiros.

78 Em especial, no caso de investimentos diretos, o DTF opera através da prestação de apoio sob a forma de capital próprio ou quase capital;
no caso de investimentos indiretos, o DTF opera através do financiamento de fundos de terceiros, que operam através da disponibilização de, pelo menos, um dos seguintes elementos: instrumentos de capital próprio, ou quase-capital, ou instrumentos de dívida ou quase-dívida.

79 Considera-se que um beneficiário final tem uma «incidência substancial» num setor ou atividade empresarial se esse setor ou atividade for identificado como sendo uma parte essencial da atividade empresarial do beneficiário final, respetivamente, em relação às receitas brutas, aos lucros ou à base de clientes do beneficiário final. As receitas brutas geradas pelo setor ou atividade objeto de restrições não podem, em caso algum, exceder 50 % das receitas brutas.

80 Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

81 Incluindo atividades e ativos no âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões projetadas de gases com efeito de estufa não inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis. Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

82 Os veículos poluentes são definidos como veículos sem emissões.

83 Esta exclusão não se aplica a ações em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## K.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M4C2-5 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN) | Alvo | Número de projetos de investigação selecionados | NENHUMA. | Número | 0 | 3 150 | Q4 | 2023 | Atribuição de, pelo menos, 3 150 projetos de investigação *Progetti di Ricerca di Interesse Nazionale*.<br><br>A adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso deve ser efetuada em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M4C2-6 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse | Objetivo intermédio | Publicação do (s) decreto (s) que adjudica (m) | Publicação do (s) decreto (s) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Publicação do (s) decreto (s) que adjudica (m) pelo menos 5 350 projetos de investigação de interesse nacional (Progetti |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | nacional significativo (PRIN) | | os projetos | | | | | | | di Ricerca di Interesse Nazionale).<br>Os convites à apresentação de projetos devem especificar que a duração do projeto é de, pelo menos, dois anos e exigir a colaboração entre unidades de investigação universitárias e organismos de investigação. |
| M4C2-7 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN) | Alvo | Número de investigadores contratados a termo | NENHUMA. | Número | 0 | 900 | Q2 | 2025 | Devem ser contratados, pelo menos, 900 investigadores contratados a termo. As atividades dos investigadores contratados incidirão em tópicos coerentes com os seis agregados do Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação 2021-2027. |
| M4C2-8 | Investimento 1.3: Parcerias alargadas a universidades, centros de investigação, | Alvo | Número de parcerias de investigação assinadas | NENHUMA. | Número | 0 | 14 | Q2 | 2025 | Assinatura dos acordos («atto d'obbligo») para, pelo menos, 14 parcerias de investigação. Os convites à apresentação de programas devem exigir: a) Cada parceria deve |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | empresas e financiamento de projetos de investigação fundamental | | | | | | | | | contratar, pelo menos, 100 investigadores contratados a termo;<br>compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 42 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR. |
| M4C2-9 | Investimento 1.4: Criação de «líderes nacionais de I & D» em algumas tecnologias facilitadoras essenciais | Alvo | Centros nacionais para os quais foi emitido um relatório de atividades | NENHUMA. | Número | 0 | 5 | Q2 | 2026 | Será elaborado um relatório de atividades para cada um dos 5 centros nacionais. |
| M4C2-10 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | Lançamento do convite à manifestação de interesse para a identificação dos projetos | O convite à manifestação de interesse é publicado | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2021 | Espera-se que os projetos IPCEI que deverão ser apoiados sejam atualizados em função da fase de avanço real dos procedimentos IPCEI nacionais atualmente em |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | nacionais, incluindo projetos IPCEI no domínio da microeletrónica | | | | | | | curso e da fase de evolução do procedimento de notificação de auxílios estatais.<br><br>O IPCEI escolhido deve ter em conta setores industriais inovadores específicos, em consonância com as cadeias de valor europeias já identificadas.<br><br>Esta intervenção inclui tanto os PIIEC já aprovados como os futuros, como a computação em nuvem, a saúde, os materiais em linha e a cibersegurança.<br><br>Os termos do convite à apresentação de propostas devem incluir os seguintes elementos:<br><br>a) Critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br>compromisso de que o contributo climático do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 40 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br>compromisso de que a contribuição digital do investimento, de acordo com a metodologia constante do anexo VII do Regulamento (UE) 2021/241, deve representar, pelo menos, 60 % do custo total do investimento apoiado pelo MRR.<br>compromisso de apresentar |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | um relatório sobre a aplicação da medida a meio do período de vigência do regime e no termo do mesmo. |
| M4C2-11 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico nacional que atribui o financiamento necessário para prestar apoio aos participantes nos projetos. | Disposição no ato legislativo nacional relativa à entrada em vigor do ato | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | O ato jurídico nacional deve indicar os procedimentos e os prazos para a apresentação de projetos, bem como as condições de elegibilidade dos potenciais beneficiários. |
| M4C2-12 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | A lista de participantes em projetos PIIEC está concluída até 30/06/2023 | Publicação da lista de participantes | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2023 | A lista deve incluir os sujeitos admitidos que participam nos projetos PIIEC, na sequência das verificações e avaliações dos projetos apresentados, que devem ser efetuadas em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) através da utilização de uma lista de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | exclusão e do requisito de conformidade com as orientações ambientais nacionais e da UE pertinentes. |
| M4C2-14 | Investimento 2.3: Centros de transferência de tecnologia | Alvo | Desembolso do valor financeiro de 309 000 000 EUR | NENHUMA. | EUR | 0 | 309 000 000 | Q2 | 2026 | Deve ser emitido um valor total de, pelo menos, 309 000 000 EUR de ordens de pagamento para, pelo menos, 45 plataformas com as quais o Ministério tenha assinado acordos financeiros.<br><br>Os acordos com os 13 Polos Europeus de Inovação Digital cofinanciados pelo Programa Europa Digital devem especificar os pacotes de trabalho financiados pelo MRR.<br><br>Para os 13 Polos Europeus de Inovação Digital, as ordens de pagamento devem dizer respeito a pacotes de trabalho financiados exclusivamente pelo MRR. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | A confirmação deve ser emitida pelo Ministério das Empresas e do Fabricado em Itália, aceitando a transmissão dos relatórios finais de conclusão pelos beneficiários para, pelo menos, 45 polos. |
| M4C2-16 | Investimento 3.1: Infraestruturas de investigação e inovação | Alvo | Número de infraestruturas financiadas | NENHUMA. | Número | 0 | 30 | Q2 | 2023 | Pelo menos 30 infraestruturas financiadas para o sistema integrado de infraestruturas de investigação e inovação.<br>As infraestruturas de inovação devem incluir infraestruturas polivalentes capazes de abranger, pelo menos, três domínios temáticos, a saber: I) quântica, ii) materiais avançados, iii) fotónica, iv) ciências da vida, v) inteligência artificial, vi) transição energética.<br>O cumprimento satisfatório da meta depende igualmente da contratação de, pelo menos, 30 gestores de investigação para o sistema integrado de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | infraestruturas de investigação e inovação. |
| M4C2-16 bis | Investimento 3.1: Infraestruturas de investigação e inovação | Alvo | Infraestruturas de investigação e inovação para as quais foi emitido um relatório de atividades | N.D. | Número | 0 | 30 | Q2 | 2026 | Devem ser publicados relatórios de atividades para, pelo menos, 30 projetos de infraestruturas de investigação ou inovação (ITEC). |
| M4C2-17 | Investimento 3.1: Fundo para a construção de um sistema integrado de infraestruturas de investigação e inovação; Investimento | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para os projetos relativos a: sistema integrado de infraestruturas de investigação e inovação | Notificação da adjudicação dos contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Notificação da adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | As propostas serão selecionadas com base nos seguintes critérios:<br>liderança científica/tecnológica/em inovação, o seu potencial de inovação (tanto em termos de inovação aberta/dados abertos como de desenvolvimento de propriedade industrial), a sua conformidade com as áreas temáticas ou apetência para novos desenvolvimentos disruptivos, os seus planos translacionais e de inovação, o apoio da indústria como parceiro para a inovação aberta e/ou enquanto utilizadora, a força das atividades de desenvolvimento empresarial, a geração de IP, regras claras para distinguir os planos de produção e licenciamento abertos e protegidos, a sua |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | capacidade para desenvolver e acolher doutoramentos industriais, ligações com o capital de risco ou outros tipos de fundos para facilitar o desenvolvimento das empresas em fase de arranque.<br>O processo de seleção exige uma avaliação da conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e, se for caso disso, uma avaliação ambiental estratégica (AAE), caso se preveja que o projeto tenha um impacto sistemático no território. |
| M4C2-18 | Investi-mento 1.5: Criação e reforço de «ecossistemas de inovação para a sustentabilidade», construindo | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para projetos relativos a ecossistemas de inovação; | Notificação da adjudicação dos contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Notificação da adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | «líderes territoriais de I & D» | | | | | | | | | de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br>O processo de seleção exige uma avaliação da conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e, se for caso disso, uma avaliação ambiental estratégica (AAE), caso se preveja que o projeto tenha um impacto sistemático no território.<br>Os centros nacionais deverão ser criados na sequência de um convite à apresentação de propostas, mediante a fusão de laboratórios existentes de craveira mundial já presentes em universidades e centros de investigação públicos e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | privados, bem como através da criação de novas infraestruturas específicas. |
| M4C2-18 Bis | Investimento 1.5: «Ecossistemas de inovação para a sustentabilidade», construção de «líderes territoriais de I & D» | Alvo | Ecossistemas de inovação para os quais foi emitido um relatório de atividades | N.D. | Número | 0 | 10 | Q2 | 2026 | Devem ser publicados relatórios de atividades para, pelo menos, 10 ecossistemas de inovação. |
| M4C2-19 | Investimento 1.4: Reforço das estruturas de investi-gação e apoio à criação de «líderes nacionais de I & D» sobre algumas tecnologias facilita-doras | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para projetos relativos a líderes nacionais de I & D no domínio das tecnologias facilitadoras essenciais | Notificação da adjudicação dos contratos | NENHUMA. | NENHUMA. | N | Q2 | 2022 | Notificação da adjudicação dos contratos aos projetos selecionados no âmbito dos convites à apresentação de propostas em regime de concurso, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | essenciais | | | | | | | | | conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br><br>Os projetos devem ser selecionados para 30 % dos recursos enquanto intervenções «processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, incidindo na economia hipocarbónica, na resiliência e na adaptação às alterações climáticas» (DI022) e, para 15 % dos recursos, como intervenções «Processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, incidindo na economia circular» (DI023).<br><br>Os projetos devem ser avaliados tendo em conta a sua viabilidade, sustentabilidade, cofinanciamento de outras |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | fontes (tais como fundos regionais), participação do setor produtivo, qualidade dos parceiros e impacto na sustentabilidade social e ambiental. O convite à apresentação de projetos a financiar como ecossistemas de inovação. O processo de seleção exige uma avaliação da conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e, se for caso disso, uma avaliação ambiental estratégica (AAE), caso se preveja que o projeto tenha um impacto sistemático no território. |
| M4C2-20 | Investimento 3.2: Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo entre o Governo italiano e o parceiro de execução, a Cassa Depositi e Prestiti (CDP), que estabelece | O acordo é assinado pelo Governo italiano e pela Cassa Depositi e Prestiti. | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Os elementos a incluir na política/estratégia de investimento do instrumento financeiro são:<br>- Metas de investimento (dimensão do fundo, número de operações, montantes a apoiar ao |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | o instrumento financeiro | | | | | | | longo do tempo diferenciados por beneficiário, tais como PME e empresas de dimensão intermédia/grandes empresas)<br>- Âmbito de aplicação e beneficiários elegíveis<br>- Intermediários financeiros elegíveis e processo de seleção<br>- Tipo de apoio prestado (tais como garantias, empréstimos, capital próprio e quase capital)<br>- Risco/retorno direcionado para cada tipo de investidor<br>- Política de risco e política de luta contra o branqueamento de capitais<br>- Governação (parceiros, gestores de fundos, conselho de administração, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Comité de Investimento, papéis e responsabilidades)<br>- Diversificação e limites de concentração<br>- Política de capitais próprios, incluindo estratégia de saída para investimentos em capitais próprios<br>- Princípio de «não prejudicar significativamente», política de avaliação da sustentabilidade e lista de exclusão<br>- Política de empréstimos para investimento em dívida, incluindo garantias e garantias exigidas<br>- Calendário para a angariação de fundos e para a implementação |
| M4C2-21bis | Investimento 3.2 Injeção de capital no | Objetivo intermédio | Injeção de capital no Fundo para a Transição | Certificado de transferência | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | A Itália transferirá 400 000 000 EUR para o DTF. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Fundo para a Transição Digital («DTF») | | Digital | | | | | | | Além disso, a política de investimento («Acordo Finanziario») deve estar em conformidade com a descrição da medida. |
| M4C2-21 | Investimento 3.2 Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório | Adoção de um relatório | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | A Itália deve transmitir um relatório que descreva as medidas tomadas pela DTF para aplicar a política de investimento, incluindo as medidas tomadas para a aplicação dos produtos financeiros que o capital próprio deverá apoiar, bem como as medidas previstas para continuar a aplicar esses produtos.<br>O relatório deve igualmente indicar os montantes investidos de forma direta/indireta e em cada produto financeiro. |
| M4C2-22 | Investimento 2.1: PIIEC | Alvo | Número de projetos | NENHUMA. | Número | 0 | 20 | Q2 | 2025 | Os decretos de adjudicação de concessões são emitidos pelo Ministério das Empresas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | apoiados | | | | | | | e do Made in Italy para apoiar, pelo menos, 20 projetos PIIEC. |

## L. MISSÃO 5 COMPONENTE 1: Política em matéria de emprego

As medidas ao abrigo desta componente do plano italiano de recuperação e resiliência introduzem uma reforma abrangente e integrada das políticas ativas do mercado de trabalho (PAMT) e da formação profissional. Espera-se que o reforço das políticas ativas do mercado de trabalho e o reforço das capacidades dos serviços públicos de emprego (SPE), incluindo a sua integração com os prestadores de ensino e formação e os operadores privados, aumentem a eficácia dos serviços. Além disso, as medidas desta componente visam reduzir as vulnerabilidades sociais aos choques, em especial combatendo o trabalho não declarado em todas as suas formas e setores, estabelecendo sanções mais eficazes, juntamente com incentivos mais fortes ao trabalho legal. Além disso, esta componente promove a igualdade entre homens e mulheres (igualdade de remuneração) através do sistema de certificação da igualdade de género. Também investe nos jovens aumentando a quantidade e a qualidade dos programas de formação, por exemplo através da participação no programa de serviço cívico universal.

A execução destas medidas deverá contribuir para dar resposta aos desafios abrangidos pela recomendação específica 2020 de 2 relativa ao mercado de trabalho, que insta a Itália a «atenuar o impacto da crise no emprego, nomeadamente através [...] de um apoio ativo ao emprego», pela recomendação específica 2020 de 2 de «apoiar as competências (...), incluindo as competências digitais», pela recomendação específica 2019 de 2 de «intensificar os esforços para combater o trabalho não declarado, assegurar que as políticas ativas do mercado de trabalho e as políticas sociais (...) cheguem, nomeadamente, aos jovens e aos grupos vulneráveis. Apoiar a participação das mulheres no mercado de trabalho» e a recomendação específica por país n.º 2019 de 2 de «promover a melhoria das competências, nomeadamente através do reforço das competências digitais».

### L.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho (PAMT) e formação profissional**

O objetivo desta reforma é apoiar o sistema ativo do mercado de trabalho, a fim de fornecer planos personalizados que incluam o emprego, a formação e os serviços sociais. Esta medida consiste na criação de um Programa Nacional para a Empregabilidade Garantida dos Trabalhadores (GOL), que apoia, em especial, as categorias mais vulneráveis (mulheres, desempregados de longa duração, jovens e trabalhadores mais velhos e pessoas com deficiência) e na realização de programas de formação para a educação de adultos.

**Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE)**

O objetivo deste investimento é permitir a prestação eficiente de serviços de emprego e formação. A medida consiste na realização de atividades pelos serviços públicos de emprego, incluindo, por exemplo: investimentos em infraestruturas, criação de observatórios regionais dos mercados de trabalho locais, modernização do sistema informático, formação profissional do pessoal e comunicação institucional e sensibilização.

**Reforma 2 — Plano nacional de combate ao trabalho não declarado**

O objetivo desta medida é apoiar a qualidade do emprego e as condições de trabalho, prevenindo e combatendo o trabalho não declarado, a exploração laboral (o chamado «caporalato») e outras formas de trabalho irregular. Esta medida consiste em ações legislativas e não legislativas, incluindo: o reforço das inspeções do trabalho e das sanções, a concessão de incentivos ao trabalho regular, a formação dos operadores de centros de emprego, a realização de uma campanha de informação

nacional, a melhoria da governação para combater o trabalho não declarado, bem como ações específicas para combater a exploração laboral na agricultura.

**Investimento 2 — Sistema de certificação da igualdade de género**

O objetivo desta medida é aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e contribuir para melhorar as condições de trabalho das mulheres. Este investimento consiste na criação do sistema nacional de certificação da igualdade de género e no fornecimento da certificação da igualdade de género a, pelo menos, 3000 empresas. .

**Investimento 3 — Reforço do sistema dual**

O objetivo desta medida é apoiar os jovens e os adultos sem ensino secundário no acesso a oportunidades de emprego. Este investimento consiste em alargar a participação no «sistema dual» para os estudantes do ensino e formação formais e profissionais (EFP), nomeadamente através de aprendizagens.

**Investimento 4 —Reforço do serviço público universal**

O objetivo desta medida é aumentar o número de jovens envolvidos na aprendizagem não formal e aumentar os seus conhecimentos e competências. Este investimento consiste em melhorar o programa do Serviço Civil Universal e aumentar o número de participantes.

## L.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C1-1 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto interministerial que estabelece um programa nacional para a empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL) e de um decreto interministerial que estabelece um plano nacional para novas competências | Disposição nos decretos interministeriais relativa à entrada em vigor dos dois decretos interminis-teriais, na sequência de acordos na Conferência Estado-Regiões sobre o Programa GOL e o plano nacional para novas competências | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Os atos relativos ao GOL devem, no mínimo: I) definir os elementos essenciais e as respetivas normas dos serviços públicos de emprego (SPE), incluindo a previsão de competências, planos de formação personalizados, orientação e acompanhamento profissional, a fim de assegurar a prestação eficaz de serviços de emprego personalizados de acordo com normas comuns e uniformes em todo o território nacional, ii) assegurar que as atividades de formação para melhoria de competências e requalificação ministradas pelos serviços públicos de emprego (SPE) estão em plena consonância com o Plano Nacional para Novas Competências, incluindo as competências digitais, iii) assegurar que os serviços públicos de emprego (SPE) são orientados para as necessidades dos beneficiários, iv) assegurar que os serviços públicos de emprego (SPE) visam prioritariamente os |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | mais vulneráveis; V) estabelecer uma meta de, no mínimo, 25 % de beneficiários dos programas de empregabilidade garantida dos trabalhadores como destinatários de formação pertinente, com especial destaque para as competências digitais e com prioridade para os mais vulneráveis; VI) estabelecer novos mecanismos que reforcem e tornem estrutural a cooperação entre os sistemas públicos e privados, nomeadamente no que diz respeito à identificação das necessidades de competências pertinentes e à oferta de emprego. O decreto estabelece que os beneficiários de redes de segurança social devem ter acesso aos serviços prestados ao abrigo do programa nacional de empregabilidade garantida dos trabalhadores no prazo de 4 meses a contar do momento em que atingem o seu direito a beneficiar de redes de segurança social. Os atos relativos ao plano nacional para novas competências devem, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | no mínimo: I) define normas comuns e níveis essenciais de formação profissional em todo o território nacional, ii) visa tanto os trabalhadores como os desempregados e as pessoas, com o objetivo de reforçar as suas competências digitais e incentivar a aprendizagem ao longo da vida. III) identificar as competências e as normas pertinentes com base numa cooperação entre os sistemas público e privado, iv) ter em conta as diferentes necessidades dos grupos-alvo considerados que, no mínimo, devem incluir os mais vulneráveis, v) abranger todas as estratégias setoriais pertinentes de modo a ter uma abordagem global, incluindo o plano estratégico nacional para as competências dos adultos, vi) incorporar a disposição relativa ao desenvolvimento de um sistema de previsão das novas competências necessárias a curto e médio prazo no mercado de trabalho. |
| M5C1-2 | Reforma 1 — | Objetivo | Entrada em vigor | Disposição | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A regulamentação nacional do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | intermédio | a nível regional de todos os planos para os Serviços Públicos de Emprego (SPE) | relativa à entrada em vigor dos planos adotados pelas regiões e às atividades executadas | | | | | | programa de empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL) deve prever a definição, a nível regional, das atividades operacionais necessárias para a execução do programa. A fim de assegurar a coerência entre a regulamentação nacional e a aplicação regional, devem ser adotados planos regionais para os serviços públicos de emprego (SPE).<br><br>Para além da adoção dos planos, as regiões executam as atividades com base nos planos, alcançando pelo menos 10 % dos beneficiários previstos do programa (meta final: 3 000 000 pessoas).<br><br>A entrada em vigor dos planos para os serviços públicos de emprego (SPE) deve permitir a plena execução do programa de empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL). |
| M5C1-3 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de | Alvo | Pessoas que beneficiam do programa de | NENHUMA. | Número | 0 | 3 000 000 | Q4 | 2025 | Pelo menos 3 000 000 pessoas devem beneficiar do programa de empregabilidade garantida dos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | trabalho e formação profissional | | empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL) | | | | | | | trabalhadores (GOL).<br>Além disso, os níveis essenciais de serviços *(«Livelli essenziali delle prestazioni»)*, tal como definidos no programa GOL, devem estar disponíveis em, pelo menos, 80 % dos serviços públicos de emprego (SPE). |
| M5C1-4 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Alvo | Pessoas que participam em programas de formação | NENHUMA. | Número | 0 | 600 000 | Q4 | 2025 | Pelo menos 600 000 dos beneficiários do programa GOL devem participar em ações de formação, das quais pelo menos 300 000 devem participar em ações de formação em competências digitais.<br>Devem ser publicadas listas dos beneficiários selecionados dos programas de formação *«Progetto per l'autoimpiego»* e «*Fondo nuove competenze*». |
| M5C1-4bis | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Alvo | Pessoas que participam em ações de formação | NENHUMA. | Número | 600 000 | 800 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 799 900 pessoas devem participar em ações de formação através do programa GOL.A formação ao abrigo do programa GOL pode também ser ministrada através da plataforma «*Educazione Digitale per* |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | *l'Occupazione*» (EDO).<br><br>Além disso, pelo menos 100 pessoas devem participar em ações de formação através do «*Fondo nuove competenze*» ou do «*Progetto per l'autoimpiego*». |
| M5C1-6 | Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | Alvo | Os Serviços Públicos de Emprego (SPE) estão a executar as atividades previstas no Plano de Reforço ao longo do período de três anos de 2021-2023 | NENHUMA. | Número | 0 | 250 | Q4 | 2022 | Pelo menos 250 serviços públicos de emprego (SPE) concluíram pelo menos 50 % das atividades previstas no plano de reforço ao longo do triénio 2021-2023.<br><br>Estas atividades estão em consonância com o plano de reforço elaborado a nível central e são definidas de forma mais aprofundada a nível regional, com base numa análise das necessidades e nos recursos afetados.<br><br>Estas atividades incluem: I) renovação e remodelação dos atuais serviços públicos de emprego (SPE) e aquisição de novos serviços; II) continuação da implementação do sistema informático, na perspetiva de uma |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | interoperabilidade nacional; III) formação profissional do pessoal; Instituição de observatórios regionais dos mercados de trabalho locais; V) comunicação institucional e sensibilização.<br>As atividades infraestruturais não estão incluídas nesta meta.<br>É assegurado um equilíbrio justo no cumprimento da meta em termos de distribuição territorial (Norte, Centro e Sul). |
| M5C1-7 | Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | Alvo | Os Serviços Públicos de Emprego (SPE) concluíram as atividades previstas no Plano de Reforço | NENHUMA. | Número | 0 | 326 | Q4 | 2025 | Pelo menos 326 serviços públicos de emprego (SPE) e agências regionais concluíram as atividades previstas nos planos regionais para o reforço dos centros públicos de emprego (*Piani regionali di potenziamento dei centri per l'impiego*), incluindo, por exemplo: Atualizações informáticas, formação do pessoal, criação de observatórios regionais dos mercados de trabalho locais e campanhas de comunicação. |
| M5C1-7bis | Investimento 1 — | Alvo | Atividades infraestruturais | NENHUMA. | Número | 0 | 270 | Q2 | 2026 | Pelo menos 270 instalações dos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | | nos serviços públicos de emprego (SPE) | | | | | | | serviços públicos de emprego (SPE) e das agências regionais foram objeto de renovação e/ou renovação ou foram adquiridas, tal como previsto nos planos regionais para o reforço dos centros públicos de emprego *(Piani regionali di potenziamento dei centri per l'impiego)*. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C1-8 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um plano nacional e de um roteiro de execução para combater o trabalho não declarado em todos os setores económicos | Disposições da lei relativas à entrada em vigor do plano nacional e criação do grupo de trabalho interinstitucional responsável pela criação do plano nacional e do roteiro de implementação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Adoção de um plano nacional e de um roteiro de implementação calendarizado (um ano) para combater o trabalho não declarado em todos os setores económicos. O plano nacional deve basear-se na estratégia geral de luta contra o trabalho não declarado e na abordagem multiagências utilizada para adotar o plano nacional contra a exploração laboral no setor agrícola — «Piano Triennale di contrasto allo sfruttamento lavorativo in agricoltura e al caporalato (2020-2022)». O plano nacional e o roteiro para a implementação devem incluir, pelo menos, os seguintes elementos:<br>I) medidas destinadas a melhorar a produção, a recolha e a distribuição atempada de dados granulares sobre o trabalho não declarado;<br>II) introduzir medidas diretas e indiretas para transformar o trabalho não declarado em trabalho declarado, assegurando que os benefícios de operar na economia declarada superam os custos do trabalho na economia não |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | declarada. Por exemplo, a) medidas dissuasoras, como o reforço da inspeção e das sanções, e medidas preventivas para promover o trabalho declarado, como incentivos financeiros específicos, também através de uma revisão e racionalização dos existentes; b) Reforçar a ligação com a política social e de emprego; III) uma campanha nacional de informação sobre o «desvalor» do trabalho não declarado, dirigida a empregadores e trabalhadores, com a participação ativa dos parceiros sociais;<br>IV) uma estrutura de governação para assegurar a execução eficaz das ações;<br><br>V) medidas para superar os colonatos ilegais, a fim de combater a exploração laboral na agricultura. |
| M5C1-9 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Realizar ações para combater o trabalho não declarado | Ações realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | Serão realizadas as seguintes ações:<br><br>I) Introduzir medidas para melhorar a recolha de dados granulares |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | sobre o trabalho não declarado;<br><br>II) Introduzir medidas para transformar o trabalho não declarado em trabalho declarado:<br><br>medidas dissuasoras, que podem incluir, entre outras, o reforço das inspeções e das sanções, bem como medidas preventivas para promover o trabalho declarado, que podem incluir, entre outras, incentivos financeiros específicos;<br><br>b) Medidas para reforçar a ligação com a política ativa do mercado de trabalho, que podem incluir, entre outras, a formação dos operadores dos centros de emprego;<br><br>III) Realizar uma campanha nacional de informação sobre o «desvalor» do trabalho não declarado;<br><br>IV) Início dos trabalhos da estrutura de governação para combater o trabalho não declarado;<br><br>V) Introduzir medidas para combater a exploração laboral na |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | agricultura. |
| M5C1-10 | Reforma 2 — Plano nacional de combate ao trabalho não declarado | Alvo | Aumento do número de inspeções do trabalho e da participação na rede «rete del lavoro agricolo di qualità» | NENHUMA. | Número | 0 | 102 895 | Q4 | 2025 | O número médio de inspeções anuais registadas nos sistemas informáticos da Inspeção Nacional do Trabalho e dos «Carabinieri» entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2025 deve atingir, pelo menos, 102 895. Além disso, 2 000 empresas adicionais, em comparação com junho de 2024, devem ser incluídas na lista de membros da rede «*rete del lavoro agricolo di qualità*» publicada no sítio Web do INPS. |
| M5C1-11 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Realizar ações para combater o trabalho não declarado | Ações realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2026 | Serão realizadas as seguintes ações:<br>— um estudo sobre os «Indici Sintetici di Affidabilità Contributiva» (indicadores ISAC) em 6 setores económicos;<br>— envio de, pelo menos, 12 000 cartas de conformidade às empresas identificadas através de indicadores ISAC;<br>publicação de um estudo que avalia o impacto dos vales «PrestO» e |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | «Libretto Famiglia» no trabalho não declarado. |
| M5C1-12 | Investimento 2 — Sistema de certificação da igualdade de género | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do sistema de certificação da igualdade de género e dos mecanismos de incentivo conexos para as empresas | Disposições na lei relativa à entrada em vigor dos atos legislativos e das medidas de execução que regem a definição do sistema de certificação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O sistema de certificação da igualdade de género e os mecanismos de incentivo conexos para as empresas devem abranger, pelo menos, as seguintes dimensões: oportunidades de crescimento para as mulheres, igualdade de remuneração por trabalho igual, políticas de gestão para a diversidade de género, proteção da maternidade.<br>Definição dos mecanismos de incentivo para as organizações que executam o processo de certificação e das orientações técnicas. Incluindo: I) elaboração das normas técnicas do sistema de certificação de género para as empresas; II) identificação do mecanismo de incentivo; III) a medida deve ser acompanhada da criação de um sistema informático. |
| M5C1-14 | Investimento 2 — Sistema de | Alvo | As empresas obtiveram a | NENHUMA. | Número | 0 | 3 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 3 000 empresas obtiveram a certificação da |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | certificação da igualdade de género | | certificação da igualdade de género | | | | | | | igualdade de género. Destas, pelo menos 1800 devem ser PME, das quais 500 receberam assistência técnica e/ou serviços de certificação. |
| M5C1-15 | Investimento 3 — Reforço do sistema dual | Alvo | Certificados emitidos através do sistema de ensino dual | NENHUMA. | Número | 0 | 90 000 | Q2 | 2025 | Pelo menos 90 000 certificados de participação emitidos para os anos 2020-2021, 2021-2022, 2022-2023, 2023-2024 ou 2024-2025 a estudantes que combinem educação formal e experiência de aprendizagem no local de trabalho. |
| M5C1-15bis | Investimento 4 — Serviço cívico universal | Objetivo intermédio | Realizar ações para aumentar a participação dos jovens, simplificar os procedimentos e melhorar a qualidade dos projetos do Serviço Civil Universal (UCS) | Ações realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2024 | Serão realizadas as seguintes ações:<br>1. Introduzir medidas para aumentar a participação dos jovens no programa Serviço Civil Universal (UCS);<br>2. Introduzir medidas para simplificar os procedimentos, a fim de reduzir os encargos administrativos para a execução do programa do Serviço Civil Universal (UCS);<br>3. Introduzir medidas para melhorar a qualidade dos projetos do Serviço |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Público Universal (UCS).<br>As ações realizadas devem ter em conta os resultados do projeto do IAT (20IT06 — «Apoio à conceção e execução do projeto PRR do Serviço Civil Universal (UCS), a fim de desbloquear oportunidades de emprego para os jovens»). |
| M5C1-16 | Investimento 4 — Serviço cívico universal | Alvo | Certificados emitidos para os projetos do Serviço Civil Universal | NENHUMA. | Número | 0 | 166 670 | Q2 | 2026 | Pelo menos 166 670 certificados de participação no serviço público universal emitidos para projetos lançados no período de quatro anos compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2024 |

## L.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres**

Esta medida consiste num investimento público num mecanismo, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento em Itália para a criação e o crescimento de empresas de mulheres em Itália através do financiamento de projetos, da mentoria, de atividades de comunicação e de serviços de educação empresarial. O mecanismo funciona através da concessão de subvenções e empréstimos diretamente ao setor privado.

O mecanismo é gerido pela Invitalia enquanto parceiro de execução. O mecanismo inclui as seguintes linhas de produtos:

- *Fondo a sostegno dell'impresa femminile,* que apoia iniciativas empresariais lideradas por mulheres através de subvenções e empréstimos sem juros; financia igualmente iniciativas de comunicação e formação destinadas a estudantes do sexo feminino e a jovens do sexo feminino, bem como serviços educativos destinados a divulgar a cultura empresarial das mulheres;
- *Nuove impreze um tasso zero (NITO-ON)*, dedicado à criação e ao crescimento de micro e pequenas empresas lideradas principal ou totalmente por jovens ou mulheres, financiadas através de subvenções e empréstimos sem juros;
- *Smart & Start Italia*, que visa promover empresas em fase de arranque inovadoras e orientadas para a tecnologia, em especial as que têm fortes elementos digitais ou baseados na investigação, financiadas através de empréstimos; para as empresas em fase de arranque situadas no centro e no sul de Itália, uma percentagem do empréstimo pode ser convertida numa subvenção a fundo perdido.

A fim de executar o investimento no Mecanismo, a Itália e a Invitalia assinam um acordo de execução que deve incluir o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do Mecanismo: A decisão final de investimento da Facilidade é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por uma maioria de votos de membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:
   a) A descrição dos produtos financeiros e dos beneficiários finais elegíveis.
   b) O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis.
   c) O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de investimento deve excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante84, ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes85, iii) atividades e ativos

[84] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[85] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo

relacionados com aterros de resíduos, incineradoras86 e estações de tratamento mecânico biológico87.

d) O requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de reinvestir quaisquer reembolsos de acordo com a política de investimento do Mecanismo.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

   1. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.

   2. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que assegurarão a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

   3. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.

   4. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da Invitalia. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; a conformidade com o princípio de «não prejudicar significativamente» e com as regras em matéria de auxílios estatais; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução aplicável.

---

âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[86] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[87] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## L.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C1-17 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Objetivo intermédio | Adoção do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo das Mulheres | Aprovação do decreto ministerial relativo ao estabelecimento do «Fondo Impresa Donna» | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2021 | O fundo de apoio ao empreendedorismo das mulheres é adotado por decreto ministerial, que estabelece um conjunto de critérios de elegibilidade em consonância com os objetivos do MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente», e a assinatura do acordo de financiamento e dos acordos operacionais com o (s) intermediário (s) financeiro (s).<br><br>Estes fundos constituirão o «Fondo Impresa Donna», que aplicará a medida específica destinada a apoiar o empreendedorismo feminino. As medidas de execução devem ser previamente acordadas entre o Ministério do Desenvolvimento Económico e o Departamento da Igualdade de Oportunidades da PCM, com vista a:<br><br>— reforçar as medidas existentes já geridas por organismos internos do Ministério do Desenvolvimento Económico (como a NITO-ON, Smart & Start) através de uma injeção de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | capital que será reservada apenas às empresas de mulheres;<br>— prevendo um complemento do Fundo de Empreendedorismo Feminino criado pela Lei do Orçamento de 2021 (a partir do 3 202.º trimestre de 2);<br>— conceção de medidas de acompanhamento, monitorização e campanhas de comunicação. O Departamento para a Igualdade de Oportunidades da PCM realizará uma campanha de informação plurianual para promover o empreendedorismo feminino, atividades de orientação profissional para mulheres de todas as idades e estudantes do sexo feminino nas universidades para disciplinas e profissões em que as mulheres estão sub-representadas e a criação de uma plataforma de comunicação. |
| M5C1-18 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Alvo | Autorização de apoio financeiro a empresas | NENHUMA. | Número | 0 | 700 | Q2 | 2023 | Autorização de apoio financeiro a, pelo menos, 700 empresas adicionais, em comparação com a base de referência.<br><br>A execução do apoio ao |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | empreendedorismo feminino é levada a cabo através de instrumentos já ativos (NITO-ON, Smart & Start) e do novo fundo criado pela Lei do Orçamento para 2021 (empresas de mulheres apoiadas até novembro de 2020 pelos instrumentos financeiros existentes como base de referência). |
| M5C1-19bis | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M5C1-20 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Alvo | Transferência para a Invitalia e acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais | NENHUMA. | Percentagem (%) | 0 | 100 | Q2 | 2026 | A Itália transferirá 399 099 241,07 EUR para a Invitalia para a Facilidade.<br>A Invitalia deve ter celebrado convenções de financiamento legais com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no mecanismo (tendo em conta a gestão e as taxas dos serviços de comunicação e educação).<br>A Itália deve alterar o acordo de execução indicando a dotação total |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | de 399 099 241,07 EUR. |

## M. MISSÃO 5, COMPONENTE 2: Infraestruturas sociais, famílias, comunidades e terceiro setor

As reformas planeadas e os investimentos incluídos nesta componente visam reforçar a resiliência através do apoio à integração e inclusão dos mais vulneráveis, em função das dimensões individual, familiar e social. Esta componente prevê uma estratégia nacional para a inclusão ativa de grupos vulneráveis da população. Os objetivos desta componente são os seguintes: I) reforçar o papel dos serviços sociais integrados para apoiar as famílias, os menores e os adolescentes, apoiar as competências parentais e proteger as famílias vulneráveis, bem como as pessoas com deficiência, nomeadamente através do reforço das infraestruturas sociais que envolvem o terceiro setor; II) melhorar a autonomia das pessoas com deficiência, através da prestação de serviços sociais e de saúde comunitários e domiciliários e da eliminação dos obstáculos ao acesso à habitação e às oportunidades de emprego; III) melhorar a inclusão das pessoas em situação de marginalização extrema e privação habitacional (por exemplo, os sem-abrigo) através de uma oferta mais ampla de instalações e serviços de assistência ao alojamento temporário, percursos personalizados para a autonomia e a resiliência pessoal; IV) reforçar a disponibilidade de habitação pública e privada a preços mais acessíveis e a regeneração urbana e territorial; V) desenvolver a capacidade de resiliência dos mais vulneráveis através da divulgação da cultura do desporto e da criação de infraestruturas desportivas através da criação de parques urbanos onde as atividades desportivas possam ser combinadas com atividades de entretenimento em benefício das comunidades.

Espera-se que a aplicação destas medidas contribua para dar resposta aos desafios abrangidos pela recomendação específica n.º 2019 de 2 sobre a política social, que instaram Itália a «assegurar que [...] as políticas sociais são efetivamente integradas e alcançam, nomeadamente, os jovens e os grupos vulneráveis» e a recomendação específica por país n.º 2020 de 2 no sentido de «proporcionar um acesso adequado (...) à proteção social».

### M.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 1 — Lei-quadro para as pessoas com deficiência**

O principal objetivo da reforma é alterar a legislação sobre deficiência e promover a desinstitucionalização (ou seja, a transferência de instituições públicas ou privadas para as suas famílias ou para as habitações de base comunitária) e a autonomia das pessoas com deficiência. Tal implica i) o reforço da oferta de serviços sociais, ii) a simplificação do acesso aos serviços sociais e de saúde, iii) a reforma das avaliações da deficiência, iv) a promoção de projetos de vida autónoma, v) a promoção do trabalho de equipas de peritos que possam apoiar as pessoas com deficiência com necessidades multidimensionais.

**Reforma 2 — Reforma para os idosos não autossuficientes**

O objetivo desta medida é reformar os serviços sociais e melhorar as condições de vida dos idosos não autossuficientes. Esta reforma deve incluir: I) simplificar o acesso das pessoas idosas aos serviços através da criação de pontos únicos de acesso social e à saúde, II) identificar formas de reconhecer a não autossuficiência com base na necessidade de assistência, III) fornecer uma avaliação multidimensional, IV) definir projetos individualizados que promovam a desinstitucionalização. Esta reforma é antecipada por intervenções específicas previstas no plano, tanto na missão de saúde (M6), com referência a projetos que reforçam os serviços de saúde locais e os cuidados domiciliários, como nesta componente, com referência específica ao investimento 1, intervenção II destinada à desinstitucionalização.

**Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a instituciona-lização**

O objetivo desta medida é apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a institucionalização. Esta medida consiste em intervenções para famílias e crianças vulneráveis, idosos e assistentes sociais em, pelo menos, 85 % dos distritos sociais italianos.

**Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência**

O objetivo desta medida é aumentar a autonomia das pessoas com deficiência, acelerando o processo de desinstitucionalização. A medida consiste em proporcionar acesso a habitação ou a soluções domiciliárias, bem como a tecnologias digitais e ações de formação.

**Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de acolhimento**

O objetivo desta medida é proteger e apoiar a inclusão das pessoas marginalizadas. A medida consiste em dois tipos de acordos: as soluções de «prioridade à habitação», que envolvem municípios que fornecem projetos e alojamento adaptados a indivíduos, pequenos grupos ou famílias até 24 meses; e as soluções de «estações de correio», que consistem em centros de serviços e inclusão para pessoas sem abrigo, que oferecem serviços essenciais como bens básicos e distribuição de correio, refeições e cuidados de saúde.

## M.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C2-1 | Reforma 1 — Lei-quadro para as pessoas com deficiência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei-quadro para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência | Disposição na lei relativa à entrada em vigor da lei-quadro | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | A lei-quadro, que consiste numa lei de delegação, deverá reforçar a autonomia das pessoas com deficiência, de acordo com os princípios da CNUDPD e da Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, devendo incluir, no mínimo: I) a definição abrangente e o reforço da oferta de serviços sociais para pessoas com deficiência, juntamente com a promoção da desinstitucionalização e da vida autónoma, ii) a simplificação dos procedimentos de acesso aos serviços sociais e de saúde e iii) a revisão dos procedimentos de avaliação da condição de deficiência, no sentido de uma avaliação multidimensional da condição de cada pessoa.<br><br>As pessoas com deficiência são as definidas em conformidade com os princípios da CNUDPD, pela Lei n.º 104/1992. Em Itália, o processo de avaliação é da competência das |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | regiões e a pessoa é avaliada pelos serviços de saúde locais ou pelo Instituto Nacional de Segurança Social.<br><br>A lei é proposta pelo Ministro das Pessoas com Deficiência para aprovação pelo Conselho de Ministros, de acordo com o roteiro estabelecido.<br><br>A adoção da lei-quadro deverá ser seguida pela reorganização dos serviços sociais locais, pela definição de normas de qualidade e pela disponibilização de uma plataforma TIC para melhorar e tornar os serviços mais eficientes. |
| M5C2-2 | Reforma 1 — Lei-quadro para as pessoas com deficiência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos legislativos que desenvolvem as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência | Disposição na lei relativa à entrada em vigor dos decretos legislativos | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2024 | Os decretos legislativos desenvolvem as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência: I) reforçar a oferta de serviços sociais, II) simplificar o acesso aos serviços sociais e de saúde, III) reformar as avaliações da deficiência, IV) promover projetos de vida autónoma, V) promover o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | trabalho de equipas de peritos que possam apoiar as pessoas com deficiência com necessidades multidimensionais. |
| M5C2-3 | Reforma 2 — Reforma para os idosos não autossuficientes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma lei-quadro que reforça as ações a favor dos idosos que não são autossuficientes | Disposições da lei que indicam a entrada em vigor da Lei-Quadro que reforça as ações a favor dos idosos não autossuficientes | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | A lei-quadro proposta pelo Governo deverá reforçar as ações a favor dos idosos não autossuficientes. A lei simplifica e disponibiliza balcões únicos para os serviços sociais e de saúde, revê os procedimentos de avaliação do estado das pessoas idosas que não são autossuficientes e aumenta o conjunto de serviços sociais e de cuidados de saúde que podem ser prestados em casa. A lei deve igualmente identificar os recursos financeiros necessários. |
| M5C2-4 | Reforma 2 — Reforma para os idosos não autossuficientes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto legislativo que desenvolve as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar as ações a favor dos idosos que não são | Disposições da lei relativas à entrada em vigor do decreto legislativo | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2024 | O decreto legislativo concretiza as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar as ações a favor dos idosos não autossuficientes, aplicando as diferentes medidas. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | autossuficientes | | | | | | | |
| M5C2-5 | Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a institucionalização | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano operacional | Disposições na lei relativas à entrada em vigor do plano operacional das intervenções | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O plano operacional deve definir os requisitos dos projetos que podem ser apresentados por entidades locais, que se relacionam com quatro dimensões: I) apoio aos pais de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos, ii) apoio à autonomia dos idosos, iii) serviços ao domicílio para idosos e iv) apoio aos assistentes sociais.<br><br>A ação «apoio aos pais» consiste, no mínimo, em prestar apoio às famílias beneficiárias durante, pelo menos, 18 meses, com i) uma pré-avaliação do ambiente familiar e da situação das crianças, ii) uma avaliação da situação efetuada por uma equipa multidisciplinar de profissionais qualificados e iii) a prestação de, pelo menos, um dos seguintes serviços: serviços domésticos, participação em grupos de apoio a pais e crianças; cooperação entre escolas, famílias e serviços sociais e/ou serviços partilhados de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | cuidados familiares.<br><br>A ação «autonomia dos idosos» consistirá, no mínimo, na reconversão de lares para idosos em grupos de apartamentos autónomos, equipados com todas as instalações e serviços necessários, incluindo a domótica, a telemedicina e a monitorização à distância.<br><br>A ação «serviços domésticos aos idosos» visa proporcionar formação específica aos profissionais sobre os serviços domésticos aos idosos.<br><br>A ação «Apoio aos assistentes sociais» consiste em apoiar os operadores sociais e reforçar o seu profissionalismo e partilha de competências, principalmente através da introdução de instrumentos de partilha de competências e da prestação de serviços de supervisão aos operadores para apoiar o trabalho dos operadores. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C2-7 | Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência | Alvo | Os bairros sociais realizaram pelo menos um projeto relacionado com a renovação de espaços residenciais e/ou a disponibilização de dispositivos TIC a pessoas com deficiência, acompanhado de formação sobre competências digitais | NENHUMA. | Número | 0 | 500 | Q4 | 2022 | Realização de pelo menos 500 projetos relacionados com a renovação de espaços residenciais e/ou a disponibilização de dispositivos TIC a pessoas com deficiência, acompanhados de formação sobre competências digitais, por distritos sociais.<br>O cumprimento satisfatório da meta depende também do cumprimento satisfatório de uma meta secundária: pelo menos 500 bairros sociais realizaram pelo menos um projeto relacionado com a renovação de espaços residenciais e/ou a disponibilização de dispositivos TIC a pessoas com deficiência, acompanhado de formação sobre competências digitais.<br>Realização de, pelo menos, um projeto em pelo menos 500 bairros sociais que tenham participado no procedimento não concorrencial. |
| M5C2-9 | Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano operacional relativo aos projetos | Disposições na lei relativas à entrada em | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | O plano operacional relativo a projetos de alojamento inicial e centros de acolhimento deve definir |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | acolhimento | | «Housing First» e «Post Stations», que define os requisitos dos projetos que podem ser apresentados pelas entidades locais, e lançamento do convite à apresentação de propostas | vigor do plano operacional das intervenções | | | | | | os requisitos dos projetos que podem ser apresentados pelas entidades locais e lançar o convite à apresentação de propostas.<br>Os projetos relativos ao alojamento inicial preveem que as entidades locais disponibilizem apartamentos a indivíduos individuais, pequenos grupos ou famílias até 24 meses, de preferência através da reconversão e renovação de edifícios do Estado. Esta ação será complementada por programas de desenvolvimento e autonomia.<br>Os projetos relativos a centros de acolhimento preveem o desenvolvimento de centros de serviços e de inclusão para os sem-abrigo. Esta ação deve ser complementada por programas de colocação profissional, em colaboração com os centros de emprego. |

## M.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a instituciona-lização**

O objetivo desta medida é apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a institucionalização. Esta medida consiste em intervenções para famílias e crianças vulneráveis, idosos e assistentes sociais em, pelo menos, 498 dos distritos sociais italianos.

**Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência**

O objetivo desta medida é aumentar a autonomia das pessoas com deficiência, acelerando o processo de desinstitucionalização. A medida consiste em proporcionar acesso à habitação e/ou à tecnologia digital e à formação.

**Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de acolhimento**

O objetivo desta medida é proteger e apoiar a inclusão das pessoas marginalizadas. A medida consiste em dois tipos de acordos: as soluções de «prioridade à habitação», que envolvem municípios que fornecem projetos e alojamento adaptados a indivíduos, pequenos grupos ou famílias até 24 meses; e as soluções de «estações de correio», que consistem em centros de serviços e inclusão para pessoas em condições que podem incluir, entre outras, a privação material grave ou a situação de sem-abrigo, ou em condições de marginalização extrema, oferecendo serviços essenciais como bens básicos e distribuição de correio, refeições e cuidados de saúde.

**Investimento 4 — Investimentos em projetos de regeneração urbana, destinados a reduzir situações de marginalização e degradação social**

O objetivo desta medida é reduzir a marginalização e a degradação social, aumentando a qualidade social e ambiental dos municípios, bem como o acesso a serviços sociais e culturais. O investimento consiste em apoiar projetos de regeneração urbana que podem incluir, entre outros, intervenções em zonas públicas, edifícios ou para a mobilidade sustentável.

**Investimento 5 — Planos de integração urbana (projetos gerais e superar os acampamentos ilegais para combater a exploração laboral na agricultura)**

O objetivo desta medida é regenerar grandes zonas urbanas degradadas. Este investimento implica três tipos de intervenções: I) projetos de planos urbanos integrados; II) soluções de habitação para superar os colonatos ilegais; III) um fundo temático (Fundo de Fundos), em colaboração com o BEI, para incentivar o investimento privado em iniciativas de regeneração urbana que apoiem as transições climática e digital.

**Investimento 6 — Plano inovador para a qualidade da habitação**

O objetivo desta medida é aumentar a qualidade ou a quantidade de habitação pública e renovar as zonas degradadas. O investimento consiste: I) renovação (incluindo intervenções no domínio da eficiência energética) e expansão da habitação pública; II) regeneração de espaços urbanos e de propriedades públicas e privadas.

**Investimento 7 — Desporto e inclusão social**

O objetivo desta medida é regenerar as instalações desportivas e os seus arredondamentos nas zonas urbanas. O investimento consiste no apoio à construção ou renovação de instalações desportivas.

## M.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C2-6 | Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a institucionalização | Alvo | Ações de apoio às pessoas vulneráveis nos distritos sociais | NENHUMA. | Número | 0 | 498 | Q2 | 2026 | Pelo menos 498 distritos sociais devem concluir pelo menos uma das seguintes ações: I) apoio às famílias e crianças vulneráveis; II) apoio à vida autónoma dos idosos; III) prestação de serviços sociais domiciliários para garantir uma alta apoiada precocemente e prevenir a hospitalização; IV) apoiar os assistentes sociais. |
| M5C2-8 | Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência | Alvo | Os beneficiários tiveram acesso a habitação e/ou dispositivos TIC acompanhados de formação em competências digitais | NENHUMA. | Número | 0 | 3 120 | Q2 | 2026 | Pelo menos 3 120 beneficiários tiveram acesso a habitação e/ou a dispositivos TIC. Os beneficiários que recebem dispositivos TIC devem também participar em ações de formação em competências digitais. |
| M5C2-10 | Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de acolhimento | Alvo | Projetos «Housing First» e «Post Stations» | NENHUMA. | Número | 0 | 12 364 | Q2 | 2026 | No que respeita à prioridade à habitação, foram assinados 1 318 projetos individualizados *(«progetto personalizzato») que* atestam a disponibilização de alojamento temporário por um período mínimo de 6 meses e máximo de 24 meses. Além |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | disso, para cada beneficiário, deve também ser apresentado um certificado de conclusão dos trabalhos relativos à infraestrutura do respetivo projeto.<br>Para as estações de correio, 11 046 projetos individualizados assinados *(«progetto personalizzato»)* atestam que o serviço foi prestado. Para cada beneficiário, deve também ser apresentado um certificado de conclusão dos trabalhos relativos à infraestrutura do respetivo projeto. |
| M5C2-11 | Investimento 4 — Investimentos em projetos de regeneração urbana, destinados a reduzir situações de marginalização e degradação social | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para investimentos na regeneração urbana, a fim de reduzir as situações de marginalização e degradação social, com projetos em consonância com os objetivos do | Notificação de todos os contratos públicos para investimentos na regeneração urbana, a fim de reduzir as situações de marginalização e degradação social, com projetos em consonância com os objetivos do | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | Notificação de todos os contratos públicos adjudicados a, pelo menos, 300 municípios com mais de 15 000 habitantes para investimentos na reabilitação urbana, a fim de reduzir situações de marginalização e degradação social, com projetos em conformidade com os objetivos MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente».<br>As subvenções são concedidas a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente» | MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente» | | | | | | municípios com mais de 15 000 habitantes que não sejam as capitais provinciais, os municípios de capitais provinciais ou a sede da cidade metropolitana.<br>Os projetos de regeneração urbana devem incluir, pelo menos, uma das seguintes intervenções:<br>• Reutilização e reconversão de espaços públicos e estruturas públicas existentes para fins de interesse público, incluindo a demolição de obras abusivas realizadas por particulares na ausência ou total discrepância da licença de construção e da disposição das zonas em causa;<br>• Melhoria da qualidade da paisagem urbana e do tecido social e ambiental, nomeadamente através da renovação de edifícios públicos, com especial referência ao |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | desenvolvimento de serviços sociais e culturais, educativos e didáticos;<br>• Projetos de transportes ecológicos, sustentáveis e inteligentes.<br>Os montantes máximos por município são os seguintes:<br>5 000 000 EUR para os municípios com populações compreendidas entre 15 000 e 49 999 habitantes;<br>10 000 000 EUR para os municípios com uma população entre 50 000 e 100 000 habitantes;<br>20 000 000 EUR para os municípios com uma população superior a 100 000 habitantes e para os municípios que sejam capitais provinciais ou cidades metropolitanas. |
| M5C2-12 | Investimento 4 — Investimentos em projetos de regeneração urbana, | Alvo | Projetos realizados | NENHUMA. | Número | 0 | 1 080 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem que foram realizados, pelo menos, 1 080 projetos, abrangendo, pelo menos, 1 000 |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | destinados a reduzir situações de marginalização e degradação social | | | | | | | | | 000 metros quadrados. |
| M5C2-13 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — projetos gerais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano de investimento para projetos de regeneração urbana nas áreas metropolitanas | Disposição legal que indica a entrada em vigor do plano para os projetos de reabilitação urbana nas áreas metropolitanas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | O plano de investimento deve estabelecer um conjunto de critérios consentâneos com os objetivos do MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente». Os devem referir-se aos seguintes tipos de intervenções:<br>a) Manutenção para reutilização e reexploração de zonas públicas.<br>b) Melhoria da qualidade do património urbano e do tecido social e ambiental.<br>c) Melhoria da qualidade ambiental e do perfil digital das zonas urbanas. |
| M5C2-14 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — | Alvo | Projetos realizados | NENHUMA. | Número | 0 | 300 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem que, pelo menos, 300 projetos do plano urbano integrado em 14 cidades |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | projetos gerais | | | | | | | | | metropolitanas, abrangendo uma área total de, pelo menos, 3 000 000 metros quadrados, foram realizados |
| M5C2-15 | Investimento 5 — Planos urbanos integrados — Superar os acampamentos ilegais para combater a exploração laboral na agricultura | Objetivo intermédio | A entrada em vigor do decreto ministerial que estabelece o mapeamento dos colonatos ilegais é adotada pelo «Tavolo di contrasto allo sfruttamento lavorativo in agricoltura» e o decreto ministerial de afetação de recursos é adotado | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto ministerial | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | O decreto ministerial afetará recursos com base no levantamento dos acampamentos ilegais realizado pelo «Tavolo di contrasto allo sfruttamento lavorativo in agricoltura». Deve ser definido o padrão das soluções de alojamento temporário e de longa duração. |
| M5C2-16 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — superar os acampamentos ilegais para combater a exploração | Alvo | Projetos em matéria de habitação e criação da plataforma | NENHUMA. | | 0 | 9 | Q2 | 2026 | 9 projetos são executados em conformidade com o número de camas e as normas de habitação definidas nos acordos assinados pelas autoridades de execução.<br>A plataforma digital sobre a exploração laboral na agricultura («Sistema informativo per il |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | laboral na agricultura | | | | | | | | | contrasto al caporalato») deve ser criada e permitir a utilização do painel interativo. |
| M5C2-17 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — Fundo de fundos do BEI | Objetivo intermédio | A estratégia de investimento do Fundo é aprovada pelo Ministério das Finanças (MEF) | A estratégia de investimento do fundo é aprovada pelo Ministério das Finanças (MEF) | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q3 | 2022 | A estratégia de investimento do Fundo deve definir, no mínimo: I) a natureza e o âmbito dos investimentos apoiados, que devem promover projetos de regeneração urbana e desenvolvimento sustentáveis e estar em consonância com os objetivos do MRR, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como especificado mais pormenorizadamente na nota de orientação da Comissão de 12 de fevereiro de 2021, ii) as operações apoiadas, iii) os beneficiários visados, que devem ser promotores privados de projetos financeiramente autossustentáveis para os quais o apoio público é justificado por uma deficiência do mercado ou pelo perfil de risco, e os seus critérios de elegibilidade, iv) os |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | critérios de elegibilidade dos beneficiários financeiros e a sua seleção através de um convite público à apresentação de propostas; V) a inclusão de uma linha específica para soluções de habitação digna para os trabalhadores dos setores agrícola e industrial, e vi) disposições para reinvestir potenciais reembolsos para os mesmos objetivos políticos, também para além de 2026.<br><br>O acordo contratual com a entidade mandatada deve exigir a utilização das orientações sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente». |
| M5C2-18 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — Fundo de fundos do BEI | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais para um valor de investimento dos projetos subjacentes de, pelo menos, 545 000 000 EUR | NENHUMA. | EUR | 0 | 545 000 000 | Q4 | 2025 | Os intermediários financeiros selecionados devem ter celebrado convenções de financiamento legais com os beneficiários finais para um valor de investimento dos projetos subjacentes de, pelo menos, 545 000 000 EUR (incluindo o MRR e o financiamento privado).<br><br>O Ministério da Economia e das |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Finanças deve ter concluído a transferência de 272 000 000 EUR para o Banco Europeu de Investimento. |
| M5C2-19 | Investimento 6 — Programa de inovação para a qualidade da habitação | Objetivo intermédio | As regiões e províncias autónomas (incluindo os municípios e/ou as cidades metropolitanas situados nesses territórios) assinaram os acordos para reconstruir e aumentar a habitação social | Assinatura de acordos com as autoridades locais | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2022 | Pelo menos 15 regiões e províncias autónomas (incluindo municípios e/ou cidades metropolitanas situadas nesses territórios) assinaram os acordos para reconstruir e aumentar a habitação social.<br><br>Acordos assinados com, pelo menos, 15 regiões e províncias autónomas envolvidas em projetos.<br><br>Edifício: nova habitação pública para:<br><br>— redesenvolver, reorganizar e aumentar os ativos destinados à habitação social;<br><br>— refuncionalizar as zonas, os espaços e as propriedades públicas e privadas também através da regeneração do tecido urbano e socioeconómico;<br><br>melhorar a acessibilidade e a |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | segurança das zonas urbanas e a prestação de serviços e infraestruturas urbanas e locais;<br>— regenerar zonas e espaços já construídos, aumentando a qualidade ambiental e melhorando a resiliência às alterações climáticas também através de operações com impacto na densificação urbana;<br>identificar e utilizar modelos e ferramentas inovadores de gestão e inclusão, bem-estar social e urbano, bem como processos participativos.<br>As unidades de habitação e os espaços públicos apoiados devem ser beneficiárias das atividades descritas no marco correspondente. |
| M5C2-20 | Investimento 6 — Programa de inovação para a qualidade da habitação | Alvo | Número de unidades habitacionais construídas, compradas ou renovadas | NENHUMA. | Número | 0 | 10 000 | Q2 | 2026 | Pelo menos 10 000 unidades habitacionais devem ser construídas, compradas ou renovadas e pelo menos 1 800 000 metros quadrados de espaços públicos devem ser |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | renovados.<br><br>Pelo menos 100 milhões de EUR de apoio do MRR ao custo de investimento devem ser dedicados à renovação para fins de eficiência energética do parque habitacional ou das infraestruturas públicas existentes ou à construção de edifícios com um consumo de energia primária pelo menos 20 % inferior ao requisito de edifícios com necessidades quase nulas de energia.<br><br>Pelo menos 350 milhões de EUR devem ser dedicados à renovação para fins de eficiência energética do parque habitacional ou das infraestruturas públicas existentes que resulte numa poupança de energia primária de, pelo menos, 30 %. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C2-21 | Investimento 7 — Projeto desporto e inclusão social | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio do desporto e da inclusão social na sequência de um convite público à apresentação de propostas | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio do desporto e da inclusão social | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q1 | 2023 | Notificação da adjudicação de contratos públicos, que deve incluir, pelo menos, um dos seguintes elementos:<br><br>1. construção de novas instalações desportivas, situadas nas zonas desfavorecidas do país;<br><br>2. fornecimento de equipamento desportivo, incluindo a aplicação de tecnologia ao desporto);<br><br>3. requalificação e adaptação das instalações desportivas existentes (por exemplo: remoção de barreiras arquitetónicas, eficiência energética, etc.).<br><br>O projeto visa assegurar a regeneração das zonas urbanas através de uma atenção especial às instalações desportivas, a fim de promover a inclusão social e a integração, especialmente nas zonas mais carenciadas de Itália.<br><br>Os critérios de seleção devem garantir que pelo menos 50 % do investimento seja afetado a novas construções, em |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | conformidade com os requisitos pertinentes da nota de rodapé 5 do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241. |
| M5C2-22 | Investimento 7 — Desporto e inclusão social | Alvo | Certificados administrativos para intervenções relacionadas com a construção ou renovação de instalações desportivas | NENHUMA. | Número | 0 | 100 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem a realização de, pelo menos, 100 intervenções relacionadas com a construção ou renovação de instalações desportivas que abranjam uma área total de, pelo menos, 200 000 metros quadrados |

## N. MISSÃO 5, COMPONENTE 3: Intervenções especiais para a coesão territorial

Esta componente do plano de recuperação e resiliência inclui duas áreas de intervenção: plano para a resiliência das zonas internas, periféricas e montanhosas; projetos para o desenvolvimento do Sul, incluindo investimentos para combater a pobreza educativa, consolidar as farmácias rurais como serviços de saúde locais, melhorar os bens confiscados à criminalidade organizada e investir em infraestruturas em zonas económicas especiais. Estas medidas visam combater as disparidades territoriais em três domínios: demografia e serviços; desenvolvimento de competências; investimento

Os investimentos e as reformas no âmbito desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas à Itália em 2019 e 2020 sobre a necessidade de «centrar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação e na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais» (recomendação específica por país n.º 2019.3); «melhorar os resultados escolares» (recomendação específica por país n.º 2019.2); «Reforçar a resiliência e a capacidade do sistema de saúde [...]» (recomendação específica por país n.º 2020.1); «assegurar [...] e o acesso adequados à proteção social» (recomendação específica por país n.º 2020.2).

### N.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Investimento 1.1. Zonas interiores — 1: Melhoria das infraestruturas e dos serviços sociais comunitários**

A intervenção visa dar resposta às questões da exclusão social e da marginalização, intensificando a prestação de serviços através do aumento dos fundos para os serviços públicos prestados pelas autoridades locais (o mecanismo de execução consiste na concessão de subvenções aos municípios). Os projetos financiados podem dizer respeito a: serviços de cuidados domiciliários para idosos; enfermeiros e parteiras comunitários; reforço dos pequenos hospitais (sem primeiros socorros) ou de alguns serviços básicos (por exemplo, radiologia, cardiologia, ginecologia) e de centros ambulatórios; infraestruturas para salvamento através de helicópteros; reforço dos centros para as pessoas com deficiência; centros de aconselhamento, serviços culturais, serviços desportivos e acolhimento de migrantes. A intervenção deve prever a criação de novos serviços e infraestruturas ou a melhoria dos existentes através de um aumento do número de beneficiários ou da qualidade da oferta.

A fim de assegurar que a medida cumpre as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), os critérios de elegibilidade constantes do caderno de encargos para futuros convites à apresentação de projetos devem excluir a seguinte lista de atividades: I) atividades relacionadas com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[88], II) atividades no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas que não sejam inferiores aos parâmetros de referência pertinentes[89], III) atividades relacionadas com aterros de resíduos, incineradoras[90] e estações de tratamento mecânico biológico[91]; e iv)

[88] Com exceção dos projetos, no âmbito desta medida, de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizem gás natural, que cumpram as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01).

[89] Sempre que a atividade apoiada atinja emissões previstas de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência pertinentes, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[90] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num

atividades em que a eliminação a longo prazo de resíduos possa causar danos ao ambiente. O mandato exige, além disso, que apenas possam ser selecionadas atividades que cumpram a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.

**Investimento 1.1.2: Instalações de saúde de proximidade territorial**

O objetivo da medida é reforçar o papel das farmácias rurais na prestação de serviços de saúde à população local, por exemplo, assistência integrada ao domicílio e monitorização dos doentes, facilitando, por sua vez, a interação entre o doente e o sistema nacional de saúde. O investimento consiste na prestação de apoio financeiro às farmácias rurais.

**Investimento 1.3: Intervenções socioeducativas estruturadas para combater a pobreza educativa no Sul, apoiando o terceiro setor**

O objetivo desta medida é prestar serviços socioeducativos aos menores, aumentar o acesso a estruturas de acolhimento de crianças e a oportunidades educativas e prevenir o abandono escolar e o abandono escolar precoce. O investimento consiste em atividades de apoio à educação lideradas por organizações do terceiro setor.

aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[91] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## N.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C3-1 | Investimento 1.1.1: Zonas interiores — Melhoria das infraestruturas e dos serviços sociais comunitários | Objetivo intermédio | Adjudicação do concurso para intervenções destinadas a melhorar a infraestruturas e dos serviços sociais comunitários nas zonas interiores e para o apoio a farmácias em municípios com menos de 3 000 habitantes | Notificação da adjudicação de todos os contratos públicos para as intervenções | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A intervenção criará novos serviços e infraestruturas ou melhorará os existentes através de um aumento do número de destinatários ou da qualidade da oferta.<br><br>O lançamento de todos os convites à apresentação de propostas concorrenciais deve ser efetuado com termos de referência, incluindo critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável.<br><br>As zonas interiores são as identificadas na Strategia Nazionale Aree Interne; As zonas interiores são as identificadas na Strategia Nazionale Aree Interne; 27 de março de 1968, N.221. |
| M5C3-3 | Investimento 1.1.2: Instalações de saúde de | Alvo | Apoio às farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações | NENHUMA. | Número | 0 | 500 | Q4 | 2023 | Pelo menos 500 farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações com menos de 5 000 habitantes devem |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | proximidade territorial | | com menos de 5 000 habitantes (primeiro lote) | | | | | | | beneficiar da intervenção. |
| M5C3-8 | Investimento 1.3: Intervenções socioeducativas estruturadas para combater a pobreza educativa no Sul, apoiando o terceiro setor | Alvo | Apoio educativo a menores (primeiro lote) | NENHUMA. | Número | 0 | 20 000 | Q2 | 2023 | Pelo menos 20 000 menores com idades até 17 anos devem receber apoio educativo. Os projetos de apoio educativo devem incidir num dos seguintes domínios:<br>• Intervenções para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos, destinadas a reforçar as condições de acesso aos serviços de creches e jardins de infância e a apoiar a parentalidade;<br>• Intervenções para crianças com idades compreendidas entre os cinco e os dez anos, destinadas a garantir oportunidades educativas eficazes e a prevenção precoce do abandono escolar, da intimidação e de outros fenómenos de sofrimento;<br>• Intervenções para crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, que visam melhorar a oferta educativa e prevenir o fenómeno do abandono escolar precoce.<br>Elementos essenciais da proposta: |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | Os anúncios públicos devem representar, pelo menos, 50 000 000 EUR cada<br>— Os projetos das entidades do terceiro setor devem ter uma duração mínima de um ano e máxima de dois anos.<br>As ações terão lugar nas regiões de Abruzzo, Basilicata, Campânia, Calábria, Molise, Apúlia, Sardenha e Sicília. |
| M5C3-9 | Investimento 1.3: Intervenções socioeducativas estruturadas para combater a pobreza educativa no Sul, apoiando o terceiro setor | Alvo | Apoio educativo a menores (segundo lote) | NENHUMA. | Número | 20 000 | 44 000 | Q4 | 2025 | Formulários de inscrição e confirmações de inscrição para, pelo menos, 44 000 menores com idades compreendidas entre os zero e os 17 anos, que recebem apoio educativo. |

## N.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Reforma 1: Simplificação dos procedi-mentos e reforço do comissário nas zonas económicas especiais**

A reforma deve contribuir para a simplificação do sistema de governação e simplificar o período de execução das intervenções nas zonas económicas especiais. A reforma deve criar o balcão único digital para as zonas económicas especiais e reforçar o papel do comissário.

**Investimento 1.1.2: Instalações de saúde de proximidade territorial**

O objetivo da medida é reforçar o papel das farmácias rurais na prestação de serviços de saúde à população local, por exemplo, assistência integrada ao domicílio e monitorização dos doentes, facilitando, por sua vez, a interação entre o doente e o sistema nacional de saúde. O investimento consiste na prestação de apoio financeiro às farmácias rurais.

**Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais (ZEE)**

O investimento visa assegurar o impacto da reforma que introduz as zonas económicas especiais (ZEE). O investimento consiste em apoiar intervenções infraestruturais em torno das zonas portuárias (ligações no «último quilómetro»; logística digital, urbanização ou eficiência energética e ambiental; infraestruturas portuárias).

## N.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M5C3-10 | Reforma1: Simplificação dos procedi-mentos e reforço do comissário nas zonas económicas especiais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do regulamento para simplificar os procedimentos e reforçar o papel do comissário nas zonas económicas especiais | Disposição do regulamento relativa à entrada em vigor do regulamento apenas no que respeita aos procedimentos e ao reforço do papel do comissário nas zonas económicas especiais | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O regulamento deve incluir: os<br>a criação do balcão único digital para as zonas económicas especiais, para a simplificação dos procedimentos; disposições para reforçar o papel do Comissário na ZES.<br>As zonas económicas especiais são áreas específicas definidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2017 (publicação no Jornal Oficial 141/2017) convertido em lei pela L. 123/2017 (publicado no Jornal Oficial Mezzogiorno 188/2017). |
| M5C3-11 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos ministeriais que aprovam os planos operacionais para as oito zonas económicas especiais | Disposição na lei relativa à entrada em vigor do decreto ministerial | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | O decreto deve atribuir recursos aos responsáveis pela execução e definir condições específicas para evitar qualquer impacto ambiental das intervenções.<br>O lançamento de todos os convites à apresentação de propostas concorrenciais deve ser efetuado com termos de referência, incluindo critérios de elegibilidade que assegurem que os projetos selecionados cumprem as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01), através da utilização de uma lista de exclusão e do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | requisito de conformidade com a legislação ambiental nacional e da UE aplicável. |
| M5C3-12 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Alvo | Início dos trabalhos relativos a projetos de infraestruturas na zona económica especial | NENHUMA. | Número | 0 | 53 | Q4 | 2024 | Os projetos de infraestruturas devem ser identificados de forma inequívoca pelo seu Codice Locale di Progetto (CRE).<br>Devem ter sido iniciados os trabalhos relativos a, pelo menos, 53 projetos estabelecidos pelo decreto de afetação de recursos. |
| M5C3-13 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Alvo | Finalização de projetos de infraestruturas na zona económica especial | NENHUMA. | Número | 0 | 46 | Q2 | 2026 | Devem ser emitidos certificados administrativos que confirmem a realização dos projetos para, pelo menos, 46 projetos estabelecidos pelo decreto de atribuição de recursos e identificados de forma inequívoca pelo seu Codice Unico di Progetto (CUP) e/ou Codice Locale di Progetto (CLP). A lista de projetos concluídos deve incluir os seguintes elementos:<br>- Porto di Salerno. Zona portuale. Consolidamento ed adeguamento funzionale di alcuni Moli e banchine (CLP: G51B21003170006)<br>- Porto di Napoli. Zona portuale. Prolungamento e rafforzamento della diga Duca D'Aosta (CUP: G65F20001560006) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | - Porto di Salerno. Dragaggio del porto commerciale di Salerno e del canale di ingresso — fase 2 — Molo di ponente (CRE: G51B21003160006)<br>- Porto Canale Di Cagliari. Zona portuale. Avamporti: realizzazione di nuovi banchinamenti per l'ormeggio di navi Traghetto roll-off, ro-ro (CRE: D21G06000020003) |
| M5C3-4 | Investimento 1.1.2: Instalações de saúde de proximidade territorial | Objetivo intermédio | Apoio às farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações com menos de 5 000 habitantes (segundo lote) | Adoção de decretos que autorizam o desembolso final | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Decretos que autorizam o pagamento final a, pelo menos, 1 500 farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações com menos de 5 000 habitantes. |

## O. MISSÃO 6, COMPONENTE 1: Redes e instalações de proximidade e telemedicina para assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde

O objetivo desta componente é reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) italiano, nomeadamente através do reforço da proteção contra os riscos para a saúde relacionados com o ambiente e as alterações climáticas e de uma melhor resposta às necessidades das comunidades em matéria de cuidados e assistência locais. A assistência a cuidados de saúde locais está fragmentada e está sujeita a disparidades regionais que resultam em diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde e resultados em termos de saúde entre regiões. A prestação de serviços integrados de cuidados domiciliários é considerada baixa e os diferentes prestadores de cuidados de saúde e serviços sociais são considerados pouco integrados. Além disso, a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) italiano para fazer face aos riscos para a saúde relacionados com a exposição ambiental e as alterações climáticas foi testada por várias crises e emergências ambientais que destacaram os desafios decorrentes da falta de medidas de prevenção suficientes. O objetivo desta componente do plano de recuperação e resiliência italiano é reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) italiano, nomeadamente através do reforço da proteção contra os riscos para a saúde relacionados com o ambiente e as alterações climáticas e de uma melhor resposta às necessidades das comunidades em matéria de cuidados e assistência locais.

Os investimentos e as reformas desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália em 2019 e 2020 sobre a necessidade de "centrar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação e na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais (recomendação específica n.º 3 de 2019), «reforçar a resiliência e a capacidade do sistema de saúde, nos domínios dos trabalhadores do setor da saúde, dos produtos médicos essenciais e das infraestruturas» (recomendação específica n.º 1 de 2020) e «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial no reforço das infraestruturas digitais» (recomendação específica n.º 3 de 2020).

### O.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

*NENHUMA.*

### O.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

*NENHUMA.*

## O.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Reforma 1: Definição de um novo modelo organizacional para a assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde.**

A reforma constitui um elemento preparatório para os investimentos da componente. Deve estabelecer um novo modelo de assistência territorial em matéria de cuidados de saúde e criar uma nova estrutura institucional de prevenção no nexo saúde-ambiente-clima. Este objetivo deve ser alcançado através de:

1. Estabelecimento de um novo modelo organizacional para a rede territorial de assistência no domínio dos cuidados de saúde através da definição de um quadro regulamentar que identifique normas estruturais, tecnológicas e organizacionais.
2. Definição de uma nova estrutura institucional de prevenção no nexo saúde-ambiente-clima, seguindo uma abordagem integrada («Uma Só Saúde») e uma visão holística («Saúde Planetária»).

**Investimento 1.1: Casas de saúde comunitária para melhorar a assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde**

O objetivo da medida é criar casas de saúde comunitárias.

O investimento consiste na ativação e agregação de serviços de cuidados primários, bem como na criação de centros de prestação de assistência (eficientes do ponto de vista energético) para uma resposta integrada às necessidades de cuidados.

**Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina**

O objetivo da medida é impulsionar os cuidados domiciliários e a adoção em grande escala de soluções de telemedicina e apoiar a inovação no domínio dos cuidados de saúde.

O investimento consiste em equipamento informático e numa maior prestação de serviços, na criação de centros de coordenação territorial («Territoriali Operacional Centrali»), no financiamento de projetos de diagnóstico e monitorização, na criação de uma plataforma nacional para o rastreio de projetos de telemedicina e em iniciativas de investigação ad hoc sobre tecnologias digitais da saúde e dos cuidados de saúde.

**Investimento 1.3: Reforço dos cuidados de saúde intermédios e das suas instalações (hospitais comunitários)**

O objetivo da medida é aumentar o número de estabelecimentos de cuidados de saúde intermédios.

O investimento consiste na ativação de serviços de cuidados em hospitais comunitários, instalações de cuidados de saúde para doentes que, na sequência de um episódio de acuidade menor ou de surtos de patologias crónicas, exijam intervenções clínicas de baixa intensidade e de curta duração.

## O.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M6C1-1 | Reforma 1: Definição de um novo modelo organizacional para a rede territorial de assistência no domínio dos cuidados de saúde. | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito derivado (decreto ministerial) que prevê a reforma da organização dos cuidados de saúde. | Dispo-sição na lei relativa à entrada em vigor da legislação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Entrada em vigor do direito derivado (decreto ministerial) que prevê:<br><br>Definição de um novo modelo organizacional da rede territorial de assistência aos cuidados de saúde, através da definição de um quadro regulamentar que identifique normas estruturais, tecnológicas e organizacionais em todas as regiões; definição de uma nova estrutura institucional de prevenção no nexo saúde-ambiente-clima, em conformidade com a abordagem «Uma só saúde». |
| M6C1-2 | Investimento 1.1: Casas de saúde comunitária para melhorar a assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde | Objetivo intermédio | Aprovação de um contrato de desenvolvimento institucional | Notifica-ção da aprova-ção pelo Minis-tério da Saúde e pelas regiões | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Aprovação de um contrato de desenvolvimento institucional («Contratto Istituzionale di Sviluppo»), em que o Ministério da Saúde italiano é a autoridade responsável e de execução, e a participação das administrações regionais em conjunto com as outras entidades envolvidas em estabelecimentos de saúde comunitários:<br><br>O contrato de desenvolvimento institucional é um instrumento de governação que enumera todas as partes adequadas, identificadas para a implementação da casa de saúde comunitária, para melhorar a assistência |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | territorial no domínio dos cuidados de saúde. O contrato deve identificar igualmente as obrigações que cada região italiana assumirá para garantir a obtenção dos resultados esperados no que se refere à casa de saúde comunitária.<br><br>O contrato visa apoiar a coesão territorial, o desenvolvimento e o crescimento económico e acelerar a execução de intervenções complexas. O contrato de desenvolvimento institucional é particularmente útil para grandes projetos ou investimentos articulados em intervenções individuais funcionalmente ligadas entre si, que exigem uma abordagem integrada e a utilização dos fundos estruturais europeus de investimento e dos fundos nacionais também incluídos nos planos e programas operacionais financiados por recursos nacionais e europeus. |
| M6C1-3 | Investimento 1.1: Casas de saúde comunitária para melhorar a assistência territorial no domínio dos | Alvo | Ativação dos serviços das Casas de Saúde Comunitárias | NENHUMA. | Número | 0 | 1 038 | Q2 | 2026 | Relatórios de peritos independentes que confirmem a ativação dos serviços, de acordo com as normas definidas nas rubricas obrigatórias do quadro 4 do anexo 1, secção 5, do DM de 23 de maio de 2022 n.º 77, em pelo menos 1038 Casas de Saúde Comunitárias. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | cuidados de saúde | | | | | | | | | Pelo menos 40 % do apoio do MRR aos custos de investimento deve ser dedicado à construção de novos edifícios (domínio de intervenção 025-B) conformes com os requisitos da nota de rodapé 5 do anexo VI do Regulamento (UE) 2021/241 ou à renovação para fins de eficiência energética dos edifícios (domínio de intervenção 026), tal como certificado pelo perito independente. |
| M6C1-4 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Objetivo intermédio | Aprovação das orientações que contêm o modelo digital para a implementação de cuidados domésticos | Diretrizes aprovadas pelo Ministério da Saúde | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | As orientações racionalizam os processos necessários para melhorar os cuidados no domicílio através do desenvolvimento de técnicas de monitorização à distância e da automatização do domicílio. |
| M6C1-5 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Objetivo intermédio | Contrato de desenvolvimento institucional aprovado entre o Ministério da Saúde e as Regiões | Notificação do contrato aprovado | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Aprovação de um contrato de desenvolvimento institucional (Contratto Istituzionale di Sviluppo), com o Ministério da Saúde italiano como autoridade responsável e executora e a participação das administrações regionais, juntamente com as outras entidades envolvidas nos cuidados domiciliários.<br><br>O contrato institucional de desenvolvimento estabelece, para cada intervenção ou |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | categoria de intervenções, o calendário, as responsabilidades dos contratantes, os critérios de avaliação e acompanhamento e as sanções em caso de incumprimento. Define igualmente as condições da eventual retirada parcial de financiamento das intervenções ou da afetação dos recursos relevantes a outro nível de administração, em conformidade com o princípio da subsidiariedade. |
| M6C1-6 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Cuidados domiciliários | NENHUMA. | Número | 645 590 | 1 487 590 | Q2 | 2025 | A prestação de cuidados domiciliários a pessoas com mais de 65 anos deve atingir um valor anual de, pelo menos, 1 487 590, medido pelo indicador SIAD05bis — «Mais de 65 anos tratados no SIAD (Sistema informativo de assistência domiciliária) em relação à população idosa» no painel das Agenas. |
| M6C1-7 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Centros de coordenação plenamente operacionais (segundo lote) | NENHUMA. | Número | 0 | 480 | Q4 | 2024 | O ponto crucial desta intervenção é a entrada em funcionamento de, pelo menos, 480 centros de coordenação territorial («Territoriali Operacional Centrali») com a função de coordenar e ligar os vários serviços de saúde territoriais, sociais e hospitalares, bem como a rede de emergência, a fim de assegurar a continuidade, a acessibilidade e a integração dos cuidados. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M6C1-8 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Pelo menos um projeto de telemedicina atribuído a cada região (tendo em conta tanto os projetos que serão executados em cada região como os que podem ser desenvolvidos no âmbito de consórcios entre regiões) | NENHUMA. | Número | 0 | 20 | Q4 | 2023 | A estratégia nacional de telemedicina deve promover e financiar o desenvolvimento e a expansão de novos projetos e soluções de telemedicina no âmbito dos sistemas de saúde regionais e, como tal, constitui um fator essencial (tecnológico) para a aplicação da abordagem reforçada em matéria de cuidados de saúde à distância, com especial destaque para os doentes crónicos. |
| M6C1-9 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Assistência através de ferramentas de telemedicina | NENHUMA. | Número | 0 | 300 000 | Q2 | 2026 | O indicador relativo à assistência através de ferramentas de telemedicina, baseado nos indicadores da Plataforma Nacional de Telemedicina (PNT) e monitorizado através do painel Agenas, deve atingir um valor de, pelo menos, 300 000 pessoas. |
| M6C1-10 | Investimento 1.3: Reforço dos cuidados de saúde intermédios e das suas instalações | Objetivo intermédio | Aprovação de um Contrato de Desenvolvimento Institucional (Contratto | Notifica-ção da aprova-ção do contrato institu-cional de desenvo- | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Aprovação de um Contrato de Desenvolvimento Institucional (Contratto Istituzionale di Sviluppo), com o Ministério da Saúde italiano como autoridade responsável e executora e a participação das administrações |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | (hospitais comunitários) | | Istituzionale di Sviluppo) | Ivimento | | | | | | regionais, juntamente com as outras entidades interessadas, para os hospitais comunitários.<br><br>O contrato institucional de desenvolvimento deve enumerar todos os locais adequados, identificados para os investimentos, bem como as obrigações que cada região assumirá para garantir a obtenção do resultado visado. Em caso de violação por qualquer região, o Ministério da Saúde deve dirigir-se ao comissário específico. No que diz respeito ao parque tecnológico das instalações, ou seja, todos os instrumentos, licenças e interligações, deve ser dada preferência aos métodos de aquisição agregados. |
| M6C1-11 | Investimento 1.3: Reforço dos cuidados de saúde intermédios e das suas instalações (hospitais comunitários) | Alvo | Ativação dos serviços dos hospitais comunitários | NENHUMA. | Número | 0 | 307 | Q2 | 2026 | Relatórios de peritos independentes que confirmem a ativação dos serviços de acordo com as normas definidas no anexo 1, secção 11, do DM de 23 de maio de 2022 n.º 77 em, pelo menos, 307 hospitais comunitários. |

## P. MISSÃO 6, COMPONENTE 2: Inovação, investigação e digitalização do serviço nacional de saúde

Esta componente do plano de recuperação e resiliência italiano visa assegurar as condições propícias necessárias a uma maior resiliência do serviço nacional de saúde através de: I) substituição de tecnologias de cuidados de saúde obsoletas nos hospitais; II) o desenvolvimento de uma melhoria estrutural significativa na segurança dos edifícios hospitalares; III) a melhoria dos sistemas de informação no domínio da saúde e das ferramentas digitais; IV) promoção e reforço do setor da investigação científica; V) o reforço dos recursos humanos.

Os investimentos e as reformas desta componente devem contribuir para dar resposta às recomendações específicas por país dirigidas a Itália em 2020 e 2019 sobre a necessidade de «reforçar a resiliência e a capacidade do sistema de saúde, nos domínios dos trabalhadores do setor da saúde, dos produtos médicos essenciais e das infraestruturas» (recomendação específica n.º 1 de 2020), «centrar o investimento na transição ecológica e digital, em especial no reforço das infraestruturas digitais» (recomendação específica n.º 3 de 2020) e "centrar a política económica relacionada com o investimento na investigação e inovação e na qualidade das infraestruturas, tendo em conta as disparidades regionais (recomendação específica n.º 3 de 2019).

### P.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 1: Rever e atualizar o atual quadro jurídico dos institutos científicos para a hospitalização e a prestação de cuidados (IRCCS)**

A reforma visa reorganizar a rede de institutos científicos para a hospitalização e a prestação de cuidados (IRCCS) para i) melhorar a qualidade do sistema nacional de saúde (SNS), ii) melhorar a relação entre saúde e investigação e iii) rever o regime jurídico do IRCCS e as políticas de investigação da competência do Ministério da Saúde italiano.

A reforma deve melhorar a governação dos IRCCS públicos, i) reforçando a gestão estratégica, ii) definindo melhor os poderes e os domínios de competência e iii) definindo de forma abrangente as regras relativas ao estatuto do diretor científico dos IRCCIS públicos e do pessoal de investigação.

Por último, uma submedida específica que distingue os IRCCS com base na sua atividade (mono-especialista ou generalista), criando uma rede integrada de IRCCS e facilitando o intercâmbio de conhecimentos especializados entre eles e as outras estruturas do SNS italiano.

**Investimento 2.1: Reforçar e valorizar a investigação biomédica do SNS**

O objetivo da medida é aumentar o financiamento do sistema de investigação biomédica.

O investimento consiste na promoção de projetos de prova de conceito, bem como no financiamento de iniciativas de investigação no domínio das doenças raras, dos cancros raros e de outras doenças com elevado impacto na saúde.

**Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde**

Esta medida tem por objetivo impulsionar o investimento na formação e nas competências relacionadas com o sistema de saúde. Este investimento consiste em aumentar as bolsas de estudo para o curso específico de medicina geral; aumentar o número de contratos de formação de médicos especialistas adjudicados; ações de formação sobre competências de gestão ou digitais para os trabalhadores do SNS, bem como ações de formação sobre segurança em termos de infeções hospitalares para os trabalhadores do SNS.

## P.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M6C2-1 | Reforma 1: Rever e atualizar o atual quadro jurídico dos institutos científicos para a hospitalização e os cuidados de saúde (IRCCS) e as políticas de investigação do Ministério da Saúde, a fim de reforçar a ligação entre a investigação, a inovação e os cuidados de saúde | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto legislativo que prevê a reorganização dos regulamentos que regem os institutos científicos de hospitalização e de prestação de cuidados (IRCSS) | Disposição do decreto que indica a entrada em vigor | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | A reforma deve reorganizar a rede do IRCCS para melhorar a qualidade e a excelência do SNS, melhorando a relação entre saúde e investigação, reexaminando o regime jurídico do IRCCS e as políticas de investigação da competência do Ministério da Saúde italiano.<br>A reforma inclui medidas para: reforçar a ligação entre a investigação, a inovação e os cuidados de saúde; melhorar a governação dos IRCCS públicos, reforçando a gestão estratégica e definindo melhor os poderes e domínios de competência. |
| M6C2-2 | Investimento 2.1: Reforçar e valorizar a investigação biomédica do SNS | Alvo | Projetos de investigação financiados no domínio do PoC (Prova de Conceito) e dos cancros e doenças raras | NENHUMA. | Número | 0 | 200 | Q2 | 2025 | Concessão de financiamento a projetos de investigação no domínio das doenças raras e dos cancros raros e prova de conceito.<br>A concessão de financiamento para projetos de investigação PoC e sobre doenças raras e cancros raros deve ser realizada através de um |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | procedimento de concurso público.<br><br>Pelo menos 200 projetos de investigação beneficiarão de uma primeira parcela de financiamento. |
| M6C2-3 | Investimento 2.1: Reforçar e valorizar a investigação biomédica do SNS | Alvo | Projetos de investigação financiados sobre doenças com elevado impacto na saúde | NENHUMA. | Número | 0 | 324 | Q2 | 2025 | Concessão de financiamento a projetos de investigação no domínio das doenças com elevado impacto na saúde.<br>A atribuição de financiamento para projetos de investigação sobre doenças com elevado impacto na saúde será realizada através de concurso público.<br><br>Pelo menos 324 projetos de investigação beneficiarão de uma primeira parcela de financiamento. |
| M6C2-16 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Ações de formação sobre competências de gestão e digitais, bem como ações de formação sobre segurança em termos de infeções hospitalares para os funcionários do Serviço Nacional de | NENHUMA. | Número | 0 | 4 500 | Q2 | 2026 | Certificados de participação em cursos de formação sobre competências de gestão ou digitais para 4 500 trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde.<br><br>Publicação de uma lista de, pelo menos, 290 000 funcionários do Serviço Nacional de Saúde inscritos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | Saúde | | | | | | | em ações de formação sobre segurança em termos de infeções hospitalares. |
| M6C2-17 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Adjudicação de contratos de formação de médicos especialistas | NENHUMA. | Número | 0 | 4 200 | Q4 | 2025 | Adjudicação de 4 200 contratos de formação de médicos especialistas. |

## P.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais**

O objetivo da medida é aumentar a produtividade do pessoal de saúde, melhorar a qualidade dos processos, garantir a segurança dos doentes e a prestação de serviços de elevada qualidade.

O investimento consiste na modernização do equipamento de saúde, na informatização dos processos dos hospitais com um Departamento de Emergência de primeiro e segundo níveis («Dipartimenti Emergenza e Accettazione», DEA) e no fornecimento ou conversão de camas em unidades de cuidados intensivos e de cuidados semiintensivos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

**Investimento 1.2: Para um hospital seguro e sustentável**

O objetivo desta medida é aumentar a segurança hospitalar ou modernizar as instalações de cuidados de saúde. A medida consiste em intervenções antissísmicas ou intervenções ao abrigo do artigo 20.º da Lei n.º 67/88 em estabelecimentos de saúde.

**Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados**

O objetivo desta medida é melhorar a prestação de cuidados, a análise dos cuidados de saúde e a capacidade de previsão do SNS italiano. O investimento consiste em aumentar a utilização dos registos de saúde eletrónicos (RSE) existentes e reforçar a infraestrutura tecnológica e analítica do Ministério da Saúde.

**Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde**

Esta medida tem por objetivo impulsionar o investimento na formação e nas competências relacionadas com o sistema de saúde. Este investimento consiste em aumentar as bolsas de estudo para o curso específico de medicina geral; aumentar o número de contratos de formação de médicos especialistas adjudicados; ações de formação sobre competências de gestão ou digitais para os trabalhadores do SNS, bem como ações de formação sobre segurança em termos de infeções hospitalares para os trabalhadores do SNS.

## P.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M6C2-4 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Objetivo intermédio | Plano de reorganização aprovado pelo Ministério da Saúde/regiões italianas | Notificação da aprovação | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2021 | Aprovação do plano de reorganização para reforçar a capacidade dos hospitais do SNS para responder adequadamente às emergências pandémicas através do aumento do número de camas em unidades de cuidados intensivos e sub-intensivos.<br>O plano de reorganização hospitalar deve aumentar o número de camas disponíveis nas unidades de cuidados intensivos e semi-intensivos dos hospitais do SNS. |
| M6C2-5 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Objetivo intermédio | Aprovação do contrato de desenvolvimento institucional | Notificação da assinatura do contrato de desenvolvimento institucional entre o Ministério da Saúde e as regiões italianas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2022 | Aprovação de um contrato de desenvolvimento institucional («Contratto Istituzionale di Sviluppo»), com o Ministério da Saúde italiano como autoridade responsável e de execução e com a participação de administrações regionais e outras partes interessadas importantes.<br>O contrato de desenvolvimento institucional é o instrumento identificado pela legislação nacional em vigor (disposições conjugadas dos artigos 1.º e 6.º do Decreto Legislativo n.º 88 de 31 de maio de 2011 e do artigo 7.º do Decreto Legislativo n.º 91 de 20 de junho de 2017, pela Lei n.º 123 de 3 de agosto de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | 2017) para acelerar a execução de projetos estratégicos, funcionalmente interligados. O contrato de desenvolvimento institucional deve enumerar todos os locais adequados identificados para os investimentos, bem como as obrigações que cada região assumirá para garantir a obtenção do resultado esperado. Em caso de violação por qualquer região, o Ministério da Saúde deve dirigir-se ao comissário específico. |
| M6C2-6 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Comprovativo de entrega ou teste para 3 100 artigos de equipamento de diagnóstico | NENHUMA. | Número | 0 | 3 100 | Q2 | 2026 | Prova de entrega ou ensaio (que pode incluir, mas não se limita a, Verbale di Collaudo, certificados de teste e certificados de autorização de utilização) para 3 100 equipamentos de diagnóstico. Pelo menos 290 elementos devem pertencer às seguintes categorias: RMN — ressonância magnética nuclear — a 1.5 T ou mais ou aceleradores lineares ou PET/CT — tomografia por emissão de positrões/tomografia computorizada.<br>Os restantes equipamentos de diagnóstico podem incluir, entre outros, ultrassons, mamografia e tomografia computorizada. |
| M6C2-7 | Investimento 1.1: | Objetivo | Adjudicação de | Notificação de | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2022 | Publicação de concursos (acordo-quadro |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | intermédio | todos os contratos públicos | todos os contratos públicos adjudicados. | | | | | | Consip) e celebração de contratos com prestadores de serviços e digitalização de hospitais classificados nos níveis DEA I e II<br>Os contratos devem incluir a aquisição de: a) Centro de Processamento de Dados (CPD), incluindo TIC e quaisquer trabalhos auxiliares, necessários para realizar a informatização de toda a estrutura hospitalar; b) aquisição de hardware e/ou software informático, tecnologias eletromédicas, bem como tecnologias adicionais e quaisquer trabalhos auxiliares, necessários para realizar a informatização dos departamentos hospitalares. A avaliação do nível de digitalização atual, preliminar à execução da intervenção, permitirá aperfeiçoar esta avaliação, de acordo com as necessidades reais de cada região/hospital. |
| M6C2-8 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Digitalização dos hospitais (DEA — Departamentos de Emergência e Admissão — Nível I e Nível II) | NENHUMA. | Número | 0 | 280 | Q4 | 2025 | A meta deve ser alcançada quando a digitalização do Departamento de Emergência e Aceitação (DEA) de primeiro e segundo níveis de 280 tiver sido elevada em, pelo menos, uma fase, de acordo com o modelo de adoção de registos médicos eletrónicos (EMRAM), tal como comprovado |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | por um certificado de maturidade digital da Sociedade de Sistemas de Informação e Gestão de Cuidados de Saúde (HIMSS), atingindo a fase duas ou mais da escala de maturidade de, pelo menos, 50 DAE.<br>Para efeitos da consecução deste objetivo, podem ser tidos em conta contratos públicos que não os celebrados ao abrigo dos contratos celebrados para alcançar a M6C2-7, bem como aquisições efetuadas no mercado eletrónico da administração pública (Mepa) ou no sistema de aquisição dinâmica da administração pública (SDAPA). |
| M6C2-9 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Camas fornecidas ou convertidas em UCI e cuidados semiintensivos | NENHUMA. | Número | 0 | 5 922 | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que atestem a conclusão das intervenções para assegurar o fornecimento ou a conversão de, pelo menos, 5 922 camas em unidades de cuidados intensivos e em cuidados semiintensivos. O número de camas para cuidados intensivos deve ser de, pelo menos, 2368. |
| M6C2-10 | Investimento 1.2: Para um hospital seguro e | Alvo | Conclusão das intervenções antissísmicas em | NENHUMA. | Número | 0 | 84 | Q2 | 2026 | Relatório sobre a estrutura completa ou certificado de teste estático emitido para, pelo menos, 84 intervenções antissísmicas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | sustentável | | instalações hospitalares | | | | | | | em instalações hospitalares. |
| M6C2-10bis | Investimento 1.2: Para um hospital seguro e sustentável | Alvo | Pagamento (s) para intervenções ao abrigo do artigo 20.º da Lei n.º 67/88 | NENHUMA. | Número | 0 | 225 000 000 | Q2 | 2026 | Prova de pagamento (s) de 225 000 000 EUR para as intervenções ao abrigo do artigo 20.º da Lei n.º 67/88. |
| M6C2-11 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados | Alvo | Médicos generalistas que registam informações no registo de saúde eletrónico. | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 85 | Q4 | 2025 | Médicos generalistas (MMG/PLS) que utilizam o registo de saúde eletrónico atingindo, pelo menos, 85 % do total. A meta é alcançada através da verificação, no painel de monitorização do RSE, do valor a nível nacional do indicador 2 referido no anexo 2 do Decreto de 8 de agosto de 2022 e respetivas alterações. |
| M6C2-12 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e | Objetivo intermédio | Teste dos componentes do sistema de cartão de seguro de doença, da infraestrutura para a interoperabilidade | Certificados administrativos que confirmem os testes dos componentes do sistema de cartão de seguro de doença, da infraestrutura para a | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Certificados administrativos que confirmem os ensaios de:<br>i) os componentes do sistema de cartão de seguro de doença, incluindo a reengenharia do processo de prescrição médica eletrónica; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | simulação de dados | | do registo de saúde eletrónico e do «Ecosistema Dati Sanitari» | interoperabilidade do RSE e do «Ecosistema Dati Sanitari». | | | | | | ii) os componentes da infraestrutura para a interoperabilidade do registo de saúde eletrónico, incluindo o painel do registo nacional de doentes e o painel do RSE (para as regiões subsidiárias); bem como<br>iii) os componentes do «Ecosistema Dati Sanitari» (SDE), incluindo o módulo de dados, o corretor do SDE e o portal. |
| M6C2-13 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados | Alvo | O registo de saúde eletrónico está a ser utilizado para a maioria dos registos de saúde | NENHUMA. | Percentagem | 0 | 90 | Q2 | 2026 | A produção de documentos RSE nativos do total de documentos deve atingir 90 %. A meta é alcançada através da verificação, no painel de monitorização do RSE, do valor, a nível nacional, do indicador 1 referido no anexo 2 do Decreto de 8 de agosto de 2022, e de alterações, pelo menos no que diz respeito aos seguintes documentos: Carta de alta hospitalar; relatório da sala de emergência; relatório laboratorial; relatório de radiologia; relatório de anatomia patológica. |
| M6C2-14 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências | Alvo | Atribuição de bolsas de estudo para formação | NENHUMA. | Número | 0 | 1 800 | Q2 | 2023 | Este investimento deverá aumentar as bolsas de estudo para o curso específico de medicina geral, garantindo a conclusão de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | | específica em medicina geral. | | | | | | | 3 ciclos de formação de três anos. |
| M6C2-15 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Atribuição de bolsas de estudo adicionais para formação específica em medicina geral. | NENHUMA. | Número | 1 800 | 2 700 | Q2 | 2024 | Este investimento deverá aumentar as bolsas de estudo para o curso específico de medicina geral, garantindo a conclusão de 3 ciclos de formação de três anos. |

## P.MISSÃO 7: REPowerEU

O capítulo REPowerEU visa reforçar as redes de transporte e distribuição, incluindo as relacionadas com o gás; acelerar a produção de energias renováveis, reduzir a procura de energia, aumentar a eficiência energética e criar competências nos setores público e privado para a transição ecológica; promover as cadeias de valor das energias renováveis e do hidrogénio através de medidas que facilitem o acesso ao crédito e aos créditos fiscais.

A componente dá resposta às recomendações específicas por país dirigidas à Itália em 2022 e 2023. Visa, nomeadamente, acelerar a implantação de capacidade adicional de energias renováveis, investindo em grandes projetos de interligação elétrica (nomeadamente, duas interligações que ligam a Sardenha e a Sicília ao continente), modernizando a rede nacional de transporte e racionalizando os procedimentos de licenciamento. Contribui para aumentar a capacidade de transporte interno de gás, a fim de superar os estrangulamentos, diversificar as importações de energia e reforçar a segurança do aprovisionamento. Promove a mobilidade sustentável através da redução dos subsídios prejudiciais para o ambiente e do reforço da frota ferroviária. Contribui para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, eletrificando o consumo dos agregados familiares e aumentando a resiliência da rede. Contribui para aumentar a eficiência energética nos setores residencial e empresarial, nomeadamente através de regimes de incentivos e instrumentos financeiros específicos. Por último, inclui reformas e investimentos para melhorar a oferta e a aquisição das competências necessárias para a transição ecológica, tanto no setor privado como no setor público.

Nove projetos têm uma dimensão transfronteiriça. Duas delas têm um impacto transfronteiriço direto: 1) um investimento que contribui para a construção de uma interligação elétrica entre a Sardenha, a Córsega e a Toscânia; 2) um investimento numa estação de compressão que aumentará as exportações de gás para a Europa Central. Outros projetos beneficiam indiretamente os Estados-Membros transfronteiriços, resolvendo os estrangulamentos internos no transporte e distribuição de energia e aumentando a eficiência e a resiliência da rede.

Prevê-se que nenhuma medida desta componente prejudique significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as medidas de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» [C (2023) 6454 final], ao passo que o princípio de «não prejudicar significativamente» não se aplica ao investimento 13 — Linha Adriática, fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) e ao investimento 14 — Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás, em conformidade com o artigo 21.º-C, n.º 6, alínea f), do Regulamento (UE) 2021/241.

### P.1. Descrição das reformas e investimentos para apoio financeiro não reembolsável

**Reforma 1. Simplificar os procedimentos de licenciamento de energias renováveis a nível central e local**

O objetivo desta reforma é consolidar e racionalizar a legislação e as disposições em vigor que regulam o licenciamento de fontes de energia renováveis. A reforma consiste na adoção e entrada em vigor de um ato jurídico (também conhecido por *Testo Unico*) que recolhe, compila e consolida as normas que regulam o licenciamento de energias renováveis e substitui a legislação anterior nesta matéria. A reforma visa igualmente estabelecer o quadro jurídico para a identificação de «zonas de aceleração da implantação de energias renováveis» e criar uma plataforma digital que permita a apresentação e/ou a recolha — quando introduzidas através de outras plataformas — de pedidos de autorização a nível nacional e subnacional para instalar centrais de energia renovável, bem como a apresentação da comunicação sobre as centrais instaladas no âmbito da Edilizia Libera.

**Reforma 2. Redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente**

O objetivo desta reforma é conduzir a uma redução das subvenções prejudiciais para o ambiente, com base no catálogo de subvenções prejudiciais para o ambiente de 2022 publicado pelo MASE. A reforma consiste na adoção de um relatório de consulta das partes interessadas e de atos jurídicos.

**Reforma 3. Redução dos custos de ligação à rede de gás de biometano**

A reforma visa facilitar a inclusão do biometano no sistema energético e no mercado da energia e criar novas capacidades de produção de biometano sustentável, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 (Diretiva Energias Renováveis) e os seus atos delegados, e, em especial, favorecer a flexibilidade e a eficiência da rede de gás natural, facilitando a conversão para o biometano. A reforma consiste na entrada em vigor de atos jurídicos para reduzir os custos de ligação das instalações de produção de biometano sustentável e incentivar investimentos que visem a adoção de biometano sustentável nas redes de gás natural.

**Reforma 4. Atenuação do risco financeiro associado aos CAE renováveis (contratos de aquisição de energia)**

O objetivo da reforma é estabelecer um sistema de garantias que atenuem o risco financeiro associado aos contratos de aquisição de eletricidade renovável com uma duração de, pelo menos, três anos.

A reforma deve:

i) exigir que cada operador garanta uma cobertura parcial do contravalor dos contratos de aquisição de energia através de instrumentos de garantia fornecidos no mercado da eletricidade;

ii) introduzir medidas para atenuar o risco de incumprimento, incluindo requisitos e restrições para o proponente e sanções regulamentares em caso de incumprimento por parte do produtor;

iii) identificar uma entidade institucional para assumir o papel de vendedor/comprador de último recurso, que assumiria o papel da contraparte em situação de incumprimento e asseguraria o cumprimento das obrigações assumidas em relação à contraparte em situação de desempenho.

**Reforma 5. Plano para novas competências — Transições**

O objetivo da reforma é alinhar melhor os programas de formação com as necessidades do mercado de trabalho, a fim de combater a inadequação das competências, prestando especial atenção às competências ecológicas e digitais. Esta reforma consiste na adoção e entrada em vigor de atos jurídicos a nível nacional que atualizam o novo plano de competências («Piano Nuove Competenze — Transizioni») e de atos jurídicos regionais.

**Investimento 1. Medida reforçada: Redes inteligentes**

O objetivo deste investimento é digitalizar a rede de distribuição de eletricidade como uma expansão do investimento 2.1 (Reforço das redes inteligentes) na componente 2 da missão 2. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para financiar intervenções correspondentes a um aumento da potência máxima fornecida para consumo pela rede para mais habitantes do que o já previsto pela medida M2C2.

**Investimento 2. Medida reforçada: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica**

O objetivo deste investimento é aumentar a resiliência da rede de transporte e distribuição a fenómenos meteorológicos extremos, à medida que aumenta o investimento 2.2 na componente 2 da missão 2. O investimento consiste na concessão de subvenções aos operadores de rede para intervenções correspondentes a uma maior resiliência da rede, para além do que já está previsto na medida M2C2.

**Investimento 3. Medida reforçada: Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas (vales de hidrogénio)**

O objetivo deste investimento é criar novos vales de hidrogénio, ou seja, a produção e utilização locais de hidrogénio renovável na indústria, nas PME e nos transportes locais em zonas industriais abandonadas, como uma expansão do investimento 3.1 na componente 2 da missão 2. O investimento em expansão consiste na realização de 2 projetos adicionais para criar vales de hidrogénio, em comparação com os previstos no investimento 3.1 na componente 2 da missão 2.

**Investimento 4. Ligação Tirreno**

O objetivo deste investimento é aumentar a integração do sul de Itália na rede nacional de transporte. Este investimento consiste na construção da «linha de interligação oriental» da ligação Tirreno entre a Sicília e a Campânia, em especial a instalação do (s) cabo (s) de corrente contínua ponto a ponto (CCAT).

**Investimento 5. SA.CO.I.3**

O objetivo deste investimento é modernizar a infraestrutura de transporte de eletricidade que liga a Sardenha ao resto da Itália, através da Córsega, e aumentar a sua integração na rede nacional de transporte. Este investimento consiste na construção dos reservatórios (infraestruturas externas) das estações de conversão em Codrongianos e Suvereto para o projeto de interligação «Sardenha-Córsega-Itália 3».

**Investimento 7. Rede Nacional de Transporte Inteligente**

O objetivo deste investimento é digitalizar a rede nacional de transporte e melhorar o sistema de gestão e controlo operado pelo operador da rede de transporte. O investimento consiste na instalação de equipamentos seguros dos protocolos 104 e 5G ou de arquitetura de TIC em estações elétricas, bem como de sistemas de monitorização de postes de eletricidade.

**Investimento 8. Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais**

O objetivo deste investimento é apoiar a valorização e a reciclagem de matérias-primas críticas (MPE) e, por conseguinte, as cadeias de valor das MPE e as tecnologias associadas à transição ecológica. O investimento consiste na análise das futuras necessidades de MPE e do potencial da conceção ecológica para reduzir a sua procura, bem como no apoio à criação de uma plataforma de sistemas de informação geográfica para identificar materiais recicláveis em ambientes urbanos e resíduos em minas abandonadas ou encerradas. Consiste igualmente em equipar os laboratórios para criar uma plataforma única para a exploração mineira urbana e a conceção ecológica.

**Investimento 10. Projeto-piloto sobre competências «Crescere Green»**

O objetivo deste investimento é promover as competências verdes com a participação do setor privado. A medida consiste em realizar intervenções de formação curtas centradas nas competências verdes.

**Investimento 11. Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal**

O objetivo do investimento é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa do transporte ferroviário e modernizar a frota ferroviária. Este investimento consiste na aquisição de, pelo menos, 79 comboios de passageiros com emissões nulas.

**Investimento 18 — Medida reforçada: Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros com veículos elétricos**

Este investimento visa reduzir os gases com efeito de estufa e a poluição atmosférica causada pelo transporte rodoviário nas zonas urbanas. Este investimento consiste na aquisição de veículos com nível nulo de emissões e no desmantelamento de veículos térmicos.

## P.2. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e execução do apoio financeiro não reembolsável

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M7-1 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Quadro jurídico para a identificação de «zonas de aceleração da implantação de energias renováveis» | Disposição da lei que indica a entrada em vigor do quadro jurídico para a identificação das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis | | | | Q4 | 2024 | Entrada em vigor do direito primário que estabelece o quadro jurídico para a identificação das «zonas de aceleração da implantação de energias renováveis».<br>O quadro jurídico deve:<br>1) exigir o levantamento do potencial das energias renováveis em todo o país;<br>2) com base no mapeamento, estabelecer um primeiro conjunto de zonas, estabelecendo um conjunto mínimo para a futura identificação de zonas de aceleração da implantação de energias renováveis;<br>3) com base no conjunto mínimo de zonas, exigir que as regiões e as províncias autónomas identifiquem as zonas de aceleração da implantação de energias renováveis até 21 de fevereiro de 2026;<br>4) habilitar o governo central a exercer poderes de substituição caso as regiões ou províncias autónomas não identifiquem as zonas de aceleração da implantação de energias renováveis até 21 de fevereiro de 2026;<br>5) exigir a identificação de zonas ao largo para a implantação de energias |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | renováveis, em consonância com os planos de ordenamento do espaço marítimo. |
| M7-2 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico (Testo Unico) | Disposição da lei que indica a entrada em vigor do ato jurídico | | | | Q2 | 2025 | Entrada em vigor de um ato jurídico (Testo Unico) que recolhe, compila e consolida as normas que regulam o licenciamento de energias renováveis e substitui a legislação anterior nesta matéria.<br>O Testo Unico estabelece igualmente «regras de teto» para permitir que as regiões não possam aplicar regras mais rigorosas do que as estabelecidas na legislação nacional. |
| M7-3 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Criação da plataforma digital para autorizações relacionadas com as energias renováveis | Criação da plataforma digital de autorização relacionada com as energias renováveis | | | | Q2 | 2026 | A plataforma digital está em linha e deve permitir a apresentação e/ou recolha — quando introduzida através de outras plataformas — de pedidos de autorização relacionados com a instalação de centrais de energia renovável a nível nacional e subnacional (Autorizzazione Unica, Procedura Abilitativa Semplificata), bem como a apresentação da comunicação sobre as centrais instaladas no âmbito da Edilizia Libera. |
| M7-4 | Reforma 2: Redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório governamental que apresente os resultados de | Adoção do relatório do Governo | | | | Q4 | 2024 | Um relatório deve descrever as medidas tomadas para consultar as partes interessadas pertinentes sobre a reforma dos subsídios prejudiciais para o ambiente, incluindo os contributos recebidos pelas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | uma consulta governamental com as partes interessadas para reduzir os subsídios prejudiciais para o ambiente. | | | | | | | partes interessadas. As partes interessadas consultadas devem incluir organismos públicos e partes interessadas privadas pertinentes. |
| M7-5 | Reforma 2: Redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) | Disposição da lei que indica a entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) | | | | Q4 | 2025 | Entrada em vigor de atos jurídicos que preveem a redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente em, pelo menos, 4,5 mil milhões de EUR em 2026. |
| M7-6 | Reforma 3: Redução dos custos de ligação à rede de gás de biometano | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de atos jurídicos para reduzir os custos de ligação à rede de gás das instalações de produção de biometano | Disposição da lei relativa à entrada em vigor dos atos jurídicos | | | | Q3 | 2025 | Os atos jurídicos devem:<br>• Reduzir os custos de ligação à rede de gás das instalações de produção de biometano para o produtor.<br>• Proporcionar incentivos regulamentares ao investimento na rede de gás, a fim de aumentar a integração dos gases renováveis.<br>• Facilitar a integração entre a rede de transporte e a rede de distribuição, nomeadamente através de mecanismos de partilha dos custos dos investimentos na ligação à rede. |
| M7-7 | Reforma 4: Atenuação do risco financeiro | Objetivo | Entrada em vigor do direito | Disposição na lei que indica a | | | | Q4 | 2024 | Entrada em vigor do direito primário e do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | associado aos CAE renováveis (contratos de aquisição de energia) | intermédio | primário e derivado | entrada em vigor da lei | | | | | | direito derivado.<br>O direito primário deve prever a adoção de direito derivado que aplique os requisitos i), ii) e iii) infra.<br>O direito derivado deve:<br>I) exigir que cada operador garanta uma cobertura parcial do contravalor dos contratos de aquisição de energia através de instrumentos de garantia fornecidos no mercado da eletricidade;<br>II) introduzir medidas para atenuar o risco de incumprimento, incluindo requisitos e restrições para o proponente e sanções regulamentares em caso de incumprimento por parte do produtor;<br>III) identificar uma entidade institucional para assumir o papel de vendedor/comprador de último recurso, que assumiria o papel da contraparte em situação de incumprimento e asseguraria o cumprimento das obrigações assumidas em relação à contraparte em situação de desempenho. |
| M7-9 | Reforma 5: Plano para novas competências | Objetivo intermédio | Adoção e publicação do | Adoção do plano e do roteiro | | | | Q1 | 2024 | O «Piano Nuove Competenze», adotado pelo Decreto de 14 de dezembro de 2021 e publicado na Gazzetta ufficiale n.º 307, de 28 |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | — Transições | | novo plano de competências — Transições e do roteiro de execução | | | | | | | de dezembro de 2021, é alterado e entra em vigor o novo plano de competências para a transição. O plano inclui os princípios gerais a especificar mais pormenorizadamente nas leis regionais, que devem incluir:<br>i) maior participação do setor privado na oferta de formação,<br>ii) melhor reconhecimento da formação no local de trabalho e das microcredenciais,<br>iii) maior análise ex ante do mercado de trabalho e acompanhamento dos efeitos profissionais da formação.<br>É igualmente adotado um roteiro de aplicação. |
| M7-10 | Reforma 5: Plano para novas competências — Transições | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) para as regiões e a (s) província (s) autónoma (s) | Disposição (ões) em atos jurídicos | | | | Q3 | 2025 | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s), incluindo disposições para:<br>i. assegurar que o planeamento das atividades de formação:<br>a) Envolva partes interessadas do setor privado, e/ou<br>b) se baseie na utilização de ferramentas de informação sobre competências para responder às necessidades de competências a médio e longo prazo, e/ou<br>c) centra-se nas competências necessárias para as transições ecológica e digital; |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | e/ou<br>ii. Validar a formação e os seus resultados através da emissão de certificados, de acordo com normas mínimas comuns, para:<br>a) formação na empresa, e/ou<br>b) microcredenciais.<br>Os atos jurídicos entram em vigor para todas as regiões e províncias autónomas italianas, com exceção de Bolzano e do Vale de Aosta. |
| M7-11 | Investimento 1: Medida reforçada: Redes inteligentes | Objetivo intermédio | Aumento da potência máxima fornecida para consumo pela rede | Intervenções realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções que resultaram num aumento da potência máxima fornecida para consumo pela rede para um número de pontos de entrega correspondente a, pelo menos, 230 000 habitantes, para além dos 1 500 000 habitantes abrangidos pela M2C2-10. |
| M7-12 | Investimento 2: Medida reforçada: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica | Objetivo intermédio | Aumentar a resiliência da rede elétrica | Intervenções realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções correspondentes a um aumento da resiliência de, pelo menos, 648 km de rede elétrica para além dos 4 000 km previstos na M2C2-13. |
| M7-13 | Investimento 3: Medida reforçada: Produção de | Alvo | Eletrolisadores instalados | | Número | 10 | 12 | Q2 | 2026 | Instalação de 12 eletrolisadores com uma capacidade de, pelo menos, 1 MW cada no âmbito de 12 projetos de vales de hidrogénio. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | hidrogénio em instalações industriais abandonadas (vales de hidrogénio) | | | | | | | | | As estimativas dos custos de ligação aceites ou pagas pelo promotor são emitidas para os eletrolisadores que exigem ligação à rede. |
| M7-14 | Investimento 4: Ligação Tirreno | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos | Notificação da adjudicação dos contratos | | | | Q3 | 2024 | Notificação da adjudicação de todos os contratos relativos às obras necessárias para a colocação de 511 km de cabos que ligam Caracoli a Eboli. |
| M7-15 | Investimento 4: Ligação Tirreno | Objetivo intermédio | C capacidade (s) prevista (s) | Trabalhos executados | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Foram realizadas obras para a instalação do (s) cabo (s) Pole 1 da ligação oriental que liga a Sicília à Campânia e assegura uma capacidade nominal de 500 MW. |
| M7-16 | Investimento 5: SA.CO.I.3 | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos | Adjudicação de contratos públicos | | | | Q4 | 2024 | Adjudicação de todos os contratos relativos às obras necessárias para a conclusão dos reservatórios das estações de conversão da Sardenha e da Toscânia. |
| M7-17 | Investimento 5: SA.CO.I.3 | Objetivo intermédio | Construção dos reservatórios das estações de conversão na Sardenha (Codrongianos) e na Toscânia (Suvereto) | Trabalhos executados | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Foram realizadas obras de construção dos reservatórios das estações de conversão da Sardenha (Codrongianos) e da Toscânia (Suvereto). |
| M7-22 | Investimento 7: Rede Nacional de | Objetivo intermédio | Instalação de equipamento 5G, arquitetura | Intervenções realizadas | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatório (s) do (s) engenheiro (s) independente (s) que certifique (m) que foram realizadas intervenções que resultaram na |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Transporte Inteligente | | de tecnologias da informação e comunicação, protocolo seguro 104 em estações elétricas e sistemas de monitorização em postes elétricos | | | | | | | instalação de:<br>Equipamento 5G ou arquitetura de tecnologias da informação e comunicação em, pelo menos, 40 estações.<br>Protocolo Seguro 104 (Protocolo 62 351 da Comissão Eletrotécnica Internacional) em, pelo menos, 250 estações elétricas.<br>— Sistemas de monitorização em, pelo menos, 1 500 pilares de eletricidade. |
| M7-25 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais | Objetivo intermédio | Publicação do relatório sobre as futuras necessidades de MPE e o potencial da conceção ecológica | Publicação do relatório | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | Publicação de um relatório que analise as necessidades futuras de matérias-primas críticas e o potencial da conceção ecológica para reduzir a procura de matérias-primas críticas. |
| M7-26 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais | Objetivo intermédio | Plataforma do sistema de informação geográfica disponível em linha | Plataforma do sistema de informação geográfica disponível em linha | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q4 | 2025 | Está disponível em linha uma plataforma de sistema de informação geográfica que identifica materiais recicláveis em ambientes urbanos e resíduos em minas abandonadas ou encerradas. |
| M7-27 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e | Objetivo intermédio | Equipamento de laboratórios de mineração | Fornecimento de equipamento de, pelo menos, 6 | NENHUMA. | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2026 | Relatórios de entrega e aceitação do equipamento de, pelo menos, 6 laboratórios do polo tecnológico para a exploração mineira |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | seguro de matérias-primas essenciais | | urbana e conceção ecológica | laboratórios do polo tecnológico para mineração urbana e conceção ecológica | | | | | | urbana e a conceção ecológica. |
| M7-30 | Investimento 10: Projeto-piloto sobre competências «Crescere Green» | Alvo | Certificados de formação | | Número | 0 | 20 000 | Q4 | 2025 | Certificados de formação emitidos para, pelo menos, 20 000 beneficiários do projeto-piloto. O projeto-piloto deve abranger, pelo menos, duas regiões e dizer respeito a competências verdes, tal como definidas pela base de dados ESCO. |
| M7-31 | Investimento 11: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios adquiridos | NENHUMA. | Número | 0 | 79 | Q2 | 2026 | Matrícula ou confirmação da aceitação, acompanhada da declaração de conformidade de, pelo menos, 79 comboios com nível nulo de emissões (elétricos ou a pilhas de combustível de hidrogénio) no topo do material circulante referido no investimento 4.4.2 da componente 2 da missão 2 |
| M7-32 | Investimento 12 — Instrumento financeiro para o desenvolvimento de uma liderança internacional, industrial e de I & D em autocarros sem | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | | | | Q1 | 2024 | Entrada em vigor do acordo de execução. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | emissões | | | | | | | | | |
| M7-50 | Investimento 18 — Medida reforçada: Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros com veículos elétricos | Alvo | Número de veículos adquiridos | NENHUMA. | Número | 30 830 | 46 500 | Q2 | 2026 | Assinatura de contratos de aquisição de, pelo menos, 46 500 veículos com nível nulo de emissões.<br>Para cada veículo adquirido, deve também ser fornecido um certificado de desmantelamento que demonstre o desmantelamento de um veículo térmico. |

## P.3. Descrição das reformas e investimentos para o empréstimo

**Investimento 13. Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio)**

O objetivo deste investimento é aumentar e diversificar a segurança do aprovisionamento de gás, incluindo o gás natural liquefeito. A medida consiste na construção de uma estação de compressão em Sulmona e de um gasoduto que liga os nós de Sestino e Minerbio, como parte da Linha Adriática.

**Investimento 14. Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás**

O objetivo deste investimento é aumentar e diversificar a segurança do aprovisionamento de gás, incluindo o gás natural liquefeito. Este investimento consiste na modernização da infraestrutura de gás existente, permitindo a exportação de gás natural através do ponto de saída de Tarvisio, em especial através da construção de uma nova unidade de compressão elétrica na estação de compressão de Poggio Renatico.

**Investimento 15. Transizione 5.0**

O objetivo deste investimento é apoiar a transição para modelos de produção eficientes do ponto de vista energético, sustentáveis e baseados em energias renováveis para as empresas. O investimento consiste na concessão de um crédito fiscal às empresas proporcional às despesas elegíveis incorridas entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, nomeadamente ativos digitais (4.0 bens de equipamento corpóreos, 4.0 bens de equipamento incorpóreos92), ativos necessários para a autoprodução e o autoconsumo a partir de fontes renováveis (com exclusão da biomassa) e formação de pessoal em competências para a transição ecológica. O investimento consiste igualmente na criação de uma plataforma de apoio informático e atividades conexas para efeitos de gestão, acompanhamento e controlo fornecidas pelo GSE — Gestore Servizi Energetici.

**Investimento 16. Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis**

Esta medida consiste num investimento público num regime de subvenções, o *«Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis»*, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento na autoprodução italiana de energia a partir de fontes renováveis (FER).

O regime visa apoiar as micro, pequenas e médias empresas (PME) na execução de programas de investimento destinados à autoprodução de energia a partir de fontes renováveis[93].

O regime funcionará através da concessão de subvenções diretamente ao setor privado.

O regime é gerido pela Invitalia SpA na qualidade de parceiro de execução. O regime inclui as seguintes linhas de produtos:

- contribuições não reembolsáveis correspondentes a, pelo menos, 30 % do investimento total — para a aquisição de sistemas e tecnologias digitais conexas que permitam a produção direta de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo imediato ou através de sistemas de acumulação/armazenamento.

A fim de executar o investimento no regime, a Itália e a Invitalia SpA devem assinar um acordo de execução com o seguinte teor:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do regime: A decisão final de investimento do regime é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por maioria dos votos dos membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:

[92] Em especial, o regime remete para os anexos A e B da Lei n.º 232, de 11 de dezembro de 2016.

[93] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

a) A descrição do tipo de apoio prestado e dos beneficiários finais elegíveis.

b) O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**

a. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, no caso de apoio geral a empresas, a política de investimento deve excluir as empresas com uma incidência substancial94 nos seguintes setores: I) produção de energia a partir de combustíveis fósseis e atividades conexas95, II) indústrias com utilização intensiva de energia e/ou com elevadas emissões de CO296, III) produção, aluguer ou venda de veículos poluentes97; IV) recolha, tratamento e eliminação de resíduos98, v) processamento de combustível nuclear, produção de energia nuclear. Além disso, a política de investimento deve exigir o cumprimento da legislação ambiental nacional e da UE aplicável dos beneficiários finais do regime.

c) O requisito de que os beneficiários finais do regime não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de taxas para o parceiro de execução e o requisito de investir quaisquer receitas não utilizadas do regime, incluindo para além de 2026, para os mesmos fins políticos.

4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:

i) A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.

ii) A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que devem assegurar a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.

iii) A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.

iv) A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas no risco, em conformidade com um plano de auditoria da Invitalia SpA. Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; o

---

[94] Considera-se que um beneficiário final tem uma «incidência substancial» num setor ou atividade empresarial se esse setor ou atividade for identificado como sendo uma parte essencial da atividade empresarial do beneficiário final, respetivamente, em relação às receitas brutas, aos lucros ou à base de clientes do beneficiário final. As receitas brutas geradas pelo setor ou atividade objeto de restrições não podem, em caso algum, exceder 50 % das receitas brutas.

[95] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[96] Incluindo atividades e ativos no âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões projetadas de gases com efeito de estufa não inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis. Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[97] Os veículos poluentes são definidos como veículos sem emissões.

[98] Esta exclusão não se aplica a ações em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do regime não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução aplicável.

**Investimento 17. Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas**

O objetivo da medida é apoiar a renovação de habitações públicas. Esta medida consiste num investimento público num mecanismo, o «instrumento financeiro para atenuar a pobreza energética», a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento. O instrumento deve visar renovações energéticas em habitações residenciais públicas, alcançando, em média, uma redução de, pelo menos, 30 % da procura de energia primária[99].

O mecanismo é gerido por dois parceiros de execução.

- O Gestore Servizi Energetici (GSE Spa) como parceiro técnico responsável pela componente de subvenção;
- Cassa Depositi e Prestiti (CDP Spa) como parceiro financeiro e responsável pela componente de empréstimo (opcional).

O mecanismo deve prestar apoio financeiro sob a forma de subvenções e/ou empréstimos para a renovação energética de habitações residenciais públicas, alcançando, em média, uma redução de, pelo menos, 30 % da procura de energia primária.

O mecanismo inclui as seguintes linhas de produtos para apoiar a habitação pública:

- Uma componente de subvenção fornecida pelo parceiro técnico Gestore Servizi Energetici Spa, cobrindo um máximo de 65 % dos custos totais;
- Uma componente de empréstimo opcional que cobre 35 % dos custos totais. A componente de empréstimo pode ser fornecida pelo parceiro financeiro Cassa Depositi e Prestiti

A fim de executar o investimento no Mecanismo, a Itália e os parceiros de execução devem assinar acordos de execução que incluam o seguinte conteúdo:

1. Descrição do processo de tomada de decisões do Mecanismo: A decisão final de investimento da Facilidade é tomada por um comité de investimento ou outro órgão de gestão equivalente relevante e aprovada por uma maioria de votos de membros independentes do governo.
2. Os requisitos essenciais da política de investimento associada, que devem incluir:
    a. A descrição do (s) produto (s) financeiro (s) e dos beneficiários finais elegíveis.
    b. O requisito de que todos os investimentos apoiados sejam economicamente viáveis**.**
    c. O requisito de cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», tal como estabelecido nas orientações técnicas sobre o princípio de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01). Em especial, a política de investimento deve excluir da elegibilidade a seguinte lista de atividades e ativos: I) atividades e ativos relacionados com combustíveis fósseis, incluindo a utilização a jusante[100], ii) atividades e ativos no âmbito do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) que atinjam emissões de gases com efeito de estufa previstas não inferiores aos parâmetros de referência pertinentes101, iii)

[99] Os beneficiários finais associados a projetos específicos devem apresentar uma justificação do domínio de intervenção selecionado para cada projeto apoiado, juntamente com uma descrição do projeto, para efeitos do cálculo da contribuição para a ação climática. O parceiro de execução deve igualmente apresentar ao Estado-Membro um relatório semestral sobre a execução de cada projeto/atividade.

[100] Exceto a) ativos e atividades de produção de eletricidade e/ou calor, bem como infraestruturas conexas de transporte e distribuição, que utilizam gás natural, que cumprem as condições estabelecidas no anexo III das orientações técnicas de «não prejudicar significativamente» (2021/C58/01) e b) atividades e ativos referidos na subalínea ii) para os quais a utilização de combustíveis fósseis é temporária e tecnicamente inevitável para a transição atempada para uma operação sem combustíveis fósseis.

[101] Sempre que a atividade apoiada obtenha emissões de gases com efeito de estufa que não sejam significativamente inferiores aos parâmetros de referência aplicáveis, deve ser fornecida uma explicação das razões pelas quais tal não é possível. Parâmetros de referência definidos para a atribuição de licenças a título gratuito a atividades abrangidas pelo

atividades e ativos relacionados com aterros de resíduos, incineradoras[102] e estações de tratamento mecânico biológico[103].

d. O requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não recebam apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. O apoio financeiro prestado através da componente de empréstimo do instrumento não cobre os mesmos custos suportados pela componente de subvenção do presente instrumento.

3. O montante abrangido pelo acordo de execução, a estrutura de comissões do parceiro de execução e o requisito de reinvestir quaisquer reembolsos de acordo com a política de investimento do mecanismo, a menos que sejam utilizados para assegurar o reembolso de empréstimos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
4. Requisitos de acompanhamento, auditoria e controlo, incluindo:
    a. A descrição do sistema de acompanhamento do parceiro de execução para comunicar informações sobre o investimento mobilizado.
    b. A descrição dos procedimentos do parceiro de execução que devem assegurar a prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses.
    c. A obrigação de verificar a elegibilidade de cada operação em conformidade com os requisitos estabelecidos no acordo de execução, antes de se comprometer a financiar uma operação.
    d. A obrigação de realizar auditorias ex post baseadas nos riscos, em conformidade com um plano de auditoria da Gestore dei Servizi Energetici (GSE) e da Cassa Depositi e Prestiti (CDP). Essas auditorias devem verificar i) se os sistemas de controlo são eficazes, incluindo a deteção de fraudes, corrupção e conflitos de interesses; o cumprimento do princípio de «não prejudicar significativamente», das regras em matéria de auxílios estatais e dos requisitos em matéria de metas climáticas; e iii) que seja respeitado o requisito de que os beneficiários finais do Mecanismo não tenham recebido apoio de outros instrumentos da União para cobrir os mesmos custos. As auditorias devem igualmente verificar a legalidade das transações e o respeito das condições do acordo de execução aplicável.

---

âmbito de aplicação do regime de comércio de licenças de emissão, como previsto no Regulamento de Execução (UE) 2021/447 da Comissão.

[102] Esta exclusão não se aplica a ações, ao abrigo desta medida, em instalações exclusivamente dedicadas ao tratamento de resíduos perigosos não recicláveis, nem a instalações existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinem a aumentar a eficiência energética, captar gases de escape para armazenamento ou utilização ou recuperação de materiais provenientes de cinzas de incineração, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do período de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

[103] Esta exclusão não se aplica a ações ao abrigo desta medida em instalações de tratamento mecânico e biológico existentes, nos casos em que as ações ao abrigo desta medida se destinam a aumentar a eficiência energética ou a adaptar a operações de reciclagem de resíduos separados para compostar biorresíduos e digestão anaeróbia de biorresíduos, e desde que tais ações ao abrigo desta medida não resultem num aumento da capacidade de tratamento de resíduos das instalações ou numa extensão do tempo de vida das instalações; sendo apresentados elementos de prova a nível da instalação.

## P.4. Marcos, metas, indicadores e calendário de acompanhamento e implementação do empréstimo

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M7-35 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) | Objetivo intermédio | Adoção e atualização das avaliações de impacto ambiental pertinentes (VIncA) | SSCO identificadas e VincA revistas e adotadas em conformidade | | | | Q1 | 2024 | As autoridades italianas devem:<br>• Estabelecer os objetivos de conservação específicos do sítio para os sítios Natura 2 000 afetados pelo projeto, de acordo com a metodologia adotada pelo Ministério do Ambiente e da Segurança Energética em 2021 e 2023.<br>• Verificar as avaliações adequadas já realizadas ao abrigo da Diretiva Habitats (VINCA) à luz das novas SSCO estabelecidas.<br>• Atualização (se necessário) das avaliações adequadas (VINCA) já realizadas ao abrigo da Diretiva Habitats, em conformidade com as orientações nacionais de 28 de dezembro de 2019, e garantia da sua integração no procedimento global de avaliação de impacto ambiental. |
| M7-36 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino- | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos | Notificação da adjudicação dos contratos | | | | Q2 | 2024 | Notificação da adjudicação de todos os contratos relativos às obras necessárias para a construção da estação de compressão de Sulmona e do gasoduto Sestino-Minerbio. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | Minerbio) | | | | | | | | | |
| M7-37 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) | Objetivo intermédio | Realização de obras na estação de compressão de Sulmona e no gasoduto Sestino Minerbio | Trabalhos executados | | | | Q2 | 2026 | Foram realizadas obras na estação de compressão de Sulmona e no gasoduto Sestino-Minerbio para um aumento da capacidade técnica de transporte de gás de 14 milhões de metros cúbicos por dia. |
| M7-38 | Investimento 14: Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos | Notificação da adjudicação dos contratos | | | | Q2 | 2024 | Notificação da adjudicação de todos os contratos relativos às obras necessárias para a conclusão da estação de compressão de Poggio Renatico |
| M7-39 | Investimento 14: Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás | Objetivo intermédio | Realização de obras na estação de compressão de Poggio Renatico | Trabalhos executados | | | | Q2 | 2026 | Foram realizados trabalhos na unidade de compressão da estação de compressão de Poggio Renatico para um aumento da capacidade técnica de exportação de gás através do Ponto de Saída de Tarvisio de 8 mil milhões de metros cúbicos por ano. |
| M7-40 | Investimento 15: Transizione 5.0 | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico que estabelece os critérios das intervenções elegíveis | Disposição na lei que indica a entrada em vigor da lei | | | | Q1 | 2024 | O ato jurídico deve disponibilizar créditos fiscais Transição 5.0 aos potenciais beneficiários, determinando os critérios de elegibilidade, também em termos de economias mínimas de energia, e o limite máximo de despesas para a medida. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| M7-41 | Investimento 15: Transizione 5.0 | Alvo | Créditos fiscais concedidos a empresas com base em documentos apresentados em 2024-2025 | NENHUMA. | Montante dos recursos concedidos (EUR) | 0 | 2 500 000 000 | Q2 | 2026 | Notificação da concessão de todos os recursos do MRR afetados a este investimento.<br>Pelo menos 1 000 000 000 EUR do investimento devem contribuir para os objetivos em matéria de alterações climáticas, em conformidade com o anexo VI do Regulamento MRR.<br>Relatório do GSE (Gestore Servizi Energetici) sobre as poupanças totais em termos de eficiência energética no consumo de energia final geradas no período de 2024-2026. |
| M7-43 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | | | | Q4 | 2024 | Entrada em vigor do acordo de execução. |
| M7-44 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de | Objetivo intermédio | O Ministério das Empresas e do Fabricado em Itália concluiu a transferência de fundos para a | Certificado de transferência | | | | Q4 | 2024 | A Itália transferirá 186 651 988,92 EUR para a Invitalia para a Facilidade. |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | energia renováveis | | Invitalia | | | | | | | |
| M7-45 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis | Alvo | Acordos jurídicos com os beneficiários finais | NENHUMA. | Percentagem (%) | 0 | 100 % | Q2 | 2026 | A Invitalia S.p.A. deve ter celebrado acordos jurídicos com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no regime (tendo em conta as comissões de gestão). |
| M7-46 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Definição do objetivo do caderno de encargos | Entrada em vigor do ato com a definição do mandato do instrumento financeiro | | | | Q3 | 2024 | Definir os termos de referência do instrumento financeiro, que deve visar as renovações energéticas em habitações residenciais públicas. |
| M7-47 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Acordo de execução | Entrada em vigor do acordo de execução | | | | Q2 | 2025 | Entrada em vigor do (s) acordo (s) de execução em conformidade com os requisitos especificados na descrição da medida.<br>Em especial, o (s) acordo (s) de execução deve (m) incluir critérios de elegibilidade relativos à melhoria mínima da eficiência energética que o instrumento deve alcançar (em média, pelo menos 30 % de redução da procura de energia primária).<br>Os critérios de seleção devem também dar |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Objetivo intermédio /Objetivo | Nome | Indicadores qualitativos (para os marcos) | Indicadores quantitativos (para as metas) | | | Calendário indicativo para a conclusão | | Descrição de cada marco e meta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Unidade de aferição | Base de referência | Objetivo | Trimestre | Ano | |
| | | | | | | | | | | prioridade às intervenções com maior retorno em termos de eficiência energética. |
| M7-48 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Ministério concluiu o investimento | Certificado de transferência | | NENHUMA. | NENHUMA. | Q2 | 2025 | A Itália deve transferir 1 381 000 000 EUR para o (s) parceiro (s) de execução do Mecanismo. |
| M7-49 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais | | Percentagem (%) | 0 % | 100 % | Q2 | 2026 | A Itália deve transferir um montante adicional de 200 000 000 EUR para o (s) parceiro (s) de execução do Mecanismo.<br>Os parceiros de execução devem ter celebrado convenções jurídicas de financiamento com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do MRR no mecanismo (tendo em conta as comissões de gestão). |

### 2. CUSTO TOTAL ESTIMADO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O custo total estimado do plano de recuperação e resiliência de Itália é de 194 435 381 164 EUR.

O custo total estimado do capítulo REPowerEU é de 7 212 200 000 EUR. Em especial, os custos totais estimados das medidas referidas no artigo 21.º-C, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) 2023/435 são de 420 000 000 EUR, ao passo que os custos das outras medidas do capítulo REPowerEU são de 6 792 200 000 EUR.

## SECÇÃO 2: APOIO FINANCEIRO

### 1. Contribuição financeira

As parcelas referidas no artigo 2.º, n.º 2, devem ser organizadas do seguinte modo:

1.1. Primeira parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-51 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário relativo à governação do plano italiano de recuperação e resiliência |
| M1C1-52 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário relativo à simplificação dos procedimentos administrativos para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência. |
| M1C1-53 | Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação peirista para prestar assistência técnica e reforçar o reforço das capacidades para a execução do plano italiano de recuperação e resiliência |
| M1C1-69 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto relativo à simplificação do sistema de contratos públicos |
| M1C1-1 | Reforma 1.1: Contratos públicos no domínio das TIC | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos legislativos para a reforma 1.1 «Contratos públicos no domínio das TIC» |
| M1C1-2 | Reforma 1.3: Prioridade à computação em nuvem e interoperabilidade | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos legislativos para a reforma 1.3 «Prioridade à computação em nuvem e interoperabili-dade» |
| M1C1-29 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma da justiça civil |
| M1C1-30 | Reforma 1.5: Reforma da justiça penal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma da justiça penal |
| M1C1-31 | Reforma 1.6: Reforma do quadro de insolvência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação habilitante para a reforma do quadro de insolvência. |
| M1C1-32 | Investimento 1.8: | Objetivo | Entrada em vigor de legislação especial que rege o |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | Processos de recrutamento para os tribunais cíveis, penais e administrativos | intermédio | recrutamento no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência |
| M1C1-54 | Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | Alvo | Conclusão do recrutamento de peritos para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência |
| M1C1-55 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Alargamento ao orçamento nacional da metodologia aplicada ao plano de recuperação e resiliência italiano, a fim de aumentar a absorção do investimento |
| M1C1-68 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Sistema de repositório para auditorias e controlos: informações para o acompanhamento da implementação do MRR |
| M1C1-71 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de toda a legislação, regulamentação e atos de execução necessários (incluindo o direito derivado) para o sistema de contratos públicos |
| M1C1-100 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de disposições legislativas que melhoram a eficácia da análise das despesas — Reforço do Ministério das Finanças |
| M1C1-101 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Adoção de uma avaliação das medidas possíveis para reduzir a evasão fiscal |
| M1C2-1 | Investimento 1: Transição 4.0 | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de atos jurídicos destinados a disponibilizar créditos fiscais Transição 4.0 a potenciais beneficiários e criação do comité científico |
| M1C3-8 | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Objetivo intermédio | Adjudicação dos contratos para o desenvolvimento do portal digital do turismo |
| M2C2-7 | Reforma 2 Nova legislação para promover a produção e o consumo de gás renovável | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto legislativo para promover a utilização de gás renovável para a utilização de biometano nos setores dos transportes, da indústria e da habitação e de um decreto de execução que defina as condições e os critérios relativos à sua utilização e o novo sistema de incentivos. |
| M2C2-37 | Reforma 5: Procedimentos mais inteligentes para a avaliação de projetos no setor dos sistemas de transportes públicos locais com instalações fixas e no setor dos transportes rápidos em massa | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto-lei |
| M2C2-41 | Investimento 5.3: Autocarros elétricos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto ministerial que identifique o montante dos recursos disponíveis para alcançar o objetivo da intervenção (cadeia de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | abastecimento de autocarros) |
| M2C3-1 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da prorrogação do Superbonus |
| M2C4-3 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Objetivo intermédio | Reforma do quadro jurídico para uma melhor gestão e uma utilização sustentável da água |
| M3C2-3 | Reforma 2.1 — Implementação de um balcão aduaneiro único («Sportello Unico Doganale») | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto relativo ao balcão aduaneiro único («Sportello Unico Doganale») |
| M4C1-1 | Reforma 1.5: Reforma dos grupos de diplomas universitários; Reforma 1.6: Possibilitar a reforma dos diplomas universitários; Reforma 4.1: Doutora-mento Reforma dos programas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das reformas do sistema de ensino superior para melhorar os resultados escolares (direito primário) nos seguintes domínios: a) Permitir a obtenção de diplomas universitários; grupos de diplomas universitários; c) Reforma dos programas de doutoramento |
| M4C1-2 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de decretos ministeriais de reforma das bolsas de estudo destinadas a melhorar o acesso ao ensino superior |
| M5C1-1 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto interministerial que estabelece um programa nacional para a empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL) e de um decreto interministerial que estabelece um plano nacional para novas competências |
| M5C2-1 | Reforma 1 — Lei-quadro para as pessoas com deficiência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei-quadro para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência. |
| M5C2-5 | Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a instituciona-lização | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano operacional |
| | | Montante da parcela | 11 494 252 874 EUR |

1.2. Segunda parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C4-5 | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação administrativa e do desenvolvimento de serviços digitais para visitantes de parques nacionais e zonas marinhas protegidas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M5C2-9 | Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de acolhimento | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano operacional relativo aos projetos «Housing First» e «Post Stations», que define os requisitos dos projetos que podem ser apresentados pelas entidades locais, e lançamento do convite à apresentação de propostas |
| M1C1-33 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Iniciar os processos de recrutamento para os tribunais administrativos |
| M1C1-56 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação habilitante para a reforma do emprego público |
| M1C1-70 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da revisão do Código dos Contratos Públicos (D.Lgs. n.º 50/2016). |
| M1C1-103 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário e derivado e das disposições regulamentares e conclusão de processos administrativos para incentivar o cumprimento das obrigações fiscais e melhorar as auditorias e os controlos. |
| M1C1-104 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Adoção de metas de poupança para as análises das despesas para o período 2023-2025. |
| M1C3-11 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos: para melho-rar a eficiên-cia energé-tica nos espaços cultu-rais |
| M2C1-1 | Reforma 1.1 — Estratégia nacional para a economia circular | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial relativo à adoção da estratégia nacional para a economia circular |
| M2C1-2 | Reforma 1.3 — Apoio técnico às autoridades locais | Objetivo intermédio | Aprovação do acordo para o desenvolvimento do plano de ação para o reforço das capacidades para apoiar as autoridades públicas locais |
| M2C1-11 | Investimento 3.3: Cultura e sensibilização sobre os temas e desafios ambientais | Objetivo intermédio | Lançamento da plataforma Web e contratos com os autores |
| M2C2-18 | Investimento 3.5: Investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos de I & D para projetos de investigação sobre hidrogénio |
| M2C2-21 | Reforma 4 Medidas para promover a competitividade do hidrogénio | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos incentivos fiscais |
| M2C2-38 | Investimento 5.1: Energia de fontes renováveis e baterias | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto ministerial |
| M2C2-42 | Investimento 5.4: Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo financeiro |
| M2C3-4 | Reforma 1.1: Simplificação e | Objetivo intermédio | Simplificação e aceleração dos procedimentos para as intervenções em matéria de eficiência energética |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | aceleração dos procedimentos para as intervenções em matéria de eficiência energética | | |
| M2C4-1 | Reforma 2.1. Simplificação e aceleração dos procedimentos de execução das intervenções contra a instabilidade hidrogeológica | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação do quadro jurídico para uma melhor gestão dos riscos hidrológicos |
| M2C4-4 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do novo quadro jurídico para fins de irrigação |
| M4C1-3 | Reforma 2.1: Recruta-mento de professores | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma relativa a profissão docente |
| M4C1-4 | Investimento 3.2: Escola 4.0: escolas, cablagem, novas salas de aula e workshops inovadores | Objetivo intermédio | Adoção do plano Escola 4.0 para promover a transição digital do sistema escolar italiano |
| M4C2-4 | Reforma 1.1: Implementação de medidas de apoio a I & D para promover a simplificação e a mobilidade | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos ministeriais sobre a simplificação e a mobilidade da I & D e ligada ao fundo comum de financiamento. |
| | | Montante da parcela | 11 494 252 874 EUR |

1.3. Terceira parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C4-2 | Reforma 4.2 Medidas para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma para garantir plenas capacidades de gestão para serviços hídricos integrados |
| M1C1-3 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Objetivo intermédio | Conclusão do Polo Strategico Nazionale (PSN) |
| M1C1-4 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Objetivo intermédio | Plataforma nacional de dados digitais operacional |
| M1C1-5 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Criação da nova Agência Nacional de Cibersegurança |
| M1C1-6 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Implantação inicial dos serviços nacionais de cibersegurança |
| M1C1-7 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Arranque da rede de laboratórios de avaliação preliminar e de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | certificação da cibersegurança |
| M1C1-8 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Ativação de uma Unidade Central de Auditoria para as medidas de segurança PSNC & NIS |
| M1C1-9 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Alvo | Apoio à modernização das estruturas de segurança M1 |
| M1C1-10 | Reforma 1.2: Apoio à transformação | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação que cria a Equipa de Transformação e a NewCo |
| M1C1-34 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para o gabinete de julgamento e os tribunais cíveis e penais | Alvo | Início dos processos de recrutamento para os tribunais cíveis e penais |
| M1C1-35 | Reforma 1.7: Reforma dos tribunais fiscais | Objetivo intermédio | Reforma global dos tribunais fiscais de primeira e de segunda instância |
| M1C1-36 | Reformas 1.4, 1.5 e 1.6: Reforma da justiça civil e penal e reforma do quadro de insolvência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos delegados para as reformas da justiça civil e penal e a reforma do quadro de insolvência |
| M1C1-57 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos procedimentos administrativos para a reforma para a simplificação com vista à implementação do MRR |
| M1C1-102 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório sobre a eficácia das práticas utilizadas pelas administrações públicas selecionadas para formular e executar planos de poupança |
| M1C1-105 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Maior número de «cartas de conformidade» |
| M1C1-106 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Reduzir o número de falsos positivos nas «cartas de conformidade» |
| M1C1-107 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Aumentar as receitas fiscais geradas por «cartas de conformidade» |
| M1C2-6 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2021 |
| M1C2-7 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado (se necessário) relacionados com a energia. |
| M1C2-8 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução (incluindo o direito derivado, se necessário) para a efetiva execução e aplicação das medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2021. |
| M1C3-6 | Reforma 3.1: Adoção de critérios ambientais mínimos para eventos culturais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto que define critérios sociais e ambientais nos concursos públicos relativos a eventos culturais financiados por fundos públicos |
| M2C1-3 | Investimento 2.1: Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da | Objetivo intermédio | Publicação da classificação final ao abrigo do regime de incentivos à |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas | | logística |
| M2C1-4 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento |
| M2C2-8 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para aumentar a capacidade da rede |
| M2C2-12 | Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica | Objetivo intermédio | Adjudicação dos projetos destinados a aumentar a resiliência da rede do sistema elétrico |
| M3C2-1 | Reforma 1.1 — Simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de alterações legislativas relacionadas com a simplificação dos procedimentos para o processo de planeamento estratégico |
| M3C2-2 | Reforma 1.2 — Adjudicação concorrencial das concessões nos portos italianos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do regulamento relativo às concessões portuárias |
| M3C2-4 | Reforma 1.3 — Simplificação dos procedimentos de autorização para instalações fornecedoras de alimentação elétrica de terra | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação dos procedimentos de autorização para instalações fornecedoras de alimentação elétrica de terra |
| M4C1-5 | Reforma 1.3: Reorganização do sistema escolar; Reforma 1.2: Reforma do sistema de formação profissional de nível superior (STI); Reforma 1.1: Reforma dos institutos técnicos e profissionais; Reforma 1.4: Reforma do sistema de orientação | Marcos | Entrada em vigor das reformas do sistema de ensino primário e secundário para melhorar os resultados escolares |
| M4C1-6 | Reforma 2.2: Ensino superior avançado e formação contínua para gestores escolares, professores, pessoal administrativo e técnico | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação destinada a criar um sistema de formação de qualidade para as escolas. |
| M4C2-1 | Investimento 1.2: Projetos de financiamento apresentados por jovens investigadores | Alvo | Número de estudantes que beneficiam de uma bolsa de investigação |
| M5C1-2 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Objetivo intermédio | Entrada em vigor a nível regional de todos os planos para os Serviços Públicos de Emprego (SPE) |
| M5C1-6 | Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | Alvo | Os Serviços Públicos de Emprego (SPE) estão a executar as atividades previstas no Plano de Reforço ao longo do período de três anos de 2021-2023 |
| M5C1-8 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um plano nacional e de um roteiro de execução para combater o trabalho não declarado em todos os setores económicos. |
| M5C1-12 | Investimento 2 — Sistema de certificação da igualdade de género | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do sistema de certificação da igualdade de género |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | e dos mecanismos de incentivo conexos para as empresas |
| M5C2-7 | Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência | Alvo | Os bairros sociais realizaram pelo menos um projeto relacionado com a renovação de espaços residenciais e/ou a disponibilização de dispositivos TIC a pessoas com deficiência, acompanhado de formação sobre competências digitais |
| M5C3-1 | Investimento 1.1.1: Zonas interiores — Melhoria das infraestruturas e dos serviços sociais comunitários | Objetivo intermédio | Adjudicação do concurso para intervenções destinadas a melhorar a infraestruturas e dos serviços sociais comunitários nas zonas interiores e para o apoio a farmácias em municípios com menos de 3 000 habitantes |
| M6C2-1 | Reforma 1: Rever e atualizar o atual quadro jurídico dos institutos científicos para a hospitalização e os cuidados de saúde (IRCCS) e as políticas de investigação do Ministério da Saúde, a fim de reforçar a ligação entre a investigação, a inovação e os cuidados de saúde | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto legislativo que prevê a reorganização dos regulamentos que regem os institutos científicos de hospitalização e de prestação de cuidados (IRCSS) |
| | | Montante da parcela | 11 494 252 874 EUR |

1.4. Quarta parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-11 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Alvo | Guarda de Finanças — Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados M1 |
| M1C1-72 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | São aprovadas medidas para reduzir os atrasos de pagamento da administração pública às empresas |
| M1C1-73 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma do Código dos Contratos Públicos. |
| M2C2-14 | Investimento 3.3: Ensaios de hidrogénio para o transporte rodoviário | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para a construção de estações de abastecimento baseadas no hidrogénio |
| M2C2-16 | Investimento 3.4: Ensaios de hidrogénio para o transporte ferroviário | Objetivo intermédio | Afetação de recursos para ensaios de hidrogénio para a mobilidade ferroviária |
| M2C2-20 | Reforma 3 Simplificação administrativa e redução dos obstáculos regulamentares à implantação do hidrogénio | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das medidas legislativas necessárias |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M5C2-3 | Reforma 2 — Reforma para os idosos não autossuficientes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma lei-quadro que reforça as ações a favor dos idosos que não são autossuficientes |
| M1C1-37 | Reformas 1.4 e 1.5: Reforma da justiça civil e penal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma da justiça civil e penal |
| M1C1-58 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos jurídicos para a reforma do emprego público |
| M1C1-74 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução e do direito derivado necessários para a reforma relativa à simplificação do código dos contratos públicos |
| M1C1-109 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Enviar as primeiras declarações fiscais de IVA pré-preenchidas |
| M2C2-27 | Investimento 4.3: Instalação de infraestruturas de carregamento elétrico | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a instalação de infraestruturas de carregamento M1 |
| M2C2-33 | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para o reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios sem emissões e serviço universal |
| M2C3-2 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Alvo | Renovação de edifícios Superbonus T1 |
| M4C1-9 | Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para a construção, renovação e garantia da segurança de creches, infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância |
| M5C3-8 | Investimento 1.3: Intervenções socioeducativas estruturadas para combater a pobreza educativa no Sul, apoiando o terceiro setor | Alvo | Apoio educativo a menores (primeiro lote) |
| | | Montante da parcela | 2 315 646 882 EUR |

1.5. Quinta parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C2-4 | Reforma 1: Reforma do sistema de propriedade industrial | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto legislativo destinado a reformar o código da propriedade industrial italiano e atos de execução conexos |
| M1C3-4 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Alvo | Intervenções concluídas em museus e locais de interesse cultural do Estado, salas de teatro e cinemas (primeiro lote) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-12 | Investimento 1.3.2: Portal Digital Único | Alvo | Portal Digital Único |
| M1C1-13 | Investimento 1.4.6: Mobilidade como serviço para Itália | Objetivo intermédio | Soluções de mobilidade como serviço M1 |
| M1C1-38 | Reforma 1.8: Digitalização da justiça | Objetivo intermédio | Digitalização do sistema judicial |
| M1C1-59 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública |
| M1C1-73quater | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de orientações sobre contratos públicos abaixo dos limiares da UE |
| M1C1-75 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Pleno funcionamento do sistema nacional de contratação pública eletrónica |
| M1C1-84 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Prazo médio entre a publicação do concurso e a adjudicação do contrato |
| M1C1-86 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de profissionalização dos compradores públicos |
| M1C1-87 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Autoridades adjudicantes utilizarem sistemas de aquisição dinâmicos |
| M1C1-110 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Reclassificação do orçamento geral do Estado, com referência às despesas ambientais e às despesas que promovem a igualdade entre homens e mulheres |
| M1C2-9 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2022 |
| M1C2-10 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de todas as medidas de execução (incluindo o direito derivado, se necessário) para a efetiva execução e aplicação das medidas decorrentes da Lei Anual da Concorrência de 2022. |
| M1C3-7 | Investimento 3.3: Reforço das capacidades dos operadores culturais para gerir a transição digital e ecológica. | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos com as organizações de execução/beneficiários para todas as intervenções para gerir a transição digital e ecológica dos operadores culturais |
| M2C1-5 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento |
| M2C2-22 | Investimento 4.1: Reforço da mobilidade ciclável | Público-alvo: | Ciclovias T1 |
| M4C1-10 | Reforma 2.1: Recrutamento de professores; Reforma 1.3: Reorganização do sistema escolar; Reforma 1.2: | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de regulamentos para a execução e aplicação efetivas de todas as medidas relativas às |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | Reforma do sistema de formação profissional de nível superior (STI); Reforma 1.4: Reforma do sistema de orientação; Reforma 1.5: Reforma dos grupos de diplomas universitários; Reforma 1.6: Possibilitar a reforma dos diplomas universitários | | reformas do ensino primário, secundário e superior, se necessário |
| M4C1-11 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas universitárias atribuídas |
| M5C3-3 | Investimento 2: Instalações de saúde de proximidade territorial | Alvo | Apoio às farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações com menos de 5 000 habitantes (primeiro lote) |
| M1C1-113 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Maior número de «cartas de conformidade» |
| M1C1-114 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Aumentar as receitas fiscais geradas por «cartas de conformidade» |
| | | Montante da parcela | 3 621 492 701 EUR |

1.6. Sexta parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-14bis | Reforma 1.9-A: Reforma para acelerar a execução da política de coesão | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da legislação nacional para acelerar a execução da política de coesão |
| M1C1-15 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Alvo | Guarda de Finanças — Aquisição de serviços profissionais de ciência de dados M2 |
| M1C1-37bis | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de medidas destinadas a reduzir os atrasos acumulados |
| M1C1-72bis | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Ações legislativas e específicas para reduzir os atrasos de pagamento a nível central/local |
| M1C1-85 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Prazo médio entre a adjudicação do contrato e a realização da infraestrutura |
| M1C1-99 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Autoridades adjudicantes utilizarem sistemas de aquisição dinâmicos |
| M2C2-6 | Reforma 1 Simplificação dos procedimentos de autorização de centrais de energia de fontes renováveis em terra e no mar e novo quadro jurídico para apoiar a produção a partir de fontes renováveis e prolongamento da | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um quadro jurídico para a simplificação dos procedimentos de autorização para a construção de estruturas de aproveitamento das fontes de energia renováveis terrestres e marinhas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | elegibilidade dos atuais regimes de apoio | | |
| M4C1-8 | Investimento 1.3: Plano de Melhoramento das Infraestruturas Desportivas Escolares | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para intervenções de construção e renovação de instalações desportivas e ginásios para uso escolar |
| M5C1-9 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Realizar ações para combater o trabalho não declarado |
| M5C2-4 | Reforma 2 — Reforma para os idosos não autossuficientes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos legislativos que desenvolvem as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar as ações a favor dos idosos que não são autossuficientes |
| M7-9 | Reforma 5: Plano para novas competências — Transições | Objetivo intermédio | Adoção e publicação do novo plano de competências — Transições e do roteiro de execução |
| M7-32 | Investimento 12 — Instrumento financeiro para o desenvolvimento de uma liderança internacional, industrial e de I & D em autocarros sem emissões | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M1C1-39 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais cíveis e penais | Alvo | Conclusão dos procedimentos de recrutamento dos tribunais civis e penais e dos serviços territoriais e centrais do Ministério da Justiça responsáveis pela execução do PRR |
| M1C1-40 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Conclusão dos processos de recrutamento para os tribunais administrativos |
| M1C1-41 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais administrativos regionais |
| M1C1-42 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso no Conselho de Estado |
| M1C1-59 BIS | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Execução da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública |
| M1C1-73bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Adoção de uma circular que forneça orientações sobre o sistema de qualificação das autoridades adjudicantes |
| M1C1-108 | Reforma 1.15: Reforma das regras de contabilidade pública | Objetivo intermédio | Aprovação do quadro conceptual, do conjunto de normas de contabilidade de exercício e do quadro pluridimensional de contas |
| M1C1-111 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2023, com referência à meta de poupança fixada em 2022 para 2023. |
| M1C1-112 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Melhorar a capacidade operacional da administração fiscal em consonância com os objetivos de contratação indicados no «Plano de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | desempenho 2021-2023» da Agência de Receitas |
| M1C2-2 | Investimento 1: Transição 4.0 | Alvo | Créditos fiscais Transição 4.0 concedidos a empresas com base nas declarações fiscais apresentadas em 2021-2022 |
| M1C3-9 | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Alvo | Participação dos operadores turísticos na plataforma digital para o turismo |
| M1C3-10 | Reforma 4.1: Regulação da profissão de guia turístico | Objetivo intermédio | Definição de uma norma nacional para os guias turísticos |
| M2C1-6 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento |
| M3C2-5 | Investimento 2.1 — Digitalização da cadeia logística | Alvo | Digitalização da cadeia logística |
| M5C2-2 | Reforma 1 — Lei-quadro para as pessoas com deficiência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos legislativos que desenvolvem as disposições estabelecidas pela lei-quadro para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência |
| | | Montante da parcela | 2 053 579 667 EUR |

1.7. Sétima parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-17 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Alvo | Migração para o «Polo Strategico Nazionale» M1 |
| M7-7 | Reforma 4: Atenuação do risco financeiro associado aos CAE renováveis (contratos de aquisição de energia) | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário e derivado |
| M7-14 | Investimento 4: Ligação Tirreno | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos |
| M3C2-7 | Investimento 2.3: Passagem a frio a ferro | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos |
| M1C1-18 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Alvo | IPA na plataforma nacional de dados digitais M1 |
| M1C1-19 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Alvo | Apoio à modernização das estruturas de segurança M2 |
| M1C1-20 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Plena implantação dos serviços nacionais de cibersegurança |
| M1C1-21 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Conclusão da rede de laboratórios de avaliação preliminar e certificação da cibersegurança, centros de avaliação |
| M1C1-22 | Investimento 1.5: Cibersegurança | Objetivo intermédio | Pleno funcionamento da Unidade Central de Auditoria para as |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | medidas de segurança PSNC & NIS, com pelo menos 30 inspeções concluídas |
| M1C1-43 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais ordinários cíveis (primeira instância) |
| M1C1-44 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais de recurso cíveis (segunda instância) |
| M1C1-60 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Alvo | Simplificação e/ou digitalização de 200 procedimentos críticos que afetam os cidadãos e as empresas |
| M1C1-72ter | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Aumentar os recursos humanos que lidam com os pagamentos |
| M1C1-72quater | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Adoção do plano de ação |
| M1C1-73ter | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Incentivos à qualificação e profissionalização das autoridades adjudicantes. |
| M1C1-73quinquies | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de novas disposições jurídicas sobre o financiamento de projetos |
| M1C1-75bis | Investimento 1.10: Apoio à qualificação e à contratação pública eletrónica | Objetivo intermédio | Apoio à qualificação e à contratação pública eletrónica |
| M1C1-84bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Medidas para melhorar a rapidez de decisão na adjudicação de contratos pelas entidades adjudicantes |
| M1C1-98 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de profissionalização dos compradores públicos |
| M1C2-11 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2023 |
| M1C2-12 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de medidas de execução (incluindo direito derivado, se necessário) para a execução e aplicação das medidas estabelecidas na Lei Anual da Concorrência de 2023 e noutras legislações primárias |
| M2C1-6bis | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Atribuição de recursos aos beneficiários em% do total dos recursos financeiros afetados ao investimento |
| M2C1-7 | Investimento 2.3: Inovação e mecanização nos setores agrícola e alimentar | Alvo | Publicação das classificações finais com a identificação dos beneficiários finais. |
| M2C2-28 | Investimento 4.3: Instalação de infraestruturas de carregamento elétrico | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos para a instalação de infraestruturas de carregamento |
| M4C1-12 | Investimento 4.1: Alarga-mento do | Alvo | Programas de bolsas de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | número e das oportuni-dades de carreira dos doutoran-dos (na investiga-ção, na administra-ção pública e no património cultural) | | doutoramento atribuídos anualmente (ao longo de três anos) |
| M4C1-14 | Reforma 2.1: Recruta-mento de professores | Alvo | Professores recrutados através do sistema de recrutamento reformado |
| M4C1-15 | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas de estudo concedidas para acesso às universidades |
| M4C2-3 | Investimento 3.3: Atribuição de bolsas de doutoramento em colaboração com empresas e promoção da contratação de investigadores pelas empresas | Alvo | Número de bolsas de doutoramento concedidas |
| M5C1-15bis | Investimento 4 — Serviço cívico universal | Objetivo intermédio | Levar a cabo ações destinadas a aumentar a participação dos jovens, simplificar os procedimentos e melhorar a qualidade dos projetos do Serviço Civil Universal (UCS), |
| M7-1 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Identificação de «zonas de aceleração da implantação de energias renováveis» |
| M7-4 | Reforma 2: Redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório governamental, que apresenta os resultados de uma consulta governamental com as partes interessadas, a fim de definir o roteiro para reduzir os subsídios prejudiciais para o ambiente. |
| M7-16 | Investimento 5: SA.CO.I.3 | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos |
| M4C1-10 bis | Reforma 1.1: Reforma dos institutos técnicos e profissionais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito derivado. |
| | | Montante da parcela | 5 294 563 760 EUR |

1.8. Oitava parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-23 | Investimento 1.4.6: Mobilidade como serviço para Itália | Objetivo intermédio | Execução de sete projetos-piloto |
| M1C1-76 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas centrais pagarem às empresas |
| M1C1-77 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas regionais pagarem às empresas |
| M1C1-78 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas locais pagarem às empresas |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-79 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias em que as autoridades de saúde pública pagam às empresas |
| M1C1-25 | Investimento 1.6.6: Digitalização da Guarda de Finanças | Objetivo intermédio | Desenvolver os sistemas de informação utilizados para combater a criminalidade económica |
| M1C1-62 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Aumentar a absorção do investimento |
| M1C1-115 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2024, com referência à meta de poupança fixada em 2022 e 2023 para 2024. |
| M1C2-3 | Investimento 1: Transição 4.0 | Alvo | Créditos fiscais Transição 4.0 concedidos a empresas com base nas declarações fiscais apresentadas em 2021-2023 |
| M4C1-16 | Investimento 3.1: Novas competências e novas linguagens | Objetivo intermédio | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a ativação de projetos CTEM |
| M4C1-17 | Investimento 3.1: Novas competências e novas linguagens | Objetivo intermédio | Novas competências |
| M4C2-1 bis | Investimento 1.2: Projetos de financiamento apresentados por jovens investigadores | Objetivo intermédio | Publicação do (s) decreto (s) que concede (m) o financiamento a jovens investigadores |
| M6C2-2 | Investimento 2.1: Reforçar e valorizar a investigação biomédica do SNS | Alvo | Projetos de investigação financiados no domínio do PoC (Prova de Conceito) e dos cancros e doenças raras |
| M6C2-3 | Investimento 2.1: Reforçar e valorizar a investigação biomédica do SNS | Alvo | Projetos de investigação financiados sobre doenças com elevado impacto na saúde |
| M7-2 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico (Testo Unico) |
| M7-25 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais | Objetivo intermédio | Publicação do relatório sobre as futuras necessidades de MPE e o potencial da conceção ecológica |
| M1C2-14bis | Reforma 3: Racionalização e simplificação dos incentivos às empresas. | Objetivo intermédio | Publicação do relatório de avaliação de todos os incentivos às empresas |
| M5C1-15 | Investimento 3 — Reforço do sistema dual | Alvo | Certificados emitidos através do sistema de ensino dual |
| M2C1-12 | Investimento 3.3: Cultura e sensibilização sobre os temas e desafios ambientais | Alvo | Podcasts sobre a transição ambiental |
| M4C1-19 | Investimento 3.2: Escola 4.0: escolas, cablagem, novas salas de aula e workshops inovadores | Objetivo intermédio | Adoção da (s) decisão (ões) de concessão de subvenção para a aquisição de dispositivos digitais e/ou a criação de laboratórios digitais |
| M1C1-98bis | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Funcionários públicos formados no âmbito da estratégia de profissionalização dos compradores |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | públicos |
| | | Montante da parcela | 3 541 589 877 EUR |

1.9. Nona parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M4C1-7 | Investimento 1.4: Intervenção extraordinária destinada a reduzir as disparidades territoriais nos ciclos I e II do ensino secundário e a combater o abandono escolar | Alvo | Estudantes ou jovens que participaram em atividades de mentoria ou cursos de formação |
| M4C1-14 bis | Reforma 2.1: Recruta-mento de professores | Alvo | Professores recrutados no âmbito do sistema de recrutamento reformado |
| M7-6 | Reforma 3: Redução dos custos de ligação à rede de gás de biometano | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de atos jurídicos para reduzir os custos de ligação à rede de gás das instalações de produção de biometano |
| M7-10 | Reforma 5: Plano para novas competências — Transições | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) para as regiões e a (s) província (s) autónoma (s) |
| M1C1-24 | Investimento 1.7.1: Função Pública Digital | Alvo | Pessoas participaram na função pública digital |
| M1C1-49 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais administrativos regionais (primeira instância) |
| M1C1-50 | Investimento 1.8: Processos de recrutamento para os tribunais administrativos | Alvo | Redução dos processos em atraso no Conselho de Estado |
| M1C1-96 | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Alvo | Tempo médio entre a apresentação das propostas e a adjudicação do contrato |
| M1C1-116 | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Alvo | Reduzir a evasão fiscal, tal como definida pelo indicador «propensão para a evasão» |
| M1C2-5 | Investimento 6: Investimento no sistema de propriedade industrial | Alvo | Apresentação do relatório final de atividades para, pelo menos, 254 projetos relacionados com a propriedade industrial e a investigação |
| M1C2-13 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da lei anual da concorrência de 2025 |
| M1C2-14 | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Alvo | Milhões de contadores inteligentes 2G instalados |
| M1C3-2 | Investimento 1.1: Estratégia digital e plataformas para o património cultural | Alvo | Recursos digitais e mediáticos publicados |
| M1C3-5 | Investimento 1.3: Melhorar a eficiência energética nos cinemas, teatros e museus | Alvo | Intervenções concluídas em museus e locais de interesse cultural do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | Estado, salas de teatro e cinemas (segundo lote) |
| M2C3-3 | Investimento 2.1 — Reforço do Ecobonus para a eficiência energética | Alvo | Renovação de edifícios Superbonus T2 |
| M4C1-13 | Investimento 2.1: Ensino e formação digitais integrados sobre a transformação digital para o pessoal escolar; | Alvo | Formação de gestores escolares, professores e pessoal administrativo |
| M4C2-2bis | Investimento 2.2-A: Acordos de inovação | Alvo | Acordos de inovação relativamente aos quais o Ministério das Empresas e do Made in Italy confirmou a aceitação da transmissão dos relatórios finais pelos beneficiários |
| M5C1-3 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Alvo | Pessoas que beneficiam do programa de empregabilidade garantida dos trabalhadores (GOL) |
| M5C1-4 | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Alvo | Pessoas participaram em programas de formação |
| M5C1-7 | Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | Alvo | Os Serviços Públicos de Emprego (SPE) concluíram as atividades previstas no Plano de Reforço |
| M5C1-10 | Reforma 2 — Plano nacional de combate ao trabalho não declarado | Alvo | Aumento do número de inspeções do trabalho e da participação na rede «rete del lavoro agricolo di qualità» |
| M5C3-9 | Investimento 1.3: Intervenções socioeducativas estruturadas para combater a pobreza educativa no Sul, apoiando o terceiro setor | Alvo | Apoio educativo a menores (segundo lote) |
| M7-5 | Reforma 2: Redução dos subsídios prejudiciais ao ambiente | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) |
| M7-26 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais | Objetivo intermédio | Plataforma do sistema de informação geográfica disponível em linha |
| M1C1-38bis | Reforma 1.8: Digitalização da justiça | Objetivo intermédio | Digitalização do sistema judicial |
| M1C1-72quinquies | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Publicação de informações e dados sobre os pagamentos efetuados pela administração pública |
| M1C1-72sexies | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Objetivo intermédio | Relatório final de auditoria do plano de auditoria |
| M1C1-27 | Investimento 1.3.1: Plataforma nacional de dados digitais | Alvo | IPA na plataforma nacional de dados digitais M2 |
| M1C1-97ter | Reforma 1.10: Reforma do quadro legislativo dos contratos públicos | Objetivo intermédio | Medidas para melhorar a rapidez de execução |
| M4C2-4bis | Reforma 1.2: Plano trienal de financiamento das atividades de investigação | Objetivo intermédio | Direito primário para a adoção do plano trienal de financiamento das atividades de investigação |
| M7-30 | Investimento 10: Projeto-piloto sobre | Alvo | Certificados de formação |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | competências «Crescere Green» | | |
| M1C1-144 | Investimento 1.4.2 — Inclusão dos cidadãos — Melhoria da acessibilidade dos serviços públicos digitais/intervenções executadas | Alvo | Maior acessibilidade dos serviços públicos digitais/intervenções executadas |
| M2C2-36 | Investimento 4.4.3: Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | Alvo | Número de veículos não poluentes para a renovação da frota do corpo nacional de bombeiros |
| M2C4-32 | Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | Objetivo intermédio | Distritos nas redes de distribuição de água |
| M1C1-153 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Ficheiros judiciais digitalizados M2 |
| M6C2-17 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Concessão de cuidados médicos contratos de formação especializada |
| | | Montante da parcela | 7 670 089 282 EUR |

1.10. Décima parcela (apoio não reembolsável):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-88 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas centrais pagarem às empresas |
| M1C1-89 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas regionais pagarem às empresas |
| M1C1-90 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades públicas locais pagarem às empresas |
| M1C1-91 | Reforma 1.11: Redução dos atrasos nos pagamentos por parte das administrações públicas e das autoridades de saúde | Alvo | Redução do número médio de dias para as autoridades de saúde pública pagarem às empresas |
| M1C1-117 | Reforma 1.15: Reforma das regras de contabilidade pública | Alvo | Representantes de entidades públicas com formação sobre o novo sistema de contabilidade de exercício |
| M1C1-119 | Reforma 1.14: Reforma do quadro orçamental infranacional | Objetivo intermédio | Definição dos parâmetros para o federalismo orçamental regional |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-120 | Reforma 1.14: Reforma do quadro orçamental infranacional | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos atos jurídicos que definem o federalismo orçamental das províncias e das cidades metropolitanas. |
| M5C1-11 | Reforma 2 — Trabalho não declarado | Objetivo intermédio | Realizar ações para combater o trabalho não declarado |
| M3C2-12 | Investimento 2.3: Passagem a frio a ferro | Alvo | Conclusão das obras e aceitação das estimativas dos custos de ligação pelo promotor das infraestruturas de engomagem a frio |
| M1C1-28 | Investimento 1.7.2: Rede de serviços de facilitação digital | Alvo | Número de cidadãos que participam em iniciativas de educação digital e/ou de facilitação oferecidas por centros de facilitação digital |
| M1C1-45 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Objetivo intermédio | Redução da duração do processo cível |
| M1C1-46 | Reforma1.5: Reforma da justiça penal | Objetivo intermédio | Redução da duração do processo penal |
| M1C1-47 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais ordinários cíveis (primeira instância) |
| M1C1-48 | Reforma 1.4: Reforma da justiça civil | Alvo | Redução dos processos em atraso nos tribunais de recurso cíveis (segunda instância) |
| M1C1-59ter | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Execução da gestão estratégica dos recursos humanos na administração pública |
| M1C1-63 | Reforma 1.9: Reforma da administração pública | Objetivo intermédio | Publicação de um repositório de procedimentos simplificados e/ou digitalizados |
| M1C1-66 | Investimento 1.9: Prestar assistência técnica e reforçar o desenvolvimento de capacidades para a implementação do plano italiano de recuperação e resiliência | Alvo | Relatórios de presença na plataforma Syllabus |
| M1C1-118 | Reforma 1.15: Reforma das regras de contabilidade pública | Objetivo intermédio | Emissão de demonstrações financeiras e entrada em vigor do ato legislativo relativo à reforma da contabilidade de exercício para as entidades do setor público que cubram, pelo menos, 90 % das despesas primárias de todo o setor público, líquidas das empresas públicas. |
| M1C1-122 | Reforma 1.13: Reforma do quadro de análise das despesas | Objetivo intermédio | Conclusão da análise anual das despesas para 2025, com referência à meta de poupança fixada em 2022, 2023 e 2024 para 2025. |
| M1C2-13bis | Reforma 2: Leis anuais da concorrência | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) relativo (s) aos caminhos de ferro regionais e à transferência de tecnologia |
| M1C3-3 | Investimento 1.2: Eliminação das | Alvo | Intervenções em museus, |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | barreiras físicas e cognitivas nos museus, bibliotecas e arquivos para possibilitar o alargamento do acesso e da participação na cultura | | monumentos, zonas arqueológicas e parques, arquivos e bibliotecas |
| M2C1-8 | Investimento 2.3: Inovação e mecanização nos setores agrícola e alimentar | Alvo | Projetos realizados |
| M2C1-9 | Investimento 2.2: Parque Agrosolar | Alvo | Capacidade instalada de produção de energia solar |
| M2C2-23 | Investimento 4.1: Reforço da mobilidade ciclável | Alvo | Certificados administrativos para a construção de ciclovias |
| M4C1-20 | Investimento 1.5: Desenvol-vimento do sistema de formação profissio-nal de nível superior (ITS) | Alvo | Número de estudantes inscritos no sistema de formação profissional (ITS) |
| M4C1-22 | Investimento 1.3: Plano de Melhoramento das Infraestruturas Desportivas Escolares | Alvo | Construção ou renovação de instalações desportivas para uso escolar |
| M4C1-23 | Investimento 3.4: Ensino e competên-cias universitá-rias avançadas | Objetivo intermédio | Ações para qualificar e inovar as escolas secundárias e os programas universitários, incluindo doutoramentos. |
| M4C1-24 | Investimento 1.6: Orientação ativa na transição escola-universidade. | Alvo | Certificados de frequência emitidos para cursos de transição escola-universidade |
| M5C1-7bis | Investimento 1 — Reforço dos serviços públicos de emprego (SPE) | Alvo | Atividades infraestruturais nos serviços públicos de emprego (SPE) |
| M5C1-14 | Investimento 2 — Sistema de certificação da igualdade de género | Alvo | As empresas obtiveram a certificação da igualdade de género |
| M5C1-16 | Investimento 4 — Serviço cívico universal | Alvo | Certificados emitidos para os projetos do Serviço Civil Universal |
| M7-3 | Reforma 1: Simplificar os procedimentos de licenciamento das energias renováveis | Objetivo intermédio | Criação da plataforma digital para autorizações relacionadas com as energias renováveis |
| M7-11 | Investimento 1: Medida reforçada: Redes inteligentes | Objetivo intermédio | Aumento da potência máxima fornecida para consumo pela rede |
| M7-12 | Investimento 2: Medida reforçada: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica | Objetivo intermédio | Aumentar a resiliência da rede elétrica |
| M7-13 | Investimento 3: Medida reforçada: Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas (vales de hidrogénio) | Alvo | Eletrolisadores instalados |
| M7-15 | Investimento 4: Ligação Tirreno | Objetivo intermédio | Cabo (s) instalado (s) |
| M7-17 | Investimento 5: SA.CO.I.3 | Objetivo intermédio | Construção dos reservatórios das estações de conversão na Sardenha (Codrongianos) e na Toscânia (Suvereto) |
| M7-22 | Investimento 7: Rede Nacional de Transporte Inteligente | Objetivo intermédio | Instalação de equipamento 5G, arquitetura das TIC, arquitetura das tecnologias da informação e comunicação, protocolo seguro 104 em estações elétricas e sistemas de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | monitorização em pilares de eletricidade |
| M7-27 | Investimento 8: Aprovisionamento sustentável, circular e seguro de matérias-primas essenciais | Objetivo intermédio | Equipamento de laboratórios de mineração urbana e conceção ecológica |
| M7-31 | Investimento 11: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios adquiridos |
| M2C2-30 | Investimento 4.5 — Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros e privados com veículos elétricos | Alvo | Número de veículos adquiridos |
| M1C2-14ter | Reforma 3: Quadro para a simplificação dos incentivos às empresas. | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito primário |
| M4C1-14ter | Reforma 2.1: Recruta-mento de professores | Objetivo intermédio | Decretos de aprovação das listas de concursos públicos para professores |
| M1C1-121bis | Reforma 1.12: Reforma da administração fiscal | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) para melhorar a cobrança de impostos |
| M2C2-29 | Investimento 4.3: Instalação de infraestruturas de carregamento elétrico | Alvo | Número de pontos de infraestrutura para estações de carregamento rápido |
| M4C1-15bis | Investimento 1.7: Bolsas de estudo para acesso às universi-dades | Alvo | Bolsas de estudo concedidas para acesso às universidades |
| M5C1-4bis | Reforma 1 — Políticas ativas do mercado de trabalho e formação profissional | Alvo | Pessoas que participam em ações de formação |
| M1C1-147 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local | Alvo | Ativação da computação em nuvem para a administração pública local M2 |
| M1C1-148 | Investimento 1.4.1: Experiência dos cidadãos — Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais | Alvo | Aumento da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais T2 |
| M2C2-10 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Objetivo intermédio | Aumento da capacidade de acolhimento da rede e da potência máxima fornecida para consumo |
| M2C2-13 | Investimento 2.2: Intervenções para aumentar a resiliência da rede elétrica | Objetivo intermédio | Aumentar a resiliência da rede elétrica |
| M2C2-35 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões | Alvo | Número de autocarros com nível nulo de emissões matriculados T2 |
| M2C2-35 ter | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões | Alvo | Número de pontos de carregamento para autocarros com nível nulo ou baixo de emissões |
| M6C2-16 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Ações de formação sobre competências de gestão e digitais, bem como ações de formação sobre segurança em termos de infeções hospitalares para os funcionários do |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | Serviço Nacional de Saúde |
| M1C1-149 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão aos serviços da plataforma PagoPA M2 |
| M1C1-150 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão à aplicação «IO» M2 |
| M1C1-152 | Investimento 1.6.1: Digitalização do Ministério do Interior | Alvo | Ministério do Interior — processos ou serviços reformulados ou digitalizados T2 |
| M1C1-154 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Sistemas de conhecimento de lagos de dados no domínio da justiça M2 |
| M7-50 | Investimento 18 — Medida reforçada: Programa de renovação da frota de veículos comerciais ligeiros com veículos elétricos | Alvo | Número de veículos adquiridos |
| M1C1-151 | Investimento 1.4.5 — Digitalização dos anúncios públicos | Alvo | Adoção da Plataforma de Notificação Digital T2 |
| M1C1-155 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INAIL — Processos/serviços reformulados e digitalizados T2 |
| M2C2-55 | Investimento 5.5 — Crédito fiscal ecológico | Alvo | Créditos fiscais concedidos a empresas com base em documentos apresentados em 2024-2025 |
| M2C4-20bis | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Transplantação de árvores ou arbustos T3 |
| | | Montante da parcela | 12 799 902 997 EUR |

## 2. Apoio sob forma de empréstimo

As parcelas referidas no artigo 3.º, n.º 2, devem ser organizadas do seguinte modo:

2.1.Primeira parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M4C2-10 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | Lançamento do convite à manifestação de interesse para a identificação dos projetos nacionais, incluindo projetos IPCEI no domínio da microeletrónica |
| M1C2-26 | Investimento 5.1: Refinanciamento e remodelação do Fundo 394/81 gerido pelo SIMEST | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do refinanciamento do Fundo 394/81 e adoção da política de investimento |
| M2C1-14 | Investimento 1.1 — Implementação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização das instalações existentes; Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes Investimento 1.2: Projetos emblemáticos da economia circular | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial. |
| M2C4-8 | Investimento 1.1. Implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão | Objetivo intermédio | Plano operacional para um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão para identificar os riscos hidrológicos |
| M5C1-17 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Objetivo intermédio | Adoção do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo das Mulheres |
| M1C2-27 | Investimento 5.1: Refinanciamento e remodelação do Fundo 394/81 gerido pelo SIMEST | Alvo | PME que receberam apoio do Fundo 394/81 |
| M1C3-22 | Investi-mento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para: Fundo temático do Banco Europeu de Investimento; |
| M1C3-23 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para o Fundo Nacional de Turismo, |
| M1C3-24 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento para: Fundo de Garantia às PME, |
| M1C3-25 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Política de investimento do Fondo Rotativo |
| M1C3-26 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto de execução do crédito fiscal para a reconversão de instalações de alojamento. |
| M2C4-7 | Reforma 3.1: Adoção de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um programa nacional de controlo da poluição atmosférica |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C4-12 | Investimento 2.1.b. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do quadro jurídico revisto para intervenções contra os riscos de inundação e hidrogeológicos |
| M2C4-18 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das alterações jurídicas revistas para a proteção e valorização das zonas verdes urbanas e periurbanas |
| M3C1-1 | Reforma 1.1 — Aceleração do processo de aprovação do contrato entre o MIT e a RFI | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma alteração legislativa sobre o processo de aprovação dos Contratti di Programma (CdP) |
| M3C1-2 | Reforma 1.2 — Aceleração do processo de autorização de projetos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de uma alteração regulamentar que reduz o tempo de autorização dos projetos de 11 para seis meses |
| M3C1-21 | Reforma 2.1 — Aplicação do recente «Decreto Simplificação» (convertido na Lei n.º 120 de 11 de setembro de 2020) através de um decreto relativo à adoção de «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes» | Objetivo intermédio | Entrada em vigor das «diretrizes para a classificação e gestão dos riscos, a avaliação da segurança e a monitorização das pontes existentes» |
| M3C1-22 | Reforma 2.2 — Transferência da propriedade das pontes e viadutos das estradas com classificação inferior para as estradas com classificação superior | Objetivo intermédio | Transferir a propriedade das pontes, viadutos e passagens superiores das estradas com classificação inferior para as estradas de classificação superior (autoestradas e principais estradas nacionais) |
| M4C1-27 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de legislação destinada a alterar as regras em vigor em matéria de alojamento para estudantes. |
| M5C3-10 | Reforma1: Simplificação dos procedimentos e reforço do comissário nas zonas económicas especiais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do regulamento para simplificar os procedimentos e reforçar o papel do comissário nas zonas económicas especiais |
| M5C3-11 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor dos decretos ministeriais que aprovam os planos operacionais para as oito zonas económicas especiais |
| M6C2-4 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Objetivo intermédio | Plano de reorganização aprovado pelo Ministério da Saúde/regiões italianas |
| | | Montante da parcela | 12 643 678 161 EUR |

2.2.Segunda parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C2-28 | Investimento 5.2: Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento | Objetivo intermédio | Entrada em vigor de um decreto que inclua a política de investimento dos contratos de desenvolvimento |
| M2C4-27 | Reforma 4.1. Simplificação da legislação e reforço da governação para a execução de investimentos nas infraestruturas de abastecimento de água | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da simplificação da legislação relativa às intervenções em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água |
| M5C2-11 | Investimento 4 — Investimentos em projetos de regeneração urbana, destinados a reduzir situações de marginalização e degradação social | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para investimentos na regeneração urbana, a fim de reduzir as situações de marginalização e degradação social, com projetos em consonância com os objetivos do MRR, incluindo o princípio de «não prejudicar significativamente» |
| M5C2-15 | Investimento 5 — Planos urbanos integrados — Superar os acampamentos ilegais para combater a exploração laboral na agricultura | Objetivo intermédio | A entrada em vigor do decreto ministerial que estabelece o mapeamento dos colonatos ilegais é adotada pelo «Tavolo di contrasto allo sfruttamento lavorativo in agricoltura» e o decreto ministerial de afetação de recursos é adotado |
| M5C2-19 | Investimento 6 — Programa de inovação para a qualidade da habitação | Objetivo intermédio | As regiões e províncias autónomas (incluindo os municípios e/ou as cidades metropolitanas situados nesses territórios) assinaram os acordos para reconstruir e aumentar a habitação social |
| M1C2-16 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de ligação mais rápida |
| M1C3-12 | Investimento 2.1: Atratividade dos centros históricos de pequena dimensão | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à atribuição de recursos aos municípios para aumentar a atratividade dos centros históricos de pequena dimensão |
| M1C3-13 | Investimento 2.2: Proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos: para a proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural |
| M1C3-14 | Investimento 2.3: Programas para valorizar a identidade de locais: | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos: para projetos destinados à valorização da identidade de locais, parques e jardins históricos |
| M1C3-15 | Investimento 2.4: Segurança sísmica dos locais de culto, restauro do património cultural do FEC e abrigos de obras de arte | Objetivo intermédio | Marco Entrada em vigor do decreto do Ministério da Cultura relativo à afetação de recursos: para a segurança antissísmica em locais de culto e restauro do património do FEC (Fondo Edifici di Culto) |
| M1C3-35 | Investi-mento 4.3: Caput Mundi-NextGenerationEU para grandes eventos | Objetivo intermédio | Assinatura de cada convenção para seis projetos entre o Ministério do Turismo e os beneficiários/organismos de execução |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | turísticos | | |
| M2C1-13 | Reforma 1.2 — Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto ministerial relativo ao programa nacional de gestão de resíduos |
| M2C2-52 | Investimento 5.2 — Hidrogénio | Objetivo intermédio | Produção de eletrolisadores |
| M4C2-11 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico nacional que atribui o financiamento necessário para prestar apoio aos participantes nos projetos. |
| M4C2-17 | Investimento 3.1: Fundo para a construção de um sistema integrado de infraestruturas de investigação e inovação; Investimento | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para os projetos relativos a: sistema integrado de infraestruturas de investigação e inovação |
| M4C2-18 | Investi-mento 1.5: Criação e reforço de «ecossistemas de inovação para a sustentabilidade», construindo «líderes territoriais de I & D» | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para projetos relativos a ecossistemas de inovação; |
| M4C2-19 | Investimento 1.4: Reforço das estruturas de investi-gação e apoio à criação de «líderes nacionais de I & D» sobre algumas tecnologias facilita-doras essenciais | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos para projetos relativos a líderes nacionais de I & D no domínio das tecnologias facilitadoras essenciais |
| M4C2-20 | Investimento 3.2: Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo entre o Governo italiano e o parceiro de execução, a Cassa Depositi e Prestiti (CDP), que estabelece o instrumento financeiro |
| M6C1-1 | Reforma 1: Definição de um novo modelo organizacional para a rede territorial de assistência no domínio dos cuidados de saúde. | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do direito derivado (decreto ministerial) que prevê a reforma da organização dos cuidados de saúde. |
| M6C1-2 | Investimento 1.1: Casas de saúde comunitária para melhorar a assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde | Objetivo intermédio | Aprovação de um contrato de desenvolvimento institucional |
| M6C1-4 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Objetivo intermédio | Aprovação das orientações que contêm o modelo digital para a implementação de cuidados domésticos |
| M6C1-5 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Objetivo intermédio | Contrato de desenvolvimento institucional aprovado entre o Ministério da Saúde e as Regiões |
| M6C1-10 | Investimento 1.3: Reforço dos cuidados de saúde intermédios e das suas instalações (hospitais comunitários) | Objetivo intermédio | Aprovação de um Contrato de Desenvolvimento Institucional (Contratto Istituzionale di Sviluppo) |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M6C2-5 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Objetivo intermédio | Aprovação do contrato de desenvolvimento institucional |
| | | Montante da parcela | 12 643 678 161 EUR |

2.3. Terceira parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C1-18 | Investimento 3.1: Ilhas ecológicas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do decreto diretorial |
| M2C1-20 | Investimento 3.2: Comunidades ecológicas | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) contratos públicos para a seleção de comunidades ecológicas |
| M5C2-17 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — Fundo de fundos do BEI | Objetivo intermédio | A estratégia de investimento do Fundo é aprovada pelo Ministério das Finanças (MEF) |
| M1C1-123 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Serviços/conteúdos «um clique desde a conceção» M1 |
| M1C1-124 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Trabalhadores com melhores competências em tecnologias da informação e comunicação (TIC) M1 |
| M1C3-30 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Fundos temáticos do Banco Europeu de Investimento: Pagamento ao fundo de um montante total de 350 000 000 EUR. |
| M1C3-31 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Fundo Nacional de Turismo: Pagamento ao fundo de um total de 150 000 000 EUR para apoio ao capital próprio. |
| M2C3-9 | Investimento 3.1: Promoção de sistemas de aquecimento urbano eficientes | Objetivo intermédio | Contratos para melhorar as redes de aquecimento são adjudicados pelo Ministério da Transição Ecológica na sequência de um concurso público |
| M2C4-19 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Plantar árvores para a proteção e a valorização de zonas verdes urbanas e periurbanas M1 |
| M2C4-24 | Investimento 3.4. Recuperação de «solos de sítios-órfãos» | Objetivo intermédio | Quadro jurídico para a reabilitação de sítios órfãos |
| M3C1-3 | Investimento 1.1 — Ligações ferroviárias de alta velocidade para o Sul para passageiros e mercadorias | Objetivo intermédio | Adjudicação do (s) contrato (s) para a construção de linhas ferroviárias de alta velocidade nas linhas Nápoles-Bari e Palermo-Catânia |
| M3C1-12 | Investimento 1.4 — Introdução do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS) | Objetivo intermédio | Adjudicação dos contratos para o Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M3C2-8 | Investimento 1.1: Portos ecológicos: intervenções nos portos no domínio da energia de fontes renováveis e da eficiência energética | Alvo | Portos ecológicos: atribuição das obras de construção |
| M4C1-29 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da reforma da legislação relativa ao alojamento para estudantes. |
| M5C2-13 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — projetos gerais | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do plano de investimento para projetos de regeneração urbana nas áreas metropolitanas |
| M6C2-7 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos |
| | | Montante da parcela | 9 825 328 389 EUR |

2.4.Quarta parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-125 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local | Objetivo intermédio | Adjudicação de (todos os) concursos públicos locais para a ativação da computação em nuvem |
| M1C2-22 | Investimento 4: Tecnologia de satélite e economia espacial | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço |
| M2C2-48 | Investimento 3.1 Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas («Hydrogen Valleys») | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos de produção de hidrogénio em zonas industriais abandonadas |
| M2C2-50 | Investimento 3.2 Utilização de hidrogénio na indústria em que a redução de emissões é difícil | Objetivo intermédio | Acordo para promover a transição do metano para o hidrogénio verde |
| M5C2-21 | Investimento 7 — Projeto desporto e inclusão social | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para projetos no domínio do desporto e da inclusão social na sequência de um convite público à apresentação de propostas |
| M1C3-20 | Investimento 3.2: Desenvolvimento da indústria cinematográfica (projeto Cinecittà) | Objetivo intermédio | Assinatura dos contratos entre a entidade de execução Cinecittà SPA e as empresas relativos à construção de nove estúdios |
| M2C4-21 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Objetivo intermédio | Revisão do quadro jurídico das intervenções para a requalificação da zona do rio Pó |
| M4C1-28 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos iniciais com vista à criação de unidades de alojamento (camas) adicionais |
| M4C2-12 | Investimento 2.1: PIIEC | Objetivo intermédio | A lista de participantes em projetos PIIEC está concluída até 30/06/2023 |
| M4C2-16 | Investimento 3.1 Infraestruturas de investigação e inovação | Alvo | Número de infraestruturas financiadas |
| M5C1-18 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Alvo | Autorização de apoio financeiro a empresas |
| M6C2-14 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Atribuição de bolsas de estudo para formação específica em medicina geral. |
| | | Montante da parcela | 16 611 453 220 EUR |

2.5.Quinta parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C3-5 | Investimento 1.1: Construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios para melhorar a utilização de energia nos edifícios escolares no âmbito de concursos públicos |
| M2C4-28 | Investimento 4.1. Investimentos em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água | Objetivo intermédio | Atribuição de financiamento a todos os projetos (para investimentos em infraestruturas de água primária e para a segurança do abastecimento de água) |
| M2C4-30 | Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | Objetivo intermédio | Concessão de financiamento a todos os projetos para intervenções em redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes |
| M1C1-14 | Investimento 1.6.5: Digitalização do Conselho de Estado | Alvo | Conselho de Estado — Documentos judiciais disponíveis para análise no armazém de dados M1 |
| M1C1-16 | Investimento 1.6.5: Digitalização do Conselho de Estado | Alvo | Conselho de Estado — Documentos judiciais disponíveis para análise no armazém de dados M2 |
| M1C1-126 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão aos serviços da plataforma PagoPA M1 |
| M1C1-127 | Investimento 1.4.3 — Aumento da adoção dos serviços da plataforma PagoPA e da aplicação «IO» | Alvo | Aumentar a adesão à aplicação «IO» M1 |
| M1C1-128 | Investimento 1.4.5 — Digitalização dos anúncios públicos | Alvo | Aumentar a adesão aos avisos públicos digitais M1 |
| M1C1-129 | Investimento 1.6.1: Digitalização do Ministério do Interior | Alvo | Ministério do Interior — Processos totalmente reformulados e digitalizados M1 |
| M1C1-130 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Alvo | Ficheiros judiciais digitalizados M1 |
| M1C1-131 | Investimento 1.6.2: Digitalização do Ministério da Justiça | Objetivo intermédio | Sistemas de conhecimento de lagos de dados no domínio da justiça M1 |
| M1C1-132 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INPS — Serviços/conteúdos «um clique desde a conceção» M2 |
| M1C1-133 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional | Alvo | INPS — Trabalhadores com melhores competências em tecnologias da informação e comunicação (TIC) M2 |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | | |
| M1C1-134 | Investimento 1.6.3: Digitalização do Instituto Nacional de Segurança Social (INPS) e do Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho (INAIL) | Alvo | INAIL — Processos/serviços totalmente reformulados e digitalizados M1 |
| M1C1-135 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Digitalização de procedimentos M1 |
| M1C1-136 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Digitalização de certificados M1 |
| M1C1-137 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Objetivo intermédio | Ministério da Defesa — Encomenda de portais Web institucionais e de portais intranet |
| M1C1-138 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Migração de aplicações não essenciais para a solução para uma proteção completa da informação por abertura das infraestruturas (S.C.I.P.I.O.) M1 |
| M1C2-29 | Investimento 5.2: Competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento | Alvo | Contratos de desenvolvimento aprovados |
| M2C1-15bis | Reforma 1.2 — Programa Nacional de Gestão de Resíduos: Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Alvo | Redução dos aterros irregulares (M2) |
| M2C1-15ter | Reforma 1.2 — Programa Nacional de Gestão de Resíduos: Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Alvo | Diferenças regionais na recolha seletiva |
| M2C1-15 quater | Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Objetivo intermédio | Entrada em vigor da obrigação de recolha seletiva de biorresíduos |
| M2C2-24 | Investimento 4.2: Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de metropolitanos, elétricos, tróleis e áreas metropolitanas por cabo |
| M2C2-32 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para o reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões de autocarros de piso rebaixado |
| M2C3-7 | Investimento 1.2 — Construção de edifícios, requalificação e reforço dos bens imobiliários da | Objetivo intermédio | A adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de novos edifícios, a requalificação e o reforço dos bens imobiliários da administração da justiça é assinada pela |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | administração judiciária | | entidade adjudicante na sequência de um procedimento de concurso público |
| M2C4-33 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Objetivo intermédio | Atribuição de financiamento a todos os projetos de resiliência dos sistemas agrícolas de irrigação para uma melhor gestão dos recursos hídricos |
| M2C4-36 | Investimento 4.4 Investimentos na recolha e tratamento de águas residuais | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para recolha e tratamento de águas residuais |
| M3C1-4 | Investimento 1.1 — Ligações ferroviárias de alta velocidade para o Sul para passageiros e mercadorias | Objetivo intermédio | Adjudicação do contrato para a construção de linha de alta velocidade na linha Salerno-Reggio Calabria |
| M3C1-17 | Investimento 1.7 — Melhoria, eletrificação e resiliência dos caminhos-de-ferro no Sul | Alvo | 150 km de obras concluídas relacionadas com a modernização, eletrificação e resiliência dos caminhos de ferro no Sul, prontas para as fases de autorização e exploração. |
| M4C2-5 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN) | Alvo | Número de projetos de investigação selecionados |
| M6C1-8 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Pelo menos um projeto de telemedicina atribuído a cada região (tendo em conta tanto os projetos que serão executados em cada região como os que podem ser desenvolvidos no âmbito de consórcios entre regiões) |
| | | Montante da parcela | 9 030 593 086 EUR |

2.6.Sexta parcela (apoio sob a forma de empréstimos):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M3C1-10 | Investimento 1.3 — Ligações diagonais | Objetivo intermédio | Adjudicação do (s) contrato (s) para a construção das ligações nas linhas Orte-Falconara e Taranto -Metaponto-Potenza-Battipaglia |
| M7-35 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) | Objetivo intermédio | Adoção e atualização das avaliações de impacto ambiental pertinentes (VIncA) |
| M7-40 | Investimento 15: Transizione 5.0 | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do ato jurídico que estabelece os critérios das intervenções elegíveis |
| M2C1-15 | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Redução dos aterros irregulares (M1) |
| M2C1-16bis | Reforma 1.2 Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Aterros irregulares |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M2C1-22 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M2C2-31 | Investimento 4.4.3: Renovação da frota do corpo nacional de bombeiros | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a renovação da frota do corpo nacional de bombeiros |
| M2C4-6 | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Alvo | Simplificação administrativa e desenvolvimento de serviços digitais para visitantes de parques nacionais e zonas marinhas protegidas |
| M3C2-10 | Reforma 2.2: Criação de uma plataforma nacional de logística digital, a fim de introduzir a digitalização dos serviços de transporte de mercadorias e/ou de passageiros | Objetivo intermédio | Plataforma Nacional de Logística Digital |
| M6C2-15 | Investimento 2.2: Desenvolvimento de competências técnico-profissionais, digitais e de gestão dos profissionais do sistema de saúde | Alvo | Atribuição de bolsas de estudo adicionais para formação específica em medicina geral. |
| M7-36 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos |
| M7-38 | Investimento 14: Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás | Objetivo intermédio | Adjudicação de contratos públicos |
| | | Montante da parcela | 7 908 481 227 EUR |

2.7.Sétima parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-139 | Investimento 1.2: Facilitação da computação em nuvem para as entidades da administração pública local | Alvo | Ativação da computação em nuvem para a administração pública local M1 |
| M2C2-25 | Investimento 4.2: Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | Objetivo intermédio | Adjudicação de todos os contratos públicos para a aquisição de material circulante com nível nulo de emissões e intervenções para a modernização da infraestrutura de sistemas de transporte rápido em massa |
| M2C4-11 | Investimento 2.1.a. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos — Intervenções na Emília-Romanha, na Toscânia e nas Marcas | Objetivo intermédio | Identificação das intervenções por portaria (s) do Comissário de Emergência |
| M7-46 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Definição do objetivo do caderno de encargos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-140 | Investimento 1.4.1: Experiência dos cidadãos — Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais | Alvo | Melhoria da qualidade e da facilidade de utilização dos serviços públicos digitais M1 |
| M1C1-141 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Digitalização dos procedimentos do Ministério da Defesa M2 |
| M1C1-142 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Digitalização dos certificados do Ministério da Defesa M2 |
| M1C1-143 | Investimento 1.6.4: Digitalização do Ministério da Defesa | Alvo | Ministério da Defesa — Migração de aplicações críticas e não críticas para missões em soluções para a plena proteção da informação através da abertura das infraestruturas (S.C.I.P.I.O.) T2 |
| M1C2-19 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Ilhas com conectividade de banda ultralarga. |
| M1C3-27 | Investimento — 4.3 Caput Mundi-Next Generation EU para grandes eventos turísticos | Alvo | Número de sítios culturais e turísticos cuja requalificação atingiu, em média, 50 % do Stato Avanzamento Lavori (SAL) (primeiro lote) |
| M2C1-16ter | Investimento 1.1: Implantação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização de instalações existentes | Alvo | Diferenças regionais nas taxas de recolha seletiva |
| M2C1-25 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | O Ministério transferiu o montante global dos recursos |
| M2C2-9 | Investimento 2.1: Reforço das redes inteligentes | Alvo | Redes inteligentes — Aumentar a capacidade de rede para a distribuição de energia de fontes renováveis |
| M2C2-34 | Investimento 4.4.1: Reforço da frota de autocarros de transporte público regional com nível nulo de emissões | Alvo | Número de autocarros de piso rebaixado com nível nulo de emissões matriculados T1 |
| M2C2-34bis | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios com nível nulo de emissões |
| M2C2-38bis | Investimento 5.1: Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M2C2-39 | Investimento 5.1. Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência do aprovisionamento estratégico | Objetivo intermédio | O Ministério das Empresas e do Made in Italy concluiu a transferência de fundos para a Invitalia S.p.A |
| M2C2-42bis | Investimento 5.4 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») | Objetivo intermédio | Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica |
| M2C2-44 | Investimento 1.1 Desenvolvimento de | Objetivo | Adjudicação de todos os contratos |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | sistemas agro-fotovoltaicos | intermédio | públicos para a instalação de painéis solares fotovoltaicos em sistemas agrovoltaicos |
| M2C4-22 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Alvo | Redução da artificialidade dos leitos fluviais para a renaturalização da zona do rio Pó M1 |
| M2C4-31 | Investimento 4.2. Redução das perdas nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes | Alvo | Intervenções nas redes de distribuição de água, incluindo a digitalização e a monitorização das redes M1 |
| M2C4-34 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos M1 |
| M2C4-35 | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos M1 |
| M3C1-15 | Investimento 1.5 — Reforço dos nós metropolitanos e das principais ligações nacionais | Alvo | 700 km de troços de linha adaptados construídos em nós metropolitanos e principais ligações nacionais |
| M3C1-19 | Investimento 1.8 — Modernização das estações ferroviárias (gestão da RFI; no Sul) | Alvo | Estações ferroviárias melhoradas e acessíveis |
| M4C2-21bis | Investimento 3.2 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») | Objetivo intermédio | Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital |
| M5C3-12 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Alvo | Início dos trabalhos para projetos de intervenções em infraestruturas nas zonas económicas especiais |
| M6C1-7 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Centros de coordenação plenamente operacionais (segundo lote) |
| M7-43 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M7-44 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de energia renováveis | Objetivo intermédio | O Ministério das Empresas e do Fabricado em Itália concluiu a transferência de fundos para a Invitalia |
| M2C4-20 | Investimento 3.1: Proteção e valorização das florestas urbanas e periurbanas | Alvo | Plantar árvores para a proteção e a valorização de zonas verdes urbanas e periurbanas M2 |
| | | Montante da parcela | 15 715 972 025 EUR |

2.8.Oitava parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M7-47 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M7-48 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Objetivo intermédio | Ministério concluiu o investimento |
| M1C1-146 | Investimento 1.4.4: Aumento da difusão das plataformas nacionais de identificação digital (SPID, CIE) e do registo nacional (ANPR) | Alvo | Plataforma Nacional de Identidade Digital (AIC) |
| M1C3-16 | Investi-mento 2.1: Atrativi-dade dos centros históricos de pequena dimensão | Objetivo intermédio | Adoção do (s) decreto (s) que enumera (m) as empresas apoiadas em pequenas cidades históricas |
| M2C4-9 | Investimento 1.1. Implementação de um sistema avançado e integrado de monitorização e previsão | Objetivo intermédio | O sistema de monitorização e previsão está acessível |
| M2C4-26 | Investimento 3.5. Recuperação e proteção dos fundos e dos habitats marinhos | Alvo | Recuperação e proteção dos fundos e dos habitats marinhos |
| M4C2-6 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN) | Objetivo intermédio | Publicação do (s) decreto (s) que adjudica (m) os projetos |
| M4C2-7 | Investimento 1.1: Projetos de investigação de interesse nacional significativo (PRIN) | Alvo | Número de investigadores contratados a termo |
| M4C2-8 | Investimento 1.3: Parcerias alargadas a universidades, centros de investigação, empresas e financiamento de projetos de investigação fundamental | Alvo | Número de parcerias de investigação assinadas |
| M4C2-22 | Investimento 2.1: PIIEC | Alvo | Número de projetos apoiados |
| M6C1-6 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Cuidados domiciliários |
| | | Montante da parcela | 11 184 566 013 EUR |

2.9.Nona parcela (apoio sob a forma de empréstimo):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-145 | Investimento 1.4.4 — Aumento da adoção da plataforma nacional de identidade digital (SPID, CIE) e do registo nacional (ANPR) | Alvo | Plataforma Nacional de Identidade Digital (AIC) e registo nacional (ANPR) |
| M1C3-28 | Investimento 4.2: Fundos para a compe-titividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Decreto (s) que concede (m) o crédito fiscal e/ou a subvenção e as receitas do pedido de desembolso |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C3-32 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Número de empresas a apoiar através do Fundo de Garantia às PME |
| M6C2-8 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Digitalização dos hospitais (DEA — Departamentos de Emergência e Admissão — Nível I e Nível II) |
| M6C2-11 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados | Alvo | Médicos generalistas que registam informações no registo de saúde eletrónico. |
| M1C3-33 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Fondo Rotativo: Acordo jurídico assinado com os beneficiários finais |
| M1C3-9bis | Investimento 4.1: Plataforma digital para o turismo | Alvo | Registo de empresas, incluindo operadores individuais, na Plataforma Digital para o Turismo e acesso aos serviços prestados pela Plataforma e acessibilidade dos serviços na Plataforma Digital para o Turismo |
| M1C3-18 | Investimento 2.3: Programas de preservação e renovação de parques e jardins históricos | Alvo | Número de parques e jardins históricos renovados |
| M2C1-23 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | Objetivo intermédio | Recursos transferidos para o ISMEA e alteração do acordo de execução |
| M4C1-31 | Investimento 5: Fundo de alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M5C1-19bis | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Objetivo intermédio | Acordo de execução e transferência para a Invitalia |
| M1C2-30 | Investimento 7 — Fundo Nacional de Conectividade | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M2C1-26 | Investimento 4: Instalação de parques agrosolares | Objetivo intermédio | Acordo de execução |
| M5C2-18 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — Fundo de fundos do BEI | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais para um valor de investimento dos projetos subjacentes de, pelo menos, 545 000 000 EUR |
| | | Montante da parcela | 7 118 464 154 EUR |

2.10. Décima parcela (apoio sob a forma de empréstimos):

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M1C1-26 | Investimento 1.1: Infraestrutura digital | Alvo | Migração para o Polo Strategico Nazionale ou para um ambiente público seguro e certificado de |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | computação em nuvem |
| M2C3-6 | Investimento 1.1: Construção de novas escolas mediante a substituição de edifícios | Alvo | Construção de novas escolas |
| M2C3-8 | Investimento 1.2 — Requalificação de bens imobiliários públicos parcial ou totalmente utilizados pela administração da justiça | Alvo | Obras de, pelo menos, 289 000 metros quadrados de bens imobiliários públicos realizadas |
| M2C3-10 | Investimento 3.1: Promoção de sistemas de aquecimento urbano eficientes | Alvo | Construção ou extensão de redes de aquecimento urbano para reduzir o consumo de energia |
| M2C4-23 | Investimento 3.3 Renaturalização da zona do rio Pó | Alvo | Redução da artificialidade dos leitos fluviais para a renaturalização da zona do rio Pó M2 |
| M2C4-25 | Investimento 3.4. Recuperação de «solos de sítios-órfãos» | Alvo | Revitalização de sítios órfãos |
| M2C4-29 | Investimento 4.1. Investimentos em infraestruturas de água bruta para a segurança do abastecimento de água | Alvo | Certificados administrativos para intervenções em sistemas hídricos |
| M2C4-38 | Investimento 4.4 Investimentos na recolha e tratamento de águas residuais | Alvo | Intervenções para saneamento e tratamento de águas residuais urbanas |
| M5C2-20 | Investimento 6 — Programa de inovação para a qualidade da habitação | Alvo | Número de unidades habitacionais construídas, compradas ou renovadas |
| M1C2-15 | Investimento 2: Inovação e tecnologia da micro-eletrónica | Objetivo intermédio | Capacidade de produção de substratos de carboneto de silício |
| M1C2-17 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Números de casa ativados com conectividade de 1 Gbps |
| M1C2-18 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Instalações escolares e de cuidados de saúde com conectividade de 1 Gbps |
| M1C2-20 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Estradas extraurbanas e corredores RTE-T com cobertura 5G |
| M1C2-21 | Investimento 3: Ligações rápidas à Internet (banda ultralarga e 5G) | Alvo | Zonas com deficiências de mercado possibilitadas ou dotadas de cobertura 5G |
| M1C3-21 | Investimento 3.2: Desenvolvimento da indústria cinematográfica (projeto Cinecittà) | Alvo | Construção e/ou renovação de estúdios e prestação de serviços ao Centro de Cinematografia Experimental |
| M1C3-36 | Investi-mento 4.3: Caput Mundi-NextGenerationEU para grandes eventos turísticos | Alvo | Certificados de conclusão das obras ou dos serviços |
| M2C1-16 | Reforma 1.2<br>Programa Nacional de Gestão de Resíduos | Alvo | Aterros irregulares |
| M2C1-19 | Investimento 3.1: Ilhas ecológicas | Alvo | Ato (s) administrativo (s) para intervenções em pequenas ilhas |
| M2C1-21 | Investimento 3.2: Comunidades ecológicas | Alvo | Certificados administrativos sobre a finalização de projetos nas Comunidades Verdes |
| M2C1-24 | Investimento 3.4: Fondo Contratti di Filiera (FCF) para apoiar contratos de | Alvo | Acordos jurídicos com os beneficiários finais |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | cadeias de abastecimento para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas | | |
| M2C2-5 | Investimento 1.4 Desenvolvimento do biometano, de acordo com critérios para promover a economia circular | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M2C2-17 | Investimento 3.4: Ensaios de hidrogénio para a mobilidade ferroviária e o transporte rodoviário | Alvo | Número de estações de abastecimento de hidrogénio construídas |
| M2C2-19 | Investimento 3.5: Investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio | Alvo | Número de projetos de investigação e desenvolvimento no domínio do hidrogénio |
| M2C2-26 | Investimento 4.2: Desenvolvimento de sistemas de transporte rápido em massa | Objetivo intermédio | Infraestruturas públicas e material circulante para transportes rápidos em massa |
| M2C2-35 bis | Investimento 4.4.2: Reforço da frota ferroviária de transporte público regional com comboios de emissões nulas e de serviço universal | Alvo | Número de comboios adquiridos |
| M2C2-40 | Investimento 5.1. Apoio ao sistema de produção para a transição ecológica, as tecnologias de impacto zero e a competitividade e resiliência das cadeias de abastecimento estratégicas | Alvo | Alteração do acordo de execução, decisão de concessão para os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M2C2-43 | Investimento 5.4 — Injeção de capital no Fundo para a Transição Ecológica («GTF») | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório |
| M2C2-47 | Investimento 1.2 Promoção das fontes de energia renováveis para as comunidades de energia e para os autoconsumidores de energias renováveis que atuam coletivamente | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M2C2-49 | Investimento 3.1 Produção de hidrogénio em instalações industriais abandonadas («Hydrogen Valleys») | Alvo | Eletrolisadores instalados |
| M2C2-53 | Investimento 5.2 — Hidrogénio | Alvo | Instalação (ões) industrial (ais) construída (s) |
| M2C4-6bis | Investimento 3.2: Digitalização dos parques nacionais | Objetivo intermédio | Intervenções relacionadas com as atividades de coservação e monitorização da natureza |
| M2C4-11bis | Investimento 2.1.a. Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos — Intervenções na Emília-Romanha, na Toscânia e nas Marcas | Alvo | Intervenções realizadas |
| M2C4-13 | Investimento 2.1b — Medidas de redução dos riscos de inundação e hidrogeológicos | Alvo | Intervenções de tipo D e de tipo E realizadas |
| M2C4-34bis | Investimento 4.3 Investimentos na resiliência dos sistemas de irrigação | Alvo | Intervenções para a resiliência dos sistemas de irrigação agrícola para uma |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | agrícola para uma melhor gestão dos recursos hídricos | | melhor gestão dos recursos hídricos M1.2 |
| M3C2-5bis | Investimento 2.1 — Digitalização da cadeia logística | Alvo | Digitalização da cadeia logística |
| M3C2-6 | Investimento 2.2: Digitalização da gestão do tráfego aéreo | Objetivo intermédio | Digitalização da gestão do tráfego aéreo |
| M3C1-6 | Investimento 1.1 — Linhas ferroviárias de alta velocidade no Centro e no Sul | Alvo | Linha ferroviária de alta velocidade nas linhas Napoli-Bari, Salerno-Reggio Calabria, Palermo-Catânia, Orte-Falconara, Taranto-Metaponto-Potenza-Battipaglia. |
| M3C1-9 | Investimento 1.2 — Linhas de alta velocidade no Norte | Alvo | Linha ferroviária de alta velocidade nas linhas Brescia-Verona-Vicenza-Padova; Ligúria-Alpi. |
| M3C1-14 | Investimento 1.4 — Introdução do Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS) | Alvo | 2 785 km de caminhos de ferro equipados com o Sistema Europeu de Gestão do Transporte Ferroviário a nível infraestrutural e/ou tecnológico. |
| M3C1-20 | Investimento 1.8 — Modernização das estações ferroviárias | Alvo | Estações ferroviárias modernizadas |
| M3C1-26 | Reforma 1.3 — Impulsionar a eficiência da infraestrutura ferroviária em Itália | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do (s) ato (s) jurídico (s) |
| M4C1-30 | Reforma 1.7: Reforma da regulamentação do alojamento para estudantes e investimento no alojamento para estudantes | Alvo | Unidades de alojamento para estudantes criadas |
| M4C2-9 | Investimento 1.4: Criação de «líderes nacionais de I & D» em algumas tecnologias facilitadoras essenciais | Alvo | Centros nacionais para os quais foi emitido um relatório de atividades |
| M4C2-14 | Investimento 2.3: Centros de transferência de tecnologia | Alvo | Desembolso do valor financeiro de 309 000 000 EUR. |
| M4C2-16 bis | Investimento 3.1: Infraestruturas de investigação e inovação | Alvo | Infraestruturas de investigação e inovação para as quais foi emitido um relatório de atividades |
| M4C2-18 bis | Investimento 1.5: «Ecossistemas de inovação para a sustentabilidade», construção de «líderes territoriais de I & D» | Alvo | Ecossistemas de inovação para os quais foi emitido um relatório de atividades |
| M4C2-21 | Investimento 3.2 Injeção de capital no Fundo para a Transição Digital («DTF») | Objetivo intermédio | Adoção de um relatório |
| M5C2-12 | Investimento 4 — Investimentos em projetos de regeneração urbana, destinados a reduzir situações de marginalização e degradação social | Alvo | Projetos realizados |
| M5C2-14 | Investimento 5 — Planos integrados urbanos — projetos gerais | Alvo | Projetos realizados |
| M5C2-16 | Investimento 5 — Planos urbanos integrados — Superar os acampamentos ilegais para combater a exploração laboral na agricultura | Alvo | Projetos em matéria de habitação e criação da plataforma |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| M5C2-22 | Investimento 7 — Desporto e inclusão social | Alvo | Certificados administrativos para intervenções relacionadas com a construção ou renovação de instalações desportivas |
| M5C3-4 | Investimento 1.1.2: Instalações de saúde de proximidade territorial | Objetivo intermédio | Apoio às farmácias rurais em municípios, aldeias ou povoações com menos de 5 000 habitantes (segundo lote) |
| M5C3-13 | Investimento 1.4: Investimentos em infraestruturas para as zonas económicas especiais | Alvo | Finalização de projetos de infraestruturas na zona económica especial |
| M6C1-3 | Investimento 1.1: Casas de saúde comunitária para melhorar a assistência territorial no domínio dos cuidados de saúde | Alvo | Ativação dos serviços das Casas de Saúde Comunitárias |
| M6C1-9 | Investimento 1.2: O domicílio como primeiro lugar dos cuidados e da telemedicina | Alvo | Assistência através de ferramentas de telemedicina |
| M6C1-11 | Investimento 1.3: Reforço dos cuidados de saúde intermédios e das suas instalações (hospitais comunitários) | Alvo | Ativação dos serviços dos hospitais comunitários |
| M6C2-6 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Comprovativo de entrega ou teste para 3 100 artigos de equipamento de diagnóstico |
| M6C2-9 | Investimento 1.1: Atualização digital dos equipamentos tecnológicos dos hospitais | Alvo | Camas fornecidas ou convertidas em UCI e cuidados semiintensivos |
| M6C2-10 | Investimento 1.2: Para um hospital seguro e sustentável | Alvo | Conclusão das intervenções antissísmicas em instalações hospitalares |
| M6C2-10 bis | Investimento 1.2: Para um hospital seguro e sustentável | Alvo | Pagamento (s) para intervenções ao abrigo do artigo 20.º da Lei n.º 67/88 |
| M6C2-12 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados | Objetivo intermédio | Teste dos componentes do sistema de cartão de seguro de doença, da infraestrutura para a interoperabilidade do registo de saúde eletrónico e do «Ecosistema Dati Sanitari». |
| M6C2-13 | Investimento 1.3: Reforço das infraestruturas tecnológicas e dos instrumentos para recolha, tratamento, análise e simulação de dados | Alvo | O registo de saúde eletrónico está a ser utilizado para a maioria dos registos de saúde |
| M7-37 | Investimento 13: Linha Adriática Fase 1 (estação de compressão de Sulmona e gasoduto Sestino-Minerbio) | Objetivo intermédio | Realização de obras na estação de compressão de Sulmona e nos gasodutos Sestino Minerbio |
| M7-39 | Investimento 14: Infraestruturas transfronteiriças de exportação de gás | Objetivo intermédio | Realização de obras na estação de compressão de Poggio Renatico |
| M7-41 | Investimento 15: Transizione 5.0 | Alvo | Créditos fiscais concedidos a empresas com base em documentos apresentados em 2024-2025 |
| M7-45 | Investimento 16: Apoio às PME para a autoprodução a partir de fontes de | Alvo | Acordos jurídicos com os beneficiários finais |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | energia renováveis | | |
| M7-49 | Investimento 17: Instrumento financeiro para a renovação energética de habitações públicas | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais |
| M1C3-29 | Investimento 4.2: Fundos para a competitividade das empresas do setor do turismo | Alvo | Número de projetos a apoiar através dos fundos temáticos do Banco Europeu de Investimento |
| M3C2-9 | Investimento 1.1: Portos ecológicos: intervenções nos portos no domínio da energia de fontes renováveis e da eficiência energética | Alvo | Fornecimento de bens, obras e serviços |
| M1C2-23bis | Investimento 4: Tecnologia de satélite e economia espacial | Objetivo intermédio | Projetos no domínio da tecnologia de satélite e do espaço |
| M1C3-16bis | Investimento-2.1: Atratividade dos centros históricos de pequena dimensão | Alvo | Intervenções realizadas |
| M1C3-17 | Investimento 2.2: Proteção e valorização da arquitetura rural e da paisagem rural | Alvo | Intervenções realizadas |
| M1C3-19 | Investimento 2.4: Segurança antissísmica dos locais de culto, restauro do património do FEC (Fondo Edifici di Culto) e abrigos de obras de arte (Recovery Art) | Alvo | Intervenções realizadas |
| M2C1-10 | Investimento 2.1: Plano logístico para os setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e de viveiros de plantas | Alvo | Investimentos corpóreos e incorpóreos nos setores agroalimentar, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da floricultura e dos viveiros de plantas. |
| M2C1-16quater | Investimento 1.1 — Implementação de novas instalações de gestão de resíduos e modernização das instalações existentes e projetos emblemáticos da economia circular | Alvo | Projeto realizado |
| M2C2-45 | Investimento 1.1: Desenvolvimento de sistemas agrovoltaicos | Objetivo intermédio | Acordo de execução, acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M4C1-18 | Investimento 1.1: Plano para creches e infantários e serviços de educação e acolhimento na primeira infância | Alvo | Lugares para educação e acolhimento na primeira infância para crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos. |
| M4C1-21 | Investimento 1.2: Plano para o prolonga-mento do horário escolar | Alvo | Construção e/ou renovação de cantina em escolas |
| M4C1-26 | Investimento 3.3: Segurança dos edifícios escolares e plano de reabilitação estrutural | Alvo | Intervenções destinadas a reforçar a segurança e/ou a eficiência energética |
| M4C1-32 | Investimento 5: Fundo de alojamento para estudantes | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M5C1-20 | Investimento 5 — Criação de empresas de mulheres | Alvo | Transferência para a Invitalia e acordos jurídicos assinados com os |

| Número sequencial | Medida conexa (reforma ou Investimento) | Marco/Meta | Nome |
|---|---|---|---|
| | | | beneficiários finais |
| M5C2-6 | Investimento 1 — Apoiar as pessoas vulneráveis e prevenir a institucionalização | Alvo | Ações de apoio às pessoas vulneráveis concluídas nos distritos sociais |
| M5C2-8 | Investimento 2 — Modalidades de autonomia das pessoas com deficiência | Alvo | Os beneficiários tiveram acesso a habitação e/ou dispositivos TIC acompanhados de formação em competências digitais |
| M5C2-10 | Investimento 3 — Alojamento inicial e centros de acolhimento | Alvo | Pessoas que vivem em situação de privação material grave, responsáveis por projetos de prioridade ao alojamento durante, pelo menos, seis meses e estações de correios |
| M1C2-31 | Investimento 7 — Fundo Nacional de Conectividade | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M1C2-32 | Investimento 8 — Compartimento InvestEU dos Estados-Membros | Objetivo intermédio | Assinatura do acordo de contribuição entre o Governo da Itália e a Comissão Europeia |
| M1C2-33 | Investimento 8 — Compartimento InvestEU dos Estados-Membros | Alvo | Operações de financiamento ou investimento aprovadas pelo Comité de Investimento InvestEU |
| M3C1-28 | Investimento 1.10 — Reforço dos nós metropolitanos e das linhas ferroviárias inter-regionais e regionais | Alvo | 3 309 km de troços de linha adaptados construídos |
| M2C4-40 | Investimento 4.5 — Regime de subvenções para investimentos em infraestruturas hídricas | Alvo | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento. |
| M1C2-34 | Investimento 9 — Transição 4.0 — Expansão | Alvo | Créditos fiscais de transição 4.0 concedidos a empresas com base em documentos apresentados em 2021-2026 |
| M2C1-27 | Investimento 4: Instalação de parques agrosolares | Objetivo intermédio | Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais e conclusão do investimento |
| M2C4-39 | Investimento 4.5 — Regime de subvenções para investimentos em infraestruturas hídricas | Objetivo intermédio | Entrada em vigor do acordo de execução |
| M2C2-54 | Investimento 4.6 — Comboios de diagnóstico | Alvo | Comboios de diagnóstico |
| | | Montante da parcela | 19 919 595 964 EUR |

## SECÇÃO 3: DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

### 1. Disposições para o acompanhamento e a execução do plano de recuperação e resiliência

O acompanhamento e a execução do plano de recuperação e resiliência de Itália devem realizar-se em conformidade com as seguintes disposições:

Tal como disposto no Decreto-Lei n.º 77 de 31 de maio de 2021, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 13 de 24 de fevereiro de 2023, são criadas várias estruturas de coordenação para o acompanhamento e a execução do plano. Estas incluem, em especial: I) um comité diretor de alto nível («cabina di regia»), criado na Presidência do Conselho de Ministros, cuja principal tarefa consiste em orientar e coordenar a execução do plano; II) uma estrutura de missão estabelecida na Presidência do Conselho de Ministros, pelo menos durante o período de vigência do plano, com poderes para atuar como estrutura central de coordenação para a execução e o acompanhamento do plano; III) uma estrutura técnica no Ministério da Economia e das Finanças, que efetua o acompanhamento operacional da execução do plano, o controlo da regularidade dos procedimentos e das despesas e a apresentação de relatórios, bem como o apoio técnico e operacional à fase de execução. A estrutura de missão na Presidência do Conselho de Ministros serve de ponto de contacto único a nível nacional com a Comissão Europeia. O Ministério da Economia e das Finanças assegura a avaliação dos resultados do plano. Os parceiros sociais e outras partes interessadas participam em reuniões específicas da «cabina di regia», a fim de assegurar a sua participação na execução do plano. Além disso, são identificadas estruturas de coordenação a nível de cada administração central responsável por medidas incluídas no plano, incumbidas da gestão, do acompanhamento, da apresentação de relatórios e do controlo das intervenções pertinentes, incluindo no que diz respeito à supervisão da execução e dos progressos na consecução dos marcos e das metas. Por último, são criados mecanismos de aplicação coerciva para resolver problemas de execução, inclusive através da ativação de poderes de substituição perante as administrações responsáveis pelas medidas do plano, com o objetivo de garantir uma execução atempada e eficaz dos projetos, bem como mecanismos ex ante para a resolução de conflitos.

A fim de reforçar a capacidade administrativa para efeitos de acompanhamento e execução, está previsto o recrutamento de pessoal temporário, tanto no que respeita às administrações centrais responsáveis pelas intervenções do plano e ao Ministério da Economia e Finanças (incluindo a estrutura de coordenação central e o Departamento de Contabilidade do Estado), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 80 de 9 de junho de 2021, como no que respeita às administrações do Sul de Itália, que deverão reforçar o capital humano envolvido no planeamento e na utilização dos fundos da UE, conforme previsto, nomeadamente, na Lei n.º 178 de 2020. Além disso, são afetados recursos à estrutura de missão criada a nível da Presidência do Conselho de Ministros, a fim de assegurar o seu funcionamento eficaz, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 13 de 24 de fevereiro de 2023. Por último, está previsto o apoio técnico e operacional às administrações centrais e locais na execução dos projetos, nomeadamente através da utilização de sociedades de capitais públicos, de uma reserva de peritos para prestar assistência técnica e da possibilidade de recorrer a peritos externos. Estas ações serão acompanhadas da aplicação de medidas destinadas a reduzir a burocracia e a simplificar os procedimentos administrativos, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 77 de 31 de maio de 2021 e no Decreto-Lei n.º 13 de 24 de fevereiro de 2023.

As disposições preveem igualmente a utilização de um sistema informático integrado («ReGiS»). A Inspeção-Geral das Relações Financeiras com a União Europeia (IGRUE), serviço de auditoria que faz parte do Ministério da Economia e das Finanças, fica encarregada da coordenação dos sistemas de auditoria e da realização dos controlos com o apoio do Serviço Nacional de Contas Territoriais (NTR). São mantidos acordos reforçados com a Guarda de Finanças («Guardia di Finanza») e com as autoridades independentes pertinentes, como a agência nacional de luta contra a corrupção (ANAC), reforçando assim o papel que o sistema jurídico italiano já atribui a estas autoridades no que diz respeito à proteção das finanças públicas, incluindo as da UE.

## 2. Disposições para o pleno acesso da Comissão aos dados subjacentes

A fim de facultar à Comissão pleno acesso aos dados pertinentes subjacentes, a Itália deve aplicar as seguintes disposições:

O Ministério da Economia e das Finanças atua como estrutura técnica responsável pelo acompanhamento, nomeadamente no que se refere aos progressos em termos de marcos e metas, e, se for caso disso, pela execução de atividades de controlo e auditoria, bem como pela apresentação de relatórios e pedidos de pagamento. Coordena a comunicação sobre os marcos e as metas, indicadores pertinentes, mas também informações financeiras qualitativas e outros dados, nomeadamente sobre os destinatários finais. A codificação dos dados tem lugar a nível das administrações centrais responsáveis pelas medidas do plano, que comunicam os dados necessários ao Ministério da Economia e das Finanças. Em conformidade com o artigo 24.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2021/241, após a conclusão das metas e dos marcos acordados na secção 2.1 do presente anexo, Itália deve apresentar à Comissão um pedido devidamente justificado de pagamento da contribuição financeira e, se relevante, do empréstimo. Itália assegura o pleno acesso da Comissão, a pedido desta, aos dados que fundamentam a devida justificação do pedido de pagamento, tanto no respeitante à avaliação do pedido de pagamento, em conformidade com o artigo 24.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2021/241, como para fins de auditoria e controlo.